

ESTUDOS DO TEXTO E DO DISCURSO

O discurso em contrapontos

**FOUCAULT,
MAINGUENEAU,
PÊCHEUX**

Organizadores

Suzy Lagazzi

Edson Carlos Romualdo

Ismara Tasso

Estudos do Texto e do Discurso

O discurso em contrapontos:
Foucault, Maingueneau, Pêcheux



**Suzy Lagazzi
Edson Carlos Romualdo
Ismara Tasso**

[Organizadores]

Estudos do Texto e do Discurso

**O discurso em contrapontos:
Foucault, Maingueneau, Pêcheux**

© Suzy Lagazzi; Edson Carlos Romualdo; Ismara Tasso e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida ou arquivada, desde que levados em conta os direitos dos autores.

Suzy Lagazzi; Edson Carlos Romualdo; Ismara Tasso [Organizadores]

Estudos do texto e do discurso: O discurso em contrapontos: Foucault, Maingueneau, Pêcheux. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013. 350p.

ISBN 978-85-7993-144-4

1. Estudos do Texto. 2. Estudos de linguagem. 3. Foucault. 4. Análise do Discurso. 5. Maingueneau. 6. Pêcheux. I. Título.

CDD – 410

Capa: Marcos Antonio Bessa-Oliveira

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil);
Nair F. Gurgel do Amaral (UNIR/Brasil) Maria Isabel de Moura
(UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil);
Rogério Drago (UFES/Brasil).



PEDRO & JOÃO EDITORES

Rua Tadão Kamikado, 296 – Parque Belvedere

End.: pedrojoaoeditores@terra.com.br

13568-878 - São Carlos - SP

2013

SUMÁRIO

	Apresentação	7
O “poder-corpo” nas páginas midiáticas em 2010: um dispositivo teórico-metodológico para a leitura da corporeidade de Dilma Rousseff	Elaine de Moraes Santos Edson Carlos Romualdo	13
Olhares e dizeres da mídia sobre corpos em vigília: a fotografia-documento e o inventário do real	Ismara Tasso	41
Contrapontos interculturais e biopoderes: saberes da medicina indígena e não indígena em cena	Marineusa Ferreira de Oliveira Ismara Tasso	65
(In)visibilidade do corpo (d)eficiente nas práticas discursivas midiáticas: a superação como dispositivo da inclusão social	Érica Danielle Silva	91
A formação das modalidades enunciativas: regras de formação do discurso, sujeito e responsabilidade social	Jefferson Voss Pedro Navarro	113
A instabilidade dos discursos – um esboço de análise	Sírio Possenti	139
O feminino e o discurso religioso na revista Visão Missionária: o funcionamento de uma semântica global	Daiane Rodrigues de Oliveira	153

<p>O funcionamento de sobreasseverações em notícias <i>online</i></p> <p>Sonia Aparecida Lopes Benites André William Alves de Assis</p>	175
<p>Um <i>não-lugar</i> para a militância de esquerda e para a resistência</p> <p>Rejone Valentim Alves Maria Célia Cortez Passetti</p>	199
<p>Efeito Tridimensional, Efeito de Prisma, <i>Studium e Punctum</i>: o grafite de Banksy em movimento na cidade a partir da teoria proposta por Michel Pêcheux</p> <p>Luciana Leão Brasil</p>	223
<p>“Defender”: no social e no político</p> <p>Rogério Luid Modesto</p>	249
<p>“A farra da câmara visível”: o funcionamento dos corpos urbanos em Território Vermelho</p> <p>Alessandra Rodrigues S. Brandes</p>	269
<p>A diferença indígena entre memórias e silenciamentos</p> <p>Guilherme Adorno de Oliveira Maria Inês Berloff Marilaine Almeida Santos Wilma Costa Nery</p>	289
<p>Delimitações, inversões, deslocamentos em torno do Anexo 3</p> <p>Suzy Lagazzi</p>	311
<p>O funcionamento discursivo do porta-voz na literatura de cordel</p> <p>Fernanda Moraes D’Olive</p>	333

APRESENTAÇÃO

Este livro completa o sexto volume do projeto editorial da Linha de Pesquisa “Estudos do Texto e do Discurso”, do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Soma-se aos volumes anteriores no sentido de responder a diferentes inquietações teórico-analíticas que concernem ao estudo da linguagem, ora tomando o texto, ora tomando o discurso como seu objeto. Em seu primeiro volume¹ a coleção contemplou o mapeamento de possibilidades conceituais e metodológicas na abordagem dos estudos do texto e do discurso, dado por diferentes perspectivas teóricas; no segundo², sob a densidade das instâncias que envolvem objetos de diferentes materialidades, articulou os temas língua(gens), identidade e memória; sob a égide complexa que orienta as relações entre política e mídia na contemporaneidade, o terceiro volume³ trouxe à discussão modos de discursivização midiática de algumas políticas, deu ênfase às transformações das práticas discursivo-políticas e proporcionou reflexões da ordem da representação de sujeitos políticos inscritos em processos de midiaticização e de espetacularização de acontecimentos

¹ NAVARRO, P. (Org.). **Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos**. Claraluz: São Carlos, 2006.

² TASSO, I. (Org.). **Estudos do texto e do discurso: interfaces entre língua(gens), identidade e memória**. Claraluz: São Carlos, 2008.

³ POSSENTI, S. ; PASSETTI, M. C. (Org.). **Estudos do texto e do discurso: política e mídia**. Maringá: Eduem, 2010.

políticos; o quarto volume⁴ tratou de textos e de discursos de diferentes materialidades cujo foco se deu por unidades tópicas e não tópicas reunidas segundo critérios independentes de fronteiras institucionais prévias; a finalidade maior delegada ao quinto volume⁵ foi a de discutir a noção de “prática discursiva”, localizando-a nos arcabouços teóricos erigidos por Foucault, Pêcheux e Maingueneau.

Este sexto volume, já em seu título quis enfatizar o profícuo contraponto das abordagens discursivas que tomam por base Foucault, Maingueneau e Pêcheux. Três autores fortes, que em suas especificidades nos permitiram interlocuções interessantes no interior do Projeto de Cooperação Acadêmica – PROCAD estabelecido em 2009 entre a UNICAMP e a UEM, e que se encerra neste ano. Portanto, este livro, o quarto produzido em parceria entre a UEM e a UNICAMP, tem o objetivo de dar visibilidade a diferentes modos pelos quais os pesquisadores que integraram este PROCAD dão consequência ao estudo do discurso.

Os capítulos de *Estudos do texto e do discurso. O discurso em contrapontos: Foucault, Maingueneau e Pêcheux*, ao se organizarem em torno destes autores, nos levam a pensar no contraponto da teoria musical, no qual as vozes podem trocar suas posições sem infringir as regras da harmonia. A organização deste livro mostra como as vozes desses pensadores do discurso podem sustentar discussões

⁴ POSSENTI, S.; BENITES, S. A. L. (Org.). *Estudos do texto e do discurso: materialidades diversas*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.

⁵ NAVARRO, P.; POSSENTI, S. (Org.). *Estudos do texto e do discurso: práticas discursivas na contemporaneidade*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012.

teóricas e análises que, ao se contraporem em suas especificidades, contribuem para o desenvolvimento de tais estudos lançando novas questões e permitindo que as vozes se cruzem em tensões produtivas.

Nesta obra polifônica, a voz de Foucault apresenta-se nos cinco primeiros capítulos. Neles o leitor encontrará a proposta de um dispositivo teórico-metodológico de base foucaultiana para analisar a *corporeidade* da candidata Dilma Rousseff na mídia impressa (SANTOS e ROMUALDO); um percurso traçado pelo gesto descritivo-interpretativo arqueogenealógico que objetiva compreender como a série enunciativa iconográfica do acontecimento “Brasil, 500 anos” alçou o status de inventário do real, a partir do modo como corpos em vigília foram retratados pela mídia (TASSO); uma análise das condições de possibilidade de a interculturalidade constituir um dispositivo organizador da materialidade discursiva em uma reportagem sobre a cegueira de um menino índio (OLIVEIRA e TASSO); a discursivização do sujeito com deficiência na mídia televisiva, especificamente no que concerne o apelo à emoção, enquanto mecanismo verbo-visual de identificação que pode apagar, transformar e consolidar ideais modelares de sujeitos, possibilitando-lhes sua governamentalização (SILVA); e a descrição do desempenho do *sujeito responsável socialmente* em propagandas governamentais e em campanhas publicitárias que circularam no primeiro mandato do ex-Presidente Lula, pela retomada das noções de *formação das modalidades enunciativas* e de *enunciado reitor* (VOSS e NAVARRO).

No contraponto, a voz de Maingueneau ganha destaque no conjunto, em três capítulos, com a discussão de algumas hipóteses sobre a instabilidade das formações

discursivas e esboços de análises de um *corpus* constituído por cartas de leitores, reportagens, manifestações de “blogueiros” e colunistas sobre o evento de ocupação da reitoria por estudantes da USP (POSSENTI), e com duas propostas analíticas, uma delas baseada na noção de *semântica global* e outra no conceito de *sobreasseveração*, mais recentemente desenvolvido pelo teórico francês. A *semântica global* é utilizada para examinar o entrecruzamento do discurso religioso com o discurso sobre o feminino na revista **Visão Missionária**, uma publicação da União Feminina Missionária Batista do Brasil (SANTOS); já o conceito de *sobreasseveração* é o fundamento teórico usado para identificar e categorizar as manobras discursivas que caracterizam os textos noticiosos *online* sobre os debates político-eleitorais, mostrando as alterações, silenciamentos, inclusões e inversões de sentidos quando comparados às falas transcritas dos debates (BENITES e ASSIS).

A obra se completa com o momento de realce da voz de Pêcheux, manifesta em sete capítulos, que realizam gestos de leitura de materialidades distintas e discussões teóricas que se baseiam nos pressupostos colocados por este autor. Nesse momento, analisam-se os modos predominantes de formulação da militância de esquerda e da resistência materializadas no discurso cinematográfico do filme **O ano em que meus pais saíram de férias** (ALVES e PASSETTI) e os grafites do artista de rua Banksy, que, ao simularem o efeito tridimensional, fazem reverberar sentidos que tem a cidade como pano de fundo (BRASIL). O pensamento de Pêcheux sobre a propaganda aparece na contraposição de um recorte do discurso de um movimento social urbano a um *slogan* de uma propaganda de campanha política para se discutir os possíveis sentidos de “defender”

(MODESTO); e sua perspectiva materialista de discurso serve como ponto de partida, tomando como materialidade o documentário **Território Vermelho**, para a discussão do movimento de visibilidade/invisibilidade social do corpo urbano como material simbólico (BRANDES). Essa perspectiva discursivo-materialista pechetiana juntamente com as contribuições de estudos marxistas do direito compõem o referencial teórico para a análise de uma reportagem sobre os direitos indígenas no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (OLIVEIRA, BERLOFFA, SANTOS e NERY).

Ainda na continuidade do momento de realce da voz de Pêcheux na composição deste volume de *Estudos do Texto e do Discurso*, dois importantes textos do autor – "Delimitações, Inversões, Deslocamentos" e "Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação" – são trazidos para a discussão do processo de identificação do sujeito na sua realização simbólica. Partindo da relação entre revolução e linguagem, estabeleceu-se o laço entre incompletude e reconhecimento, passando pela metonímia e pela metáfora, para chegar à identificação tal como a perspectiva materialista do discurso a propõe (LAGAZZI). Finalmente, a discussão de porta-voz estabelecida por Pêcheux surge no conjunto, para tentar compreender, na literatura de cordel, o modo como a voz do povo circula nesses folhetos e na mídia, indagando sobre a relação entre o poeta de cordel e a figura revolucionária do porta-voz (D'OLIVO).

Como o leitor poderá perceber, os capítulos deste livro, escritos por professores pesquisadores participantes do PROCAD e pós-graduandos das duas Universidades, em seu conjunto, trazem diferentes olhares discursivos,

diferentes investimentos teóricos e análises que recortam os materiais mais diversos, mas todos convergem para a preocupação de compreender sujeito e linguagem no jogo da produção dos sentidos, considerando as determinações que enlaçam o social em sua força simbólica.

Maringá/Campinas, junho de 2013.

Suzy Lagazzi
Edson Carlos Romualdo
Ismara Tasso

Organizadores

O “poder-corpo” nas páginas midiáticas em 2010: um dispositivo teórico-metodológico para a leitura da *corporeidade* de Dilma Rousseff

Elaine de Moraes Santos
Edson Carlos Romualdo

O corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediatamente sobre ele; elas o investem, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no ao trabalho, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhes sinais [...] (FOUCAULT, 2009, p. 28-29).

Considerações iniciais

As afirmações de Michel Foucault apresentadas na epígrafe constituem nossa premissa para mais um mergulho em discussões que vêm se cristalizando em diversas áreas do conhecimento: o estatuto do corpo humano e seu potencial comunicativo em interações políticas. Esse movimento da periferia para o centro das análises deve-se, para Cardoso (1999, p. 41), ao fato de o corpo ser “o primeiro instrumento de comunicação interindividual, o primeiro elo com o mundo”.

De uma abordagem antropológica, histórico-discursiva ou social a uma investigação de ordem mais física ou biológica do corpo em uso (individual ou coletivo), a máxima comum aos variados caminhos analíticos parece se concentrar nas relações de poder que se instauram nos e pelos corpos, confirmando as observações de Foucault

(2009) de que, desde a época clássica, houve uma descoberta do corpo como objeto e alvo do poder.

Em pesquisas anteriores¹, nosso estudo acerca do que trataremos aqui por *corporeidade*² tem se desenvolvido de forma a interrogar como se estabelece a discursivização do corpo político em veículos midiáticos impressos. Nelas, interessou-nos, em especial, a produção de sentidos desses dizeres sobre o corpo e das aparições desses corpos durante campanhas eleitorais no Brasil, pois, em eventos políticos desse porte, entendemos que a visibilidade corporal é potencializada enquanto presença física (material) ou enquanto figuração imagética (como *corporeidade*) – dado que “o corpo engendra comunicação, porque está presente, ocupa espaço, é visto, favorece o tátil” (MAFFESOLI, 1996, p.133-34).

No bojo desses nossos estudos, cujos pressupostos teórico-metodológicos mantêm filiação com a Análise do Discurso de linha francesa (AD) e dialogam com outros campos do saber³, nos foi possível cingir a maneira com que, em diversos espaços de nossa Era, a organização social da chamada *Pós-modernidade* (HALL, 2006; BAUMAN, 2001) deu vida a uma espécie de *corpo político-midiático*⁴.

¹ Santos e Romualdo (2010; 2012a; 2012b); Santos (2009; 2012).

² Ressaltamos que, em nossa proposta, a noção de *corporeidade* não se filia ao sentido como esse termo é empregado em trabalhos no interior de áreas como a Fenomenologia ou a Linguística Cognitiva.

³ Dentre os quais podemos citar a Sociologia, a Filosofia, a Ciência Política, a Comunicação e a Antropologia.

⁴ As nuances desse *corpo político-midiático* estão sendo estudadas por Santos em sua pesquisa de Doutorado em andamento, sob orientação de Romualdo, no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Este capítulo apresenta um recorte da proposta teórico-metodológica desenvolvida nessa pesquisa.

Em Santos e Romualdo (2012b), já mostramos que o destaque da imprensa brasileira acerca do corpo político, na cobertura das eleições presidenciais de 2002, configurou-se em um *discurso-denúncia* com vias à insinuação de que Luiz Inácio Lula da Silva compareceu à campanha política daquele pleito eleitoral como um *candidato-corpo* construído para a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência do Brasil, que passou décadas à luz de governos de centro-direita:

The Brazilian communication media built a productive image text to prove the discourse-denunciation of the Labor Party's change of profile. The Labor Party candidate's representation was regularly marked by contrast exposition. The thematic and visual regularities in the texts for the visual construction of the candidate-body during the process were several (idem, p. 149).

A fim de avaliar as motivações desse posicionamento midiático, nossos trabalhos procuraram fazer vislumbrar os movimentos teóricos que delinearam o surgimento de uma preocupação com a utilidade corpórea na política de/sobre Lula similarmente ao que decorreu na *fabricação de corpos doces*, tal como historiciza Foucault (2009). Pelas vias que percorremos, o caminho epistemológico do autor, que é precursor na discussão de uma *Sociedade da Vigilância* (idem), tem sido significativo à nossa compreensão quanto ao papel do corpo em diferentes momentos da história.

Em continuidade a essa questão que nos é norteadora, mas focalizando outro sujeito político do PT – a candidata Dilma Rousseff – propomos agora ilustrar, principalmente pelo cruzamento das relações de *poder* e *verdade* (FOUCAULT, 1979), o modo como alguns

pressupostos foucaultianos podem abalizar, enquanto categorias, o princípio teórico-metodológico elementar à análise discursiva da *corporeidade* política em quatro semanários brasileiros de generalidades: as revistas Carta Capital, Época, Istoé e Veja.

Assim, este texto se coloca como ingrediente potencial para circundar os contornos da *materialidade corporal* (FOUCAULT, 2010a, p. 173) da candidata do PT no pleito presidencial de 2010. A escolha desse recorte deve-se à hipótese de que a *corporeidade* política, oriunda de uma *vigilância hierárquica* (FOUCAULT, 2009, p. 165), vem sendo promovida pela *prática discursiva* (FOUCAULT, 2010c, p. 133) de um exercício, (digamos) *disciplinar*, na escrita midiática do mundo pós-moderno⁵:

O exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar: um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam [...] ao lado da grande tecnologia dos óculos, das lentes, dos feixes luminosos, unida à fundação da física e da cosmologia novas, houve as pequenas técnicas das vigilâncias múltiplas e entrecruzadas, dos olhares que devem ver sem ser vistos; uma arte obscura da luz e do visível preparou em surdina um saber sobre o novo homem, através de técnicas para sujeitá-lo e processos para utilizá-lo. (FOUCAULT, 2009, p. 165).

⁵ A despeito da pós-modernidade, tão mencionada no cenário científico recentemente, temos encontrado referência contínua a uma expressiva descentralização identitária. No universo político, tal descentralização é concomitante ao advento das diversas mídias, especialmente a partir da primeira metade do século XX.

Análogo a esse *exercício disciplinar* próprio aos acampamentos militares, que foram descritos pelo filósofo francês, a política *mediatizada* ou *espetacularizada*⁶ pelas mídias contemporâneas torna visível um novo corpo político, cujos moldes se enquadram à tela da televisão ou do computador. Nesse processo, é que se constrói, em cada aparição, a essência material de rostos para identidades tranquilas e confiáveis da *corporeidade* política, que é narrativizada na coerção de dizeres midiáticos, tal como podemos ver nas sequências discursivas mostradas a seguir:

Vestida com um terninho clássico, de tecido leve e claro, penteada e maquiada com discrição, Dilma Rousseff parece à vontade na condição de candidata. Já suavizou a postura de gerente técnica que ostentava como ministra do governo Lula. (ISTOÉ, 12/5/2010, p. 36).

Nas últimas semanas, Dilma Rousseff cumpriu uma agenda secreta. Ela se submeteu a um tratamento de correção da arcada. Os ajustes ainda não acabaram, mas as mudanças já são visíveis, com os dentes mais alinhados e o espaço entre os incisivos preenchidos. A campanha de Dilma já fez pesquisas com o "antes" e o "depois" e constatou que o novo sorriso ajudou a minimizar um certo ar de antipatia que ela projetava. Foi a terceira intervenção cosmética a que ela se submeteu desde que Lula a fez candidata. Primeiro, os óculos foram trocados por lentes de contato; depois, veio a cirurgia plástica. Lula, aliás, também deu uma ajeitada no visual em 2002: fez tratamento para ter um sorriso novo,

⁶ Em Santos e Romualdo (2010), traçamos as especificidades dos conceitos de *mediatização* e de *espetacularização midiática* da política com base em análises do pleito presidencial de 2002 no Brasil.

emagreceu, passou a usar ternos Armani... (VEJA, 5/5/2010, p. 66-67).

Nos excertos apresentados, temos acesso a descrições pormenorizadas dos cuidados com a beleza, com a apresentação física e com a postura da candidata à presidência. Oriundos do cotidiano pessoal de Dilma, todos esses procedimentos (escolha das roupas, tratamento dentário, cirurgia) são trazidos a público em uma escrita midiática que os articula aos conteúdos de natureza política (“cumpriu uma agenda secreta”). Acompanhados de fotografias cuidadosamente escolhidas, esses dizeres recortados de matérias das duas revistas (como vários outros que poderiam figurar aqui de qualquer uma das quatro mídias impressas em análise) promovem a visibilidade de um corpo moldado para vender ideias, rebater críticas, agradar o eleitorado: “já suavizou a postura de gerente técnica que ostentava”; “o novo sorriso ajudou a minimizar um certo ar de antipatia que ela projetava”; “os ajustes ainda não acabaram, mas as mudanças já são visíveis”.

Visando favorecer uma leitura discursiva-foucaultiana de sequências discursivas como essas, bem como buscando mecanismos para a análise das fotografias que acompanham tais sequências, propomos, neste texto, um percurso que se organiza em duas partes: a) no estabelecimento das *condições de possibilidade* (FOUCAULT, 2010b) da campanha presidencial de 2010 na mídia impressa que compõe nosso *arquivo*⁷ das eleições (FOUCAULT, 2010c); e b) na articulação dos conceitos essenciais ao delineamento e à

⁷ Para o filósofo francês, o *arquivo* é “o sistema que rege o acontecimento dos enunciados como acontecimentos singulares” [...] (FOUCAULT, 2010c, p. 147).

entrada no *arquivo* que possui a publicação de várias fotografias de Dilma além dos muitos *ditos e escritos*⁸ sobre o corpo da candidata petista naquele ano eleitoral.

Sem a intenção de apresentar análises específicas de uma edição ou de uma matéria jornalística, cremos que a constituição desse dispositivo e a articulação dessas partes estabeleçam o cenário profícuo, em termos teórico-metodológicos, ao manuseio do grande volume de discursos grafovisuais que compuseram o *agendamento* e o *enquadramento* da *corporeidade* da presidenciável na variedade de gêneros discursivos que é inerente à mídia impressa.

1. As condições de possibilidade das eleições presidenciais de 2010

De acordo com Foucault (1979, p. 5), o olhar analítico sobre um objeto do *acontecimento* deve considerar que “existe todo um escalonamento de tipos de acontecimentos diferentes que não têm o mesmo alcance, a mesma amplitude cronológica, nem a mesma capacidade de produzir efeitos”. A percepção do cenário discursivo construído na historicidade do pleito presidencial em destaque requer, por conseguinte, uma reconstituição dos fios que ligam os *acontecimentos* (COURTINE, 2006) políticos e que fazem com que se orientem uns para os outros.

De fato, quando se relaciona os dizeres sobre a *corporeidade* política aos objetos da (hiper/multi)mídia em que eles são veiculados, o resultado é a constituição de uma *trama discursiva* (GREGOLIN, 2004) própria e responsável

⁸ Uso da expressão que nomeia uma coleção, publicada pela Editora Forense Universitária, de textos, entrevistas e conferências de Michel Foucault.

tanto pelo *metamorfoseado*⁹ discurso político quanto pela reconfiguração da própria forma como a adesão do eleitorado (ou não) aos eventos de campanha mobilizam a constituição de pautas, alianças e legendas no *acontecimento* político-discursivo de cada pleito presidencial.

É nesse sentido que, pela arqueogenealogia foucaultiana, podemos requisitar os dispositivos fundamentais ao mapeamento daquilo que, no rol de um ano eleitoral inteiro, deu lugar a uma série aleatória de *acontecimentos* e lhes fixou algumas fronteiras (FOUCAULT, 2010b, p. 53): as *condições de possibilidade* das eleições.

A corrida presidencial de 2010 no Brasil teve como principais protagonistas os candidatos Dilma Rousseff do PT (Partido dos Trabalhadores) e José Serra do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) – ambos vultos de lideranças políticas fortes, dos governos empreendidos, respectivamente, por Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso.

O duelo dessas duas lideranças promoveu um peculiar processo associativo na imprensa, através do qual, a proposta partidária do candidato José Serra era comumente associada à maneira de governar de Fernando Henrique Cardoso. De igual forma, o apoio de Luiz Inácio à candidatura de Dilma Rousseff foi o principal foco dos produtos midiáticos sobre o favoritismo da candidata e sobre a imagem que se formava na mente do eleitorado quando se associava a proposta da petista à forma de administração pública do então Presidente da República, como exemplificam as sequências discursivas mostradas a seguir:

⁹ Em consonância ao emprego realizado por Courtine (2006), na descrição das *metamorfozes* pelas quais passou o discurso político, a partir do final do ano de 1960 na França.

A disputa política entre o PT e o PSDB ganhou na semana passada os ares de uma rixa adolescente, em que meninos competem entre si para mostrar quem é melhor ou faz mais. (ÉPOCA, 15/2/2010, p. 32).

Serra e Dilma se destacam pelo papel desempenhado nos governos Fernando Henrique e Lula. Como consequência, há a crença de que Serra tenderá a seguir o roteiro de Fernando Henrique, enquanto Dilma avançará no caminho traçado por Lula, talvez com uma pitada um pouco mais ideológica. Ela é vista como uma mulher poderosa, com um histórico de realizações no atual governo (ISTOÉ, 30/6/2010, p. 41-42).

Ao lado de Dilma, Lula apontou sua candidata como a responsável pelo sucesso do governo e sugeriu que ela é a única capaz de continuar sua obra. O programa foi visto por mais da metade dos brasileiros que estavam com a televisão ligada. (REVISTA VEJA, 19/5/2010, p.72)

O ineditismo do pleito em destaque favoreceu ainda mais a veiculação, em grande escala e de alcance desmedido, de textos jornalísticos acerca das legendas dos candidatos, das alianças partidárias e das estratégias de campanha – prática tão tradicional à cobertura midiática de eventos de natureza política desde o fim da Ditadura Militar no país.

Juntamente à proliferação dos *ditos e escritos* dos veículos de comunicação que desenharam a disputa entre Dilma e Serra, a eleição presidencial de 2010 também promoveu um enorme engajamento dos eleitores de diferentes segmentos sociais. Na verdade, a polêmica instaurada pela maneira como cada um dos dois candidatos defenderam temas como a liberação do aborto ou a aprovação do casamento homoafetivo, entre outros, fomentaram, de um lado, a circulação de pareceres sobre

cada *acontecimento* político nos espaços cotidianos das ruas ou dos convívios familiares e, de outro, a realização de postagens constantes em *timeline* de diferentes redes sociais.

Desde as eleições de 1994, o convívio e a disputa entre as duas *Formações Discursivas* inerentes à configuração desses dois eixos se repetiram em cinco embates consecutivos pela presidência. No entanto, em três deles, o PT, como partido de oposição, ocupava apenas o segundo lugar nas intenções de voto. Apesar da acirrada disputa entre os dois antagonistas partidários, Dilma Rousseff ocupou, em boa parte do ano eleitoral, o 1º lugar nas pesquisas de opinião, sobretudo por representar a continuidade da política empreendida em dois mandatos de um governo de alta popularidade, como foi o do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva: “Já dá para afirmar, o presidente Lula é o governante mais popular da história do País. Sai do posto daqui a alguns meses com a maior aprovação jamais registrada na República” (ISTOÉ, 11/8/2010, p. 20). Entre as principais *condições de possibilidade* das duas campanhas, esteve, portanto, o fato de que os *olhos do poder*¹⁰ recaíram em especial sobre a carreira profissional e a vida pessoal da possível sucessora de Lula.

No embalo do crescimento econômico e beneficiada pelo alto grau de satisfação popular com o governo, Dilma não só mantém folgada dianteira nas pesquisas de opinião como ainda é apontada como favorita para liquidar a fatura no primeiro turno. As pesquisas revelam que a maioria da população já decidiu como e por que vai votar. No dia 3 de outubro, não estará decidindo sobre responsabilidades de quebra de sigilo. O que está em jogo para o eleitor é o governo

¹⁰ Expressão que figura como título de um capítulo da obra de Foucault (1979, p. 219).

que ele vai levar ao poder. E aí a opção pela continuação da administração atual vem sendo acachapante. (ISTOÉ, 15/9/2010, p. 40).

No limiar do recorrente *agendamento imagético* (SANTOS; ROMUALDO, 2010) da candidata petista, podemos encontrar mais uma vez o questionamento da mídia acerca do uso do corpo político como estratégia de *marketing* na trajetória de campanha do Partido dos Trabalhadores. Com isso, acreditamos que, na regularidade desse *enquadramento* da imprensa, resida não apenas uma crítica destinada à formação de opinião pública, mas também a ciência do relevante papel que o corpo, de uma maneira geral, pode imprimir na forma de fazer política de diferentes regimes de governo¹¹.

A aparição na tela é tida como a estreia oficial de sua campanha, muito embora o lançamento formal só esteja previsto para junho, como estabelece a lei eleitoral. Para chegar a esse momento, Dilma preparou-se. Cercada de um plantel de assessores, ela está repaginando o discurso, atitudes e mesmo o humor. Mais solta e falante, Dilma deu claras demonstrações da nova fase [...] Por trás da metamorfose da candidata, um amplo debate vem ocorrendo sobre qual a sua imagem ideal para conquistar as urnas: a da Dilma autêntica ou a daquela que vem sendo moldada pelo marketing, com uma roupagem mais leve que a do figurino original. (ISTOÉ, 12/5/2010, p. 20).

¹¹ Ressaltamos a importância e a historicidade dos pressupostos presentes em Haroche (1998), Courtine (2003), Elias (2011) sobre o uso do corpo na Monarquia.

Dilma levará a vida dupla de ministra-candidata até abril. Depois da desincompatibilização, perderá uma importante muleta eleitoral: o cargo e o direito de inaugurar obras com o presidente Lula. Dilma terá, pela primeira vez, de voar sozinha. Não como ministra, mas como política em campanha eleitoral. A partir daí será possível testar se a metamorfose foi apenas visual ou se realmente transformou a rainha do PowerPoint em uma política com sede de palanque, de povo e capaz de ganhar votos. (ÉPOCA, 22/2/2010, p. 41).

Nas duas seqüências discursivas apresentadas, são esboçadas as especificidades de uma *metamorfose* política sendo atribuída, nos dizeres midiáticos, às mudanças corporais pelas quais a candidata do PT passou. Na criação de uma visibilidade a esse processo relatado pela imprensa, as matérias não economizaram esforços na publicação de fotografias que apontam para a legitimidade desse cuidado com a imagem nas campanhas do partido.

Assim, nas *práticas discursivas* (FOUCAULT, 2010c) midiáticas, a análise da campanha ressaltou o bem-sucedido empreendimento do PT na exibição de uma presidenciável com o corpo e o gesto moderados – características que compuseram, de acordo com esses *olhos do poder* (FOUCAULT, 1979), o retrato de uma *corporeidade* dotada da sensibilidade positiva, que é tradicionalmente associada às mulheres. No entanto, a firmeza advinda da carreira política de Dilma Rousseff no Ministério de Minas e Energia, bem como o histórico de militância partidária na época da Ditadura favorecia, por seu lado, o desenhar de uma candidata dotada dos atrativos essenciais à continuidade dos empreendimentos de oito anos de um governo de esquerda, cuja aceitação pública foi a maior da história política do Brasil.

Dilma dedicou a maior parte de sua agenda à elaboração e gravação do spot que terá dez minutos de duração. Tudo foi produzido nos mínimos detalhes. Os assessores da ex-ministra apostaram no tom emocional, no linguajar mais simples e no gestual suave, com o objetivo de conquistar a simpatia dos telespectadores e, assim, encurtar a distância que a separa do pré-candidato do PSDB, José Serra. (ISTOÉ, 12/5/2010, p. 36).

Aos poucos, essa Dilma durona passou por uma metamorfose. Fez uma cirurgia e trocou os óculos por lentes de contato. Passou a sorrir mais. Começou a misturar frases mais coloquiais e amigáveis em meio a estatísticas em assuntos como energia, petróleo e siderurgia. Fez pequenas intervenções plásticas no rosto e adotou roupas menos sérias. A Dilma técnica foi substituída pela Dilma política, risonha e candidata à Presidência. (ÉPOCA, 22/2/2010, p. 38).

No íterim das matérias jornalísticas sobre Dilma Rousseff, vemos, pois, pelos olhos da imprensa, as engrenagens de um “poder-corpo” potencializadas ao máximo na política eleitoral. E, como nos alerta Foucault (1979), nada supera o exercício do poder em termos materiais, físicos e corporais. Junto ao *controle-repressão* (idem) midiático das mudanças esboçadas na *corporeidade* de Dilma Rousseff, foram igualmente comuns as matérias jornalísticas que questionaram a habilidade discursiva da ex-ministra para responder aos recorrentes assédios da imprensa nacional.

Uma novidade, porém, poderá ser percebida logo de cara. O eleitor verá Dilma, conhecida pela fama de executiva autoritária, sob nova roupagem, bem mais afável e descontraída. Fruto, aliás, do intenso

treinamento que a ex-ministra vem realizando com a jornalista Olga Curado, que a partir de agora acompanhará Dilma em entrevistas e viagens. (ISTOÉ, 12/5/2010, p. 38).

Além disso, a questão da falta de experiência em cargos eletivos da petista e, portanto, o contrassenso de sua candidatura ao cargo máximo na carreira política de um país de regime presidencialista foram nuances que fecharam as arestas de uma *ordem discursiva* (FOUCAULT, 2010b) ao tratamento da campanha política na cobertura das eleições presidenciais brasileiras.

Mesmo convencidos de que o debate da Band não prejudicará a liderança de sua candidata nas pesquisas, assessores de Dilma Rousseff esperam convencê-la a se preparar melhor para os próximos quatro encontros no primeiro turno. Embora seja a primeira a admitir sua falta de experiência em campanha, Dilma tem resistido a ensaiar boa parte das técnicas de treinamento de mídia, que envolvem o aprendizado para preparar e decorar frases prontas, responder a perguntas inesperadas, ensaiar gestos e movimentos diante das câmeras – tudo aquilo que lhe faltou na quinta-feira passada. (ÉPOCA, 9/8/2010, p. 31).

Lula concebeu a candidatura de Dilma à sua imagem e semelhança, muito embora faltem à ex-ministra o carisma e o traquejo político do seu mentor. Para Lula, não é um problema. Ele acredita piamente na continuidade de seu trabalho na Presidência. Com Dilma. (ISTOÉ, 11/8/2010, p. 20).

A descrição-interpretação dessa ordem enquanto *acontecimento* discursivo inerente à escrita documental dos

veículos de comunicação requer, a nosso ver, uma interrogação quanto ao seu potencial na ‘fabricação’ de verdades sobre a candidata, sobre o PT e sobre a campanha de 2010, no *arquivo* formado da cobertura das eleições presidenciais desse ano, porque:

a produção de discursos “verdadeiros” (e que, além disso, mudam incessantemente) é um dos problemas fundamentais do Ocidente. A história da “verdade” – do poder próprio aos discursos aceitos como verdadeiros, está totalmente por ser feita. (FOUCAULT, 1979, p. 231).

Dessa forma, partindo do pressuposto de que a representação social dos sujeitos políticos, assim como a de qualquer outro, tem tessitura no interior das *práticas discursivas* (FOUCAULT, 2010c), cremos que o exercício dado a desestabilizar os *efeitos de verdade* (FOUCAULT, 1979) produzidos no interior dos dizeres da mídia brasileira legitima-se, portanto, como um caminho bastante fecundo a um gesto de análise de discursos da/sobre a *corporeidade político-midiática* no país.

2. A constituição de um dispositivo para a leitura do *arquivo* midiático sobre Dilma Rousseff

Enquanto mecanismo de poder, a política é detentora de uma fala própria que lhe permite articular-se a outros dispositivos na fabricação e na circulação da dinâmica de sua existência. Quando imersa nas multifaces dos meios de comunicação de massa, durante as coberturas de campanha político-eleitoral, tem-se não apenas o cruzamento de dois campos distintos do saber, mas o surgimento de um novo

lugar discursivo capaz de silenciar, de agendar ou enquadrar sujeitos, conteúdos e eventos na mesma proporção em que se podem criar efeitos de evidência como naturais aos fios discursivos de um conteúdo vendido como informacional.

Analisar o cruzamento desses dois campos distintos, portanto, requer a percepção de que, como ferramenta do discurso político, a enunciação midiática pode ser direcionada à fabricação de conteúdo rentável e facilmente consumível pelo público ou pode se voltar à formação/manutenção de opinião pública (CHARAUDEAU, 2006). Por isso, uma análise discursiva desses dados do real deve ser voltada à descrição/interpretação tanto das estratégias empregadas nos fios discursivos dessa escrita, quanto da escolha dos temas que podem figurar, a partir de efeitos de evidência, como informação, concomitantemente à interrogação do silenciamento de outros assuntos, que poderiam motivar a fabricação de notícias, mas são deixados no esquecimento.

Conforme Navarro (2011, p. 142), o presente ganha estatuto histórico e se torna *acontecimento* (COURTINE, 2006) jornalístico no interior dos dizeres midiáticos, que são pautados no emprego de estratégias de manipulação do real: “o acontecimento é, antes de tudo, produto de uma montagem de escolhas orientadas de imagens, que lhe permitem o efeito de acontecência”. Por assim ser, a escolha dos matizes para o adentramento na *corporeidade* política como produto discursivo das páginas midiáticas requer o acionamento de pressupostos afinados à heterogeneidade de nosso objeto de análise e destinados à promoção de uma leitura da *materialidade corporal*, discursivizada, no *arquivo* político-midiático das eleições.

Dada a complexidade do conjunto de informações políticas que circulam diariamente nas *práticas discursivas*

dos veículos de comunicação, delimitamos nosso *arquivo* pela totalidade de textos (e a natureza de suas composições) de mais de 200 edições que perfazem as publicações das quatro revistas de generalidades, com significativa circulação no país: as revistas Carta Capital, Época, IstoÉ e Veja. Nelas, o cerne das reportagens se constitui em geral como fonte de informação sobre acontecimentos da semana, o que favorece a realização de um recorte voltado para uma menor quantidade de edições, do que seria necessário para a análise de jornais de circulação diária, por exemplo.

Dentre as variáveis pertinentes à entrada nesse *arquivo*, nosso *gesto de leitura* (ORLANDI, 1996) tem como visada principal um dos enfoques midiáticos mais regulares durante o ano eleitoral: a relação Lula-Dilma. Na maioria *dos ditos e escritos* da imprensa brasileira, o retrato do perfil público da candidata do PT foi traçado de forma articulada à constante recuperação, no *eixo da formulação* (ORLANDI, 2010), da figura política de Lula como condição essencial ao desempenho de Dilma Rousseff na corrida presidencial, como pode ser visto nas sequências a seguir:

Sem poder mais contar com Lula ao seu lado para fazer a campanha, a ex-ministra monta agenda que busca ampliar sua identificação com o presidente. (ISTOÉ, 7/4/2010, p. 37).

O presidente Lula desempenhará papel importante, ao enaltecer a contribuição de sua candidata para o êxito do governo, à frente dos ministérios de Minas e Energia e Casa Civil. (ISTOÉ, 12/5/2010, p. 38).

O caráter peculiar desse movimento discursivo da mídia motivou nosso interesse em lançar mão de recursos que nos permitam avaliar os fios dessa composição, na

tentativa de estabelecer uma *ordem discursiva* para esse tratamento, sobretudo pelos sentidos que esses fios adquirem quando tais sequências são articuladas à *corporeidade* de Dilma/Lula nas páginas das revistas em análise.

A despeito do modelo de sociedade existente no século XVII, por exemplo, Foucault (1979, p. 145) já alertava para o estatuto do corpo no sucesso de um empreendimento político da época: “o corpo do rei não era uma metáfora, mas uma realidade política: sua presença física era necessária ao funcionamento da monarquia”. No pleito presidencial de 2010, a mídia impressa favoreceu a leitura dessa presença do presidente da República, na campanha de sua candidata, como motivo potencial aos bons números do partido nas pesquisas.

Afeitos à manutenção dessa relação Dilma/Lula nas edições adquiridas, resgatamos a proposta de Maingueneau (2008), acerca de três categorias que lhe são sugeridas como pertinentes para certa operacionalização da noção usual de *interdiscurso* (idem) como metodologia de trabalho propícia para a grande massa de dados que advém da heterogeneidade de gêneros jornalísticos que figuram nos semanários de nosso *arquivo* (FOUCAULT, 2010c). Pela primeira delas, o *universo discursivo*, separamos o conjunto de *Formações Discursivas* – FD – (FOUCAULT, 2010c) que promoveram *agendamentos* (AZEVEDO, 2004) de Dilma Rousseff nas revistas coletadas.

E já que o papel do *universo discursivo* é apresentado como a extensão necessária ao recorte que dá acesso aos domínios analisáveis do *arquivo*, o uso dessa primeira categoria foi produtivo aos nossos objetivos analíticos porque nos permitiu chegar à segunda categoria, o denominado *campo discursivo*. Através dele, pudemos adentrar as FD que compõem regiões organizadas

socialmente no interior do próprio *universo discursivo*. Dito de outro modo é pelo *campo discursivo* que delineamos os *agendamentos* dos dizeres sobre a imagem de Lula como forma de *enquadrar* (PORTO, 2004) a candidata do PT nas *práticas discursivas* da cobertura midiática.

Uma vez que a identidade está atrelada à historicidade e à memória, a investigação dos mecanismos de construção dos discursos político-midiáticos, ancorada nos pressupostos da AD, permite a escolha do *método arqueogenealógico* de Foucault (2010c) no acionamento dos princípios de *regularidade* e *dispersão*, os quais garantem o ponto de ligação entre a riqueza e a heterogeneidade de dizeres disponíveis para engendrar uma leitura discursivo-foucaultiana dos semanários.

Então, a terceira categoria, chamada de “espaços discursivos”, é operacional ao nosso percurso, uma vez que, como recorte de um campo discursivo maior, é a delimitação do *espaço discursivo* (MAINGUENEAU, 2008) que vai garantir, na dispersão de *enquadramentos* regulares aos dois sujeitos políticos citados, aqueles promovidos pelo uso da *corporeidade*, isto é, pelo *enquadramento* concomitante da materialidade corporal (SANTOS; ROMUALDO, 2010).

Como se vê, a imensa produção de sentidos que só esse cenário político já nos permite ampliar torna-se ainda mais significativa se observada a partir de um olhar acerca do papel da mídia no tratamento desse processo. Por essa razão, o desejo de esboçar um mapeamento do *arquivo* político do pleito presidencial de 2010 nos leva a aprofundar o estudo da relação entre o corpo e sua figuração na política midiática pós-moderna.

De certo modo, podemos aproximar os recursos geradores da escrita jornalística aos procedimentos descritos por Foucault (2009, p. 39) acerca da escrita jurídica, já que

ambas figuram como fabricantes de discursos atestadores de uma veracidade que se quer imprimir aos fatos sentenciados/noticiados: “a informação penal escrita, secreta, submetida, para construir suas provas, a regras rigorosas, é uma máquina que pode produzir a verdade na ausência do acusado”.

Assim sendo, na mídia televisiva, os próprios sujeitos políticos, na simultaneidade de seus gestos e de sua existência material, constituem os cenários “concretos” à produção da informação pública. Nos veículos midiáticos impressos, entretanto, a ausência física da autoridade política, tal qual a dos acusados mencionados por Foucault (2009), é preenchida pela dizibilidade de mecanismos imateriais, inumanos, mas instrumentos perspicazes na produção de um valor de verdade aos fios discursivos que compõem a *corporeidade*.

De acordo com Maffesoli (1996, p. 134), “a corporeidade é o ambiente geral no qual os corpos se situam uns em relação aos outros [...] é, portanto, o horizonte da comunicação que serve de pano de fundo à exacerbação da aparência [...] ela faz ver”. Pensando nessa concepção, o delineamento do arsenal teórico-metodológico de nossa proposta passa também pela análise do funcionamento discursivo da *imagem* – forma material que, inscrita historicamente, tem estatuto de enunciado – como meio para chegarmos à representação do corpo: “a imagem, tornando visível, pode representar o papel de um sacramento generalizado” (MAFFESOLI, 1996, p. 135).

Courtine (2006) nos lembra que a palavra não pode mais ser dissociada do corpo, do gesto, pois o texto se torna indecifrável quando retirado de seu contexto, no qual não se pode separar linguagem e imagem. Então, do mesmo jeito que as mídias promovem o *agendamento* e o *enquadramento* das temáticas de campanha durante todo o período eleitoral, também as imagens são passíveis de tais processos e

reclamam, portanto, um olhar apurado sobre sua condição de existência no contexto espetacular de suas aparições.

Se, como propõe Maffesoli (2000, p. 46), no cerne da organização social “só se existe no, e pelo olhar do outro, donde a importância dos corpos em exibição, de suas metamorfoses e mesmo de suas mutações”, nosso exercício de descrição-interpretação de como o corpo político produz sentidos quando *metamorfoseado* nos discursos políticos-midiáticos analisa, como *corporeidade* política de Dilma, o signo imagético que lhe permite uma materialização essencial à sua existência/permanência nas páginas midiáticas.

Desta forma, nossa leitura do *arquivo* formado pelas publicações dos semanários sobre o sujeito político Dilma Rousseff na campanha presidencial de 2010 focaliza como *espaço discursivo* a *corporeidade* política, que *agendada* e *enquadrada* em diferentes edições, por *práticas discursivas disciplinares* de uma *vigilância hierárquica* (FOUCAULT, 2009) da mídia, é a representação de uma realidade que é fabricada pelos *efeitos de poder* inerentes à dizibilidade midiática:

Temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele “exclui”, “reprime”, “recalca”, “censura”, “abstrai”, “mascara”, “esconde”. Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção (FOUCAULT, 2009, p. 189).

Considerações finais

Em continuidade aos estudos que vimos realizando sobre como ocorre a discursivização do corpo político em veículos midiáticos, procuramos mostrar, no

desenvolvimento deste capítulo, uma proposta teórico-metodológica, à luz de pressupostos discursivo-foucaultianos, para a leitura da *corporeidade* na mídia impressa do sujeito político Dilma Rousseff, na campanha presidencial brasileira de 2010. Nosso percurso toma como ponto de partida o cruzamento das proposições acerca de *verdade* e *poder*, apresentadas por Foucault (1979), para o estabelecimento de outras categorias que permitam realizar nosso gesto de leitura do *arquivo* das eleições.

Dessa forma, analisamos as *condições de possibilidade* do pleito presidencial de 2010 no Brasil. Esse exame possibilitou-nos verificar que a campanha se caracterizou como uma disputa acirrada entre os candidatos Dilma Rousseff do PT e José Serra do PSDB, cujas propostas partidárias eram associadas pela imprensa, respectivamente, às formas de governar dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso. Devido ao constante tratamento de temas polêmicos, como a descriminalização do aborto e do casamento homoafetivo na mídia brasileira daquele ano, verificamos que houve também o engajamento dos próprios eleitores na produção de dizeres em espaços cotidianos e nas redes sociais.

Em conformidade com nossos estudos anteriores, encontramos novamente o questionamento da mídia sobre o uso do corpo político como estratégia de *marketing* na campanha do PT, o que, para nós, mostra não só um posicionamento crítico da imprensa destinado à opinião pública, mas principalmente a relevância do papel do corpo na forma de fazer política. Compuseram, ainda, *as condições de possibilidade* da campanha, a representação de uma *corporeidade* mais feminina da candidata Dilma Rousseff, que, sempre a frente nas pesquisas de opinião, procurou explorar uma sensibilidade positiva, tradicionalmente

ligada às mulheres, como estratégia modificadora da imagem de dura executiva de cargos governamentais. Nessa direção, outra regularidade encontrada no *arquivo* em análise é o aparente contrassenso da candidatura de Roussef ao cargo de presidente da República frente a sua inexperiência em cargos eletivos.

Como vimos, para a leitura da *materialidade corporal* de nosso arquivo, nossa proposta teórico-metodológica toma como base conceitos foucaultianos aos quais somamos outros de diferentes campos de que são, por vezes, deslocados para moldarem-se às especificidades de nosso objeto e ao gesto de leitura a que nos propomos. No âmbito da AD, ao arcabouço foucaultiano, somamos mais notadamente as contribuições de Maingueneau (2008), com as concepções de *universo discursivo*, *campo discursivo* e *espaço discursivo*, que o autor aponta como pertinentes para uma operacionalização da noção de *interdiscurso*. Esses conceitos auxiliam-nos na formação de nosso dispositivo teórico-metodológico para a entrada no arquivo e para o tratamento da heterogeneidade de nosso objeto de análise.

Referências

AZEVEDO, F. A. Agendamento da Política. In: RUBIM, A. A. C. (Org.). **Comunicação e Política: Conceitos e Abordagens**. Salvador: Edufa, 2004. p. 310-345.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CARDOSO, C. O. O corpo presente. In: RUBIM, A. C. et al. **Comunicação e sociabilidade nas culturas contemporâneas**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 41-53.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. Tradução de Ana M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

COURTINE, J. J. **Metamorfoses do Discurso Político** – derivas da fala pública. Tradução de Carlos Piovezani e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2006.

_____. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, M. R. (Org.). **Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 21-34.

ELIAS, N. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Volume I. Tradução de Ruy Jungmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalheite. 37. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010a.

_____. **A ordem do discurso**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 20. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010b.

_____. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010c.

GREGOLIN, M. R. Michel Foucault: o discurso nas tramas da História. In: FERNANDES, C.; SANTOS, J. B. C. (Org.). **Análise do Discurso**: unidade e dispersão. Uberlândia: Entremeios, 2004. p. 19-42.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HAROCHE, C. **Da Palavra ao Gesto**. Tradução de Ana Montoia e Jacy Seixas. São Paulo: Papirus, 1998.

MAFFESOLI, M. **No fundo das aparências**. Tradução de Bertha Halpern Gurovitz. Petrópolis: Vozes, 1996.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

NAVARRO, B. Análise do Discurso ao lado da língua, da imagem e da história. In: BARONAS, R. L.; MIOTELLO, V. (Org.). **Análise de discurso**: teorizações e métodos. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011. p.135-159.

ORLANDI, E. **Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 9. ed. Campinas: Pontes Editores, 2010.

PORTO, M. P. Enquadramentos da Mídia e Política. In: RUBIM, A. A. C. (Org.). **Comunicação e Política**: Conceitos e Abordagens. Salvador: Edufa, 2004. p. 310-345.

REVISTA ISTOÉ. São Paulo: TRÊS, Ano: 34, nº 2108, 7 de abr. 2010.

_____. São Paulo: TRÊS, Ano: 34, nº 2113, 12 de mai. 2010.

_____. São Paulo: TRÊS, Ano: 34, nº 2120, 30 de jun. 2010.

_____. São Paulo: TRÊS, Ano: 34, nº 2126, 11 de ago. 2010.

_____. São Paulo: TRÊS, Ano: 34, nº 2131, 15 de set. 2010.

REVISTA ÉPOCA. São Paulo: GLOBO, nº 613, 15 de fev. 2010.

_____. São Paulo: GLOBO, nº 614, 22 de fev. 2010.

_____. São Paulo: GLOBO, nº 638, 9 de ago. 2010.

REVISTA VEJA. São Paulo: ABRIL, Ano 43, nº 18, 5 de mai. 2010.

_____. São Paulo: ABRIL, Ano 43, nº 20, 19 de maio 2010.

SANTOS, E. M. **O espetáculo político e a docilização do corpo na campanha eleitoral de Lula em 2002.** 2009. 167 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

SANTOS, E. M. A vigilância sobre os corpos políticos: da monarquia para a campanha presidencial de 2002. In: Colóquio Internacional de Estudos Linguísticos e Literários, 2., 2012, Maringá. **Anais...** Maringá: UEM-PLE, 2012, p. 1-13. Disponível em: <<http://www.cielli.com.br/downloads/457.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

SANTOS, E. M.; ROMUALDO, E. C. Mídia e espetacularização: os entornos da mídia na campanha eleitoral de Lula em 2002. In: POSSENTI, S.; PASSETTI, M. C. (Org.). **Estudos do texto e do discurso: mídia e política.** Maringá: Eduem, 2010. p. 123-148.

_____. O “Sapo Barbudo” e o “Lulinha paz e amor”: as identidades de Lula construídas pela mídia na campanha de 2002. In: TASSO, I.; NAVARRO, P. (Org.). **Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas**. Maringá: Eduem, 2012a. p. 135-160.

_____. Body control in media-normalizing politics: regularities in the 2002 Lula election campaign. **Acta Scientiarum**. Maringá, v. 34, n. 2, p. 143-151, July-Dec., 2012b.

Olhares e dizeres da mídia sobre corpos em vigília: a fotografia-documento e o inventário do real¹

Ismara Tasso

“O discurso, como se sabe, tem o poder de deter a flecha já lançada em um recuo do tempo que é seu espaço próprio”. (FOUCAULT, 2001, p. 47)

Considerações iniciais

Na imensurável distância entre o dado e a intrincada novidade, o percurso aqui proposto perpassa terrenos, não raros, conflituosos e fartos de contradição, dos quais destacamos aqueles circunscritos a políticas afirmativas urdidas em condições específicas de existência enunciativa, cujas bases de sustentação têm seu aparato na biopolítica. Perspectiva pela qual se intenta compreender os regimes de visibilidade e de invisibilidade inscritos na materialidade discursiva imagética composta por uma série enunciativa, cuja ulterioridade a constitui documental, dada a possibilidade de transpor a condição *noemática*² inerente e irrestrita das imagens enredadas na instância da memória discursiva, em especial aquelas circunscritas à fotografia.

Tatear dimensões operacionais entre imagem, história, memória e cultura na mídia implica, entre outros procedimentos, traçar o modo como a singularidade do ato

¹ O estudo teórico-analítico deste capítulo é parte do Projeto de pós-doutoramento, em andamento, do Programa Procad-CAPES UEM/UNICAMP.

² As noções fundantes do conceito *noema* encontram-se na obra **A câmara clara**, de Roland Barthes (1984).

responsável pelo “interfuit” de certa imagem é constituído. Gesto despendido à apreensão, pelo viés discursivo, do que possibilita a uma imagem evocar que o que se encontra reproduzido existiu e esteve em um determinado espaço, em determinado “instante” temporal para, então, investir na transposição das barreiras que sustentam a ilusória evidência do real. Nessa direção, procede-se à cata de desvelar, desse duplo emoldurado e produzido em circunstâncias específicas, o instante vivido, consagrado, que faz emanar, imensuravelmente, efeitos miméticos da realidade. Seria essa uma forma de compreender a verdade do presente? Ou ainda, de estabelecer as condições de possibilidade de buscar, na teia discursiva composta por imagens documentais, o que existiu em certos regimes de olhares em governamentalidade? Poderia, assim, pela mobilização do “isso-foi” do instantâneo, em suas múltiplas interfaces, instaurar uma cartografia do “real” passado ao fugaz presente?

Sob tal delineamento e indagações, o presente capítulo visa tratar dos modos como corpos em vigília são retratados em discursos da mídia e a imagem do acontecimento instada a compor o inventário fotográfico do real. Escopo que toma a expressão “corpos em vigília” para além de compreendê-la, de forma pontual e específica, como populações que se encontram à margem da sociedade brasileira, alvo de transformações socioculturais e políticas e que se mantém em constante estado de vigilância, de cautela e de resistência à imposição do outro – aquele que lhe serve de parâmetro e de equiparação. Compreender o presente, nessa medida, corresponde ao papel de escavar discursividades em territórios políticos e midiáticos, em busca de “pontos de orientação” à subjetivação dos sujeitos em cuja governamentalidade pulsa a força que os impele a

traçar para si “novos objetivos de vida e novos padrões de conformidade para substituir aqueles que costumavam ser fornecidos pelas comunidades em que as vidas humanas, do berço ao túmulo, se inscreviam, mas que se extinguíram, ficaram inacessíveis ou caíram [ou se encontram prestar a cair] em desuso” (BAUMAN, 2003, p. 114).

Assim, a significação para a expressão “corpos em vigília” adianta-se à que se define na complexa rede discursiva circunscrita a condições de emergência e de existência afetas à diversidade – universal concreto de toda a realização humana (SODRÉ, 2006) – ou a espaços de contradição à orientação sobre a conduta política e social ao diferente. Nessa tessitura, o termo “corpos” comporta os sujeitos da diversidade que se encontram, pela própria condição de existência, em entre lugares; estes que comumente são demarcados por uma geografia econômica, política e cultural, não de todo consensuais. Razão de esses lugares se constituírem em espaços multifacetados do diverso, do que pertence ou não, do que se reconhece ou não, do que se identifica ou não; por isso, lugares nos quais os jogos de força se estabelecem em meio a uma rede discursiva complexa. Dessa feita e à esteira do dizer de Augê (1994), trata-se de “lugares de polaridades fugidias”, já que um desses polos compreende e representa o lugar nunca apagado, enquanto o outro corresponde ao lugar que nunca se realiza plenamente. A bipolaridade imaginária, neste caso, é um efeito da condição desigual em que “ser local num mundo globalizado é sinal de provação e degradação social” (BAUMAN, 1999, p. 8). Nessa direção, corpos são instâncias da materialidade constituinte de superfícies de inscrição de acontecimentos discursivos. Em conjunção com a expressão “em vigília”, “corpos” compõem a fórmula designativa de população minoritária, cuja ordem organizacional justifica-se

em torno o compartilhamento de uma identidade cultural, seja ela pautada por definições de gênero, etnia, raça, orientação sexual, ou de outro modo de vida compartilhado que impõem demandas por políticas específicas. Nesse seguimento e para a presente proposição, corpos em vigília correspondem aos sujeitos biologicamente constituintes de etnias indígenas³, cujas forças mais imediatas de manifestação ganham visibilidade nas instâncias da cultura. Estas que, nas palavras de Bauman (2012, p.28), comportam o fenomenal paradoxo “o que quer que sirva para a preservação de um padrão também enfraquece seu poder, [pois] a busca da ordem torna toda ordem flexível e menos que atemporal”, razão de o termo abarcar também o contido em corpo social. A cultura, de acordo com esse teórico, sofre, na atualidade, a tendência de ser avaliada

Tanto [como] um agente da desordem quanto um instrumento da ordem; um fator tanto de envelhecimento e obsolescência quanto de atemporalidade. O trabalho da cultura não consiste tanto em sua autopetuação quanto em garantir as condições para futuras experimentações e mudanças (BAUMAN, 2012, p. 28).

³ Destacamos que tal população tem seu reconhecimento instituído pela Lei 14.453/07, sancionada pelo Governo do Estado do Paraná, que dispõe sobre a Política Estadual de Apoio às Comunidades Indígenas do Estado do Paraná. A Lei define, para efeito de sua aplicação, em seu Art. 1 – parágrafo único, que (i) os povos indígenas compreendem “as coletividades que se distinguem entre si e no conjunto da sociedade nacional em virtude de seus vínculos históricos com populações de origem pré-cabraliana”; e (ii) como comunidade indígena, “o grupo humano local, parcela de um povo indígena organizada segundo seus usos, costumes e tradições e localizadas no território nacional independentemente da situação das terras que ocupem”.

Nesses parâmetros, a cultura é fator de unidade, mas também é o de segregação, quando regida precisamente pelas diretrizes da diversidade cultural⁴. Ordem política que subsidia o processo de assimilação do indígena à sociedade não indígena por dispositivos de subjetivação, amparados em regimes de verdade sobre o cerceamento da intolerância ao diferente. No exercício da governamentalidade, os princípios da biopolítica regem condutas institucionais que primam por tornar visível a concessão de direitos plenos da cidadania ao sujeito da diversidade, com vistas a atender às crescentes demandas sociais. Dinâmica que possibilita a tesauroização do sujeito indígena da contemporaneidade.

Diante disso, o olhar reflexivo empreendido procura se estabelecer com vista a ultrapassar encadeamentos ajustados à medida de sucessões aparentes, à procura dos dispositivos que regem a descontinuidade característica da contemporaneidade. Valemo-nos, para isso, de reflexões acerca do acontecimento discursivo “Brasil 500 anos”, de modo a compreendê-lo sob a força da transformação do descontínuo, trajetória alinhavada com o distanciamento das amarras da história em sua forma clássica, para a qual “a descontinuidade [fora] estigma de dispersão temporal que o historiador tinha o encargo de suprimir da história” (FOUCAULT, 2000, p. 84). Dessa forma, este estudo de natureza teórico-analítico prioriza a compreensão do modo

⁴ Não nos deteremos às especificidades da evolução terminológica de “diversidade cultural”, contudo, o termo é tomado pela força sociopolítica conquistada pela emergência enunciativa em que se inscreve no campo discursivo, e em cujos efeitos contribuíram para a realização da “Convenção sobre a proteção e promoção da Diversidade das Expressões Culturais”, celebrado na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura em sua 33ª reunião, em Paris, em outubro de 2005.

como a força verídica do enunciado se instaura na visibilidade do texto, reservando à opacidade da linguagem iconográfica um conjunto de possibilidades de atualizar a narrativa do rito da “descoberta”. Trata-se de um investimento que demanda a constituição dos sentidos pelos vieses da língua, da história e da memória. Vieses pelos quais a mídia, na esteira complexa do funcionamento discursivo, coloca em jogo a perversa sentença “fazer viver e deixar morrer” – princípio da biopolítica foucaultiana que rege a norma constituinte de regimes do dizer e do olhar corpos em vigília.

1. Regimes de verdade e práticas discursivas: contrapontos entre materialidades significantes

A prática de leitura iconográfica implica essencialmente atentar para o fato da inadequação de um estudo que trate apenas do visível e refute a possibilidade de a palavra recuperar o que se vê, porque "o que se vê não se aloja jamais no que se diz, e por mais que se faça ver o que está dizendo por imagens, metáforas, comparações, o lugar onde estas resplandecem não é aquele que os olhos descortinam, mas aquele que as sucessões da sintaxe definem" (FOUCAULT, 1999a, p.12), já que os elementos constituintes do enunciado imagético organizam-se de forma própria, alinear. Comporta, assim, uma modalidade de escritura cujos vínculos com o universo simbólico mantêm-se por diferentes materialidades e cujo elo estabelece-se em torno de um acontecimento discursivo. Dessa forma, os sentidos não se encontram apenas no que nos é mostrado, mas na conjunção do visível com o inteligível e no entrecruzamento de

diferentes formações discursivas e de campos associados. Complexidade que delega ao inteligível o pertencimento ao plano do conteúdo e o visível ao da forma.

No universo arquitetônico da leitura iconográfica, as condições instituídas para a (i)legibilidade de um texto têm suas amarras na constituição do estatuto que regeu a interpretação até o século XIX, formalizado para a modalidade verbal. Estatuto que manteve tal processo inscrito na ordem das lógicas consensuais e fortemente alicerçado em bases referenciais do século XVI, época em que os signos se distribuíam num espaço homogêneo, em todas as direções, de uma maneira também reconhecidamente homogênea. A interpretação tratada sob tais moldes teve seus indícios de superação, a partir do século XIX, com as contribuições de Freud, Marx e Nietzsche. Desde então, os signos foram escalonados em um espaço diferenciado, seguindo a dimensão denominada profundidade⁵, entendida, conforme explicitada por Foucault (2000, p. 43-44), não como interioridade e sim como exterioridade. De mais a mais, nesse seguimento, a verdade tem

instantes propícios, lugares privilegiados não somente para sair da sombra, mas, sem sombra de dúvidas, para *produzir-se*; se há uma geografia da verdade, é aquela dos sítios onde ela reside (e não apenas dos lugares onde nos colocamos para melhor observá-la); sua cronologia é a das conjunções que lhe permitem chegar

⁵ A categoria profundidade fora instituída por Nietzsche e se referia, segundo Foucault (2000, p.44), à “busca pura e interior da verdade”. Nesses termos, a profundidade implicaria a resignação, a hipocrisia, a máscara, e requereria do intérprete, “ao percorrer os signos para denunciá-los”, que ele chegue ao “fim da linha vertical e [mostre] que essa profundidade da interioridade é, na verdade, outra coisa do que ela diz”.

como um acontecimento (e não aquela dos momentos dos quais se deve aproveitar para apercebê-la, como entre duas nuvens), [...] [pois] a verdade não é da ordem daquilo que é, mas do que ocorre: acontecimento. [...] nós a captamos segundo as ocasiões: estratégia e não método (FOUCAULT, 1999b, p. 281-2).

Formulação esta que permite tomar o discurso, na perspectiva em discussão, desfazendo-se os “laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas”, e independente de ele se encontrar materializado pelo verbal ou visual. Sobretudo, porque um discurso, tal como afirma Foucault (1997 p. 56), é possível de ser ouvido como também de ser lido. Contudo,

sob a forma de texto, não [é], como se poderia esperar, um puro e simples entrecruzamento de coisas e de palavras: trama obscura das coisas, cadeia manifesta, visível e colorida das palavras, [não é tampouco,] uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência.

O discurso é mais do que isso, é prática em cujo funcionamento forma sistematicamente os objetos de que fala. Dotado de um conjunto de enunciados, ele possui um mesmo princípio organizador que não se reduz às questões de língua nem tampouco aos atos de fala. É isso o que se destaca como o mais que importa fazer aparecer do discurso; que é preciso descrever e dele estabelecer procedimentos, os quais fazem aparecer um conjunto de regras relativo à prática discursiva (FOUCAULT, 1997). Esta que, por sua vez, se constitui em elemento de inquietações e na qual se reconhece estar circunscrito o objeto de que se

trata. Compreendendo-se, assim, que “essas regras definem não a existência muda de uma realidade, não o uso canônico de um vocabulário, mas o regime [de formação desse] objeto” (FOUCAULT, 1997, p. 56), com intervenções do saber técnico, que se encontra permanentemente em evolução. Trata-se de modos de caracterização de uma prática discursiva.

Isso posto, trazer à reflexão modos de dizer e de olhar discursivamente corpos em vigília, em circulação na mídia e na contemporaneidade, implica a submissão às condições sobreditas, e, necessariamente, dispor delineamentos acerca de instâncias privilegiadas do exercício do poder e de relações saber-poder que se estabelecem nesse campo de atuação. O acercamento dessas instâncias, circunscritas a práticas discursivas midiáticas, é condição para se desvelar os espaços possíveis de revigoração de acontecimentos, cuja história e memória se perpetuam na atualidade dos fatos, mantendo-os conectados a uma complexa rede enunciativa detentora de regras próprias de funcionamento que busca equilíbrios estáveis e difíceis de serem rompidos. Condições de possibilidade de os enunciados-acontecimento dizerem-se, no jogo de uma exterioridade, sem o risco de que o dito desapareça ao acaso e com a expectativa de que os procedimentos adotados façam aparecer a lei na qual se detenha as regras para a enunciabilidade e o funcionamento discursivo.

Certificado o *status* identitário de tais enunciados, os discursos nos quais se inscrevem são autenticados a ocupar um campo singular e monumental ao qual se destinam todos os demais que com eles mantêm essa mesma identidade e em cujo diagnóstico revela a condição de realidade de sua dispersão. Esse espaço de propriedade monumental e para o qual Foucault denomina arquivo “não

é descritível em sua totalidade; e é incontornável em sua atualidade. Dá-se por fragmentos, regiões e níveis, melhor sem dúvida, e com mais clareza na medida em que o tempo dele se separa”, e que permite analisar os enunciados-acontecimento como constituintes da “orla do tempo que cerca nosso presente” e “que fora de nós, nos delimita”. Nessa conjuntura, ter o limiar de sua própria existência “instaurado pelo corte que nos separa do que não podemos mais dizer e do que fica fora de nossas práticas discursivas”, a partir “dos discursos que começam a deixar justamente de ser os nossos”, que se desprendem “de nossas continuidades” e se dissipam de identidades temporais (FOUCAULT, 1997, p. 151).

Isso nos impele a destacar a força primária e constituinte de uma imagem, a força maior da linguagem visual que pode, num primeiro momento, condensar a ideia de que, em razão de sua natureza peculiar, os sentidos serem apreendidos por seus componentes da visibilidade, estes que lhes proporcionam um caráter imediato ou mesmo, um efeito de evidência espontânea; porém e, sobretudo, a perspectiva discursiva trilha para além dessa tomada, ela caminha em busca de compreender como essa força atua sobre os sujeitos, o que ela contempla sobre uma determinada sociedade, população ou realidade política e social, já que uma prática discursiva imagética pode “encobrir” o dizível, o que se reverbera na trama discursiva, as relações de saber e de poder implicadas na instância da invisibilidade. Deliberar essa força-tarefa demanda, pois, o corte sobre práticas discursivas especificadas no elemento do arquivo.

Tratar, assim, da materialidade discursiva imagética com pujança monumental requer, de início, que seja definido o acontecimento que é revigorado no tempo e no espaço, perspectiva assumida nesta sessão e medida pela

qual tomamos por princípio a dimensão imagética documental como a que comporta uma realidade ausente que delega sobre a materialidade discursiva, de forma que a história e a memória possam ser definidas no seu próprio tecido. A história sob tal formatação distancia-se da justificativa antropológica, apoiada em

uma memória milenar e coletiva que se servia de documentos materiais para reencontrar o frescor de suas lembranças; ela é a utilização de uma materialidade documental (livros, textos, narrações, registros, atas, edifícios, instituições, regulamentos, técnicas, objetos, costumes etc) que apresenta sempre e em toda parte, em qualquer sociedade, formas de permanência, quer espontâneas, quer organizadas. O documento não é o feliz instrumento de uma história que seria em si mesma, e de pleno direito, *memória*; a história é para a sociedade, uma certa maneira de dar *status* e elaboração à massa documental de que ela não se separa.

[...] em nossos dias, a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos* e que desdobra, onde se decifram rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos (FOUCAULT, 1997, p. 7-8).

A legibilidade de um documento demanda, pelas implicações que a circunscrevem, problematizar a unidade do discurso em relação ao espaço comum em que vários objetos se perfilam e continuamente se transformam, conforme apontamentos apresentados por Foucault (2000, p. 98-99), ao Círculo de Epistemologia. De início, o que se faz necessário destacar nesse processo, segundo Foucault, é a

relação que permite individualizar um conjunto de enunciados relativo a um dispositivo, realizada por meio da definição da regra de aparecimento simultâneo ou sucessivo do objeto nomeado, descrito, analisado, apreciado ou julgado. Em seguida, sob a mesma perspectiva, requer-se a identificação da lei de exclusão ou de implicação recíproca do objeto nesse conjunto enunciativo; e, por fim, reconhecer o sistema que rege a transformação do objeto que constitui o dispositivo desse mesmo conjunto. Esses procedimentos conferem unidade ao discurso, esclarece Foucault (2008); tal como se pode constatar no caso dos discursos sobre a loucura ou em outros dispositivos, dentre estes, a diversidade cultural na contemporaneidade. É um empreendimento analítico deveras complexo, uma vez que a unidade discursiva requer, assim, incumbir-se de

definir um conjunto de enunciados no que ele tem de individual, [e que] não consiste em individualizar seu objeto, em fixar sua identidade, em descrever as características que ele conserva permanentemente; ao contrário, é descrever a dispersão desses objetos, apreender todos os interstícios que os separam, mediar as instâncias que reinam entre eles – em outros termos, formular sua lei de repartição. [...] o referencial ou lei de dispersão de diferentes objetos ou referentes colocados em ação por um conjunto de enunciados, cuja unidade se encontra precisamente definida por essa lei (FOUCAULT, 2000, p.99).

Perspectiva sobre a qual este estudo se atém a fim de interrogar o já-dito em condições específicas de sua existência. Acercamo-nos sobre um recorte do acontecimento “Brasil, 500 Anos”.

2. O inventário do real e o acontecimento “Brasil, 500 Anos”

Na dispersão dos objetos constituídos pela série enunciativa “Brasil, 500 anos”, a paradoxal atuação do “*modus operandi*” do tempo presente, legitimada em práticas discursivas midiáticas, cria espaços de (in)visibilidade acerca do acontecimento para a matéria discursiva do arquivo constituinte do inventário fotográfico do real. Jogo pelo qual a mídia é suporte para o exercício da governamentalidade que rege, de forma contundente, o como a inclusão e a exclusão são discursivizadas no Brasil, e dessa forma instituem regimes de conduta para o dizer e para o olhar o acontecimento a que se denominou “comemorações dos 500 anos do Brasil”. Assim, no encaixe da série enunciativa constitutiva do recorte temático circunscrito ao acontecimento, privilegiamos, a fim de delegar reflexões teórico-analíticas, a busca por compreender as condições de (co)existência enunciativa para o dispositivo interculturalidade ou pluralidade cultural, em cujos pontos de deriva encontra-se o desafio para a superação dos conflitos existentes entre o Estado e a sociedade indígena. Encaminhamentos assumidos, sem deixar de lado as condições da emergência que tecem a trama discursiva constituída pelo entrelaçamento do passado com o presente, bem como para as suas projeções futuras. Nessa direção, a relação saber-poder que permite individualizar o conjunto de enunciados, relativo ao dispositivo em questão, é aquela que se estabelece pelo verdadeiro da época e se encontra regida pela biopolítica – tecnologia do poder formulada com a finalidade de promover a segurança e em cujo ordenamento envolve tudo o que põe em risco a vida da população.

Sob tal abordagem, a pluralidade cultural, ou interculturalismo, é aqui concebida, como um dispositivo da política afirmativa e a biopolítica como dispositivo de segurança da governamentalidade, já que ambos enfatizam ações de cuidado, de proteção e de defesa das populações de minoria étnica. Atuações cujas regras se estabelecem a partir do respeito à tolerância ao que é diverso, por isso, a intolerância torna-se o referencial sobre o qual as relações saber-poder se estabelecem. Isso tudo aliado à condição de que as mídias desencadeiam a própria questão da sedimentação do espaço de circulação e de apropriação enunciativa que realimenta o acontecimento “Brasil, 500 anos”.

Desse modo, a rede midiática que cobria as atividades relativas às festividades do quinto centenário do Brasil teve papel preponderante sobre o que veio a se tornar um dos episódios “mais infelizes, desastrosos e vergonhosos” da história sobre essa comemoração. Acontecimento e objeto sobre o qual todo o empenho volta-se, no aqui e agora, para a mobilidade das categorias nocionais de uma cadeia relacional entre língua, história, e memória, no campo das múltiplas linguagens e das hibridizações. Mais precisamente, trata-se das condições de existência enunciativa acerca do episódio que promoveu o aparecimento simultâneo do que se nomeou, descreveu, analisou, apreciou e julgou, em cadeia global, como ato de violência da polícia brasileira em repressão aos integrantes do Movimento “Brasil Outros 500”.

Nessa direção, iniciamos nossas ponderações servindo-nos das palavras de Barros (2006, p.3), a fim de destacar que a diversidade cultural não é somente referência atribuída “aos diversos modos de agir com e sobre a natureza, mas também aos dinâmicos e inesgotáveis

processos de atribuição de sentidos e significados”. Dentre os quais se incluem as reflexões relativas às

posturas que pregam a possibilidade de regras de comportamento segundo uma lógica de matriz universalista e aquelas que defendem a necessidade de atentarmos para as especificidades culturais dos agrupamentos humanos concretamente situados, e que, [segundo o Ioris] ainda carecem de uma resolução conceitual plenamente satisfatória por parte de ambos os lados da disputa (IORIS, 2007, p. 29).

Vale destacar, ainda, seguindo o pensamento de Barros (2006, p.4), que os indicadores utilizados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), para a avaliação do processo atrelado à questão da diversidade são os “de mudança social e econômica em termos de potencialidades e [de] capacidades do ser humano, incluindo sua liberdade social, econômica e política, bem como suas oportunidades de saúde, educação, criação e a possibilidade de desfrutar [do] respeito pessoal e dos direitos humanos”. Razão de o direito à cultura, a partir dos anos de 1970, ser “entendido como direito à produção, difusão e consumo de sua própria cultura e da cultura do outro, [que] passa a fazer parte do conceito de desenvolvimento humano”.

Importa-nos ainda ressaltar que, à época do evento das comemorações dos 500 anos do Brasil, vigorava a “Declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas”, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, proclamada na Resolução 47/135, de 18 de Dezembro de 1992. Tal documento: (i) contemplava a consideração da promoção e da proteção dos direitos das pessoas

pertencentes a minorias nacionais ou étnicas, religiosas e linguísticas como forma de contribuição para a estabilidade política e social dos Estados onde vivem essas pessoas; (ii) sublimava a constante promoção e realização dos direitos dessas pessoas como parte integrante do desenvolvimento da sociedade no seu conjunto e num enquadramento democrático baseado no princípio do Estado de Direito, e como contribuição para o reforço da amizade e cooperação entre povos e Estados; (iii) em seu Artigo 2º, declarava o direito de essas pessoas participarem efetivamente na vida cultural, religiosa, social, econômica e pública; (iv) em seu Artigo 4º, delegava aos Estados o dever de adotar medidas necessárias a fim de garantir às pessoas pertencentes a minorias o exercício pelo e eficaz de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais sem qualquer discriminação e em plena igualdade perante a lei.

Feitas tais considerações, o ponto de partida das reflexões, em formulação, tem, pois, a interculturalidade como dispositivo da política afirmativa e como inquietação as questões: (1) a mídia impressa, ao dar visibilidade para os sujeitos da diversidade, atende aos princípios da imparcialidade em detrimento aos da intolerância? Quais mecanismos ou estratégias linguístico-discursivos são empregados pela mídia impressa na obtenção de determinados sentidos e não outros, uma vez que o que se coloca em jogo é a credibilidade do Governo Federal que, por ocasião das comemorações dos 500 anos do Brasil, “expôs a nação brasileira ao mundo” como intolerante às reivindicações dos indígenas sobre a questão da (des)territorialização, impedindo os representantes dessa etnia de participarem das atividades do evento, no dia 22 de abril de 2000?

À época, as matérias jornalísticas – entre excessos, comedimento e polidez no trato das informações sobre o acontecimento – anunciaram⁶ que, em cumprimento às ordens da Defesa Civil, a ação do Batalhão contra os integrantes da passeata rumo a Porto Seguro (BA), objetivava “barrar” a marcha “dos manifestantes” até o local oficial das comemorações. Ação que fora justificada como medida preventiva e de segurança, a pedido de lideranças indígenas, após a Conferência dos Povos Indígenas, realizada em Coroa Vermelha, no dia que antecederia as atividades comemorativas do dia 22 de abril de 2000. As reportagens, em geral, relacionaram o ocorrido com as manifestações de insatisfação dos representantes indígenas tendo em vista os encaminhamentos adotados pelo Governo

⁶Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2000/04/22/2>>. Acesso em: 15 abr. 2013;

Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2000/04/23/2>>. Acesso em: 15 abr. 2013;

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fo/brasil500/reportagens.htm>>. Acesso em: 15 abr. 2013;

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2304200002.htm>>. Acesso em 15 abr. 2013;

Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/aregiao/art/dthame4.htm>>. Acesso em 15 abr. 2013;

Disponível em: <<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=1140>>. Acesso 15 abr. 2013;

Disponível em: <<http://profcmazucheli.blogspot.com.br/2010/05/depoimento-de-gildo-jorge-terena-gildo.html>>. Acesso em 15 abr. 2013;

Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/showNews/pb05052000.htm>>. Acesso em 15 abr. 2013;

Disponível em: <<http://epoca.globo.com/edic/20000501/brasil1.htm>>. Acesso em 15 abr. 2013;

Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/aregiao/art/massacre.htm>>. Acesso em 15 abr. 2013;

Disponível em: <<http://www.portonewsnet.com.br/?mw=noticias&w=3597>>. Acesso em 15 abr. 2013.

Federal, ou pela falta deles, às questões de legalização e de demarcação de terra. Tais condições circunscreveram, assim, o desenrolar da ação “repressiva” contra os indígenas que teriam motivado o gesto “destemido” do índio Gildo Terena diante do Batalhão de Choque. Cenas flagradas pelo repórter-fotográfico Lula Marques e às quais nos reportamos, dadas as suas condições de existência transporem as delimitações de sua fecundidade teórica, noções elementares indiciais ou icônicas; por fim, virem alimentar arquivos midiáticos e se consagrarem monumentos.

3. Pontos de orientação para a cartografia do inventário do real: a intolerância como referencial

As cenas retratadas compõem, na atualidade, o inventário do real. Formam, a partir do instante flagrado, o “interfuit” responsável pelas criações de realidades ausentes, de realidades imaginárias e de representações, cujos gestos de leitura podem revelar o que não se deseja lembrar ou retomar, o acontecimento discursivo. Viés que a fotografia permite assumir.

Dada a perspectiva sob a qual o flagrante fora registrado, as imagens do confronto ganharam *status* de testemunho, com isso, eternizaram o inesperado do dia festivo do aniversário do país. No conjunto da operação maquínica, técnica, estética e discursiva, o regime do olhar o acontecimento enuncia, não as



Foto 1

comemorações e sim a “violência” da corporação fardada contra os corpos em vigília, que se encontravam, na cena, representados por um dos integrantes da marcha a caminho do evento oficial.



Foto 2

Dessa forma, sob a ótica dos sujeitos da diversidade, o quadro dá visibilidade à desigualdade de forças. O índio Gildo Terena, desarmado, coloca-se sem resistência diante da Tropa de Choque. Os gestos dele são de apelo ao não avanço do Batalhão que, nas três imagens aqui apresentadas, ignora-o. As cenas exibiram o indígena em condições de significativa humilhação: de joelhos com os braços entrecruzados às costas (Foto 1), de joelhos com os braços abertos (Foto 2), estirado ao solo – rodovia – em posição de crucificação (Foto 3), e sendo ultrapassado pelos

policiais que agiam como se nenhum obstáculo existisse obstruindo o caminho.

As imagens fotográficas do episódio circularam nas mídias do mundo todo e produziram efeitos que convergiram em comoção de inúmeros segmentos da sociedade, o que causou um proeminente mal-estar às autoridades brasileiras;



Foto 3

pois, ignorar o apelo de Terena (e o que ele representava) gerou efeitos irreversíveis ao Governo. Repercutiu e representou o desrespeito à minoria étnica. Tratava-se de ações contraditórias ao que era proposto pelo Estado que se

declarava sensibilizado com as causas indígenas. A desarmonia entre as políticas afirmativas e o seu efetivo exercício estava anunciada aos “quatro cantos do mundo” pelo modo como a intolerância interveio nas relações saber-poder entre Governo e minorias étnicas. A contradição revelada pelas condições de emergência e de (co)existência enunciativas estava instaurada. A mídia incumbiu-se de fazer circular a inabilidade do Governo Federal no equacionamento de diferenças e de tensões, bem como no exercício da biopolítica. Assim, o modo como a mídia estabeleceu, discursivamente, as relações saber-poder acerca desse acontecimento, recorrendo à hibridização de instâncias da linguagem e de dispositivos teórico-analíticos, criou as possibilidades para que fosse traçada a cartografia do real, atemporalmente do passado ao fugaz presente, de forma que a opacidade que pairava sobre o dispositivo da interculturalidade transpôs, inusitadamente, as

margens para ocupar o lugar central das comemorações dos 500 anos. Percurso que atribui ao presente a manutenção da conduta de intolerância. O inventário do real fotográfico, assim, constituído, impossibilitou que os sentidos fossem outros, uma vez que as cenas não permitiram visualizar os sujeitos que integravam a passeata. A presentificação do acontecimento, pelo gesto analítico empreendido, a partir dos elementos políticos e midiáticos constitutivos do verdadeiro da época, coloca em funcionamento a *parresía*, “discurso pelo qual o fraco, a despeito de sua fraqueza, assume o risco de criticar o forte pela injustiça que ele cometeu” (FOUCAULT, 2010, p. 125).

Considerações em (des)continuidades

O percurso traçado pelo gesto descritivo-interpretativo arqueogenealógico estabeleceu-se em busca de compreender como a série enunciativa iconográfica do acontecimento “Brasil, 500 anos” alçou o status de inventário do real, a partir do modo como corpos em vigília foram retratados, desvelando, com isso, modos de dizer e de olhar a interculturalidade na contemporaneidade em tempo e espaço inapropriados ao indesejável acontecimento. O estudo demandou reflexões sobre a prática discursiva midiática circunscrita ao acontecimento para as quais delineamos procedimentos analíticos ajustados à empreitada de escavar e de desvelar espaços de revigoração do acontecimento materializado em fotografias-documentais/monumentais. Para tanto, apontamos relações que permitiram a individualidade dos enunciados relativos aos dispositivos interculturalidade, política afirmativa e biopolítica, assim como identificar a intolerância como o referencial para as condições de

(co)existência enunciativa e para a condição de realidade da dispersão do objeto constituído por essa série enunciativa.

Assim, olhares dispersos puderam avançar em direção à invisibilidade dos discursos e apreender, no jogo discursivo, os pontos de orientação que deram visibilidade ao exercício da governamentalidade ao desalojar formas e forças as quais possibilitaram reconhecer os dispositivos que promoveram a contradição, abalaram discursos sobre a igualdade na interculturalidade, destacando os efeitos do político no social.

Referências

AUGÊ, Marc. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Tradução de Maria Lúcia Pereira. 9. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

BARROS, José Márcio. Diversidade cultural e desenvolvimento humano. In: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Diretoria de Arte e Cultura. **Diversidade cultural**: o debate internacional para a sua preservação. Diretoria de Arte e Cultura da PUC Minas. Belo Horizonte: Fumarc, 2006.

BARTHES, Roland. **A câmera clara**: nota sobre a fotografia. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**: as consequências humanas. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **Ensaio sobre o conceito de cultura.** Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

_____. **As palavras e as coisas:** uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.

_____. A casa dos loucos. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org). **Problematização do sujeito:** psicologia, psiquiatria e psicanálise. Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense, 1999b. p. 281-286.

_____. Nietzsche, Freud, Marx. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org). **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento.** Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense, 2000. p. 40-55. Ditos e escritos III.

_____. A linguagem ao Infinito. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). **Estética:** Literatura e Pintura, Música e Cinema. Rio de Janeiro: Forense, 2001, p. 47-59.

_____. **Segurança, território, população.** Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **O governo de si e dos outros:** curso no Collège de France. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

IORIS, Rafael Rossotto. **Culturas em choque:** a globalização e os desafios para a convivência multicultural. São Paulo: Annablume, 2007.

SODRÉ, Muniz. Diversidade e diferença. In: **Revista Científica de Información y Comunicación. Sevilla** (2006). Vol. 3. Disponível em: <<http://www.ic-journal.org/>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

Contrapontos interculturais e biopoderes: saberes da medicina indígena e não indígena em cena

Marineusa Ferreira de Oliveira
Ismara Tasso

Considerações iniciais

Os processos da globalização afetam a todos indistintamente, de forma contundente e irreversível. As forças que deles emanam transformam as sociedades e intervêm sobre as condutas humanas. Na ordem do dia, a globalização “é o destino irremediável do mundo, [...] afeta a todos na mesma medida e da mesma forma”, ela “tanto divide como une; divide enquanto une – e as causas da divisão são idênticas às que promovem a uniformidade do globo” (BAUMAN, 1999, p. 7-8). Nessa dinâmica, incluem-se as novas tecnologias de comunicação que têm possibilitado permanentes contatos entre sujeitos de culturas distintas, dentre esses mecanismos de circulação de ideias e de informações, encontra-se a televisão. Como mídia de comunicação e de informação, a televisão possui a capacidade de construir a representação simbólica da realidade de modo a instituir efeitos de verdade. Por isso, se, de início, os telespectadores se concentravam em locais públicos para usufruírem dos discursos e imagens dessa mídia (HOBSBAWM, 1995), na contemporaneidade, essa situação se modificou a ponto de a televisão ocupar hoje um posto de destaque no cotidiano das pessoas¹.

¹ De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a pesquisa nacional por amostra de domicílio realizada em 2009 constatou que tal aparelho estava presente em 95,7% dos lares brasileiros.

A mídia televisiva, sob tal conjuntura, é um dos lugares de legitimação de práticas discursivas contemporâneas, por isso, um dos dispositivos de funcionamento da governamentalidade. Com a propriedade de fazer circular relações de saber-poder, a televisão é promotora de regimes do olhar e do dizer o político no social, especialmente, no modo como constroem identidades e representações étnicas no Brasil, fato este que pode colocar em risco o exercício do dispositivo interculturalidade, princípio que rege os direitos humanos, no interior dessas relações.

Sob tal perspectiva, os sujeitos, independente da sociedade em que vivem, buscam agir de acordo com regras estabelecidas e dizer o que é permitido ser dito, pois “as práticas discursivas determinam que nem sempre tudo pode ser dito, que aquilo que pode ser dito é regulado por uma ‘ordem do discurso’” (GREGOLIN, 2004, p.36). Razão de, no exercício do biopoder e da biopolítica, a disciplinarização dos corpos e a regularização das populações serem constituídas por práticas discursivas que ditam, segundo Foucault (1988, p. 129), “o complemento de um poder que se exerce, positivamente, sobre a vida, que empreende sua gestão, sua majoração, sua multiplicação, o exercício, sobre ela, de controles precisos e regulações de conjunto”, como se percebe na representação verbo visual das relações interculturais, na reportagem que aqui se analisa. Dada as discursividades da reportagem, questionamos se, no tratamento das inter-relações, tais discursividades conteriam uma forma de compreender os saberes contemporâneos propostos pela diversidade cultural? Ou estariam elas, estabelecendo que as tecnologias de governamentalidade, biopoder e biopolítica, impõem-se como condições de possibilidade para a inter-relação entre índio e não índio, na contemporaneidade?

Nessa direção e ancorados nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso francesa e suas ramificações brasileiras, buscamos mecanismos que possibilitem refletir acerca do fato de o discurso midiático-televisivo instituir um sincretismo a um universo de manifestações culturais distintas, por vezes contraditórias, e demonstrar o modo como no funcionamento do biopoder e da biopolítica – tecnologias da governamentalidade que buscam o bem para a sociedade – o exercício do dispositivo da interculturalidade pode promover sentidos de tolerância para com as manifestações culturais do outro, no discurso da reportagem *Menino índio cego*, exibida pelo Fantástico em 19 de abril de 2009. Para tanto, dialogamos com a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001), em específico, acerca do princípio da interculturalidade, dispositivo das políticas afirmativas, e com os encaminhamentos advindos dos Estudos Culturais.

1. A mídia televisiva na contemporaneidade

A historiografia da televisão revela que desde seu surgimento, na década de 1950, seu papel, por vezes, tornou-se indistinguível entre informar, entreter e construir verdades. Condição que permanece nas discussões que a tomam como objeto de saber. A instância de um telejornal, por exemplo, “não pode ser encarado como um simples dispositivo de reflexão dos eventos, de natureza especular, ou como um mero recurso de aproximação daquilo que acontece alhures, mas antes como um efeito de mediação” (MACHADO, 2001, p. 102). O mesmo é válido para as revistas eletrônicas, tal como o programa semanal Fantástico, da Rede Globo. Este programa que está no ar desde 1973 “nasceu com uma proposta diferente: uma

mistura de jornalismo, humor e música. Uma composição que ganhou ar de revista semanal com formato eletrônico” (CONSOLO e GIOLO, 2004, p. 34).

Dentre as especificidades dessa mídia, há que se considerar sua condição de possibilidade de proporcionar ao telespectador um “efeito de realidade” (BARTHES, 2004), pois, a televisão busca representar a realidade de forma a promover alguma semelhança com a experiência da realidade vivida por meio de um real que já está pleno de sentidos.

O que condiciona uma forma de ver, de ‘pensar’ e de representar o real é a própria linguagem da televisão, com suas características de rapidez, constância, indiferenciação qualitativa entre as imagens mais diversas e principalmente por sua inserção sem descontinuidade no cotidiano das pessoas (KEHL, 1991, p. 61).

Cada vez mais, a televisão permite relativa interação entre sujeitos de culturas diferentes, pois possibilita a visibilidade discursiva acerca dos modos de ser, pensar e viver distintos e contraditórios dos diferentes povos que ocupam a condição de brasileiros.

Nessa perspectiva, as representações, tanto verbais quanto imagéticas circunscritas à televisão, colocam em cena a promoção de discursos que constroem efeitos de evidência cujo *status* de verdades cotidianas alcançam considerável número de sujeitos. Condições que nos possibilita tratar as matérias telejornalísticas como práticas discursivas amparadas em mecanismos e técnicas de governamentalidade, bem como tomar essa mídia como uma superfície de inscrição discursiva cuja produção e circulação de discursividades possibilitam a identificação e a explicitação de modos de olhar e de dizer acerca do

indígena brasileiro. Assim, consideramos que as práticas discursivas da televisão promovem um jogo discursivo no qual o funcionamento das categorias saber, poder e verdade instituem regularidades nos modos de representação das identidades e das manifestações culturais do sujeito da diversidade. Isto porque, sempre que coloca em visibilidade o indígena brasileiro em relação com o não índio, os discursos midiáticos (re)atualizam a história e a memória constitutiva da formação étnica, social e cultural brasileira, e consagram esse sujeito ao âmbito da diversidade, da inclusão e, também, da exclusão.

2. Relações entre culturas: princípio de interculturalidade

Compreender as condições de existência do princípio da interculturalidade implica resgatar pela história e memória da colonização do Brasil a instituição das relações interculturais entre índios e não índios. Relações essas que foram atravessadas, desde os primórdios, por jogos de forças os quais conduziram essas diferentes culturas a um estado de conflitos e tensões. Nessas condições, é importante ressaltar que “a história está ligada a práticas e não ao tempo em si. Ela se organiza tendo como parâmetro as relações de poder e de sentidos, e não a cronologia: não é o tempo cronológico que organiza a história, mas a relação com o poder (a política)” (ORLANDI, 2008, p. 42).

Conforme a historicidade revela, no período em que o Brasil se firmou como colônia portuguesa e no qual principiaram as relações interculturais entre índios e não índios, o estabelecimento de direcionamentos para as relações com o indígena pautava-se em anseios político-econômicos e étnico-culturais configurados pelos moldes escravistas, próprios do regime de dominação colonialista português.

“Expressões como ‘paz’, ‘conversão à fé católica’ e ‘bom tratamento’ ditam o sentido mais amplo, de caráter moral e religioso, que deveria orientar essas relações” (GOMES, 2008, p. 425). Isto é, práticas que instauravam saberes de sujeição e de escravidão do índio brasileiro subordinadas a uma série de relações política, religiosa e cultural.

Dadas as transformações no cenário mundial, tais como o advento das revoluções francesa e industrial nos séculos XVII e XVIII, diversas mudanças ocorreram nas práticas sociais em todo o mundo. O surgimento do regime econômico capitalista e das camadas operárias incidiu sobre conquistas para as populações, hoje consideradas minoritárias no sentido de sua não visibilidade, não poder econômico, político, social e mesmo, cultural. Assim, a história e a memória das relações interculturais entre índio e não índio reatualizam a condição singular registrada na Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), na qual o reconhecimento de direitos para os povos indígenas, como efeito das transformações nos saberes, nas práticas sociais e no campo do Direito, estabeleceu as condições de possibilidade para a emergência de direitos humanos, civis e cidadania para essas populações.

De acordo com os pressupostos foucaultianos, os saberes se modificam conforme a época em que aparecem (FOUCAULT, 2009)², assim, após séculos de extermínio e perseguição das populações indígenas, houve, finalmente, certo recesso nas hostilidades, visto que, os saberes contemporâneos distinguem-se pelo respeito e o

² De acordo com Foucault (2009): "os fenômenos simultâneos ou sucessivos de uma determinada época [promovem] uma comunidade de sentido, ligações simbólicas, um jogo de semelhança e de espelho" o que faz emergir "como princípio de unidade e de explicação, a soberania de uma consciência coletiva" (2009, p. 24).

reconhecimento da “diversidade cultural, mutação ocorrida sem que as relações sociais tenham sido alteradas” (FAUSTINO, 2008, p.15). As populações indígenas foram reconhecidas e institucionalmente consideradas populações diferenciadas, conforme atesta o artigo 231 da Constituição Brasileira, o qual promove o amparo legal para preservar sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, além dos direitos sobre as terras onde vivem (BRASIL, 1988). Contam, ainda, com o apoio da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001), cujas ações afirmativas buscam promover os princípios da igualdade, solidariedade, tolerância e respeito entre sujeitos de culturas diferentes, promovendo, assim, o princípio da interculturalidade.

A interculturalidade é uma prática de vida que pressupõe a possibilidade de convivência e coexistência entre culturas e identidades. Sua base é o diálogo entre diferentes, que se faz presente por meio de diversas linguagens e expressões culturais, visando à superação da intolerância e da violência entre indivíduos e grupos sociais culturalmente distintos (LUCIANO, 2006, p. 50-51).

Vale ressaltar que o conceito de cultura, aqui compreendido em conformidade com os delineamentos propostos por Bauman (2012, p. 296) considera que “a cultura constitui a experiência humana no sentido de sempre enfatizar a discordância entre o ideal e o real, de tornar a realidade significativa ao expor seus limites e imperfeições, de misturar e fundir, de maneira invariável, conhecimento e interesse”. Razão de a cultura não indígena possuir diversas características advindas das manifestações culturais indígenas, tal como ocorre com as línguas, a

exemplo do idioma português no qual diversas palavras se originaram das línguas indígenas, justamente, para configurar um idioma comum no Brasil.

Diante disso, a interculturalidade, como premissa de respeito, tolerância e aceitação de uma cultura em relação a outra se torna essencial nas relações interculturais, uma vez que no interior de cada cultura os indivíduos pensam, falam e agem conforme as representações simbólicas que lhes constituem sentidos.

O ritual indígena de cura e o tratamento pela medicina científica constituem dois signos de pertencimento cultural, distintos e contraditórios, mas, possíveis de coexistir em uma mesma discursividade? É o que mostra, na visibilidade, a reportagem, *Menino índio cego*, posta em circulação na televisão brasileira em uma data significativa, o dia do índio, construindo efeitos de verdade de tolerância no discurso intercultural. Mas, ela mostra, também, na invisibilidade, que efeitos de sentido de intolerância perpassam os discursos dessa mídia. Isso porque, o modo como a mídia televisiva articula os dizeres verbais e imagéticos pode incidir no funcionamento do princípio da interculturalidade, e fazer sobressair as tecnologias da governamentalidade, biopoder e biopolítica como condição para a inter-relação entre esses sujeitos.

3. O governo dos corpos no exercício do biopoder e da biopolítica

Os saberes contemporâneos irromperam domínios que fizeram nascer novos objetos, conceitos e técnicas que incidiram no governmentamento das sociedades. Essas técnicas, mais ou menos visíveis, são investidas no corpo individual e social dos sujeitos por meio de práticas discursivas que ditam

modos de viver, de agir e de pensar, formulados e disseminados pelo exercício de poderes que buscam, sobretudo, a manutenção da vida e da felicidade de todos, mas, ao mesmo tempo, a disciplinarização dos corpos e a normalização das sociedades, no exercício do biopoder e da biopolítica.

De acordo com as reflexões teóricas foucaultianas (1988) acerca das práticas disciplinares – que envolvem o governo dos indivíduos por meio das instituições, tal como a escola, o hospital e a prisão –, os conceitos de biopoder e de biopolítica se configuram em torno de práticas disciplinares e de governamentalidade, contudo, não se trata mais apenas da disciplinarização do indivíduo, mas também, da população. As práticas de biopoder se instauram “no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos” (FOUCAULT, 1988, p. 131), buscam gerir a vida e a saúde dos indivíduos, bem como as práticas de biopolítica agem em torno de ampliar as capacidades desse corpo e extrair dele suas forças “no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos” (idem, p. 131). Biopoder e biopolítica constituem, então, técnicas de poder sobre o biológico que se valem da busca por docilizar o corpo do indivíduo e o corpo social por meio de discursos que promovem saberes acerca da necessidade de se buscar a saúde, a felicidade e a vida longa para todos. Assim, vida e saúde estão ligadas por um fio tênue, no qual práticas discursivas ditam que para se ter vida e felicidade plenas é necessário que se tenha saúde.

Na congruência do tecido discursivo aquilo que é posto possui grande relevância no modo como os sentidos são apreendidos, pois,

O discurso é o que realmente é dito, sem que o sujeito saiba que está dizendo outros sentidos ao dizer. As práticas se impõem ao sujeito – ele não tem consciência do que é essa prática e age de acordo com as determinações de uma certa sociedade. [...] A produção dos sentidos é uma luta discursiva travada na trama tênue do tecido histórico de uma sociedade (GREGOLIN, 2004, p.41).

Dessa forma, as práticas discursivas midiático-televisivas corroboradas por representações verbo visuais contribuem para a construção de saberes os quais instituem, por meio de micropoderes, tais como biopoder e biopolítica, espaços de (des)construção da interculturalidade nas relações interculturais, como se observa na reportagem que aqui se trata. Antes, porém, é necessário assinalar que o discurso da reportagem promove condições para o exercício da função enunciativa, visto que podemos apreender seus quatro elementos constituintes: o sujeito, o campo associado, a materialidade e o referencial (FOUCAULT, 2009). Sem adentrar a explicitações do que constituiriam cada um desses componentes da função enunciativa, mergulhemos, respectivamente, nesses elementos constituindo a presente análise. Temos, portanto, como sujeito do discurso a mídia televisiva que coloca em circulação saberes sobre o sujeito no discurso, o indígena brasileiro. Tais discursos estão associados a um campo de saber, que, na contemporaneidade tem sido colocado em destaque nas diversas mídias, a diversidade cultural. Dito isso, nossa materialidade, ou seja, o discurso inscrito na presente reportagem possui um campo referencial o qual “não é constituído de ‘coisas’, de ‘fatos’, de ‘realidades’, ou de ‘seres’, mas de leis de possibilidade, de regras de

existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas” (FOUCAULT, 2009, p.103). Esse referencial é a tolerância ao diferente, a tolerância aos saberes culturais do outro, tomando como norma os saberes culturais não indígenas.

A discursividade da reportagem, materializada em 19 de abril de 2009 – dia do índio – discorre acerca da saúde de uma criança indígena cujo corpo torna-se objeto de saber tanto da tradição de cura da cultura indígena quanto da medicina convencional não indígena. Há que se considerar, numa perspectiva temporal, espacial e discursiva as ações que depreenderam o estabelecimento do dia 19 de abril como o dia do índio na América. Na historicidade desse acontecimento, encontramos as condições desfavoráveis em relação ao indígena que perseveravam até o ano de 1940. Dessa data em diante, ações favoráveis e de coexistência mútua principiaram a ser desenvolvidas quando no Congresso Indigenista Interamericano realizado no México, houve a participação de diversas populações indígenas para o estabelecimento de diretrizes favoráveis às populações, identidades e culturas indígenas das Américas. Condição que possibilitou, não mais uma política de assimilação do índio, e sim, uma política de preservação cultural, identitária e de proteção das populações indígenas, que no cenário brasileiro veio a ser estabelecida com a Constituição de 1988. Dito isso, transcrevemos o discurso da reportagem pautado em uma adaptação dos direcionamentos para transcrição do projeto NURC³. Nos recortes videográficos, ou simplesmente frames, podemos observar o

³ Projeto da Norma Urbana Oral Culta (PRETI, 2001). As simbolizações fonética e fonológica são descritas na dissertação de mestrado do qual este trabalho faz parte.

modo como a identidade e a cultura indígena são discursivizadas, e, questionamos, o que essas práticas discursivas dizem sobre o sujeito indígena em suas condições de emergência? Como elas dizem o que dizem em suas condições de existência? E por que dizem isso e não outra coisa, em suas condições de possibilidade?

Faz-se relevante mencionar a presença de alguns termos técnicos empregados na produção telejornalística, tais como âncoras, repórteres, entrevistados, lugares delimitados, enquadramentos, entre outros. Ressaltamos que nosso movimento de leitura é somente um gesto dentre outros, razão pela qual não colocamos como fechado e concluído nem o gesto de leitura, nem a materialidade significante da qual nos valem para a análise.

Reportagem *Menino índio cego*

A- Âncora: Renata Ceribelli
A1- Repórter: Carla Modena
B1- Entrevistada: Maria Aparecida Ferrarini (Médica)
B2- Entrevistado: Yava Mi U
B3- Entrevistado: Yawot Kaiabi (Avô de Felipe)
B4- Entrevistado: Douglas Rodrigues (Coordenador do projeto Xingu)
B5- Entrevistado: Mayup Kaiabi (pai de Felipe)
B6- Entrevistado: Marcos Scharper (pediatra do projeto Xingu)

A- mas agora, vamos =contar a história= de um <indiozinho> doente que chegou até São Paulo.. os pais desesperados decidiram =chamar o pajé= para salvar a vida do menino ((som da flauta indígena))
A1- >vai começar agora um ritual indígena de cura< ((reza do ritual))

A1- estamos em um hospital público de São Paulo, o pajé e líder espiritual da tribo reza::.. ((reza do ritual)) e canta:: ((canto do ritual)) o pajé parece sem fôlego:: exausto:: .. até que ((gemidos de cansaço do pajé))

B1- ((a médica examina o menino)) () a tia (Cidinha) vai só =escutar o peitinho=, tá bom? vamo =escutar o peito= do .. >Felipe<

A1- esse é Felipe, o indiozinho caiabi que você viu no ritual.. =Felipe tem apenas cinco anos< e uma doença gravi:: o fungo causador da criptococose:: (se) instalou nos pulmões e no cérebro do menino.. que desenvolveu um infecção respiratória crônica e também, uma forma rara de meningite::

B1- esse fungo existe na natureza= não é? então a gente pode pegá através de fezes de pombos:: ((gesticula com as mãos fazendo referencia ao ar contaminado)) .. eucaliptos:: .. mata .. e normalmente a gente aspira esses fungos. A maioria das resolve esse infecção porque tem defesa boua e acaba <não desenvolvendo o quadro>..

A1- em vinti por cento dos casos porém .. pessoas sem qualquer problema imunológico, como Felipe .. podem =contrair a doença=

A1- é um mistério?

B1- (.) ((levanta os ombros)) é uma criança que a genti não tem assim.. o que respondê

B1- a gente faz assim/ ((acariciando o menino)) um toque no rosto dele a gente conversa, <cochicha> com ele:: ele é:: muito risonho .. ele é muito bonzinho. ele só fica assim../ (é) chateado mesmo quando ele tá com a do::r .. que aí ele não quer conversa, ele chora..

((gemidos e choro do menino pedindo a mãe))

A1- a meningite =aumenta a= pressão dentro do crânio, o que provoca dores de cabeça muito fortes. o tratamento é penoso, há sete meses Felipe luta =contra a infecção= primeiro em Mato Grosso .. e nos últimos

dois mesis =no hospital= São Paulo ((médicos e enfermeiros examinam o menino))

B1- ele tá esgotado (de hospital), ele qué saí porquê::
>=é muito difícil=< né? permanecê.. =para uma criança=
que é criada livremente. =Imagina um índio=? Você ficá
preso numa cama.. ((choro))

A1- a vida de Felipe nunca mais será a mesma.

BI- ele está cego e isso é.. >irreversível< ((sons de tambor))

A1- apático: o menino não queria comer e nem sair da cama.. a família pediu então.. =a ajuda de um pajé:= .. Yava Mi U foi trazido pelo projeto Xingu da Universidade Federal de São Paulo, =quE a mais= de quarenta anos trabalha com índios e hoje cuida de Felipe. =para a tradição= indígena:: maus espíritus atrapalham o tratamento

B2- Pur quê eli teim os (ispiritu) qui tá disviando os remédio (da dor) da duença deli ((sons do ritual))

A1- [a (pajelança) levou quatro dias]

B2- [((sons do ritual))]

A1- a genti vê o senhor ali:: caindo né? o que que foi aquilo?

B2- a febre que a/.. que o paciendi teim i a dor que o paciendi teim.. penetra no corpo do pajé, a genti senti muito fraco quando a genti:: faz pajelança né?

A1- o indiozinho tomou também um banho com ervas medicinais i raízi::

B2- essi remédio ele combati:: febre, febre alta, eli combate a dor. do corpo.. é um remédio que só o pajé mesmo sabi. e agora ele podi tomá a medicina =do hospital=, agora vai combatê a medicina:: diretamenti na doença que eli teim. para eli: =sasar o mais rápido possível=

A1- a reza não terminou no hospital. nós.. acompanhamos o =pajé de avião= ((zumbido do avião))

A1- e de barco ((barulho do barco)), até =a aldeia= do Felipe, que fica na região do Xingu em Mato Grosso:, visitamos =a oca= do indiozinho i conversamos com o avô deli,

B3- <eli dormi junto cum a mãe e cum pai aí:./ eli fica bem no meu né? > ((apontando para a cama))

A1: Felipe já avisou:: quer uma rede =só pra eli= quando voltar. já tem redi nova pra eli?

B3: <já teim rede nova pronta>

A1: o velho Kaiabi mostra também os remos:: =de que o neto tanto= gosta

B3: (eli gostava) di remá:: quando eli tava bom di saúde né?

A1: o senhor está com saudades deli?

B3: () di mais.. pra família né? faiz falta.. faiz bastante falta né?

A1: =foi ideia= do avô =chamar o pajé= para rezar pelo menino::

B3: =porque eu= tava preocupado muito com meu netinho::.. o Felipe. tudo isso:: .hh doeu pra mim né?
((música indígena))

A1: está começando aqui na tribo, uma nova pajelança =que completa= o trabalho feito em São Paulo. a primeira parte do ritual, é uma festa para Felipe, o pajé pede pela saúde do menino: =e os índios= acompanham
((música indígena))

A1: a cerimônia continua dentro da oca:: com os objetos de Felipe

B2: nós confiamu bastanti que eli vai melhorá (mais), (e) vai voltá pra cá:: pra família deli
((música indígena))

A1: em São Paulo, uma surpresa: ((o menino aparece brincando)) Felipe nunca deixou de =tomar os remédios= mas de alguma for:ma a pajelança: parece =ter ajudado=

A1: essi menino mudou = com a chegada= do pajé::?
 com a pajelança? ((pergunta ao médico))

B4: Então:: >mudo<

B5: ele:: não consiguia se moviventá né? tremia tudo
 né? pareci qui sentia fraqueza né?

B6: depois dessi/.. dessis quatro dias de pajelança né?
 hoje eu já vi outro Felipe lá:: andan::ndo né? .. sorrin::do.

A1: sexta-feira o pequeno Kaiabi recebeu al::ta (do
 hospital).. vai ficar em São Paulo mais alguns dias =para
 fazer exames=

B4: eu acho que não dá para a gente tratar é:: a
medicina do pajé, a (medicinal tradicional) indígena::
 (é:: da mesma), na::/ com o mesmo enfoque =que a gente
 faz na medicina científica

B6: pra mim o que importa é que:: o Felipe:: que é a
 pessoa que eu cuido.. acredita, que a família do Felipe
 acredita, que a comunidade que o Felipe vive acredita,
isso (pra mim) basta.

A1: (o senhor) gostou do trabalho do pajé?

B3: <eu gostei demais::>

Considerando-se algumas peculiaridades relacionadas à imagem fixa, a fotografia, por exemplo, constrói uma experiência visual que “constitui-se na possibilidade de trazer ao observador uma realidade ausente, seja ela uma cena que contemple uma visão panorâmica, um objeto ou mesmo uma pessoa” (TASSO, 2005, p. 140). Em contrapartida, a imagem em movimento produz um efeito de realidade que busca criar, por exemplo, em um evento telejornalístico tal como a reportagem televisiva, a configuração de efeitos de verdade. Assim, a mídia televisiva vale-se das imagens em movimento para a instituição de discursos verbo visuais os

quais, nesta reportagem, buscam constranger um universo de contradição ao patamar da estabilidade.

A articulação dos elementos verbo visuais na produção de efeitos de sentido promove, inicialmente, a representação do indígena pautado na sua aparência, seja biológica, ou nos modos de se vestir diferentes do não indígena, visto que focaliza de forma recorrente tais aspectos, por meio de planos próximos (*Frame 1*), planos mais fechados ou close do corpo, do rosto (*Frame 2*), das mãos, dos pés, das vestimentas ou ausência delas.

Os acontecimentos relatados na reportagem colocam em um mesmo patamar os saberes da medicina convencional e os saberes tradicionais da cultura indígena. O *Frame 1* apresenta, em plano geral ou próximo, pessoas indígenas em um ritual de cura no interior de um quarto de hospital, e, tradicionalmente, os rituais de cura constituem substância perceptível do signo de pertencimento à cultura na historicidade dos povos indígenas,



Frame 1



Frame 2

condição que estabelece que “ser índio não está mais associado a um estágio de vida, mas à qualidade, à riqueza e à espiritualidade de vida” (LUCIANO, 2006, p.38). Dessa forma, a condição de possibilidade da realização do ritual indígena no interior de um hospital celebra a

interculturalidade exercida no interior das relações entre indígenas e não indígenas. A visibilidade da representação do sujeito indígena marca, no corpo físico, os traços fisionômicos; comporta os adereços e as vestimentas que concorrem para atualizar o sentido de pertencimento étnico desse sujeito. Na focalização do rosto, em primeiro plano (*Frame 2*), encontra-se a produção de sentidos de identidade, pois, ao salientar a visualização dos traços biológicos do indígena, a mídia institui que ele possui esta aparência, estas características e não outras. Essa condição pode, por um lado, promover efeitos de aceitação da constituição biológica, da forma de ser e de existir fisicamente do indígena, mas, por outro lado, institui que o índio é desse modo e não de outro, e que para ser reconhecido como indígena ele deve ser desse modo que é apresentado.

No decorrer da representação televisiva, o discurso verbo visual assinala a territorialidade, uma vez que à medida que as imagens em movimento materializam o discurso da reportagem acerca da busca pela saúde da criança na instituição hospitalar – condição que assinala o funcionamento do biopoder – elas, também, assinalam a distância territorial entre as culturas. Isto pode ser percebido por meio do gráfico de uma seta vermelha que destaca as diferentes e distantes localidades em um mapa do Brasil. Esse distanciamento geográfico pode instituir, na invisibilidade, um distanciamento cultural, visto que a reportagem demonstra um vasto espaço geográfico percorrido para se chegar ao local onde reside a criança e a família (*Frame 3*), o que é corroborado pelo discurso: “A1- a reza não terminou no hospital, nós.. acompanhamos o =pajé de avião= ((zumbido do avião)) A1- e de barco ((barulho do barco)), até =a aldeia= do Felipe, que fica na região do Xingu em Mato Grosso; visitamos =a oca= do indiozinho i conversamos com o avô dele”, no qual as

pausas no falar consolidam a condição de que essa distância coloca de um lado o não índio e de outro, o índio. Mas, esse outro lado não é de fácil acesso.

A promoção de discursividades acerca das tradições e rituais que constituem a cultura indígena conclama em suas condições de emergência a articulação, no interior da função enunciativa, de uma memória do passado – de relações conflituosas – com o presente que instaura relações pautadas na interculturalidade, isto é, no respeito e coexistência mútua. Na visibilidade, essa representação das culturas em pleno estado de amizade, elabora um sincretismo cujos sentidos



Frame 3



Frame 4

propostos colocam lado a lado os saberes da medicina científica e os saberes dos rituais de cura da cultura indígena. Sentidos que são fortalecidos pelo aparato visual, tal como o enquadramento dos diferentes sujeitos, em plano geral, na mesma cena em igualdade de profundidade (*Frame 4*). Vale considerar que a aceitação do ritual no interior do hospital advém de uma doutrina que delimita o pertencimento dos sujeitos, e que

questiona os enunciados a partir dos sujeitos que falam, na medida em que a doutrina vale sempre como

o sinal, a manifestação e o instrumento de uma pertença prévia — pertença de classe, de status social ou de raça, de nacionalidade ou de interesse, de luta, de revolta, de resistência ou de aceitação. A doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente, todos os outros (FOUCAULT, 1996, p. 43)

Assim, o dispositivo da interculturalidade, de acordo com essa representação, é colocado em funcionamento, o exercício do biopoder e o da biopolítica permitem que ambas as culturas se valham uma da outra. De um lado, a cultura não indígena exerce esses saberes e poderes acerca da saúde do corpo individual, e também social sobre a cultura indígena; e de outro lado, a cultura indígena, vale-se desses saberes-poderes na busca pela saúde de um ente, mas, ao mesmo tempo, também exerce o seu particular saber-poder no uso de seus rituais de cura tradicionais.



Frame 5



Frame 6

Nessas condições, o discurso verbo visual da reportagem ora silencia ora promove a presença ou ausência de um sujeito na cultura do outro, visto que as mudanças nos enquadramentos e a movimentação da câmera flutuam

entre evidenciar aspectos da cultura indígena, seja nas vestimentas, nos traços físicos, especialmente na fisionomia dos rostos (*Frame 2*) e na gestualidade das mãos (*Frame 5*), ao mesmo tempo em que, também, buscam evidenciar aspectos da cultura não indígena, como os aparatos de uso da medicina (auscultador) (*Frame 6*) e objetos que são apresentados como pertencentes a essa cultura, ressaltando imagens que conclamam ao uso, pelo índio, das singularidades do não índio.

Às explicações científicas para a enfermidade do corpo da criança, observa-se o agenciamento de saberes que constituem poderes. Tais explicações para a doença da criança constituem um saber científico, pois,

um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso (neste sentido, o saber da medicina clínica é o conjunto das funções de observação, interrogação, decifração, registro, decisão, que podem ser exercidas pelo sujeito do discurso médico) (FOUCAULT, 2009, p. 204).

Assim, biopoder e biopolítica são exercidos e seu agenciamento se dá em nível discursivo e se estendem ao exercício das práticas efetivas de intervenção no corpo do indivíduo e no corpo social. Porém, ambos os mecanismos de governo buscam “não somente uma gestão da população, mas um controle que os indivíduos, na sua liberdade, podem ter em relação a eles mesmos e uns em relação aos outros” (REVEL, 2005, p. 55), como se percebe nos discursos dos sujeitos de ambas as culturas:

Sujeito não indígena: “B1- esse fungo existe na natureza= não é? então a gente pode pegá através de

fezes de pombos:: ((gesticula com as mãos fazendo referencia ao ar contaminado)) .. eucaliptos:: .. mata .. e normalmente a gente aspira esses fungos. A maioria das resolve esse infecção porque tem defesa boua e acaba <não desenvolvendo o quadro>..”

Sujeito indígena: “B2-essi remédio ele combati:: febre, febre alta, eli combate a dor. do corpo.. é um remédio que só o pajé mesmo sabi. e agora ele podi tomá a medicina =do hospital=, agora vai combatê a medicina:: diretamenti na doença que eli teim. para eli: =sasar o mais rápido possível=”

Algumas considerações

Em nosso gesto de leitura, observamos que o campo discursivo televisivo é perpassado por produções que fazem circular saberes acerca da interculturalidade, do sujeito da diversidade e das suas manifestações culturais. Saberes que constroem estereótipos e marcam, por meio da história e memória do indígena, técnicas de governamentalidade. Conforme a análise empreendida, o discurso dessa reportagem, no plano da visibilidade, privilegia a busca pela representação de duas culturas em igualdade de relações, constituindo um universo teoricamente estabilizado no qual os saberes científicos e culturais se concatenam; mas, no plano da invisibilidade, a articulação dos elementos verbo visuais constitui espaços de deriva e produz efeitos de sentido de majoração de uma cultura sobre a outra, condição ressaltada por meio das tecnologias de biopoder e biopolítica. Os sentidos promovidos podem fazer emergir a história e a memória das relações interculturais entre os sujeitos em discursos. História e memória que (re)toma em discurso o acontecimento singular que constitui a data de veiculação

da reportagem – a data que se comemora o dia do índio – estabelecida como marco da interação entre a cultura indígena e a cultura não indígena.

Se por um lado, o discurso da reportagem dá visibilidade à associação de saberes e manifestações culturais que revelam a construção de um universo estabilizado por meio da equidade entre as culturas no exercício da interculturalidade; por outro lado, manifesta um sincretismo, ou seja, uma combinação de vertentes opostas. É, portanto, emblemático que os discursos televisivos busquem associar saberes contraditórios e manifestações culturais distintas que ora promovem ora colocam em risco o processo de inclusão do indígena no cenário social brasileiro.

Referências

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. Tradução de Mario Laranjeira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

_____. **Globalização: as consequências humanas**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 29 mai. 2011.

CONSOLO, Grasiela Fernandes; GIOLO, Suzan de Fátima. **O segredo da colcha de retalhos onde cabe tudo: é Fantástico**. 2004. 115 p. Monografia (Bacharel em Comunicação Social). Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE.

FAUSTINO, Rosângela Célia. A política da diversidade cultural e da inclusão das minorias étnicas na sociedade globalizada. In: FAUSTINO, Rosângela Célia; CHAVES, Marta; BARROCO, Sônia Mari S. (Org). **Intervenções pedagógicas na educação escolar indígena: contribuições da teoria histórico-cultural**. Maringá: Eduem, 2008. p.13-33.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GOMES, Mércio Pereira. O Caminho brasileiro para a cidadania indígena. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **História da Cidadania**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 418-445.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Michel Foucault: o discurso nas tramas da História. In: FERNANDES, C.; SANTOS, J. B. C. (Org.). **Análise do discurso: unidade e dispersão**. Uberlândia: Entremeios, 2004. p. 19-42.

HOBBSAWM, Eric J. A revolução social cultural. In _____. **Era dos extremos: o breve século XX: 1614 – 1991**. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 282-313.

KEHL, Maria Rita. Imaginar e pensar. In: NOVAES, Aduino (Org.). **Rede Imaginária**. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. LACED/Museu Nacional, 2006.

MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

ORLANDI, Eni P. **Terra à vista**: discurso do confronto: velho e novo mundo. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

PRETI, Dino. Apresentação. In: _____. (Org.). **Análise de textos orais**. Projetos Paralelos – NURC/SP. 5. ed. São Paulo: Humanitas, 2001. p.11-12.

REVEL, Judith. **Foucault**: conceitos essenciais. Tradução de Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2005.

TASSO, Ismara Eliane Vidal de Souza. Linguagem não-verbal e produção de sentidos no cotidiano escolar. In: SANTOS, Annie Rose dos; RITTER, Lílian Buzato (Org.). **Concepções de linguagem e o ensino de língua portuguesa**: formação de professores EAD. n. 18, Maringá: EDUEM, 2005. p. 131-173.

UNESCO. **Declaração sobre a diversidade cultural**. 2001. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>> Acesso em: 03 jul. 2011.

**(In)visibilidade do corpo (d)eficiente
nas práticas discursivas midiáticas:
a superação como dispositivo da inclusão social**

Érica Danielle Silva

**1. O sujeito com deficiência como efeito discursivo:
formulando a questão**

Em nosso trabalho dissertativo (SILVA, 2010), iniciamos um processo de pesquisa acerca da prática discursiva midiática televisiva sobre as pessoas com deficiência, tendo em vista as condições de possibilidade e de emergência que permitem que enunciados sobre o corpo anormal sejam formulados e circulem na sociedade contemporânea. Tomando como dispositivo teórico-analítico de interpretação os pressupostos da Análise de Discurso (doravante AD) de linha foucaultiana, consideramos que o sujeito com deficiência representado por meio da linguagem verbal, visual e sonora se submete à ordem do discurso, articulando o que pode e deve ser dito no conjunto de condições de seu aparecimento (FOUCAULT, 2007a, p. 9). Isso significa que, diante de tal possibilidade e na singularidade conferida ao regime do olhar a pessoa com deficiência, a identificação do que se apresenta anormal – seja física, mental ou sensorial – configura-se tanto pelo processo de natureza biológica quanto pelas especificidades de outros campos de saber que discursivizam o corpo deficiente. Nas malhas do saber-poder, as práticas discursivas acerca da (a)normalidade encontram mecanismos e estratégias verbo-visuais de identificação que podem apagar, transformar e

consolidar ideais modelares de sujeitos, possibilitando-lhes sua governamentalização.

A mídia televisiva torna-se, assim, superfície de emergência em que a imagem da pessoa com deficiência é veiculada por elementos formais que podem ser expressos e recebidos como efeito de realidade e de real. Logo, a compreensão da representação visual desses sujeitos nas composições imagéticas midiáticas demanda a interpretação tanto da ordenação dos elementos visíveis constituintes, como também das relações discursivas que lhes são exteriores.

Dentre as atuais práticas discursivas nacionais, chamou-nos a atenção uma das estratégias da mídia televisiva: o apelo à emoção. Vários enunciados privilegiam o “luto” vivenciado por aqueles que se tornam deficientes ou têm um filho com algum tipo de deficiência. No plano imagético, nem sempre o importante é visualizar a deficiência, mas o foco está na história contada ou no apelo ao choro, manifestado como símbolo da emoção e não da tristeza.

Sob tal enfoque, nos valem de dois produtos televisivos que discursivizam o sujeito com deficiência e colocam em jogo a emoção e a razão. Dessa forma, buscamos compreender o modo como essas materialidades tomam o dispositivo da superação como seu referente, cuja natureza estratégica, inscrita em relações de saber-poder, sustenta a capacidade de superação dos sujeitos com deficiência (ou os sujeitos a eles vinculados), apesar do preconceito e das dificuldades reconhecidos em relação a si mesmos ou produzidas nas relações sociais.

2. A arqueogenealogia: contribuições para a análise do discurso da mídia sobre as pessoas com deficiência

Ao tomar o projeto foucaultiano como método, nossa pesquisa lança-se ao desafio de afastar-se da ideia de modelo, de método englobante, que pode ser aplicado a qualquer objeto. Filiar-se a Foucault significa utilizar-se de seus pressupostos para refletir sobre questões atuais e, assim, transpô-los a outros objetos, mantendo, segundo a proposta do próprio filósofo, a liberdade de pensar e problematizar as revoltas concretas e cotidianas. Dito isso, serão destacados nesta seção, no entrelaçar das teorizações foucaultianas, algumas categorias nocionais que podem sustentar a interpretação de práticas discursivas alusivas às pessoas com deficiência, na superfície midiática televisiva.

2.1. O olhar arqueogenealógico

A partir dos três domínios de seu pensamento - geralmente indicados por estudiosos como a arqueologia (ser-saber), a genealogia (ser-poder) e a ética (ser-si) -, Foucault (2007c) define e descreve a proliferação de acontecimentos, isto é, a emergência dos enunciados, a maneira como se relacionam e produzem sentidos. O filósofo aponta para um tipo de método de investigação que contrapõe os métodos da história tradicional. No método arqueológico, descrever a formação dos objetos de um discurso implica, segundo Foucault (2007a, p. 54), afastar-se da pura determinação da organização léxica ou do campo semântico, cujo movimento procura identificar as relações que caracterizam uma prática discursiva. Nesse sentido, o filósofo se esforça para revelar uma tarefa diferente, que consiste em

não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes, que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os tornam irreduzíveis à língua e ao ato de fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (FOUCAULT, 2007a, p. 55).

Nessa perspectiva, a análise de discursos consistirá na análise de uma dispersão a partir da descrição de acontecimentos discursivos, a fim de buscar as unidades que aí se formam. Isso porque, para Foucault, a unidade de discursos sobre um objeto não se dá por uma relação descritível e constante de enunciados sobre ele. A unidade do discurso é constituída por enunciados dispersos e heterogêneos, que coexistem, que se supõem, se transformam ou se excluem.

A análise se completa com a investigação sobre o sujeito, que é, para Foucault (1995), uma construção historicamente realizada pelas práticas discursivas. O sujeito não preexiste à sociedade, mas é constituído por uma rede de discursos, estratégias, poderes e práticas. Como explica Veiga-Neto (2007, p. 113), uma analítica do sujeito, nessa perspectiva, não deve partir do próprio sujeito, mas dos saberes e das práticas discursivas e não discursivas que o envolvem. As práticas e os saberes, “uma vez descritos e problematizados poderão revelar quem é esse sujeito, como ele chegou a ser o que dizemos que ele é e como se engendrou historicamente tudo o que dizemos dele”.

Tendo em vista que o sujeito é significado a partir das práticas discursivas de campos de saberes diversos, é necessário considerar que ele está igualmente colocado

como efeito de complexas relações de poder. Nesse sentido, Foucault (2007b, p. 183) argumenta que os sujeitos estão sempre em posição de exercer e sofrer a ação do poder, ou seja, eles são centros de transmissão, visto que “aquilo que identifica e constitui corpos, gestos, discursos e desejos como indivíduo é um dos primeiros efeitos de poder”. Sob tal enfoque, parte-se do princípio de que a caracterização biológica da deficiência de uma pessoa está também condicionada a complexas relações entre os domínios do saber e do poder. Desse modo, faz-se necessário compreender os mecanismos de saber e de poder vigentes em diferentes conjunturas históricas/sociais/econômicas que podem ser tomados como condição para que saberes sobre o sujeito e corpo com deficiência fossem formulados.

2.1.1. Tecnologias políticas do corpo

A descoberta do corpo como objeto e alvo do poder, no final do século XVIII, provocou sua consequente submissão ao esquema de docilidade, técnica imposta pela sociedade disciplinar. A disciplina pode ser definida como mecanismo que permite o controle minucioso do corpo, que sujeita suas forças e impõe, conseqüentemente, a relação de docilidade-utilidade, tornando-o tanto mais obediente quanto útil.

Uma das principais estratégias da disciplina é a distribuição dos indivíduos num espaço determinado, evitando assim as aglomerações inúteis e perigosas, e satisfazendo a necessidade de vigiar, dominar e utilizar os corpos. Do ponto de vista médico, atenção especial deve ser dada à reorganização do espaço hospitalar, a partir de uma tecnologia disciplinar. Articulado ao espaço administrativo e político, o espaço terapêutico passa a individualizar corpos, doenças e sintomas, criando, conseqüentemente, um

lugar ambíguo, “de constatação da verdade escondida e de prova para uma verdade a ser produzida” (FOUCAULT, 2007b, p. 118). Ao hospital cabia, então, a função de produzir as verdades sobre as doenças, que até então estavam aprisionadas nos hábitos, mitos e preconceitos. A doença, pela hospitalização, tornava-se real.

Essa mutação científica pode ser lida como a aparição de novas formas da vontade de verdade (FOUCAULT, 2007c). Importa destacar que a vontade de verdade, enquanto sistema de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional e também é reconduzida pela forma como o saber é aplicado à sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído. Logo, é possível notar como a reorganização do hospital influenciou outros discursos sobre a pessoa doente.

Filiando-se a Foucault (2007b), é possível considerar que o doente, ou mais especificamente a pessoa com deficiência é uma realidade fabricada pela tecnologia disciplinar, mecanismo de poder esse que origina conhecimentos e verdades. A positividade do poder repousa no fato de que a partir do acúmulo dos saberes ele “não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 2007b, p. 08). É por causa dessa rede produtiva de saberes que o poder coloca em circulação que ele se mantém e é aceito.

2.1.2. Biopoder

Durante a segunda metade do século XVIII, outra estratégia foi mobilizada enquanto tecnologia de poder, para governar a população: o biopoder. Essa tomada de poder, mesmo se considerando a particularidade espacial e

temporal de cada indivíduo, tem como objetivo intervir, por meio de mecanismos globais, na vida da coletividade/população, para que se obtenham estados globais de equilíbrio, de regularidade. Em resumo, leva em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e assegura sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação (FOUCAULT, 1999).

Importa destacar que esses dois mecanismos podem articular-se um ao outro, mesmo não estando no mesmo nível. Se o domínio das deficiências for tomado como exemplo, tem-se de um lado a necessidade de um controle individual, disciplinar, exercida na busca constante de demarcação científica do que se configura como normalidade e doença. Por outro lado, a deficiência se insere em processos biológicos mais amplos, que não privilegiam apenas o corpo, mas também seus efeitos sobre a população. O corpo deficiente é recolocado em outros processos sociais/discursivos a fim de que a perturbação causada pelo contato com o “diferente” seja anulada e a naturalização do olhar promova estados globais de equilíbrio. As políticas inclusivas dependem, portanto, tanto de dispositivos disciplinares quanto regulamentadores.

Um dos operadores fundamentais para tais mudanças é, para Foucault (2008), a população. Foi necessário deixá-la circular, mas de modo que os perigos dessa circulação fossem anulados. Assim, não mais a segurança do príncipe e de seu território estaria assegurada, mas a da população e, conseqüentemente, de quem a governa. Trata-se, de delimitar marcos aceitáveis, em vez de impor-lhes uma lei que diga não (FOUCAULT, 2008).

Um dos principais elementos que movem as estratégias de gerência da população seria, segundo Foucault (2008), o desejo. É por meio dele que a população

se torna penetrável pelas estratégias do poder. Esse desejo permite a produção de algo interessante e natural para a população, bem como a artificialidade dos meios criados para governá-la. Logo, ao contrário do soberano que dizia “não” aos desejos dos indivíduos, forma-se um pensamento econômico-político em que a problemática que se instaura para aqueles que governam é saber como dizer “sim” ao desejo da população.

É a partir desses processos que movem a história e constroem discursos sobre os sujeitos (com deficiência) que se faz necessária uma reflexão sobre o papel da mídia televisiva, uma vez que consideramos que é nessa superfície que o movimento em prol da inclusão encontra estratégias para o fortalecimento da singularidade e valorização da individualidade e da diferença.

3. Mídia televisiva: superfície de emergência de enunciados sobre sujeitos com deficiência

Algo que é veiculado, discutido e explicado inúmeras vezes se torna um espetáculo pelas lentes da mídia. Gregolin (2003, p. 11-12) pontua que é possível pensar essa “produção da cultura do espetáculo” como um fato do discurso. Para tanto se faz necessário “entender as práticas discursivas que a constroem, trabalhar com a regularidade dos enunciados, com o conjunto das condições do seu aparecimento”, isso porque os enunciados veiculados na mídia, por meio da língua(gem), estão submetidas à ordem do discurso, articulando o que pode e deve ser dito no jogo de interdições, no momento histórico da produção de sentidos (FOUCAULT, 2007c). Nesse domínio de batalhas entre diferentes posições enunciativas, a circulação de enunciados na mídia televisiva passa por

procedimentos de controle, interdição ou segregação, o que caracteriza as relações de poder existentes nessa prática.

Ao analisar esse funcionamento discursivo da mídia, é possível entrever também, segundo Gregolin (2003), os movimentos de resgate da memória e o estabelecimento do imaginário de uma identidade social. Pela circulação de representações que constituem o imaginário social e do retorno de figuras, a mídia constrói “uma ‘história do presente’, simulando acontecimentos-em-curso que vêm eivados de signos do passado”. Ainda segundo a estudiosa,

a aparente instantaneidade da mídia interpela incessantemente o leitor através de textos verbais e não-verbais, compondo o movimento da história presente por meio da re-significação de sentidos enraizados no passado. Por isso, determinadas figuras cristalizadas na memória coletiva estão constantemente sendo recolocadas em circulação, permitindo os movimentos interpretativos, as retomadas de sentidos e seus deslocamentos. Através desses retornos figurativos, a mídia cria representações que se tornam observáveis e tangíveis (GREGOLIN, 2003, p. 105-106).

No que tange à relação entre mídia e o corpo deficiente, reiteramos que é possível considerar a mídia como superfície de emergência (FOUCAULT, 2007a), ou seja, é um lugar que pode fazer com que enunciados sobre a inclusão da pessoa com deficiência apareçam em sua singularidade, em uma sociedade e em um momento histórico determinado, e que coexistam com outros enunciados, bem como se transformem e desapareçam.

A emergência de uma positividade implica diversas transformações sociais, políticas, econômicas e históricas. Tais transformações estão em constante luta pela fixação de

significados, enredadas nas malhas do poder. Logo, o poder é exercido por aqueles que detêm os canais de produção e circulação de sentidos. Pautando-se nas afirmações de Tasso (2006) é possível considerar que, dados os mecanismos que sustentam ou reforçam a presença de atuação da mídia sobre o sujeito-telespectador, a mídia pode apagar, transformar e consolidar ideais de sujeitos com deficiência, delineados pelas propostas inclusivas das políticas públicas.

Analisar, pois, uma série enunciativa que circunscreve sentidos sobre o sujeito com deficiência significa tentar compreender como a mídia ressignifica a memória social, mítica e histórica desses sujeitos, buscando examinar as condições de emergência e de existência desses enunciados. Interrogando o que, como e por que os enunciados dizem o que dizem sobre as pessoas com deficiência será possível identificar uma prática discursiva sobre a identidade desses sujeitos, o que configura um saber sobre uma coletividade, na atualidade. Nessa prática, permeada pelas relações de luta pelo poder, a mídia promove a naturalização da inclusão das pessoas com deficiência por meio de diferentes mecanismos e estratégias que espetacularizam o corpo deficiente, tomando-o como algo agradável, saudável e forte. O saber sobre a deficiência, ao mesmo tempo tomado e produzido pela mídia, constitui-se como uma forma de disciplinamento e governamentalidade do corpo social. Isso significa que a mídia televisiva é um instrumento de normação que objetiva manter a ordem da sociedade e proporcionar a segurança da população e daqueles que a governam, pacificando as diferenças físicas e psíquicas dos sujeitos.

4. (D)Eficiência: “Lição de Vida”

Dentre as materialidades que compuseram o *corpus* do estudo dissertativo, observou-se que o apelo à emoção é uma estratégia recorrente em relação à história de vida do deficiente e funciona como condição de possibilidade para a constituição da normalidade. As histórias de superação funcionam como dispositivos de normalização pela exibição do seu contrário. Tal processo pode ser percebido em uma reportagem veiculada no programa *Esporte Espetacular*, da Rede Globo, em 16 de agosto de 2009, em que é possível ouvir as histórias de alguns atletas que possuem limitações físicas e testemunhar sua atuação como jogadores de *rugby*, esporte coletivo concebido inicialmente como uma variação do futebol, que agrega intenso contato físico e exige técnica, trabalho em equipe e preparação física e mental.

A organização verbo-visual da reportagem revela o uso de algumas estratégias que apelam para a emoção, corroborando para a sensibilização e comoção do sujeito-telespectador frente à superação das limitações das pessoas que se tornaram cadeirantes. Um recurso imagético interessante, nesse processo, utilizado logo no início da reportagem é a perspectiva. O jogo entre luz e sombra e o plano geral e o detalhe constroem um efeito de igualdade entre os cadeirantes, enquanto participantes de um time de *rugby*.

A individualidade dos atletas é revelada logo em seguida pelos depoimentos de alguns deles, que, pela nomenclatura empregada no discurso médico, identificam as lesões sofridas, numa relação de causa e efeito. As informações que contextualizam a forma do acidente que ocasionou as lesões, como “um churrasco de formatura” e “dormiu no volante” parecem funcionar como dispositivos que alertam o sujeito-telespectador de que algumas lesões

poderiam ter sido evitadas com ações mais prudentes. Outros enunciados ainda parecem intensificar o sentimento de comoção em relação ao sujeito com deficiência física, como em “um dia antes do meu aniversário de 17 anos”. Promove-se, neste caso, o imaginário social de que um jovem, prestes a conquistar efetivamente sua liberdade, pela maioria, é interdito de participar ativamente dos espaços a eles destinados e estaria permanentemente dependente de outras pessoas, em outra ordem.

O efeito de verdade de fragilidade pela provável perda de independência decorrente de uma lesão física é desconstruída logo em seguida pelas características do esporte que os atletas mostrados praticam, o *rugby*. A agressividade, o impacto e a pressão são características do esporte que motivam os cadeirantes a praticá-lo, já que, conforme o relato de um dos jogadores, eles encontram nessa prática a oportunidade de superar a competição existente de forma semelhante, no dia a dia. Um recurso para ressaltar a força desses atletas é o efeito dado pela sonoridade da música de fundo da banda *Metallica*, sugerida por um dos jogadores, já que a musicalidade contribui para a construção de efeitos que estimulam a agressividade dos jogadores mostrados na reportagem: as pessoas com deficiência física dispensam sentimentos de pena e compaixão e podem superar situações de pressão e impacto.

Na sequência, há o detalhamento da adaptação das regras do *rugby* para os atletas em questão, que são separados em grupos de acordo com o grau de comprometimento. Destacam-se, em seguida, depoimentos que relatam a importância da prática do *rugby* para a autoestima de algumas pessoas, que perceberam que eram capazes não só de manusear uma bola e ser útil para um time como também vencer suas limitações. Apesar das

dificuldades da prática do esporte, que necessita de equipamentos adequados, o time e todos os profissionais envolvidos são tratados como uma família que vibra e se emociona a cada barreira ultrapassada.

O ponto alto dos depoimentos se dá pela manifestação dos atletas sobre a força do sentimento de pertencimento ao grupo das pessoas com deficiência. A condição de aceitação no time desperta um saber sobre si mesmo que até então estava apagado. Os jogadores percebem que podem ser competentes individualmente ou em grupo, logo, se sentem melhores. Devido ao seu histórico de vida, a vitória em uma competição esportiva representa uma vitória pessoal, de suas próprias limitações.

O time de *rugby* conta com profissionais não-deficientes que promovem os treinamentos. A emoção aflora nesses profissionais, ao relatar suas experiências com os atletas, a tal ponto que um dos treinadores chora ao relatar a satisfação em trabalhar com a equipe. Na relação entre a razão de um profissional e a emoção de um ser humano ressalta-se um nível de satisfação que faz com que todos se sintam envolvidos com o time.

O jogo entre razão e emoção também pode ser visto nos depoimentos de vida veiculados ao final dos capítulos diários da novela *Viver a Vida* (2009/2010). Os depoimentos contemplam exemplos de superação a partir de situações marginais vivenciadas pelos sujeitos-protagonistas de narrativas baseadas em experiências próprias de luta contra as drogas, a pobreza e a solidão. Além disso, explicita-se, entre as narrativas, aquelas que contemplam a superação do próprio preconceito ao se tornar um deficiente físico, fato relacionado à trama principal da novela, em que uma modelo se torna paraplégica depois de um acidente.

Em um dos depoimentos, Virginia Diniz Carneiro, com 85 anos, conta que teve paralisia infantil e por isso foi muito rejeitada. As três frases que mais ouvia eram: “você não pode”, “se você não fosse assim” e “quando você melhorar”. A certeza de sua família que ela não se casaria e não poderia ter filhos era legitimada por declarações de médicos que afirmavam que ela morreria em um parto. Contudo, Virginia relata o que seria um “milagre”: o seu casamento e o nascimento de seis filhos. Ela termina seu depoimento, com lágrimas nos olhos, dizendo: “Eu não choro pelas tristezas, eu choro pela emoção. A emoção me faz chorar, a tristeza me faz crescer”.

Outro testemunho é dado por Jô Nunes, que realizou seu sonho de ter uma filha. Jô conta que ainda na maternidade percebeu que sua filha, Jéssica, era diferente: chorava muito e era muito “mole”. Outros episódios são relatados: a recusa de outras pessoas a se sentarem perto de Jô que estava com um bebê “estranho”, “que babava”, além das provocações dos colegas da criança que se recusavam em brincar com ela, chegando a chamá-la de “monstro”. Jô apenas descobriu que a filha tinha Síndrome de *Williams* quando ela já tinha sete anos. Foi então que passou a trabalhar com as qualidades de Jéssica, as quais superaram as dificuldades. Ao final do depoimento, a mãe apresenta, orgulhosa, a filha, como sua “lição de vida”; a culpada por torná-la atuante e defensora de políticas públicas para as pessoas com deficiência.

Nos dois depoimentos há a identificação da deficiência por meio da nomenclatura empregada no discurso da medicina. Trata-se de uma deficiência física decorrente da paralisia infantil e uma rara síndrome de ordem genética, denominada “Síndrome de Willians”.

Predomina o uso da primeira pessoa do singular e verbos no pretérito perfeito e imperfeito para o relato da descoberta da doença e o tratamento preconceituoso da própria família e da sociedade para com as pessoas com deficiência. Destaca-se nesse processo a falta de informação sobre a doença, por parte da família, e até dos médicos, devido às condições precárias do saber científico, ora pela época ora talvez pelas condições sociais.

Na dimensão imagética, destaca-se o plano americano e o próximo. No primeiro depoimento, o close é utilizado no momento em que Virginia, a senhora que teve paralisia infantil e construiu uma família mesmo sem o apoio dos médicos e de seus pais, fala sobre tristeza e emoção e parece ensaiar algumas lágrimas. O jogo linguístico entre tristeza/emoção e crescimento/choro cria condições que evocam o sentimento de comoção no sujeito-telespectador, que pode fazê-lo também chorar e, ao mesmo tempo, um sentimento de admiração, já que as dificuldades foram vencidas pela persistência de Virginia.

No segundo depoimento, destacam-se algumas descrições de Jéssica, a menina com síndrome de *Williams*, como “diferente”, “mole”, “estranha”, “que babava” e “monstro”. Esses componentes criam um efeito de contraste com a ideia de pureza geralmente associada a crianças. Nota-se como o tratamento simbólico da monstruosidade sobre o corpo anormal, forma de cultura visual até o século XIX, ganha visibilidade nas práticas cotidianas atuais. Essa memória discursiva de um regime particular de visibilidade é recuperada ao se entrar em contato com uma pessoa que foge dos padrões normais. Esse estranhamento, que a mãe relata, constitui-se de uma estratégia que pode provocar efeitos de emoção e admiração.

Nos dois depoimentos, no quadro de representação visual a língua é um componente que contribui para os efeitos já destacados, porque alguns trechos são exibidos em segundo plano, o que reforça fatos importantes dos depoimentos, como o parecer de médicos, frases ouvidas frequentemente pelas pessoas com deficiência e descrições.

Os depoimentos também encontram suporte nas fotos exibidas em segundo plano. São fotografias em preto e branco, com um efeito esfumado, que ilustram alguns trechos e indicam um efeito de memória. Os momentos retratados se referem ao passado: a infância, os filhos e na maior parte deles, Virginia e Jéssica são mostradas em situações “normais”, muitas vezes ao lado de pessoas da família. O uso dessas fotografias, nesses dois casos específicos, dá visibilidade àquilo que muitas vezes a sociedade não aceita e evoca a felicidade, um efeito de alegria no passado. Jéssica, por exemplo, nas fotos, não parece ser um monstro como as pessoas diziam. Já Virginia aparece no momento mais importante que contrariou a rejeição manifestada pelos médicos e pela família: seu casamento.

Nota-se que Virginia e Jô (a mãe de Jéssica), apesar de usarem a primeira pessoa do singular para relatar suas experiências, representam uma coletividade. Como cadeirante ou como mãe de uma criança com deficiência, elas descrevem práticas que acontecem no dia a dia com milhares de pessoas que vivem situações parecidas com as delas. São exemplos para os deficientes e os não-deficientes.

Os depoimentos sinalizam também práticas preconceituosas que ainda existem na sociedade, como a monstruosidade e a desesperança quanto ao futuro de sucesso de uma pessoa com deficiência, manifestada pela sociedade. Entretanto, importa destacar que a composição linguística e imagética dos relatos provocam um efeito de

que as qualidades superaram as dificuldades. Apesar da tristeza diante do desestímulo do outros, a cadeirante e a mãe encontraram mecanismos de defesa para superar as dificuldades e para provar que são capazes de crescerem com a tristeza.

Com esses dois enunciados, vislumbramos uma regularidade que nos permeia: a pessoa com deficiência é um sujeito que pode superar o (próprio) preconceito e suas limitações, tornando-se uma lição de vida para os sujeitos-telespectadores. Toma-se, portanto, como referente a superação e a posição que o sujeito enunciador assume é a de que a superação é possível, mas depende do próprio deficiente transformar as dificuldades em oportunidades.

A existência desses enunciados se associa a dois domínios que se destacam: o esporte e o científico. Na prática de esportes, predomina o discurso de persistência e satisfação com a vitória, domínios esses que se assemelham daquelas necessárias às pessoas com deficiência. Entretanto, para praticar uma atividade física, é preciso considerar o grau de comprometimento e adaptar as regras. Predomina a ideia de que o esporte é um dispositivo que possibilita pessoas com deficiência encontrarem em si mesmos a força de vontade necessária para vencer os desafios não só em um jogo, mas na vida.

A organização verbo-visual e sonora dos enunciados revela que o discurso da superação funciona num jogo entre a razão e a emoção. Essa regularidade discursiva de lição de vida para o sujeito telespectador “normal” pode ser sintetizada com o seguinte quadro:

Lição de Vida			
Elementos composicionais		Mecanismos e estratégias	
Plano linguístico	Plano imagético		
Reportagem do Esporte Espetacular	<ul style="list-style-type: none"> Linguagem técnica (identificação das lesões pela medicina) 	<ul style="list-style-type: none"> Pessoas com deficiência jogando <i>rugby</i>. Close no rosto de um dos técnicos, chorando ao dar seu depoimento. 	<ul style="list-style-type: none"> A identificação inicial dos sujeitos com deficiência se dá pela identificação de suas lesões (saber científico). Percepção das pessoas com deficiência que podem contribuir, de alguma forma, com o time. O sentimento de pertencimento ao grupo dos deficientes é tão forte que não mais se identificam com os considerados “normais”. A emoção aflora naqueles que convivem com os atletas, ao contar sobre suas experiências. Promoção das qualidades e capacidades.

<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">Depoimentos da novela “Viver a Vida”</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Uso de primeira pessoa do singular. • Uso de verbos no pretérito perfeito e imperfeito. • Linguagem técnica (identificação das lesões pela medicina). 	<ul style="list-style-type: none"> • Plano americano • Fotografias em preto e branco aparecem em segundo plano, conforme o depoimento (indicam o passado). • Close no rosto, ao falar de emoção. • Língua como constituinte do plano imagético (reforçam fatos importantes do depoimento). • Plano próximo. 	<ul style="list-style-type: none"> • A identificação inicial dos sujeitos com deficiência se dá pela identificação de suas lesões (saber científico), • Criam-se condições que evocam o sentimento de comoção e ao mesmo tempo de admiração no sujeito-telespectador, • Promoção das qualidades e capacidades.
Representação visual e discursiva. Que identidade é essa?			
<p>A pessoa com deficiência é um sujeito que, apesar das dificuldades e do (próprio) preconceito, superou suas limitações. O discurso de superação funciona num jogo entre razão e emoção, a partir da transformação das dificuldades em oportunidades. O sujeito com deficiência torna-se útil, e sua história cria condições de comoção no sujeito-telespectador.</p>			

Quadro 1 - Mecanismos e estratégias verbo-visuais na representação da pessoa deficiente – Lição de Vida

Considerações finais

Neste texto, propusemo-nos compreender o modo como algumas materialidades midiáticas discursivizam o corpo (d)eficiente, mostrando que, apesar do preconceito e das dificuldades, os sujeitos com deficiência e/ou os sujeitos envolvidos com eles conseguiram vencer seus próprios limites. Tal empreendimento foi mobilizado pela crescente veiculação de produtos na mídia televisiva acerca da inclusão dessas pessoas na sociedade, em razão de as mesmas passarem a ocupar espaços sócio-políticos e culturais nos campos econômico, educacional, jurídico, da saúde e do desporto.

Nessa direção, o gesto de interpretação das produções videográficas exibidas na mídia televisiva desenvolvido permitiu-nos identificar nessa materialidade discursiva um regime do olhar sobre o corpo deficiente na contemporaneidade. A temática do corpo deficiente inscrita nessas materialidades significantes deve ser compreendida a partir da emoção e da superação como correlatos de poder e como mecanismo de governamentalidade. Sob tal perspectiva, identifica-se que a posição do sujeito midiático ocupada pelo enunciador coaduna-se com a condição de existência da superação, ou seja, a inclusão é possível, mas depende da superação do próprio sujeito que deve transformar as dificuldades em oportunidades. As estratégias utilizadas pelos enunciados revelam o exercício do governo de si mesmo que faz com que o sujeito com deficiência circule na sociedade. Trata-se, como explica Foucault (2008, p. 132), de “utilizar táticas, muito mais que leis, ou utilizar ao máximo as leis como táticas; agir de modo que, por um certo número de meios, esta ou aquela finalidade possa ser alcançada”.

Referências

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **Em defesa da sociedade:** curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **A arqueologia do saber.** Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007a.

_____. **Microfísica do poder.** Organização e tradução de Roberto Machado. 24. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007b.

_____. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 15.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007c.

_____. **Segurança, território, população:** curso dado no Collège de France (1977-1978). Edição estabelecida por Michel Senellart, sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana. Tradução Eduardo Brendão. Revisão da tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GREGOLIN, M. do R. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo.** São Carlos: Claraluz, 2003. p. 95-110.

SILVA, É. D. **Movimentos identitários e políticas de inclusão na mídia: a (d)eficiência em tela.** 2010. 183f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Estadual de

Maringá, Maringá, 2010. Disponível em: <http://www.ple.uem.br/defesas/def_eric_danielle.htm>.

TASSO, I. E. V. S. _____. Mídia televisiva e políticas públicas de inclusão na pós-modernidade: igualdade, solidariedade e cidadania. In: NAVARRO, Pedro (Org.). **Estudos do texto e do discurso**: mapeando conceitos e métodos. São Carlos: Claraluz, 2006. p.129-151.

VEIGA-NETO, A. **Foucault & a Educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

A formação das modalidades enunciativas: regras de formação do discurso, sujeito e responsabilidade social¹

Jefferson Voss
Pedro Navarro

O capítulo que segue introduz uma discussão e análise acerca do tratamento da “formação das modalidades enunciativas”, tal como postula Michel Foucault, em seu chamado método arqueológico (1969², p. 56). Prevenimos o leitor, de antemão, de que não se trata de uma demonstração de aplicação metodológica – como muito bem têm feito inúmeros trabalhos que, do interior do campo institucionalizado da Análise de Discurso brasileira, conduzem movimentos interpretativos inspirados nas descrições arqueológicas do referido autor. Antes, nosso gesto é mesmo o de inspiração: o modo como Foucault lida com os textos que coloca em relação nas suas vastas descrições³; os movimentos de descrição dos enunciados em séries; o ceticismo perante o *corpus*; e a busca pelo detalhe; a crença na liberdade da intelectualidade humana. Todos esses aspectos da escrita de Foucault inspiram as tão diversas possibilidades de *atualizá-lo* diante das

¹ Este texto é uma atualização da discussão e análise ainda incipientes apresentadas na dissertação de mestrado *O Conceito de Formação Discursiva de Foucault e o Tratamento de Objetos da Mídia: sobre a responsabilidade social na publicidade impressa brasileira*, defendida em 2011 pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da UEM.

² Optamos por citar, durante o texto, os anos de publicação original das primeiras edições dos textos de Foucault.

³ Referimo-nos, neste trecho, às grandes descrições de regularidades enunciativas realizadas em *História da Loucura na Idade Clássica* [1961], *O Nascimento da Clínica* [1963] e *As Palavras e as Coisas* [1966].

discursividades contemporâneas, tais como as que compõem nosso aquário⁴.

O trajeto percorrido pelo texto vai desde uma rápida investida teórica nas noções de formação discursiva e de regras de formação, com a especificação do nível de descrição da formação das modalidades enunciativas, até uma análise do desempenho do *sujeito responsável socialmente* em propagandas governamentais e campanhas publicitárias que circularam no primeiro mandato do ex-Presidente Lula, entre os anos de 2003 e 2006. Esse *corpus* presta-se, pois, à descrição da relação saber/poder, fundamentada em aportes teórico-metodológicos que se inspiram no método foucaultiano de análise de discursos, a partir do objeto discursivo *responsabilidade social*, muito embora haja uma enorme diferença entre aqueles domínios descritos pelo filósofo e este sobre o qual nos debruçamos.

1. Formações discursivas e regras de formação: a formação das modalidades enunciativas

A preocupação de Foucault, em *A Arqueologia do Saber* (1969), era a de situar um modo específico de tratamento do enunciado, do discurso e das práticas discursivas que pudesse estar despreendido das antigas

⁴ Fazemos remissão, nesta enumeração, ao belíssimo texto de Paul Veyne (2011), *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Veyne, em sua metáfora sobre o cético e o peixe vermelho, caracteriza Foucault como o ser duplo: “Enquanto pensa, [o cético] mantém-se fora do aquário e observa os peixes que ali ficam girando. Mas como é preciso viver, ele se vê novamente no aquário, peixe ele também, para decidir que candidato terá sua voz nas próximas eleições (sem por isso dar valor de verdade à sua decisão). O cético é a um só tempo um observador, fora do aquário que ele põe em dúvida, e um dos peixes-vermelhos. Duplicação que nada tem de trágico” (*ibidem*, p. 11).

classificações que regiam o tratamento que os historiadores davam aos documentos. Em suma, trata-se de uma análise levada a cabo “[...] sem obedecer às distribuições tradicionais dos discursos em ciência, poesia, romance, filosofia etc., sem se sentir limitad[o] por essas divisões” (MACHADO, 2009, p. 145). Por isso mesmo, as mais diversas unidades que poderiam ser eleitas para organizar discursos – *a tradição, a influência, o desenvolvimento, a evolução, a mentalidade e o espírito de uma época*, e também *os tipos de discurso, o livro, a obra e o já-dito* (FOUCAULT, 1969) – são todas colocadas em suspenso para que os enunciados possam ser descritos, segundo suas leis de dispersão. Nas palavras de Machado,

[o]s discursos são uma dispersão no sentido de que são formados por elementos que não estão ligados por nenhum princípio de unidade [...]. O que permite precisar ainda mais o ponto de partida de *A Arqueologia do Saber*: a análise dos discursos será a descrição de uma dispersão. Mas com que objetivo? Para estabelecer regularidades que funcionem como lei da dispersão, ou formas sistemas de dispersão entre os elementos do discurso como uma forma de regularidade. Em outras palavras, trata-se de formular regras capazes de reger a formação dos discursos. A essas regras, que são as condições de existência de um discurso, e devem explicar como os discursos aparecem e se distribuem no interior de um conjunto, Foucault chama “regras de formação” (2009, p. 146).

Logo, para Foucault (1969), a *formação discursiva* de um saber (como aqueles que constituem as ciências humanas (FOUCAULT, 1966)) não pode ser verificada somente segundo o estabelecimento de uma unidade a partir dos objetos, modos de enunciação, conceitos e temas

que fixam, por exemplo, uma unidade teórica. A alternativa, então, é a de descrição das *regras de formação* dos saberes. Tais regras, “[...] que disciplinam objetos, tipos enunciativos, conceitos e temas” (MACHADO, 2009, p. 146), permitem a descrição da *formação discursiva* – uma *repartição* particular do discurso. O célebre trecho em que Foucault define as relações entre uma formação discursiva e as regras de formação do discurso é bastante esclarecedor:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* [...]. Chamaremos de *regras de formação* as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva (1969, p. 43, grifos do original).

Reformulamos: *as regras de formação do discurso são as condições de existência, de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento de um certo número de enunciados em uma dada formação discursiva. Cabe ao arqueólogo do saber determinar as regras de formação dos discursos em seus diversos níveis de aparecimento: o nível da formação dos objetos; o nível da formação das modalidades enunciativas (tipos enunciativos, ou modalidades de enunciação); o nível da formação dos conceitos; e o nível da formação dos temas e das teorias,*

também chamado de formação das estratégias. Focalizamos, a partir daqui, a formação das modalidades enunciativas, ou seja, as condições de existência (e, portanto, de coexistência, manutenção, modificação e desaparecimento) dos tipos enunciativos ou modos de enunciação.

Segundo Dreyfus e Rabinow, no nível de formação das modalidades enunciativas, na condição de regra de formação do discurso, a descrição deve fazer “[...] aparecer a permanência de certos tipos de enunciados, certos modos fundamentais de expressão do sujeito” (1995, p. 75). Ao se destacar o estatuto das mais diversas “[...] descrições qualitativas, narrações biográficas, demarcação, interpretação e recorte dos signos, raciocínios por analogia, dedução, estimativas estatísticas, verificações experimentais” (FOUCAULT, 1969, p. 56), encontra-se “a lei de todas essas enunciações diversas e o lugar de onde vêm” (1969, p. 56), ou seja, a análise faz uma espécie de seriação dos enunciados, a qual permite localizar regularidades nos modos de inscrição do sujeito no acontecimento discursivo que caracteriza o aparecimento do enunciado.

A fim de responder a essa demanda, Foucault (*ibidem*) se detém no estatuto do sujeito que fala, nos lugares institucionais de onde o sujeito fala e na posição que ele ocupa na enunciação. O exemplo dado por Foucault ao longo de sua elaboração teórica remete-nos a *O Nascimento da Clínica* (1963): “No caso da medicina, Foucault teve que descrever, entre outras coisas, como os médicos são reconhecidos, os hospitais organizados, e como muda a posição do médico enquanto observador, interrogador, receptor de dados, pesquisador etc.” (DREYFUS & RABINOW, 1995, p. 76).

Primeira questão: *quem é o titular do enunciado* de modo que se pressupõe sua verdade? O “quem fala?” que

cerca a detenção dos saberes (estatuto do sujeito que fala) se impõe, então, como a primeira questão a ser discutida sobre a formação dos tipos enunciativos. Evidentemente, a detenção e o exercício dos saberes não estão abertos a todas as vontades, senão a grupos específicos aos quais é garantido o *status* de atuar sobre os saberes: proferir enunciados que os instaurem, manejar técnicas que os consolidem e, principalmente, desempenhar essas ações de modo a *exercer verdade* em suas práticas. Foucault lembra que o estatuto do médico depende estritamente de “[...] um número de traços que definem seu funcionamento em relação ao conjunto da sociedade” (FOUCAULT, 1969, p. 57). Há, desse modo, um emaranhado de relações entre o médico e o restante da sociedade. São essas relações que conferem ao médico o estatuto que ele possui ao enunciar. O desempenho da função enunciativa coincidirá com o funcionamento de todas essas relações na designação do papel que o médico pode e deve ocupar na fala médica. Restituir o estatuto de acontecimento ao enunciado é o movimento descritivo que permite apreender essas regras que formam os saberes postos em circulação.

Segunda questão: *quais são os lugares institucionais de onde o sujeito obtém seu discurso* de modo que este último encontre “sua origem legítima e seu ponto de aplicação” (FOUCAULT, 1969, p. 57)? Também os lugares institucionais que relacionam sujeito e discurso funcionarão, então, como legitimadores da verdade necessária à manutenção e à transformação dos saberes. No caso da análise que realiza sobre a medicina, Foucault mostra que o *status* do médico, como profissional habilitado a enunciar, dá substância à prática discursiva. O autor acrescenta o hospital e o laboratório como lugares institucionais por meio dos quais essas práticas são legitimadas; eles, assim, desempenham o

papel tanto de “local de um discurso” quanto de autorizador de uma prática. Não basta um sujeito detentor do estatuto da fala, deve também haver a referência desse sujeito a um lugar institucional que autorize a tomada da palavra e, principalmente, que defina o modo como a palavra aparecerá no fio de suas enunciações.

Terceira questão: *quais são as posições que o sujeito pode ocupar relativamente a um domínio ou grupo de objetos? A posição do sujeito – “[...] diversas situações que podem ser ocupadas pelo sujeito”* (FOUCAULT, 1969, p. 58) – diz respeito aos modos como o sujeito se posiciona em relação ao seu objeto: ele é o sujeito que pode questionar, tocar, observar de longe, anotar, utilizar instrumentos, elaborar hipóteses etc. Em *O Nascimento da Clínica* (FOUCAULT, 1963), por exemplo, Foucault mostrou que as

[...] diversas situações que podem ser ocupadas pelo sujeito do discurso médico foram redefinidas, no início do século XIX, com a organização de um campo perceptivo totalmente diferente (disposto em profundidade, expresso por inovações instrumentais, desenvolvido pelas técnicas cirúrgicas ou pelos métodos da autópsia, centrado nos focos da lesão), e com a utilização de novos sistemas de registro, de notação, de descrição, de classificação, de integração em séries numéricas e em estatísticas, com a instituição de novas formas de ensino, de circulação das informações, de relação com os outros domínios teóricos (ciências ou filosofia) e com outras instituições (quer elas sejam de ordem administrativa, política ou econômica) (1969, p. 58-9).

Esse tipo de descrição, que abarca o estatuto do sujeito, os lugares institucionais que legitimam sua autoridade e as posições que pode ocupar na série

enunciativa, funciona conjuntamente, a partir dos seus diversos relacionamentos:

Se no discurso clínico o médico é sucessivamente o questionador soberano e direto, o olho que observa, o dedo que toca, o órgão de decifração dos sinais, o ponto de integração de descrições já feitas, o técnico de laboratório, é porque todo um feixe de relações se encontra em jogo; relações entre o espaço hospitalar, como local ao mesmo tempo de assistência, de observação purificada e sistemática, e de terapêutica, parcialmente testada, parcialmente experimental, e todo um grupo de técnicas e de códigos de percepção do corpo humano – tal como é definido pela anatomia patológica; relações entre o papel do médico como terapeuta, seu papel de pedagogo, seu papel de transmissor na difusão do saber médico e seu papel de responsável pela saúde pública no espaço social (FOUCAULT, 1969, p. 59).

Dito de outro modo, não há como descrever as regras de formação dos tipos de enunciação em uma dada formação discursiva sem levar em conta que o estatuto de quem detém a fala, os lugares institucionais que autorizam tais práticas e as situações ocupadas pelos sujeitos estão atravessados por um grande feixe de relações existentes. Os três pontos de descrição devem, portanto, estar relacionados na descrição da regularidade enunciativa.

Um último e importante ponto é esclarecido por Foucault sobre a formação das modalidades de enunciação: não existe um sujeito transcendental, aquele dono de sua verdade, e o sujeito também não é o sujeito psicológico, aquele que tem suas regras de existência oferecidas pelo inconsciente. Convencidos do estruturalismo foucaultiano, Dreyfus e Rabinow concluem que essa argumentação não

passa, contudo, de “[...] um estruturalismo modificado que atribui uma eficácia autônoma ao campo discursivo” (1995, p. 77). A natureza do campo discursivo e suas práticas é que define, segundo estes últimos autores, o funcionamento dos enunciados, negando-se qualquer participação ativa do sujeito no acontecimento de aparição do enunciado.

Entretanto, o próprio tratamento dado por Foucault à posição do sujeito, mostrando que sua atuação marca o desempenho de uma subjetividade no limite de um campo de relações, parece rebater essa crítica de Dreyfus e Rabinow. Foucault estava estritamente preocupado com a restituição da especificidade de acontecimento discursivo relativamente ao enunciado, por isso à rejeição de um sujeito transcendental e psicológico. Nem por isso um estruturalismo de novo tipo. Aliás, é bastante difícil compreender o trajeto filosófico de Foucault como inaugurando um tipo novo de teoria ou aderindo às “correntes da época”. Ler Foucault deveria bastar para que, pelo menos, desconfiássemos das grandes continuidades (“tudo é estruturalismo”) e das maravilhas da ruptura inaugural (“Foucault rompe com todo estruturalismo”); mas nem Foucault escapou da história geral que ele tanto procurou combater.

2. Tipos de enunciação e responsabilidade social na publicidade impressa brasileira

Inspirados na possibilidade de descrição das regras de formação, tendo em vista as condições de existência dos enunciados, em dada formação discursiva, apresentamos uma análise sobre os modos de enunciação e aparecimento do sujeito em campanhas governamentais e publicitárias que circularam no Brasil, em veículos específicos, entre os

anos de 2003 e 2006. Tal recorte corresponde ao primeiro mandato do ex-Presidente da República do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva. A entrada para a constituição do *corpus* foi, em nossa pesquisa, a eleição de um “enunciado reitor” (FOUCAULT, 1969, p. 166):

[o]s enunciados reitores são, para Foucault, aqueles que se localizam junto à raiz de uma árvore de derivação enunciativa; são os enunciados que regem o funcionamento desta última e que desempenham as regras de uma formação discursiva de modo mais concentrado e abrangente, permitindo, a partir de seu centro organizador, o surgimento de aplicações diversas no desempenho de outros enunciados (VOSS & NAVARRO, s/d).

Na ocasião de nossa pesquisa, elegemos, como enunciado reitor, o *slogan* do Governo Federal entre os anos de 2003 e 2010: “Brasil, um país de todos”. Eis como justificamos essa escolha:

Posto numa série enunciativa [...] esse *slogan* do Governo Federal – “Brasil: um país de todos” – poderá funcionar como um enunciado reitor, pois dele é possível depreender uma força de instauração de regularidade em relação aos enunciados que se deram a partir dele. Veremos que, a partir desse mote de governo, as regras de formação desse enunciado extrapolarão o campo político e terão lugar, por exemplo, na propaganda comercial (VOSS & NAVARRO, s/d).

As relações enunciativas descritas fazem referência a esse enunciado reitor, assim, descrevemos as regularidades e especificidades que colocam em relação propagandas

governamentais, campanhas publicitárias e o enunciado reitor, o *slogan* governamental “Brasil, um país de todos”. A análise foca, contudo, apenas a formação das modalidades enunciativas: as relações entre o estatuto do sujeito que fala, os lugares institucionais que autorizam a fala do sujeito e as situações que este ocupa na enunciação.

Em relação ao estatuto do sujeito que fala, vale lembrar que Foucault (1969) apresenta alguns questionamentos, quando comenta sobre o estatuto do sujeito que fala:

[...] quem fala? Quem, no conjunto de todos os sujeitos falantes, tem boas razões para ter esta espécie de linguagem? Quem é seu titular? Quem recebe dela sua singularidade, seus encantos, e de quem, em troca, recebe, se não sua garantia, pelo menos a presunção de que é verdadeira? Qual é o status dos indivíduos que têm – e apenas eles – o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir semelhante discurso? (p. 57)

Em determinados discursos midiáticos, nem sempre há a necessidade de se comprovar um “direito regulamentar” e “juridicamente definido” para que o sujeito exerça seu papel no enunciado. O sujeito da publicidade, por exemplo, parece se apresentar mais na condição de “espontaneamente aceito”. Daí as perguntas que direcionam nossa análise: de onde surge, então, a presunção de que sua palavra seja verdadeira? O que atesta sua titularidade como sujeito do discurso? Como remeter o sujeito à dispersão e não à sua “função unificante” (FOUCAULT, 1969, p. 61)?

Se considerarmos, primeiramente, ao sujeito do enunciado reitor, “Brasil, um país de todos”, veremos que ele ocupa o estatuto do sujeito que “inclui”, “aceita as

diferenças” e, prioritariamente, “resgata a unificação da identidade do país” (VOSS ; NAVARRO, s/d). Para isso, basta recorrer à antonímia criada pelo *Manual de Uso da Marca do Governo Federal* (GOVERNO FEDERAL, 2012). Malgrado a oposição entre diversidade e união ou integração, a proposta do mote do Governo era alcançar um Brasil unificado. A unificação, nesse caso, tem a ver com alguns sentimentos exigidos para que as diferenças sejam reconhecidas e aceitas: fraternidade, solidariedade, respeito etc. O brasileiro é alçado à figura de quem possui essas virtudes e que, por isso, sabe acolher e respeitar as diferenças. Contudo, para além da imagem que o Governo Federal cria sobre o sentido de “brasileiro”, o “país de todos” do enunciado reitor tem a ver também com a distribuição sistemática e igualitária de recursos econômicos e obras de infra-estrutura para os brasileiros. O Governo Federal assume a responsabilidade de transformar o Brasil em um “país de todos”. Esse é seu estatuto do sujeito do enunciado reitor. A partir disso, as propagandas governamentais e também os programas criados pelo Governo apostam na hipérbole “de todos” (e “de todos”) e em suas diversas variantes (“toda a”, “todas as”, “todo o”, “todos os”, “para todos”, “para todas”) em anúncios das políticas federais.

Eis três exemplos elucidativos: em uma propaganda do “Programa Fome Zero”, aparecem as expressões “todas as creches públicas”, “todo o país”, “de todo brasileiro”, “todos os dias” e “Todas as cidades” (REVISTA VEJA, 2003a, p. 70-1); já em uma propaganda do “Programa Bolsa Família”, o efeito hiperbólico se manifesta em “fazer por todos” e “toda a família” (REVISTA VEJA, 2003b, p. 90-1); finalmente, em uma propaganda do “Programa Luz para Todos”, o sintagma “para todos”, além de vir marcado no

próprio nome do programa do Governo, ainda está presente em duas ocorrências de “todos os brasileiros” (REVISTA VEJA, 2003c, p. 94-5).

Nas propagandas governamentais, o estatuto do sujeito que fala está estreitamente vinculado ao próprio Governo Federal e, nesse caso, há a comprovação de um “direito regulamentar” e “juridicamente definido” (FOUCAULT, 1969, p. 57), já que os representantes políticos ganham voz somente depois de terem sido julgados pelo povo e também por órgãos de controle, como o Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

O Governo Federal, mas também seus programas e órgãos de apoio, é quem assume o estatuto do sujeito e, a partir disso, a posição de “transformador social”, responsabilizando-se por suas políticas e atribuindo a si o papel de realizador de políticas inclusivas e de distribuição de recursos públicos. Podemos depreender esse funcionamento de todas as três propagandas governamentais ainda há pouco apresentadas como exemplos: “Com o Fome Zero, a alimentação escolar chegou”, “O Programa Fome Zero [...] está levando alimentação” e “estão recebendo recursos do Programa Fome Zero”, da propaganda do “Programa Fome Zero” (REVISTA VEJA, 2003a, p. 70-1); “o Governo Federal entrega mensalmente” e “o Governo Federal [...] está lançando o Bolsa Família”, da propaganda do “Programa Bolsa Família” (REVISTA VEJA, 2003b, p. 90-1); e “O Programa Luz para todos vai levar [...] luz”, “vai garantir instalação de graça”, “o governo fez uma parceria” e “Juntos, eles vão investir”, da “Propaganda do Programa Luz para Todos” (REVISTA VEJA, 2003c, p. 94-5).

Esses são todos exemplos de passagens de propagandas em que o Governo Federal e seus programas

ocupam a função de sujeito, não somente de sujeito oracional, mas de sujeito titular das ações que envolvem responsabilidade social. É um sujeito que possui o direito regulamentar – mas também o dever regulamentar – de se responsabilizar socialmente: garantir distribuição de renda e de benefícios para uma população, de modo que essa distribuição seja igualitária e que atinja a “todos”, como já anuncia o enunciado reitor que está na base dessa árvore de derivação enunciativa.

Assim como o *status* do médico encontra-se submetido a inúmeras instituições, processos, doutrinas e saberes, o Governo Federal também está cercado de relações diversas que lhe conferem os atributos de sujeito do discurso. O sistema político já estabelecido com suas normas tanto no âmbito legislativo quanto no ético e moral, as leis já instituídas, os códigos morais e mesmo a própria história de vida do ex-Presidente Lula (cf. a análise de SARGENTINI, 2003) são todos fatores que se articulam dando estatuto ao papel do Governo Federal depois de 2003. O enunciado reitor “Brasil, um país de todos” sintetiza a soma desses fatores, inclusive aquele ligado exclusivamente a uma jogada de *marketing* político, e abre caminho para uma regularidade na dispersão do sujeito. Alguns desses fatores são ainda lugares institucionais a que o sujeito se refere, como o sistema político, os códigos morais garantidos pela família e pelas instituições religiosas e também o direito. Esses lugares institucionais designam, em parte, a função que o sujeito deve exercer no discurso, assim como seu estatuto na condição de sujeito.

Além das relações entre o estatuto do sujeito e dos lugares institucionais a que ele se refere, podemos ainda estabelecer algumas posições que o sujeito ocupa nos enunciados. Nas propagandas governamentais, o sujeito é

aquele que *trabalha a favor da inclusão social* (em “vai incluir milhões de famílias que antes não faziam parte de nenhum programa” (REVISTA VEJA, 2003b, p. 90-1)), é aquele que *protege a família* (em “passa a proteger toda a família” e também na figurativização de um guarda-chuva protegendo uma família (REVISTA VEJA, 2003b, p. 90-1)), é aquele que *corrige problemas dos governos anteriores* (em “justamente para corrigir esse problema”, (REVISTA VEJA, 2003b, p. 90-1)), é aquele que *leva alimentação para todos* (em “está levando alimentação para milhões de brasileirinhos” e também nas imagens de diversas crianças se alimentando (REVISTA VEJA, 2003a, p. 70-1)), é aquele que *ensina valores para as crianças* (em “é de pequeno que a gente aprende muita coisa importante, que vale para a vida toda: o valor de um prato de comida é uma delas” (REVISTA VEJA, 2003a, p. 70-1)), é aquele que *oferece qualidade de vida* (em “vai levar energia elétrica até a casa de todos os brasileiros”, (REVISTA VEJA, 2003c, p. 94-5)) e é aquele que, enfim, *transforma e melhora a realidade das pessoas* (em todos os rostos felizes dos sujeitos representados no nível de materialidade imagética das três propagandas: felizes depois de terem recebido *alimentação de qualidade, complementação de renda e energia elétrica*).

À medida que o sujeito *inclui, protege, corrige erros, ensina valores, garante qualidade de vida e transforma*, o estatuto do Governo Federal na condição desse sujeito do discurso, as instituições a que ele se refere e as posições que ele ocupa não estão somente relacionados à oferta de bens materiais. O sujeito tem o estatuto de transformador social, mas também de transformador de vidas, ou seja, aquele que torna o ser humano feliz. O governo também garante essa felicidade, que aparece estampada no sorriso dos modelos utilizados nas propagandas. Soma-se a isso o fato de que todos os modelos que pousaram para as propagandas

carregam traços fenotípicos da parte da população brasileira que mais sofre discriminação (pardos, nordestinos, nortistas etc.) e são representados como pessoas simples. Se levarmos em conta a formulação imagética dessa série enunciativa, teremos o efeito de que a inclusão, proteção e transformação se voltarão justamente para *os que mais delas precisam*. Dividir o Brasil *entre todos* seria justamente levá-lo àqueles que dele não usufruem – já sabemos quem são.

No que se refere ao aspecto imagético, do ponto de vista de uma leitura que mobiliza relações interdiscursivas e de intericonicidade, a disposição dos modelos na propaganda do “Programa Bolsa Família” (REVISTA VEJA, 2003b) faz alusão à conhecida obra de Cândido Portinari, *Retirantes* (PORTINARI, 1944), conforme figura 1.



Figura 1 – Relações interdiscursivas e de intericonicidade entre o quadro *Retirantes* e a “Propaganda do Bolsa Família”.

Contudo, em virtude de suas regras de formação, bem como de sua relação com o enunciado reitor, a propaganda estampa uma família alegre, sorridente e protegida pelo “Programa Bolsa Família” (um grande guarda-chuva amarelo, em que o nome do Programa vem escrito em letras garrafais verdes), enquanto os retirantes de Portinari estão tristes, pálidos e desamparados, o que dá

visibilidade a um tipo de família inserida em uma época em que *o Brasil não era um país de todos*. O sujeito do discurso é quem operou essa transformação. Seu estatuto é, prioritariamente, o de *transformador social*.

A dispersão desse sujeito pode ser apreendida no modo como ele passa a atuar também a partir de outros lugares institucionais e é desdobrado em outras posições de sujeito. Já que estamos falando das especificidades de desempenho da função enunciativa em relação a determinadas regras de formação do discurso, não podemos esquecer que tais regras de formação atuam junto a um grupo vasto de enunciados e regem toda sua regularidade, no sentido de que mesmo as diferenças de desempenho dos enunciados podem resultar do funcionamento de uma mesma formação discursiva. Mostramos até aqui, no que diz respeito às regras de formação dos tipos enunciativos que caracterizam a responsabilidade social nas propagandas governamentais, que seu sujeito é aquele que, de forma geral, se responsabiliza pela transformação social e procura garantir a principal premissa do enunciado reitor: tornar o Brasil *um país de todos*. Seu estatuto é garantido pelas relações institucionais que levam o Governo Federal a assumir e a desempenhar suas funções.

Contudo, as regras de formação sintetizadas por “Brasil, um país de todos” podem se estender a campos e domínios diferentes da política e das ações do Governo Federal. Logo, o sujeito “transformador social” e “responsável socialmente” pode atuar a partir de outros lugares institucionais, como na publicidade impressa. É esse fato que marca, principalmente, sua dispersão e que atesta a titularidade do sujeito do discurso quando em campanhas publicitárias ou em qualquer outro campo. Faremos uma

rápida incursão em campanhas publicitárias para que o leitor saiba do que se trata.

Em algumas campanhas publicitárias que circularam entre 2003 e 2006, a posição do sujeito também era relacionada a uma situação de “transformação social” ou de, pelo menos, “preocupação social”. Na campanha do “Projeto Prato Popular da Coca Cola”, o sujeito ocupa a posição daquele que vai garantir a qualidade de vida por meio da alimentação de qualidade: “O Prato Popular, para muita gente, é a única refeição do dia. Mas é uma refeição completa, saborosa, com grande valor nutricional, ao custo de 1 real” (REVISTA VEJA, 2004a, p. 43). Na campanha da “Bradesco Vida e Previdência”, o sujeito se responsabiliza pela proteção da família, ainda que isso não coincida com transformação social: “Proteger a família é um direito de todos. [...] A proteção que sua família merece com um preço que cabe no seu bolso: só R\$ 9,90 mensais” (REVISTA VEJA, 2004b, p. 21). Já na campanha da “Fundação Bradesco”, o sujeito promove a inclusão social, mesmo que, factualmente, isso tenha sido feito por voluntários: “É o Brasil voluntário formando cidadãos e promovendo a inclusão social em nosso país” (REVISTA VEJA, 2004c, p. 07). Também uma peça publicitária da “Monsanto”, sobre o consumo de transgênicos, aposta na garantia da qualidade de vida (“Mais Saúde para Todos”) como mote em prol da aceitação da biotecnologia pelos consumidores: “Biotecnologia é isso: a tecnologia *para uma vida melhor*” (REVISTA VEJA, 2003d, p. 103, grifo nosso). A posição de um sujeito que inclui, protege, ensina valores, garante qualidade de vida e transforma passa a ser recorrente também no desempenho dos enunciados na publicidade.

A formação discursiva confere regularidade à dispersão dos enunciados. Também o sujeito, estando

disperso, irá compartilhar dessa regularidade. O que presume que a palavra do sujeito seja verdadeira é justamente a árvore de derivação enunciativa do qual faz parte e o domínio associado que o agrega. O que temos, ao final, é uma teia de valores que vão se integrando uns aos outros, de modo que se tornam muito sutis as fronteiras que garantem ao enunciado seu *status* de acontecimento discursivo – talvez por isso a insistência de Foucault na descrição das especificidades do enunciado na condição de acontecimento. Logo, essa função de existência do sujeito se dissolve de maneira suave pelos enunciados e, em alguns deles, é quase imperceptível.

Investindo em algumas especificações teóricas que aparecem na discussão sobre a formação dos conceitos (FOUCAULT, 1969), poderíamos até arriscar criar uma pequena trilha de conceitos sobre responsabilidade social que se agregaram uns aos outros a partir do enunciado reitor “Brasil, um país de todos”. Em torno do conceito de “um país de todos” ou de “um país para todos”, a responsabilidade social passou a coincidir com “inclusão social” (cf. REVISTA VEJA, 2003b, 2004c), “qualidade de vida” (cf. REVISTA VEJA, 2003c, 2004a, 2004d, 2004e), “proteção” (cf. REVISTA VEJA, 2003b, 2004b), “saúde” (cf. REVISTA VEJA, 2003a, 2003d, 2004a), “transformação” (cf. REVISTA VEJA, 2003a, 2003b, 2003c, 2004c) etc. Esses caracteres da responsabilidade social nas campanhas publicitárias e nas propagandas governamentais podem derivar outra posição ocupada pelo sujeito do discurso: a de *garantir* também *bem-estar social*, uma vez que o bem-estar social pode ser relacionado justamente aos conceitos de *saúde, qualidade de vida, proteção, inclusão social*.

Essa posição do sujeito – o sujeito que garantiria o bem-estar social – é encontrada, por exemplo, na campanha

publicitária do antiácido Sonrisal (cf. Figura 2). Contudo, a campanha faz uso da ideia de “garantia de bem-estar” com a finalidade de vender seu produto, associando o conceito de “bem-estar” a um estado fisiológico oposto ao de “mal-estar”. Apesar disso, os conceitos de “país de todos” e de “diversidade” são incorporados à campanha, na medida em que se faz a equivalência entre “Brasil” e “um país de todos os gostos”. É relevante comentar o modo como essa campanha parafraseia o enunciado reitor por meio de paralelismo sintático e de recorrência de termos. Um trecho destacado em amarelo traz a chamada “Brasil. O país do bem gelado” e faz, de algum modo, alusão a “Brasil, um país de todos”. O “todos” do enunciado reitor é associado a todos os diferentes gostos que o brasileiro tem (“bem tirado”, “bem tostado”, “bem cozido”, “bem casado”, “bem temperado” etc. (cf. Figura 02)).



Figura 2 – Campanha Publicitária do Sonrisal.

Sem dúvida, essa peça publicitária do Sonrisal não mostra o desempenho de um sujeito em prol da responsabilidade social ou da transformação social. O “bem-estar” que aparece nessa publicidade não diz respeito ao bem-estar social ou à qualidade de vida e sim ao oposto de “mal-estar”. O que importa destacar dessa campanha, entretanto, é justamente o modo como ela estabelece uma relação associativa explícita com os enunciados que se

assentam sobre as regras de formação do objeto responsabilidade social. Logo, é um enunciado que, mesmo não obedecendo às regras de formação do objeto responsabilidade social, anuncia sua existência e brinca com a verdade de seus conceitos. De qualquer forma, esse enunciado mostra que o sujeito “do bem-estar social” já está presente no domínio de memória como condição de possibilidade para outras leis de formação em outros campos de aplicação.

As campanhas publicitárias, embora abordem os mesmos conceitos das propagandas governamentais e até derivem outros, chamam a atenção para outros lugares institucionais aos quais o sujeito do discurso se refere. Não podemos negar que o papel da empresa, na condição de instituição que financia a existência da publicidade, vai mudar a relação do sujeito com o objeto do discurso. Ainda que em várias campanhas publicitárias o sujeito ocupe as mesmas posições das quais se encarrega nas propagandas governamentais – é ele que garante qualidade de vida, que inclui, que oferece proteção, saúde etc. –, é também ele quem vai relacionar os *valores* da responsabilidade social à *venda* de produtos e de marcas.

Em duas peças publicitárias da “Gol – Linhas Aéreas” (cf. REVISTA VEJA, 2004d, 2004e), por exemplo, a posição do sujeito é a de quem oferece qualidade de vida, porém, a qualidade de vida equivale à compra do produto, qual seja, as passagens aéreas, já que o que a empresa oferece, em ambas as campanhas, é *acessibilidade* (passagens mais baratas, mais destinos etc.). Se de alguma forma, o sujeito quer mostrar como trabalha a favor da inclusão social, não se pode ignorar que as pessoas só estarão realmente incluídas *se pagarem por isso*. Também o “Projeto Prato Popular da Coca-Cola” se gaba do fato de que oferece “[...]”

uma refeição completa, saborosa, com grande valor nutricional, ao custo de 1 real” (REVISTA VEJA, 2004a, p. 43), muito embora a refeição *com grande valor nutricional* incluía um *refrigerante*, que, como se sabe, é o principal produto vendido pela marca “Coca-Cola”. Logo, o lugar institucional representado pela empresa e por sua publicidade conduz o sujeito a desempenhar a posição de *vendedor de produtos e representante de marcas*.

Considerações finais

Neste texto, saberes acerca da ideia de responsabilidade social foram discutidos, tendo em conta as regras de formação dos enunciados que fazem circular esse referencial discursivo. Para tanto, em um primeiro momento, apresentamos os elementos que delimitam tais regras de formação, com base em postulados de Michel Foucault. A presença desses saberes em enunciados de campanhas governamentais e de peças publicitárias sem fins políticos nos levou a operacionalizar o conceito de enunciado reitor, também desenvolvido por esse mesmo autor.

Assim, movidos pela necessidade de oferecer uma possibilidade de manuseio das ferramentas teórico-metodológicas desenvolvidas por Foucault, empreendemos uma breve análise das modalidades enunciativas em campanhas governamentais e publicitárias que circularam no Brasil, entre os anos de 2003 e 2006, período que compreende o primeiro mandato do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Pelo fato de as relações enunciativas descritas fazerem referência ao enunciado reitor “Brasil, um país de todos”, descrevemos as regularidades e especificidades que colocam em relação propagandas governamentais e

campanhas publicitárias. A descrição focalizou, desse modo, as relações entre o estatuto do sujeito que fala, os lugares institucionais que autorizam a fala do sujeito e as situações que este ocupa na enunciação.

Referências

DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. [1966] **As Palavras e as Coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tannus Muchail. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. [1969] **A Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

_____. [1961] **História da Loucura**: na idade clássica. Tradução de José Teixeira Coelho Neto. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008b.

_____. [1963] **O Nascimento da Clínica**. Tradução de Roberto Machado. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008c.

GOVERNO FEDERAL. **Manual de Uso da Marca do Governo Federal**. Disponível em: <<http://migre.me/82H1P>>. Acesso em: 24 fev. 2012.

MACHADO, R. **Foucault, a ciência e o saber**. 4. ed. (revisada e ampliada). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

PORTINARI, C. **Retirantes**. Óleo sobre tela. 1,9 x 1,8 m. Assis Chateaubriand, SP: Coleção Museu de Arte de São Paulo, 1944.

REVISTA VEJA. **Propaganda do Programa Fome Zero**. N. 1818. 03 set 2003a, p. 70-1.

_____. **Propaganda do Programa Bolsa Família**. N. 1826. 29 out 2003b, p. 90-1.

_____. **Propaganda do Programa Luz para Todos**. N. 1832. 10 dez 2003c, p. 94-95.

_____. **Campanha Publicitária da Monsanto**. N. 1834. 24 dez 2003d, p. 103.

_____. **Campanha Publicitária do Sorrisal**. N. 1811. 16 jul 2003. p. 06-07.

_____. **Campanha Publicitária do Projeto Prato Popular da Coca-Cola**. N. 1846. 24 mar 2004a, p. 43.

_____. **Campanha Publicitária da Bradesco Vida e Previdência**. N. 1839. 04 fev 2004b, p. 21.

_____. **Campanha Publicitária Fundação Bradesco**. N. 1846. 24 mar 2004c, p. 06-07.

_____. **Campanha Publicitária da Gol – Linhas Aéreas (01)**. N. 1858. 16 jun 2004d, p. 06-07.

_____. **Campanha Publicitária da Gol – Linhas Aéreas (01)**. N. 1859. 23 jun 2004e, p. 80-81.

SARGENTINI, V. M. O. A teatralidade na geração de empregos: mídia na campanha eleitoral. In: GREGOLIN, M. do R. V. (Org.). **Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 125-134.

VEYNE, P. **Foucault**: seu pensamento, sua pessoa. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2011.

VOSS, J.; NAVARRO, P. A noção de enunciado reitor de Michel Foucault e a análise de objetos discursivos midiáticos (artigo no prelo). In: **Revista Linguagens em (Dis)curso**. Tubarão: Unisul - Universidade do Sul de Santa, s/d.

A instabilidade dos discursos um esboço de análise

Sírio Possenti

Introdução

Episódios como a ocupação da USP, em 2011, por estudantes que protestavam contra a ação da polícia militar que prendeu colegas surpreendidos fumando maconha, são bastante polêmicos. Embora tratados bastante radicalmente por diversas Formações Discursivas (FDs), o que, em tese, propiciaria discursos monolíticos, revela-se alguma instabilidade em suas formulações. Além disso, são espaço propício para a criação, recuperação e circulação de estereótipos, que, frequentemente, podem ser caracterizados como simulacros.

O acontecimento que gerou os textos a partir dos quais se organiza um pequeno corpus para esta análise foi a ocupação de parte da reitoria da USP por um grupo de estudantes “mais radicais” (segundo o noticiário). O movimento repudiava a presença da polícia militar no campus. Um evento específico provocou esta reação: policiais prenderam alguns estudantes, acusando-os de estarem fumando maconha no campus, em horário de aula.

Foi sobre os diversos aspectos desses acontecimentos que jornalistas, intelectuais e leitores se manifestaram: as razões para a presença ou não de policiais militares no campus, o direito ou não ao consumo “recreativo” de drogas, a divisão dos estudantes em relação às medidas adotadas ou a serem implementadas, o comportamento das

autoridades da universidade, a memória da repressão que a presença da polícia reavivava etc.

O trabalho exporá algumas hipóteses e proporá esboços de análises de um corpus constituído por cartas de leitores, por algumas manifestações de “blogueiros” e colunistas bastante conhecidos por suas posições, e por reportagens sobre o evento. As cartas, até por serem breves, favorecem a expressão mais clara das diversas posições, propiciando a ocorrência de enunciados bastante marcados e a presença de estereótipos com fortes características de simulacros. Esta característica talvez se deva também ao fato de estes leitores não escreverem profissionalmente: assim, são mais “francos”, diretos.

1. Primeiras impressões sobre o corpus

O corpus, como disse, é constituído de textos de diversos gêneros publicados em jornais e blogs, nos dias subsequentes ao acontecimento acima mencionado. Como a ocupação de espaços da reitoria da USP durou algum tempo, o noticiário e outras manifestações ocorreram durante o mesmo período, fazendo com que um acontecimento relativamente “modesto” recebesse cobertura bastante extensa. Aos poucos, algumas posições foram sendo matizadas, certos detalhes das posições que, tipicamente, não são explicitados no início de eventos desta natureza, ocasião em que as diversas posições são mais “radicais” e “cruas”, foram surgindo, de maneira que os discursos perderam o caráter monolítico que apresentavam nas primeiras manifestações. Este fato propicia a explicitação de certa instabilidade em alguns discursos, que não chega a ser uma contradição interna, mas a expressão

de que não há simples oposição entre as duas posições fundamentais que o corpus revela.

A leitura dos textos sugere, ainda intuitivamente, uma avaliação nos seguintes termos: os artigos (em geral de autoria de intelectuais ou de jornalistas conhecidos) podem ser qualificados como mais sensatos, menos radicais, apresentando argumentos menos monolíticos, o que pode resultar no reconhecimento de que pode haver algo de defensável na posição adversária. Um colunista, por exemplo, chegou a escrever que “seria bom que os policiais... fizessem vista grossa para quem fuma maconha”.

As notícias ou reportagens são mais factuais, mais “isentas”, se comparadas a outros tipos de texto. Já as cartas de leitores são bem radicais, beirando muitas vezes à grosseria. Expressam posições mais nítidas e um conjunto de estereótipos. Poder-se-ia dizer que são a expressão de posições menos “pensadas”, ligadas talvez ao mundo privado, e, assim, menos sopesadas, menos “compromissadas” com um leitorado heterogêneo, por um lado, e sem as obrigações do jornalismo e da ética (do ethos) intelectual, que se manifesta especialmente nos artigos, por outro. De certa forma, são a “voz das ruas”, espaço da sloganização.

Nos blogs, certa mistura parece ser a marca (que necessita ser melhor especificada): são mais “francos” que os artigos, sem chegarem a ser radicais como as cartas. Esta ambiguidade tem tudo a ver com a natureza do blog, ao mesmo tempo pessoal e público.

2. Esboços de análise

Em primeiro lugar, retomem-se duas questões de base. Uma é a do acontecimento histórico. Ele tem diversos aspectos, como era de esperar: alunos fumando maconha,

ação da polícia, reação de estudantes, assembleia, ocupação de espaços da reitoria. Estes fatos vão acontecendo aos poucos, como é usual (reconhecer isto não equivale a adotar uma teoria cronológica da história, que não implica apenas uma sequência, mas a crença em uma teleologia...).

Outra é a do acontecimento discursivo, também com diversas facetas, que uma análise ao mesmo tempo tentaria mostrar e relacionar: os relatos, os comentários, as teses, a memória, a polêmica.

Alguns dados revelam a instabilidade das FDs. Por exemplo, as diversas **designações** de participantes do acontecimento, como *os bebês da USP, grupelho de semialfabetizados e violentos, garotada, arruaceiros da USP, grupelho de estudantes, vândalos que se intitulam estudantes, invasores da reitoria*. Observe-se a diversidade destas designações que, ao mesmo tempo em que desqualificam os estudantes / manifestantes, revelam uma heterogeneidade interna do discurso que os condena, e, portanto, uma instabilidade da respectiva FD. De fato, não é a mesma coisa repudiar as ações de *bebês / garotada* e as de *vândalos* ou *arruaceiros*. Uma coisa é considerá-los irresponsáveis e condenar esta falta de responsabilidade; bem outra é considerá-los violentos e condenar a violência (a deles).

Outra evidência desta instabilidade são os **simulacros**¹. Segundo críticos dos estudantes, eles só estão interessados em fumar maconha, reivindicam o livre tráfico de drogas,

¹ Sobre a noção de simulacro, ver Maingueneau (1984). Basicamente, o conceito dá conta do fato de que uma FD lê a outra a partir de sua semântica, e não da semântica da outra. Dos casos mencionados, um exemplo: não condenar o consumo de maconha é lido como defesa de seu consumo ou, ainda, defender o livre tráfico; criticar a intervenção policial no campus é lido como defender um estado de exceção em que as leis não valem.

defendem privilégios no campus, querem um “estado de exceção” em que as leis não devem valer; são infratores aliados da *cannabis sativa*. Observe-se que se trata de diversos temas, como indiciam as designações dos diversos grupos (policiais, estudantes das diversas posições) como “maconheiros”, “filhinhos de papai”, “os que querem estudar”, “autoridades do campus”. Sem contar que enunciados como “defensores de / defendem maconheiros” são exemplos claros de simulacros que circulam também como fórmulas, obviamente de pouca duração, dado que os discursos se esgotam, por assim dizer, com o fim do acontecimento.

Outro aspecto crucial destes discursos é o da memória, que volta de maneira bem específica, “linkando” a intervenção da polícia às invasões da USP durante a ditadura militar. Alguns enunciados revelam bem esta dimensão: “Se a PM e outras forças da ditadura não tivessem invadido campi universitários, como ocorreu na própria USP em 1968, essa memória não nos pertenceria, mas ela não nos pertence”. “Os alunos não protestam só contra a polícia no campus, mas sobretudo por causa de uma memória de violência e truculência que eles repudiam e da qual a PM é emblema, símbolo mesmo”. O mesmo ocorre no outro discurso: “Encanta-se por um bordão do passado, mera forma sem conteúdo, quando clama pela saída da PM do campus”.

Embora de forma menos explícita, trata-se da mesma memória nos seguintes enunciados, que polemizam. Um opositor das ações dos estudantes diz que não entende que a presença da polícia predispõe “à eventual repressão de atos ligados à livre expressão” (criticando o enunciado citado entre aspas, contrário à presença da polícia). E acrescenta: *quer dizer que, para ter boas ideias, não pode haver policiamento por perto? Será preciso fumar maconha para ter boas ideias?*

Observe-se, em especial, o primeiro enunciado, que é uma refutação de enunciado anterior: este retoma o discurso da ausência total de repressão como condição do livre pensamento (que o enunciado que o cita pretende refutar).

Observe-se, também, a pergunta irônica que se segue, relativa à suposta necessidade de uso de maconha para pensar livremente, que revela como diversos discursos se aliam, no caso, menos para defender uma posição do que para condenar (ridicularizando-a, num claro simulacro) a posição oponente.

Outro “tema” de destaque na polêmica decorrente do acontecimento que aqui se analisa é a questão dos “verdadeiros” estudantes. Uma das formas de combater o movimento dos estudantes consistiu na oposição entre os que de fato querem estudar e os outros, o que se fez basicamente pelas seguintes predicções: estudar de verdade, realmente querem estudar VS perder tempo não estudando, fazer greves / paralisar a universidade. Vejam-se os seguintes enunciados:

- mudem para outro país e deixem as vagas **para quem quer estudar**
- tem muita gente querendo **estudar de verdade**
- deixando suas vagas para **quem realmente quer estudar**
- qual a opinião **dos verdadeiros estudantes da USP?**
- talvez porque **nossos alunos perderam tempo não estudando**
- a população paga para **estudantes estudarem** e não *para fazer greves*
- que os alunos deveriam **exigir aulas**, *não paralisar a universidade.*

O “tema” que melhor revela a instabilidade das FDs – especialmente da que defende os estudantes – é o da segurança. Considerem-se estes enunciados de uma reportagem – sem deixar de levar em conta os percentuais: uma aluna diz que todos desejam mais segurança, *mas da seguinte forma*: mais iluminação, uma guarda universitária maior e mais bem equipada, maior integração à cidade. A matéria informa também o resultado de uma pesquisa: 50% eram favoráveis à presença da PM, mas 57% não se sentiam mais seguros com ela.

Ele significa que se quer mais segurança, que até se aceita a presença da polícia no campus, desde que tenha atitudes diferentes das que tem tido. Observe-se, especialmente, como este enunciado vai em direção contrária à dos simulacros segundo os quais os estudantes queriam um território livre das leis. A segurança é um desejo. A lei não é repudiada. O que se repudia é determinado comportamento de representantes da lei e a ausência de outras medidas para aumentar a segurança (iluminação, por exemplo).

Combate-se também a **força excessiva**. O que significa que se quer segurança, mas não simplesmente a ordem, em geral associada à violência. Vejam-se os enunciados abaixo, em especial os destaques em negrito (em especial a força desproporcional da polícia em relação ao “pouco” que fizeram os estudantes – um delito menor):

- O que não entra na cabeça de ninguém é que é estranho mobilizar todo um aparato policial para deter algumas poucas pessoas que **não faziam mal a ninguém, no máximo a si mesmas**.

- Vergonhosa a ação da PM na USP. Foi **desproporcional deslocar cerca de 400 policiais militares para prender 72 estudantes que dormiam.**

- [...] **um delito menor, como o porte de um cigarro de maconha, não justifica a presença de um batalhão da PM em ambiente escolar.** [...]. Não se trata aqui de fazer a apologia às drogas. [...] **o ambiente universitário é um território livre e não deve ser espaço para alunos fazerem uso de maconha, mas a abordagem [...] está longe de ser adequada.** A PM demonstra falta de aptidão para mediar conflitos sociais e manifestações estudantis. [...] Ela não está lá para correr atrás de aluno com cigarro de maconha ou para mostrar aos estudantes que a corporação não aceita provocações.

- Defender a saída da PM da USP **não é querer transformá-la em uma boca de fumo.** [...] É mesmo seguro para o direito de livre manifestação que essa organização atue no campus de uma universidade que deve primar pelo pensamento livre?

3. Duas Formações Discursivas?

As análises anteriores levam à hipótese de que se trata de duas FDs em oposição (A e B, provisoriamente), que se caracterizam por uma semântica cujos semas fundamentais são **Ordem / Lei**, de um lado (A), e **Segurança / Liberdade**, de outro (B), cada uma com seu *ethos* correspondente, e decorrente das respectivas posições. O que segue, ensaio de reunião do sentido dos enunciados acima destacados, justifica a hipótese, a meu ver.

Vejamos:

No que se refere ao campus:

A: defende polícia, prisão, cumprimento da lei sem exceção (*deveriam ser expulsos da USP; esses baderneiros merecem expulsão sumária*). Seu tom é agressivo, duro (não obedecer às leis é compactuar com a baderna; acredito que as leis existem para serem cumpridas)

B: defende uma guarda universitária treinada, abordagem adequada a jovens (estudantes). Se tom é calmo, razoável (pessoas que *não faziam mal a ninguém, no máximo a si mesmas; um delito menor, como o porte de um cigarro de maconha, não justifica a presença de um batalhão da PM em ambiente escolar; o caminho é educar os agentes da lei e a própria sociedade*)

No que se refere ao consumo de maconha:

A: defende que todos devem seguir a mesma lei / que consumo de maconha supõe tráfico, portanto, deve ser reprimido.

B: defende que estudantes no campus merecem abordagem específica / que consumo de maconha não é crime.

A questão das FDs (especialmente a de sua quantidade) não é, evidentemente, óbvia. Mas, se é verdade que uma Formação Discursiva materializa uma Formação Ideológica (não necessariamente a relação é biunívoca), pode-se formular a hipótese de que aqui estão em jogo duas FDs. Certamente elas podem ser caracterizadas de maneiras diferentes, especialmente conforme o ponto de partida eleito como o mais relevante. Por exemplo, uma hipótese é a oposição entre legitimidade ou não de a polícia agir num campus. Outra hipótese pode ser a oposição entre criminalização ou não de consumo de maconha. A escolha não pode ser aleatória, evidentemente, nem é necessário que seja entre estas duas. A escolha depende de dois fatores: a) da

natureza do acontecimento histórico; b) da dominância de determinados temas no corpus. Assim, pode-se privilegiar seu início ou seu desdobramento (neste caso, o acontecimento começou com a questão da droga, mas culminou na questão da autonomia da universidade). Um pesquisador pode “privilegiar” um ângulo, desde que ele tenha respaldo histórico. Nos termos de Maingueneau (2006), unidades deste tipo são delimitadas “por fronteiras estabelecidas pelo pesquisador, [mas] devem ser historicamente especificadas” (p. 18). Provavelmente, a análise de corpora como estes será mais adequada se guiada por sugestões como as de Darnton (2004) ou de Passeron (2006), defensores de que a “descoberta” da verdade em ciências humanas depende em boa medida de múltiplas e variadas aproximações, feitas de diversos ângulos, na história, para o primeiro autor, e na sociologia, para o segundo.

A identificação das FDs depende de uma decisão fundamental: se são consideradas em um tempo longo ou em um tempo curto. Num caso, sua identificação pode ser feita em termos de esquerda / direita ou em termos de liberdade / repressão. Em outro, apenas a título de hipótese, pode ser feita em termos de liberação / criminalização do consumo de drogas leves ou de autonomia total / parcial do campus em relação ao restante do espaço político etc.

Conclusões provisórias

A principal conclusão é que a instabilidade das duas FDs é sua marca principal. Mesmo os discursos mais rígidos são uniformes (a polícia devia fechar os olhos...).

Considere-se, especialmente, a pesquisa sobre presença da PM no campus e sobre confiança que os estudantes têm nela. O resultado indica notável

instabilidade dos discursos. Mais claramente, a instabilidade do discurso de **B** sobre a segurança. Uma hipótese é que esta FD não tem uma solução real oferecer. Já a FD que chamo de **A** enuncia como se tivesse uma solução: aplicar a mesma lei da mesma forma em qualquer lugar em relação a qualquer pessoa e a qualquer ilícito.

Outro argumento em favor da tese da instabilidade das FDs, desta vez de **A**, se manifesta nas “paráfrases” relativas aos **verdadeiros estudantes**. Veja-se:

- mudem para outro país e **deixem as vagas para quem quer estudar**

- tem muita gente **querendo estudar de verdade**

- deixando suas vagas para **quem realmente quer estudar** (e está fora da USP)

- qual a opinião dos **verdadeiros estudantes da USP** (não da FFLCH) *E porque não os OUTROS professores? (só FFLCH)?*

- talvez porque **nossos alunos perderam tempo não estudando** (*fazendo greve?*).

- a população paga para **estudantes estudarem e não para fazer greves** – que os alunos deveriam *exigir aulas (=estudar mesmo?), não paralisar a universidade (= fazer greve).*

A análise do discurso, desde Pêcheux (1969), opõe de alguma forma os discursos logicamente estabilizados aos não logicamente estabilizados. Naquele trabalho, a oposição não era formulada claramente, mas, retrospectivamente a

divisão fica clara na diferença que ele estabelece entre a leitura de mitos e a de textos associados a instituições (científicas, no seu exemplo). Desde Pêcheux (1988), a divisão se tornou um dos traços principais da caracterização de sua teoria. Em Léon e Pêcheux (1980), esta caracterização ganha uma dimensão especial, a meu ver.

No tópico “O mesmo e o outro na discursividade”, os autores dizem que uma sintaxe como a chomskiana supõe uma referência a um mundo exterior independente (a questão é, de fato, a da paráfrase, entendida naquela teoria como mantendo o mesmo sentido), regrando as identidades de sentido. Porém, acrescentam, além deste tipo de relação parafrástica, há outras, nas quais a identidade de sentido é menos garantida, seja pela substituição de itens lexicais, seja pela variação da estrutura sintática. É o ponto onde a sintaxe lógica da frase cede e se corrompe, em proveito de uma intra-reformulação da sequência discursiva por ela mesma, tendendo em direção a uma autonomização de um mundo discursivo auto-referido, dizem eles.

Creio que a tese se aplica ao caso aqui analisado, no seu fundamental: discursos estabilizados implicam ou supõem mundos independentes. Discursos instáveis implicam outro tipo de relação discurso / mundo: não se trata de sustentar aquele que cria este (*o discurso cria a realidade* seria adesão à subjetividade mais desvairada), mas de uma posição ambígua em relação a ele, de dúvida entre aceitação e rejeição. O caso mais evidente é o dos enunciados sobre a segurança na universidade, que revelam que, para B, o mundo “exterior” não é estável, na medida em que, ao mesmo tempo se repudia a presença da polícia no campus, mas se aceita que ela aja neste espaço, desde que siga outros procedimentos.

Referências

DARNTON, R. Um assassinato sentimental. In: **MAIS, Folha de S. Paulo**, 13/06/2004. p. 9-12. 2004.

LÉON, J.; PÊCHEUX, M. Análise sintática e paráfrase discursiva. In: PÊCHEUX, M. **Análise de Discurso** (Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi). Campinas: Pontes. 1980. p. 163-173.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola, 1984.

MAINGUENEAU, D. Unidades tópicas e não-tópicas. In: _____. **Cenas da enunciação**. São Paulo: Parábola. 2006. p. 11-26.

PASSERON, J. C. **O raciocínio sociológico**. Petrópolis: Vozes. 2006.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD69). In: GADET, F. e HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp. 1990. p. 61-161.

PÊCHEUX, M. (1988). **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Editora Pontes, 1990.

**O feminino e o discurso religioso
na revista *Visão Missionária*:
o funcionamento de uma semântica global**

Daiane Rodrigues de Oliveira

Introdução

A revista **Visão Missionária** é uma publicação trimestral da União Feminina Batista do Brasil. Funciona como um meio educativo da igreja batista e trata não apenas de questões eclesiais, mas aborda questões acerca do cotidiano das leitoras. A publicação dirige-se às mulheres batistas casadas, dando conselhos, principalmente, a respeito da vida em família. O periódico mostra como equilibrar as atividades cotidianas com a prática da fé, ensinando como a mulher batista deve exercer as diferentes funções (mãe, esposa, profissional) de uma forma cristã.

Neste capítulo¹, analiso a constituição da revista **Visão Missionária** e a representação do feminino nela veiculada a partir do conjunto de semas do discurso batista. Para tanto, tomo como base a noção de semântica global dos discursos proposta por Maingueneau (2008).

¹ As discussões aqui apresentadas foram extraídas da minha dissertação de mestrado, intitulada “*No SPA com Deus*”: uma análise discursiva da revista *Visão Missionária*, defendida em março de 2012, no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Essa pesquisa foi realizada com o apoio financeiro do CNPq.

1. A semântica global batista

Mainueneau (2008) propõe que cada discurso é regido por uma *Semântica Global*, a qual funciona como um filtro de enunciados, que permite distinguir os discursos pertencentes a um posicionamento discursivo. Segundo o autor,

a menor unidade discursiva supõe o acionamento do conjunto do sistema de restrições, e seu pertencimento à FD se manifesta por referência a esses esquemas de base, que são igualmente fórmulas de uma generalidade e de um rigor máximos, que cada enunciado especifica a sua maneira (2008, p. 70).

Apesar de sua abrangência, esse sistema é “pobre”, no sentido de que são necessários poucos operadores para construir um discurso. E é justamente a simplicidade desse sistema que possibilita que os enunciadores o dominem. O autor afirma que cada enunciador de discurso dispõe de uma *competência discursiva*²: um sistema simples, porém, fortemente estruturado, o qual permite que ele seja capaz reconhecer enunciados pertencentes ao seu posicionamento como também capaz de produzir um número ilimitado de enunciados inéditos pertencentes a esse posicionamento.

² Mainueneau (2008) propõe a existência de uma competência discursiva semelhante ao modelo da competência linguística de Chomsky, mas, diferente desta, a discursiva não se funda na hipótese do inatismo, nem pode ser analisada como a gramática do discurso. Enquanto a questão da aquisição da linguagem chomskyana relaciona-se à explicação da capacidade que os falantes têm de aprender uma língua diante de um número limitado de *performances*, a “aquisição” da competência discursiva relaciona-se à simplicidade do sistema de restrições do discurso e a possibilidade de dominá-lo.

Além disso, essa competência é também *interdiscursiva*, permitindo que o enunciador reconheça enunciados contrários a sua competência. Como explica o autor, a competência *interdiscursiva* supõe a “aptidão para reconhecer a incompatibilidade semântica de enunciados ou da(s) formação(ões) do espaço discursivo que constitui (em) seu Outro” (MAINGUENEAU, 2008, p. 55).

O campo protestante é formado por diversos posicionamentos que, embora partilhem muitos pressupostos básicos, dividem-se/individualizam-se por algumas questões doutrinárias. Nesse campo, o discurso batista inscreve-se no chamado “Protestantismo Histórico”, ao lado dos Presbiterianos, Luteranos e Metodistas. Todas essas denominações partilham pressupostos, entretanto, diferem em algumas questões. Os batistas se distinguem dos outros pela ênfase dada ao batismo em idade adulta por imersão. A questão do batismo por imersão é fundamental na doutrina batista. Ainda que os presbiterianos, luteranos e metodistas aceitem pessoas batizadas tanto por aspensão como por imersão, para os batistas, isso é inaceitável. Para eles, ser um cristão significa ser batizado por imersão. Tal mudança de prática nos impede de falarmos de um discurso cristão protestante que abranja todos esses grupos. Assim, mesmo que o discurso batista compartilhe uma série de pressupostos (ou pontos doutrinários) com os demais protestantes históricos, a prática do batismo é um impedimento para que todos possam pertencer à mesma grade semântica.

Em suma, o discurso batista funciona a partir das seguintes teses:

- O cristão deve agir.
- O cristão age ordenadamente.
- O cristão age no mundo, mas não é do mundo.

O cristão deve agir de forma equilibrada.
Todo cristão é um evangelizador.
Cada cristão precisa ter uma formação bíblica.
Cada cristão é responsável por si.

A partir dessas teses, propomos que semas básicos que compõem o discurso batista são: /Ação/, /Ordem/, /Integração/, /Moderação/, /Evangelização/, /Formação/ e /Individualidade/.

Tendo em vista o funcionamento dessa semântica, analisaremos a constituição da revista **Visão Missionária** e como a representação do feminino é construída nesta publicação.

2. A constituição da revista **Visão Missionária**

Desde o início da igreja Batista no Brasil, as mulheres da denominação têm se reunido para realizar atividades como orações, estudos bíblicos e trabalhos sociais, formando, assim, as primeiras Sociedades Femininas Batistas. Em 1908, foi organizada a **União Missionária das Senhoras Batistas do Brasil**, com o intuito de organizar nacionalmente o trabalho das sociedades femininas. A partir de 1963, a organização passou a se chamar **União Feminina Missionária Batista do Brasil** (UFMBB). Dentro desta organização, o chamado *elemento feminino* é dividido em quatro grupos de trabalhos. Cada grupo tem uma publicação específica. As senhoras formam o grupo *Mulheres Cristãs em Ação* (MCA), o qual se reúne em suas igrejas locais semanalmente ou mensalmente e estuda sua revista específica.

O primeiro periódico da União Feminina Missionária foi lançado em 1922 sob o título de **Revista para o trabalho de Senhoras Baptistas**. Tal publicação propunha-se a suprir

a falta de uma literatura que contivesse programas para as reuniões mensais das sociedades femininas. O objetivo principal da publicação era a programação das reuniões e cultos das sociedades femininas de crianças, jovens e senhoras. Com o passar do tempo, a organização criou novas publicações. Em 1967, a revista de senhoras passou a se chamar **Visão Missionária**. Ao longo dos anos, essa revista passou por diversas mudanças, “integrando-se” um pouco mais ao estilo de revistas femininas de um modo geral. A respeito da mudança do nome da revista, foram apresentadas as seguintes justificativas:

Por que Visão Missionária?

É um título mais expressivo – O novo nome distingue melhor o objetivo principal de nossa organização. Através dos tempos, o ideal missionário tem animado as valorosas irmãs batistas, que dão seu irrestrito e caloroso apoio ao trabalho de missões no mundo. O título de sua revista, portanto, fala de algo que tem sido uma constante no coração das senhoras.

É um título mais atraente – Visão Missionária é um título que atrai e que apela ao nosso coração.

É um título mais interessante – A tendência atual, no campo jornalístico, é para títulos mais curtos, com menor número de palavras. O novo nome está dentro deste requisito técnico, sendo mais interessante e mais atualizado.

(VM, 1T1967)³

Essas justificativas são derivadas de dois temas do discurso batista, /Evangelização/ e /Integração/. Uma

³ Doravante as citações da revista **Visão Missionária** serão apresentadas da seguinte maneira: a sigla VM representa o nome da revista, após a sigla aparece o trimestre de publicação acompanhado da letra T, e, posteriormente, o ano de publicação. Assim, nesta nota, VM, 1T1967 representa revista *Visão Missionária*, primeiro trimestre de 1967.

justificativa é de que o nome foi alterado, porque o novo título relaciona-se à causa da /Evangelificação/ defendida nesse discurso. Além disso, outra justificativa é que o título precisava ser mais atraente, atualizado e interessante, seguindo “a tendência atual”. Nesse sentido, há uma posição de /Integração/ com a atualidade. Os batistas defendem uma contextualização no mundo, embora tal contextualização seja moderada pela doutrina cristã.

Maingueneau (2008) afirma que nos discursos não há uma estrutura profunda e outra superficial, mas os diferentes planos discursivos devem ser levados em conta, uma vez que integram, ao mesmo tempo, a significância e são regulados pelo sistema de restrições do discurso. A respeito dos planos discursivos de **Visão Missionária**, podemos afirmar que, em termos de dêixis, as cenas de enunciação⁴ que aparecem na revista são variadas. As cenografias e cenas genéricas estão de acordo com o esquema de composição das revistas femininas de um modo geral. Há receitas, artigos, anúncios, cartas de leitoras. Porém, na maioria das vezes, essas cenas genéricas e cenografias remetem à cena englobante do discurso religioso. Obedecem, pois, ao sistema de restrições do discurso batista. Já os estudos não compõem as revistas femininas. Esse é um gênero típico de discursos didáticos. Tais estudos estão ligados ao sema /Formação/. Salientamos, no entanto, que não só esses estudos, mas a própria existência da revista está ligada a esse sema. Essa publicação

⁴ Maingueneau (2006a) propõe que um texto, enquanto rastro de discurso, pode ser analisado em termos de “cena de enunciação”. O autor propõe que essa cena é formada por três planos complementares: a *cena englobante*, que se refere ao tipo de discurso, a *cena genérica*, relativa ao tipo de gênero, e a *cenografia*, construída no próprio texto.

tem um caráter pedagógico/formativo. O seu objetivo é doutrinar as mulheres batistas.

No que concerne ao estatuto dos enunciadores na revista, esses são caracterizados como crentes inspirados, porém devidamente preparados para isso. Embora a formação profissional dos autores seja enfatizada, os enunciadores são interpelados como instrumentos de Deus. Desse modo, a figura de Deus é tomada como fiadora do discurso. Ele é apresentado como o verdadeiro Enunciador.

As responsáveis por **Visão Missionária** são mulheres que têm uma formação específica, geralmente adquirida em cursos oferecidos pela própria denominação em duas escolas para mulheres: o Centro Integrado de Educação e Missões (CIEM) e o Seminário de Educação Cristã (SEC). Assim, no que concerne aos *ritos genéticos*, isto é, “o conjunto de atos realizados por um sujeito em vista de produzir um enunciado” (MAINGUENEAU, 2008, p. 132), nesse discurso, o enunciador deve ser preparado em uma das instituições de ensino batista. O enunciador típico é aquele que tem uma /Formação/ batista. Para poder inscrever-se nesse discurso, e produzir enunciados é necessário ter uma formação cristã específica. E tal /Formação/ é um pré-requisito para ser um “instrumento” de Deus.

3. Visão Missionária e as revistas femininas em geral: uma comparação

Para quem está acostumado às revistas femininas em geral, talvez a primeira surpresa seja a quantidade e tamanho dos textos. A grande maioria dos textos publicados em **Visão Missionária** tem no mínimo uma página de extensão. São textos geralmente longos. A publicação apresenta poucas figuras e gravuras, que, na grande maioria das vezes, são

pequenas ou aparecem no plano de fundo. Essa é uma revista que exige, portanto, que o leitor dedique um certo tempo para a leitura dos artigos. É uma revista de /Formação/.

Outro aspecto que talvez cause estranhamento à leitora das revistas femininas em geral é o pequeno número de páginas dedicado à publicidade em **Visão Missionária**. Fonseca-Silva (1999), em pesquisa acerca a revista **Cláudia**, afirma que nesta publicação 24% das páginas são dedicadas à publicidade. Segundo a autora, a quantidade de páginas dedicadas a anúncios publicitários demonstra que esses, além de venderem o produto e apoiarem financeiramente a publicação, vendem também uma imagem da mulher que consome esses produtos, imagem relacionada aos temas tratados. Nas palavras da autora, “os anúncios publicitários que são veiculados na revista [Cláudia] estão relacionados aos temas e assuntos que são apresentados. Existe, na realidade, uma complementariedade entre reportagens e anúncios” (FONSECA-SILVA, 1999, p. 47).

A análise dos anúncios em **Visão Missionária** indica que essa relação também é estabelecida. Os anúncios veiculados estão relacionados também aos temas recorrentes na revista. Nesta publicação, apenas 3% das páginas são dedicadas a anúncios, os quais se dividem em, no máximo, três tipos: anúncio de algum congresso ou reunião da UFMBB, anúncio de alguma campanha evangelística ou pela educação cristã e anúncios de livros e periódicos da editora da UFMBB ou de outras editoras batistas.

A presença dos anúncios de literatura na revista aponta para duas questões: uma de mercado, o próprio sustento da editora que vive do comércio desses livros. Assim como nas revistas femininas em geral os anúncios são o sustento financeiro da revista, em **Visão Missionária**, a venda da revista e dos demais livros mantém a editora.

Outra questão é a importância que os batistas dão à leitura. A questão da interpretação foi fundamental na Reforma Protestante. A partir do momento que a salvação passou ser da alçada do indivíduo, cada um tem a responsabilidade pessoal para com a sua alma e a leitura da Bíblia passa a ser fundamental. Nesse sentido, a venda de livros ligados à igreja Batista aponta para esse posicionamento de responsabilidade pessoal da /Formação/ de cada batista. Essas sugestões/exigências de leituras são derivadas da semântica global do discurso batista que defende a /Formação/ do cristão. Nestes anúncios de literatura, aparecem formulações como:

Livro, o retorno é certo. A leitura é o investimento mais seguro e garantido que você pode e deve fazer agora, por um custo infinitamente baixo. Leia e dê livros de presente. União feminina tem tudo para você começar a investir já (VM, 3T1991, negritos nossos).

Bons livros preparam a família cristã para a boa obra. Aproveite a ênfase missionária destes meses e coloque à disposição de sua família livros de grande valor! **São livros que substituem, na mente e no coração, as emoções ilusórias de falsos heróis pelas experiências reais e edificantes de grandes homens e mulheres de Deus** (VM, 3T1985, negritos nossos).

Nessa publicação, o livro é caracterizado como “o retorno certo”, “o investimento mais seguro e garantido”, que ajuda os pais na criação dos filhos, que “prepara a família para a boa obra”, que tem “grande valor”. A leitura de livros ligados à igreja é vista, então, como prática benéfica e necessária na preparação do cristão para a vida. No entanto, é preciso ressaltar que não é toda e qualquer

leitura que é indicada, mas a da literatura de caráter batista. As outras leituras são avaliadas como livros que tratam de “emoções ilusórias de falsos heróis”. Com isso, a leitora é advertida a tomar cuidado com o que lê, para que não se afaste da “verdadeira” fé.

Além dos anúncios de livros, há também reportagens acerca da importância da leitura, como a intitulada “*Livros um bom presente*”, veiculada no quarto trimestre de 1995. No artigo, o autor apresenta uma série de razões para que o leitor compre livros ao invés de outros presentes no natal: “o livro não é um produto descartável como o videogame, que cansa, um carrinho, que enjoa ou uma boneca que envelhece”; “o livro é por natureza um estímulo ao pensamento, mesmo quando não lido. Quem vive entre livros (uma estante) está sempre desafiado a lê-los e pensar”; “quando lido, o livro é um estímulo ao desenvolvimento da consciência crítica, capaz de nos fazer mais felizes e mais cidadãos”. Logo a seguir, a revista apresenta um anúncio de duas páginas sobre a literatura oferecida pela UFMBB que complementa a matéria. Esse anúncio mostra que não é qualquer leitura que é recomendada, mas a leitura de livros batistas, mais especificamente, da UFMBB. Maingueneau (2008) afirma que há um laço semântico entre discurso e instituição. A ênfase na importância da leitura exemplifica esse laço no discurso batista. Todo o tempo a /Formação/ é defendida e valorizada em **Visão Missionária**, a qual, por sua vez, existe por conta dessa necessidade de /Formação/ cristã. Aliás, a própria existência da UFMBB e da sua editora está baseada nessa necessidade de /Formação/.

Além disso, **Visão Missionária** defende que a compra de livros relativos à igreja é mais importante do que, por exemplo, a compra de itens de vestuário:

Achamos caro adquirir livros para ajudar no estudo bíblico, mas muitas pessoas não titubeiam em comprar um novo par de sapatos, só para combinar com um novo par de sapatos, só para combinar com determinada roupa... Em pouco tempo os sapatos se acabam, mas os conhecimentos e a inspiração dos livros perduram em nossas vidas, na vida dos filhos e na de quantos se relacionam conosco. **São livros valiosos no esclarecer, no orientar, no ajudar a compreender certos fatos e afirmativas desconhecidas.** (VM, 2T1990, negrito nosso).

A revista propõe o estudo dos livros relativos à igreja. O “conhecimento” adquirido pela leitura desses é avaliado como duradouro. A comparação desta publicação com outras revistas femininas mostra que, nas outras, a mulher nunca é advertida a deixar de comprar um item que contribua para o seu embelezamento (como um par de sapatos) a fim de comprar um item para sua formação (o livro). Uma das posições relativas ao discurso sobre o feminino é que a beleza da mulher é seu maior bem ou trunfo. As revistas femininas defendem que a mulher deve ser e se manter bela a qualquer custo e em qualquer situação. Em **Visão Missionária**, a mulher também é advertida a cuidar de sua beleza. Contudo, a /Formação/ cristã é avaliada como mais importante que a beleza. Sendo assim, a publicação defende as mesmas posições sobre o feminino, entretanto, tais posições são reguladas pelo discurso batista.

Outra característica das revistas femininas em geral é a presença das chamadas celebridades. Não apenas as capas são estampadas por modelos e atrizes, como toda a publicação é recheada de informações sobre as famosas. Propagandas, entrevistas, dicas de beleza, comportamento,

fofocas, enfim, tudo é alvo de notícias. Não causa surpresa a ninguém abrir uma revista e ver a receita de beleza de fulana ou as dicas de moda de sicrana. Em **Visão Missionária**, as mulheres que estão em evidência ou são mulheres bíblicas ou mulheres que estão diretamente relacionadas com a UFMBB, como exemplifica a seção *Gente nossa*.

São inúmeras as comparações efetuadas em **Visão Missionária** entre as figuras femininas bíblicas e as mulheres cristãs atuais. Segundo os textos, tais mulheres, enquanto mães, esposas e profissionais, foram usadas por Deus em suas ações.

A respeito das mulheres que ligadas à UFMBB, a revista tem uma seção específica para apresentar biografias destas mulheres. Convém esclarecer que não buscamos traçar uma cronologia da história pessoal das batistas, mas verificar como há um funcionamento discursivo nesses textos em relação aos lugares destacados para falar dessas mulheres. Propomos que esses lugares formam a imagem do que seria a mulher batista padrão. Para a análise, selecionamos alguns excertos dessa seção:

Sempre, desde menina, trabalhou muito para o Senhor: Deus a dotou com vários talentos – toca, fala, canta, ensina, escreve, lidera, faz poesia... Todos eles Olinda os têm devolvido ao Senhor. Realmente tudo o que sabe fazer, ela tem feito para Deus (VM, 1T1989).

Na PIB de Joinville, onde é membro, Matilde atua nas diversas atividades da igreja. Quer como organista, secretária, professora de crianças, professora de senhoras ou presidente da Sociedade Feminina Missionária. Ela desempenha tudo com amor e responsabilidade (VM, 4T1991).

Fanny integrava o ministério de música da igreja: dirigia o coral, tocava o piano. E cooperava com o trabalho das senhoras (VM, 2T2002).

É pessoa disponível para o trabalho, e é responsável em tudo que faz. Atende a tudo sempre que solicitada, e é grande incentivadora para que outros sirvam ao Senhor com a mesma alegria com que ela o faz (VM, 4T1991).

Nesses excertos, há uma construção da imagem da mulher batista como uma mulher atuante, que não só exerce muitas funções, mas que as exerce ao mesmo tempo. Ela é apresentada como uma mulher dinâmica, que atua em vários cargos: dirige o coral, toca piano, coopera como trabalho das senhoras, secretária, professora de crianças, professora de senhoras ou presidente da SFM. Enfim, sempre disponível e atuante.

4. A representação do feminino em Visão Missionária

4.1. A esposa e mãe cristã

De acordo com a historiadora Maureen Fitzgerald (2002), o protestantismo americano no século XIX é marcado pela ideologia da divisão entre a esfera pública e a privada. De acordo com a autora, nas áreas urbanas industrializadas, homens e mulheres protestantes de classe média construíram figurativamente limites que delineiam as formas apropriadas de trabalho masculino e feminino. O padrão, pelo menos para elite e a classe média, era que os homens trabalhassem fora de casa e as mulheres fossem destinadas exclusivamente à esfera doméstica. Nesse contexto, a expressão "*home as heaven*" ("a casa é como o céu") marca esse contraste entre o espaço público, como

lugar onde domina a corrupção, a competitividade e o caos, e o espaço privado, como um abrigo de harmonia e paz. Desse modo, a masculinidade está relacionada, mais enfaticamente, ao individualismo, à competitividade, à agressão e à racionalidade. Em contraste, a feminilidade é definida como uma balança de atributos. As mulheres são apresentadas como afetuosas, nutridoras, abnegadas e guardiãs da moral, das quais (enquanto mães) provém estabilidade contra o exterior.

De uma forma geral, nas revistas femininas, há uma tentativa de definir quais são os papéis da mulher e do homem. Os textos de **Visão Missionária** também são marcados por essa divisão entre os papéis ditos masculinos e femininos. Encontramos na publicação uma série de oposições entre o que caracteriza as funções de cada um:

E Deus então formou a família onde a mulher foi colocada como a peça fundamental para esta formação, pois depositou em suas mãos a responsabilidade de ser o rochedo; a muralha; o ponto de equilíbrio, a orientadora, a ajudadora, **uma vez que Deus lhe deu características e funções que só ela pode desempenhar, já que para isto a criou** (VM, 3T1998, negrito nosso).

No excerto, a mulher teria a responsabilidade de ser a “orientadora” e a “ajudadora” no lar. Segundo a revista, Deus haveria dado características e funções específicas para a mulher. Nesse sentido, a repartição de papéis entre o homem e a mulher teria sido dada por Deus. Assim, há um efeito de sentido de que essa repartição seria natural e divina. Tendo em vista que no discurso cristão a vontade de Deus é imutável e inquestionável, por conseguinte, essa

repartição de papéis também seria. Outra discussão abordada na revista seria os anseios de cada um:

Obviamente, todos nós queremos ser bem sucedidos na vida. Este é, sem dúvida, o anseio natural de todo ser humano. **O homem quer ser um bom marido, um bom pai, um excelente profissional. A mulher também quer ser uma boa esposa, mãe, dona de casa.** Creio que toda mulher, principalmente a mulher cristã, tem consciência de sua responsabilidade, e cada uma delas deseja cumpri-la da melhor forma possível (VM, 3T1998, negrito nosso).

A análise do excerto mostra que a revista defende que é um anseio natural querer ser “bem sucedido na vida”. O sentido da expressão “bem sucedido”, entretanto, varia do homem para a mulher: ele “quer ser um marido, um bom pai, um excelente profissional”, ela, “uma boa esposa, mãe, dona de casa”. Para ela, “ser bem sucedida” significa estar bem no domínio do lar, para ele, além disso, significa ser um excelente profissional. Segundo a revista, ser esposa e mãe é uma missão dada por Deus às mulheres. Mesmo quando a publicação reconhece a atuação da mulher no domínio público, o lar é sempre apresentado como o mais importante. Destarte, para a revista, uma mulher bem sucedida é aquela que é uma boa esposa e mãe.

Fitzgerald (2002) afirma que, para os protestantes americanos, a esfera pública é privada de princípios morais, sendo das mulheres, enquanto mães, que provém a estabilidade contra o exterior. Essas mulheres são descritas como afetuosas, nutridoras, abnegadas, e, principalmente, guardiãs da moral. Nesse sentido, a autora propõe que a exclusão feminina da esfera pública foi considerada por muitos, inclusive mulheres, como necessária para protegê-

las (e suas famílias) da contaminação moral da vida fora do “céu” doméstico, protegendo a moral e a pureza sexual própria e de sua família. **Visão Missionária** defende que “a maior atuação da mulher na sociedade é através da educação de seus filhos”. Logo, o espaço principal definido para mulher é o privado. Independentemente de tudo que ela fizer fora do lar, o mais importante é o que ela faz nele, na formação dos filhos. De acordo com a revista, ser mãe é “uma missão gloriosa”, um “privilegio de Deus”. Essa missão consiste em educar os filhos segundo a doutrina cristã. Nesse discurso, a mulher é vista como “transmissora da fé” e “responsável pela formação”.

Ainda em relação à gestão do lar, a revista defende que o homem é o chefe do lar, sustenta na relação do masculino com a racionalidade, como é defendido no texto intitulado “*As chaves bíblicas para o sucesso no lar*”, veiculado segundo trimestre de 1983. De acordo com o texto, uma dessas chaves é a da liderança, a qual é caracterizada como “muito importante, especialmente para o esposo”. Destacamos alguns excertos desse texto:

Ser o cabeça significa ser o líder. Não significa apenas a autoridade a exercer. Não significa usar o uniforme e ter o direito de dar a palavra final. Significa tudo isso, mas também significa assumir as responsabilidades que acompanham tal autoridade. O marido deve, de fato, governar (administrar) o lar. Ele é responsável por tudo quanto sucede em seu lar! Exercer autoridade não significa esmagar os talentos e dons da esposa. Liderança não significa tomar decisões sem fazer consultas à esposa e aos filhos. Liderança não significa deixar de dar à esposa o poder de tomar decisões ou fazer qualquer outra coisa. O bom marido pensa na esposa como uma benção de Deus, útil, prestimosa e

maravilhosa. A esposa é auxiliadora, e como tal o marido a terá. Ele a estimulará em ajudá-lo. Liderar a família significa cuidar para que todos os membros da família recebam o melhor tratamento. Bem-estar físico, alimentação, roupa, moradia, estudo, etc.

O texto defende a tese de que o homem é o líder do lar. Ele é o responsável. Cuida da família oferecendo “bem-estar físico, alimentação, roupa, moradia, estudo”. Enfim, é o provedor. A mulher, por sua vez, é apresentada como a “auxiliadora” e uma “benção de Deus”. A análise faz ver que, enquanto as atribuições masculinas estão relacionadas à racionalidade (“dar a palavra final”, “assumir as responsabilidades”, “governar”), as atribuições femininas estão relacionadas à afetuosidade (“útil”, “prestimosa”, “maravilhosa”). Essa divisão relaciona-se a um discurso de que os homens seriam mais racionais, enquanto as mulheres mais sujeitas às emoções. Nesse sentido, o espaço público poderia ser muito perigoso para elas.

4.2. A sogra cristã

Outro tema discutido nas revistas femininas é a relação nora/sogra. Há um discurso de que sogras e noras não se entendem. Por exemplo, na revista **Criativa** do mês de junho de 1993, encontramos uma reportagem intitulada “*Sogras & noras: a mais antiga das guerras continua*”. Dessa reportagem, selecionamos alguns excertos:

Tão antiga quanto a história do homem, a relação entre sogras e noras sempre esteve mais para barril de pólvora que mar de rosas. [...] Geralmente bem-intencionadas, mas frequentemente desastradas, quando ansiosamente se lançam a socorrer os jovens

casais, as sogras ganharam, ao longo da história, a fama de intrometidas, indiscretas, invasivas, inconvenientes e indesejáveis. [...] Se são cansativas, desagradáveis e causadoras de tanto sofrimento e amargura, as brigas de nora com sogra podem, também, ser profundamente injustas, revelando equívocos que só o tempo e a experiência podem desfazer.

Essas formulações caracterizam a relação entre sogra/nora como uma “guerra antiga”, “um barril de pólvora”, uma relação cheia de brigas. As sogras são caracterizadas como “intrometidas”, “indiscretas”, “invasivas”, “inconvenientes”, “indesejáveis”.

Em **Visão Missionária**, a relação sogra/nora também é avaliada como tensa:

Ser sogra ou nora é, dos relacionamentos da mulher no lar, talvez o mais difícil, ou pelo menos o mais questionado (VM, 1T1990).

Ser mulher fiel no mundo de hoje, convivendo com sua nora em paz, é um grande desafio (VM, 2T2004).

Nessas formulações, a relação sogra/nora é avaliada como um relacionamento complicado (“o mais difícil”, “o mais questionado”, “um grande desafio”). A mesma posição facilmente encontrada nas revistas femininas de uma forma geral. Entretanto, a comparação da chamada da reportagem da revista Criativa (junho de 1993) – “Sogras X Noras: Nessa guerra ninguém é boazinha” – com uma veiculada em **Visão Missionária** – “O Privilégio de ser sogra” (VM, 3T1994) – indica uma posição diferente das revistas. Ainda que em ambas, a relação seja avaliada como tensa, na primeira, enfatiza-se o caráter ruim da relação como “uma

guerra entre mulheres”, na segunda, por sua vez, a relação é avaliada como “um privilégio”, como uma oportunidade de /Ação/. **Visão Missionária** adverte a mulher a tornar essa relação amigável. Para tanto, utiliza as figuras bíblicas de Noemi e Rute como modelo de amizade entre nora e sogra que deve ser seguido.

Se devemos enaltecer o exemplo de Rute, **como nora afeiçãoada** a Noemi, não seria certo deixarmos de mencionar o exemplo de Noemi, **como sogra compreensiva e altruísta** [...] Noemi foi **uma sogra conselheira e amiga, orientadora nas horas de decisão difícil**. Sogra que animou e fortaleceu o espírito da nora, **sogra amiga e boa** [...] E Rute? Nora **humilde e atenciosa!** Nora **pronta a compartilhar, a obedecer, a ajudar, a seguir!** Em referência a Rute e Noemi, a Bíblia registra que as mulheres de Belém disseram: “Ela te é melhor do que sete filhos” (VM, 3T1994, negritos nossos).

Nesse texto, a sogra, na figura de Noemi, é representada como uma mulher “compreensiva”, “altruísta”, “conselheira”, “amiga”, “orientadora”, “boa”. A nora, Rute, por sua vez, é uma mulher “afeiçãoada”, “humilde”, “atenciosa”, “obediente”. Desse modo, a sogra “intrometida” das revistas femininas de um modo geral é apresentada, em **Visão Missionária**, como “conselheira” e “orientadora”.

Essa tentativa de fazer com que essa relação seja amigável está ligada à semântica global desse discurso, com o sema /Evangelização/. A mulher é advertida a ter uma relação amigável com a nora, com vistas a evangelizar essa nora. Deve se preocupar com o seu comportamento para alcançar a conversão da nora.

Conclusão

Visão Missionária trata das diferentes relações familiares e seus conflitos. Enquanto esposa, mãe e sogra/nora, a mulher é advertida a recorrer a um certo “espírito cristão”, comportando-se de uma certa forma a fim de agradar a Deus. A comparação desta publicação com outras revistas femininas em geral mostra que ela não é uma revista de entretenimento nem de informação, mas uma revista de /Formação/. Seu objetivo é formar a mulher de acordo com a doutrina batista. Para tanto, além dos gêneros típicos presentes nas revistas femininas, como editorial, cartas de leitores, receitas e reportagens, a publicação apresenta também, em cada edição, uma série de estudos para a mulher batista. Sendo assim, essa revista não é apenas para ser lida, mas, principalmente, estudada. Essa publicação funciona, portanto, como um meio de doutrinar as mulheres, formando-as de acordo com o discurso batista.

A análise faz ver, portanto, como os enunciados sobre o feminino veiculados em **Visão Missionária** são filtrados pela semântica global do discurso batista, construindo a imagem de mulher cristã como aquela que deve ter /Moderação/ e visar sempre à /Evangelização/ daqueles que estão ao seu redor. De um modo geral, a revista defende uma /Ordem/ em que homens e mulheres teriam papéis e funções bem distribuídos, em que o masculino estaria mais ligado à racionalidade e ao espaço público, ao passo que o feminino estaria mais ligado ao domínio privado. Essa divisão é apresentada como um desígnio divino. Por consequência, imutável. Nesse sentido, o periódico não subverte o típico discurso sobre o feminino (que a mulher é mais emocional e ligada à esfera privada), mas soma a ele o discurso batista, segundo o qual a mulher

deve se preocupar principalmente com sua /Ação/ e a /Evangelição/ em todos os lugares e em todas as suas funções.

Referências

FONSECA-SILVA, M. da C. **Discursos de gênero em revistas femininas: o caso Cláudia**. 1999. 155 f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 1999.

FITZGERALD, M. Losing their religion: women, the state, and the ascension of secular discourse, 1890-1930. In: BENDROTH, M. L.; BRERETON, V. L. (Org.). **Women and Twentieth-Century Protestantism**. Champaign, IL: University of Illinois Press, 2002. p. 280-303.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008.

O funcionamento de sobreasseverações em notícias *online*¹

Sonia Aparecida Lopes Benites
André William Alves de Assis

Considerações iniciais

Os pronunciamentos dos atores políticos não raro destacam fragmentos enunciativos curtos e singulares, destinados à repetição. Estrategicamente situados em final de texto ou de parágrafo, esses fragmentos condensam uma "tomada de posição" e constituem o que Dominique Maingueneau (2008, p. 77) denomina sobreasseveração.

A retomada desses fragmentos pelos textos noticiosos frequentemente apresenta manobras discursivas que os sintetizam, ampliam, diminuem ou simplificam. A configuração discursiva dessas retomadas é o objeto deste estudo, que focaliza as notícias *online* sobre dois debates político-eleitorais televisivos, a partir dos desdobramentos da Análise do Discurso, na perspectiva de Maingueneau. Objetivamos analisar as notícias sobre o debate veiculadas por diversos *sites*, focalizando os recursos utilizados para alterar as sobreasseverações e recenografar os debates.

O trabalho está dividido em três seções. Na primeira, tratamos da noção de sobreasseveração e de suas interfaces; na segunda, descrevemos os dados, para, na terceira,

¹ Este capítulo baseia-se na dissertação **Citações e sobreasseverações: o funcionamento da retomada de falas em notícias 'online'**, defendida por André William Alves de Assis, junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras (UEM), sob orientação de Sonia Aparecida Lopes Benites.

identificar e categorizar as manobras incidentes nas sobreasseverações.

1. A noção de sobreasseveração

Para tratar convenientemente da sobreasseveração, evocamos duas temáticas recorrentes da obra recente de Maingueneau, inextricavelmente relacionadas – a destacabilidade das enunciações e os regimes enunciativos. A destacabilidade é propiciada por certas características formais dessas enunciações: "são curtas, bem estruturadas, de modo a impressionar, a serem facilmente memorizáveis e reutilizáveis"; são, além disso, "pronunciadas com o ethos enfático conveniente" e generalizações "que enunciam um sentido completo" (MAINGUENEAU, 2008, p. 74-77).

Os regimes enunciativos são dois: o aforizante e o textualizante. Ao primeiro pertencem os enunciados "destacados por natureza" e os "destacados de um texto". O autor assim caracteriza os naturalmente destacados: "nem, resposta, nem argumentação, nem narração, mas pensamento, dito, tese, proposição, afirmação soberana [...]" (MAINGUENEAU, 2010, p. 14). Essa modalidade de aforização coloca-se além dos limites impostos por um gênero específico – é livre, autônoma, generalizante, solene e carrega um sentido mais ou menos estabilizado.

Ao lado dos enunciados "destacados por natureza", como as máximas, os provérbios e os slogans, Maingueneau (2010, p. 13) identifica, ainda no regime aforizante, enunciados "destacáveis" ou "destacados de um texto", isto é, passíveis de serem destacados de um discurso. Esses enunciados, as sobreasseverações, resultam de uma modulação do próprio texto, realizada pelo locutor do texto-fonte, por meio de um

conector, de uma reformulação, ou de uma frase generalizante em posição final.

O autor identifica uma “tensão entre a aforização e o texto que a acolhe”, pois, ao contrário da enunciação textualizante, que inscreve cada enunciado no horizonte global de um gênero de discurso, a enunciação aforizante não se deixa enquadrar em um gênero. Isso não significa que ela seja absoluta em si, mas, simplesmente, que ela tem a pretensão ilocucionária de ser uma palavra absoluta.

Afirmar que a sobreasseveração é destacada em um texto-fonte não significa que ela seja movida por uma intenção, uma vez que as notícias *online* são um produto coletivo da maquinaria midiática, sendo o "locutor do texto-fonte" a instância dada como responsável pelo texto. Quem faz a manobra de recortar, colar, trocar palavras é o *site* que retoma as palavras do locutor-fonte, e o sobreasseverador é aquele a quem é atribuída a fala destacada do texto.

1.1. Sobreasseveração, cenografia e *ethos*

Conforme Maingueneau (2006, p. 250), a cena da enunciação compreende três cenas de fala distintas e complementares: a "cena englobante", definida pelo tipo de discurso; a "cena genérica", definida pelo gênero; a "cenografia" que legitima o discurso.

A cena englobante "define a situação dos parceiros em certo quadro espaço-temporal" (MAINGUENEAU, 2011a, p. 86). No caso que analisamos, as notícias *online* abrangem as cenas englobantes do discurso político, ao reunir enunciados em torno do debate político-televisivo. Mas, o texto é enunciado por meio de um gênero, a cena de fala genérica, que envolve "[...] um contexto específico: papéis, circunstâncias (em particular, um modo de inscrição

no espaço e no tempo), um suporte material, uma finalidade etc." (MAINGUENEAU, 2008, p. 116). As condições de enunciação do debate político-televisivo definem os papéis do moderador, dos atores políticos e do público (eleitor), enquanto as condições de enunciação da notícia *online* definem os papéis do enunciador, do jornalista e de um interlocutor (leitor).

Essas duas cenas definem o chamado "quadro cênico do texto", que especifica o espaço estável no interior do qual o enunciado adquire sentido. No entanto, não é com esse quadro cênico que o leitor se depara na enunciação, mas com a cenografia, "instituída pelo próprio discurso" (MAINGUENEAU, 2008, p. 116)². A cenografia não é, portanto, um lugar, um quadro, um espaço já construído, que existiria alheio ao discurso. Ela é, "ao mesmo tempo, a fonte do discurso e aquilo que ele engendra; ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la" (MAINGUENEAU, 2011a, p. 87–88).

Maingueneau denomina "incorporação" o momento em que o discurso faz o enunciador encarnar-se e o coenunciador aderir a seu papel na enunciação. Essa dupla incorporação insere enunciador e coenunciador em uma comunidade imaginária que evoca uma certa unidade discursiva e evidencia um tom, por meio de um *ethos discursivo* que se constrói na cenografia.

O *ethos* manifesta-se "como 'voz' e, além disso, como 'corpo enunciante', historicamente especificado e inscrito em uma situação, que sua enunciação ao mesmo tempo pressupõe e valida progressivamente" (MAINGUENEAU, 2011b, p. 70). Nessa dimensão discursiva, o *ethos* se

² O evento discursivo debate político-eleitoral, por exemplo, pode desenrolar-se em uma cenografia de luta ou de sabatina.

desdobra no registro do "mostrado", sendo sua eficácia decorrente do envolvimento com a cenografia, sem que isso seja explicitado. Dessa forma, "qualquer discurso escrito [...] possui uma vocalidade específica, que permite relacioná-lo a uma fonte enunciativa, por meio de um tom que indica quem o disse" (MAINGUENEAU, 2011b, p. 72).

2. Os dados de análise

Nossos dados compreendem dois diferentes gêneros discursivos: debate político-televisivo e notícia *online*. Os debates envolveram os candidatos à presidência da República brasileira, Dilma Rousseff e José Serra, e foram veiculados pelas redes Bandeirantes e Globo de Televisão, no segundo turno das eleições de 2010. Transcritos a partir de vídeos em formato digital, esses debates são os textos-fonte das notícias *online*, veiculadas, no dia seguinte aos confrontos, nos *sites e portais*³ de CARTA CAPITAL, CORREIO BRAZILIENSE, BAND, ÉPOCA, UOL, VEJA e TERRA.

2.1 O debate político na TV

Charaudeau (2000, p. 97) concebe o gênero debate político-televisivo como

[...] uma forma de diálogo organizado de forma a fazer surgir a verdade, seja qual for a sua configuração, a propósito de um tema problematizado, através da confrontação de saberes diferentes sobre o tema, por intermédio de um dispositivo televisivo (organização, gestão, apresentação) que permite que a exposição

³ As distinções entre *site* e portal são ignoradas neste capítulo. Interessamos apenas que se trate de notícias *online*.

destes saberes e a sua confrontação desvendem certos aspectos da problematização, tornando-os, ao mesmo tempo, o mais inteligíveis possível.

O confronto, as temáticas, e os atores que promovem o diálogo relacionam-se com o contexto histórico em que o debate se inscreve. No presente caso, ambos foram ao ar em 2010, no segundo turno das eleições para presidente. O da BAND, em 10 de outubro de 2010, foi o primeiro debate do segundo turno dessas eleições; o da GLOBO, em 29 de outubro de 2010, foi o último, antes das eleições.

Os dois debates operam lógicas diferentes na seleção de perguntas e respostas. Diferem na forma de organização do espaço, de cena no sentido estrito, mas se caracterizam "por uma tendência para se colocar ao serviço do diálogo" (CHARAUDEAU, 2000, p. 95) e determinam três importantes papéis na cena genérica: os moderadores, os atores políticos e o público.

Os moderadores, dentro da cena genérica, esclarecem as regras do programa, controlam o tempo dos candidatos, concedem e retiram o direito à palavra, introduzem temas e perguntas e julgam, juntamente com uma equipe, se um candidato foi agredido, concedendo-lhe direito de resposta. O moderador é o responsável imediato por impor as coerções do rito genético⁴ dentro da cena construída no debate.

Os atores políticos, José Serra e Dilma Rousseff, confrontam-se, trocam constantemente de lugar, num jogo de posições que envolve resposta a uma pergunta, com direito à réplica e à tréplica. "Ao tomar a palavra, cada

⁴ Como Maingueneau (2006, p. 155), "falamos em ritos genéticos para designar as atividades mais ou menos rotineiras através das quais se elabora um texto".

participante institui-se como locutor, convocando vozes ou enunciadores que usa estrategicamente para a construção do seu *ethos*" (BRAGA, 2006, p. 9) e da cena da enunciação.

O debate da BAND segue a regra geral, em que o público atua apenas como espectador, enquanto, no programa da GLOBO, o público participa diretamente; porém, o direito à palavra se restringe à leitura de perguntas sorteadas, que não podem ser modificadas pelo participante. Ainda que o papel do público possa parecer passivo, ele representa os eleitores, dentro da cena enunciativa. Sua presença pode causar desconforto aos atores políticos, que devem se dirigir aos presentes e às câmeras. Dessa forma, a argumentação dos atores políticos precisa ser duplamente eficaz.

O estúdio da BAND dispõe-se em forma de semicírculo, com uma grande tela ao fundo. Os atores políticos encontram-se frente a frente e o mediador ao fundo, de frente para os candidatos e de costas para o público. Este encontra-se espacialmente atrás do mediador, o que lhe confere acesso somente às faces dos candidatos.

O estúdio da GLOBO tem formato circular e os candidatos, inicialmente, ficam um ao lado do outro. As tribunas posicionam-se de frente para o público, e não para o adversário; permite-se que os atores políticos se movimentem pelo palco e dirijam as respostas àqueles que leem as perguntas, os eleitores dados como indecisos.

Quanto aos temas, segurança pública e saúde foram abordados nas duas emissoras. O debate da BAND focalizou também a privatização da Petrobrás, infraestrutura, programas sociais e calúnias. Na GLOBO, abordou-se: política social, funcionalismo público, agricultura, corrupção, saneamento, educação, legislação trabalhista, meio ambiente, impostos e previdência.

A BAND dividiu o programa em cinco blocos, em que os candidatos responderam a perguntas feitas pelo mediador e pelo adversário, com tempo para resposta, réplica e tréplica. Na GLOBO, os candidatos sorteavam eletronicamente o tema. Em seguida, o moderador escolhia, por sorteio, o candidato. O mesmo método era utilizado na seleção de um dos doze eleitores indecisos, procedentes de todo o país. O eleitor lia a pergunta, que, após respondida, era seguida de réplica e tréplica.

A estruturação do debate da BAND impedia a participação direta dos convidados na cenografia do debate; já no debate da GLOBO, os eleitores indecisos faziam parte da cena da enunciação, o que fez com que o discurso dos atores políticos focalizasse mais explicações e detalhamento de propostas do que críticas.

A participação do público mudou a cenografia do debate da GLOBO, o que também resultou em mudança na relação entre os candidatos, que não se confrontaram. A cenografia da GLOBO propiciou que os candidatos diferissem muito pouco do perfil apresentado nos programas gratuitos do Horário Político cotidiano. Dessa forma, os atores políticos resumiram suas falas à apresentação de propostas impostas pelo tema apresentado, o que justifica a discrepância quantitativa entre as temáticas levantadas nos dois debates.

O número de notícias *online* sobre o debate da GLOBO foi menor que o da BAND, uma vez que ele foi ao ar apenas dois dias antes da data da eleição, quando era proibida a veiculação de propaganda ou de textos que pudessem ser considerados propaganda política. Isso justifica a maior ocorrência de sobreasseverações retiradas de notícias veiculadas sobre o debate da BAND.

2.2. A notícia *online*

O jornalismo *online*, ao reproduzir os acontecimentos da última hora, seleciona-os e elabora a notícia, interferindo, durante esse processo, no funcionamento das sobreasseverações que são constitutivas dessa notícia.

Como lembra Nogueira (2003, p. 164-165), a notícia *online* exibe a "coexistência de diversos elementos: imagens fixas, texto, manchas gráficas, logotipos, ícones, imagens animadas, etc. [...] percebemos então que a lógica da apresentação da informação na internet deve mais ao design gráfico e à tipografia" (NOGUEIRA, 2003, p. 160).

Dessa maneira, a notícia *online* faz emanar, a partir da notícia "tronco", notícias laterais, que são "os galhos" interligados por meio de outra característica da notícia *online*, os *hiperlinks*, dispostos na página em que as notícias são veiculadas. Estes são caminhos que direcionam os leitores às notícias disponíveis, permitindo ao usuário ir e vir, optar por caminhos diferentes de leituras entre aos "galhos".

A rapidez da notícia *online* transforma o *hiperlink* em um recurso que pode funcionar como efeito de compromisso com a verdade, já que seu uso pode direcionar o leitor para o local que comprova a notícia (vídeo, áudio, imagem, outra publicação, etc.). Esse texto não-sequencial é um diferencial da notícia *online*, que permite à leitura fugir, mais ou menos, às coerções interpretativas que o gênero impresso poderia impor.

As notícias *online* que nos servem de *corpus* não possuem *links* direcionados a vídeos; algumas possuem "galhos" que compõem a grande "árvore de notícias". No entanto, o tratamento dado à sobreasseveração feita pelo autor da fala relatada parece ter papel fundamental no

processo de construção das notícias *online* analisadas, o que permite observar esse processo como característica desse gênero. Elaboramos, a seguir, uma breve contextualização histórica da autoimagem desses veículos.

O portal Universo *Online* (UOL), integrante do Grupo Folha, está no ar desde 1996. Inicialmente, trouxe os serviços de "bate-papo" e a edição diária da Folha de S. Paulo, além de reportagens do "The New York Times" traduzidas para o português. Atualmente, conta com o maior número de acessos por internautas brasileiros. Afirma ter como princípios "Produzir informação e análise jornalísticas com credibilidade, transparência, qualidade e agilidade"⁵.

CARTA CAPITAL foi fundada em 1994, pelo jornalista Mino Carta, participante ativo da imprensa brasileira nos últimos quarenta anos. Atualmente, é ele o redator chefe da revista. O *site* da revista, disponibilizado em 2004, tem uma proposta "calcada no tripé do bom jornalismo baseado na fidelidade à verdade factual, no exercício do espírito crítico e na fiscalização do poder onde quer que se manifeste"⁶. Em 2010, a revista explicitou o posicionamento favorável à candidatura de Dilma Rousseff.⁷

A revista VEJA pertence ao Grupo Abril, o maior da América Latina. Lançada em 1968, é a revista de maior circulação no Brasil e a terceira no mundo. Veja.com, portal da revista, afirma ter os mesmos princípios editoriais da

⁵ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/institucional/missao.shtml>>. Acesso em: 01 mai 2012.

⁶ Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sobre-cc/>>. Acesso em: 01 mai. 2012.

⁷ O editorial com título "Por que apoiamos Dilma" foi publicado em 30 de setembro de 2012 no *site* da revista. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/por-que-apoiamos-dilma/>>. Acesso em: 01 mai. 2012.

revista impressa: "independência, isenção, responsabilidade jornalística e a defesa intransigente dos interesses do Brasil"⁸.

O canal BAND integra o Grupo Bandeirantes e está no ar desde os anos 80, época envolta em coerções da ditadura no Brasil. Afirmado calcar-se nos pilares de credibilidade e independência, o noticiário da BAND pretende-se crítico, opinativo e independente. A emissora foi a primeira a promover debates políticos, o que a leva se considerar "sinônimo de tradição em debates políticos"⁹.

Terra Networks S.A é uma companhia multinacional espanhola que comprou, em 1999, a empresa brasileira NutecNet e implantou no Brasil uma das filiais de seu portal TERRA, o segundo mais acessado no Brasil. TERRA é a maior empresa latino-americana de mídia *online*. Seus princípios estão "baseados no tripé Notícias-Entretenimento-Esportes"¹⁰.

A revista ÉPOCA pertence às Organizações Globo. Fundada em 1998, já nasceu digital e trouxe para o país o estilo de notícias úteis ou *news you can use*, estilo de reportagem americano e europeu que aplica uma visão otimista em relação às notícias que veicula¹¹. Afirmo praticar um "jornalismo investigativo, com informação, detalhamentos e análises das diversas frentes que compõem todo e qualquer fato"¹².

⁸ Disponível em: <http://www.publiabril.com.br/upload/files/0000/0857/M_dia_Kit_Veja_Digital.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2012.

⁹ Disponível em: <<http://www.band.uol.com.br/grupo/jornalismo.asp>>. Acesso em: 01 mai. 2012.

¹⁰ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Terra_Networks>. Acesso em: 01 mai. 2012.

¹¹ Informação disponível em: <<http://corp.editoraglobo.globo.com/historia/>>. Acesso em: 01 mai. 2012.

¹² Disponível em: <http://epoca.globo.com/midiakit/arquivos/MidiaKit_Epoca_2012-PT.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2012.

CORREIO BRAZILIENSE é a marca de um periódico impresso, fundado por Assis Chateaubriand, em 1960. Pertencente ao grupo Diários Associados, o jornalismo do CORREIO BRAZILIENSE passou a investir em novas mídias, por meio do portal *CorreioWeb*, disponível desde 1996. O *site* do jornal foi lançado somente em 2008.¹³

3. Análise das sobreasseverações em notícias *online*

Identificamos, nas retomadas de sobreasseveração pelas notícias *online*, duas modalidades de manobras: as sintetizadoras, que efetuam uma síntese avaliativa do debate, e as modificadoras, que promovem alteração do sentido.

3.1. Manobras sintetizadoras

3.1.1. Título sintetizador

Os títulos são interpretações que se processam por um movimento de síntese do debate e constroem cenografias diversas por meio do tom do discurso. Simultaneamente, constroem uma cenografia e marcam posicionamentos em relação aos candidatos. As escolhas lexicais, a opção por evidenciar ou apagar os sujeitos políticos indiciam interpretações possíveis dos posicionamentos de cada uma das revistas no discurso, pois o tom por elas empregado na sobreasseveração que serve de título "constitui [...] uma dimensão que faz parte da

¹³ Disponível em: <www.diariosassociados.com.br/home/veiculos.php?co_veiculo=14>. Acesso em 01 mai. 2012.

identidade de um posicionamento discursivo" (MAINGUENEAU, 2011b, p. 72):

CARTA CAPITAL: No 1º debate, Dilma reage e dá novo tom à campanha no 2º turno.

BAND: Serra e Dilma trocam ataques durante o debate da Band.

UOL: Petistas comemoram e tucanos criticam estratégia de Dilma.

VEJA: Debate na televisão renasceu neste domingo.

TERRA: No debate mais duro da eleição, Dilma e Serra trocam acusações.

Sem destacar candidatos, em seu título, VEJA sobreassevera o evento político como o renascimento do debate televisivo, sem informar o motivo deste. Ao optar por não destacar o desempenho de um ou outro candidato no embate, VEJA apresenta, inicialmente, um *ethos* de isenção e neutralidade.

Os títulos das matérias dos outros veículos, ao contrário, põem em relevo uma tomada de posição. CARTA CAPITAL resume o debate como uma reação que resulta em "novo tom" da campanha, como consequência da reação de Dilma Rousseff. Similarmente, a síntese de UOL apresenta a candidata como vencedora. O enunciado "tucanos criticam estratégia de Dilma" possibilita a interpretação de que Serra teria perdido o debate, ocasionando a crítica à estratégia adversária.

A BAND sobreassevera como "ataque" o debate entre os dois atores políticos, apontando para a cenografia de luta que será construída no discurso. A mesma cenografia está presente no portal TERRA, que põe em relevo os dois candidatos, direcionando a interpretação para uma troca de acusações entre eles.

3.1.2. Interpretação da fala

Outro processo de síntese se processa sobre as falas dos atores políticos, numa interpretação, que assume uma tomada de posição em relação ao debate televisivo:

DILMA ROUSSEFF: [...] inclusive eu acho estranho você [José Serra] dizer certas coisas, porque você regulamentou o acesso ao aborto no SUS. Então, veja bem, eu sou acusada de coisas que eu, inclusive, não vou gostar de mencionar, pela sua própria esposa, sendo que você, você regulamentou, até eu concordo com a regulamentação, porque eu sou contra tratar a questão das mulheres, das duas mulheres que morrem por dia ou um dia sim um dia não, por aborto, como uma questão de polícia. Entre prender e atender, eu fico com atender (BAND).

VEJA: No passado, [Dilma] manifestou-se claramente em defesa da descriminalização do aborto, em diversas ocasiões. Ao constatar que isso lhe tirou os votos de um bom número de católicos e evangélicos, ela inverteu o seu discurso sobre o tema. No debate, Dilma retomou esse tipo de declaração, mas pautou-se, sobretudo, pela máxima de que o ataque é a melhor defesa.

CARTA CAPITAL: Desde o início da polêmica, Serra vem dizendo que Dilma defende o aborto, mas a candidata insistiu e mostrou que ela defende é que ele deixe de ser considerado crime, pois coloca milhares de mulheres pobres sob risco de morte.

BAND: O tucano declarou também que Dilma não mostra suas posições, como sua visão sobre a descriminalização do aborto. A petista rebateu respondendo que, para ela, o tema deve ser tratado como questão de saúde pública.

Observamos que o *site* VEJA abandona a neutralidade simulada no título, produzindo um discurso contrário à candidata petista. A pretexto de contextualização, a revista acrescenta à notícia a informação de que Dilma "no passado, manifestou-se claramente em defesa da descriminalização do aborto, em diversas ocasiões", interpretação que altera a fala da candidata.

A sobreasseveração "Entre prender e atender, eu fico com atender" é interpretada por VEJA como equivalente a "pautou-se, sobretudo, pela máxima de que o ataque é a melhor defesa". Substitui-se, portanto, uma sobreasseveração construída pela enunciadora para sintetizar seu posicionamento, por uma aforização que reduz um discurso voltado ao aspecto social à máxima que concentra sentidos de ataque, de luta. A seleção e o tom das informações adicionais dadas pela revista direcionam a interpretação do leitor.

A sobreasseveração da candidata também foi alvo de interpretação pela revista CARTA CAPITAL. Ao afirmar que Dilma "insistiu e mostrou que ela defende é que ele [o aborto] deixe de ser considerado crime", opera-se uma alteração na sobreasseveração, a partir da consideração de que atender mulheres que praticam o aborto é deixar de considerá-lo crime. A revista acrescenta à fala de Dilma que a prática do aborto "coloca milhares de mulheres pobres sob risco de morte".

A candidata não caracteriza as mulheres que morrem por dia, como faz CARTA CAPITAL. A interpretação sobre quem pratica o aborto e precisa ser atendido por correr risco de morte é uma construção da revista: "milhares de mulheres pobres". O posicionamento da revista não é de defesa do gênero, mas social, pois insinua que aquelas que

podem pagar um aborto têm um acesso seguro a ele. As pobres perecem.

A BAND, que também alterou a sobreasseveração, interpretou a fala de Dilma como "tema [que] deve ser tratado como questão de saúde pública". A interpretação incide sobre todo o contexto que a sobreasseveração engendra. Porém, a BAND produz uma outra sobreasseveração, em resposta à crítica de José Serra que, ao contrário de Dilma, supostamente preferiria prender.

3.1.3. Aproximação de frases

A aproximação de trechos do texto, que estão distantes dentro da enunciação do debate é outra manobra discursiva que visa alterar as declarações, a pretexto de síntese:

DILMA ROUSSEFF: Eu acho, Serra, que você tem que ter **cuidado pra não ter mil caras**, porque a última mentira e calúnia contra mim ocorreu no caso em que vocês diziam que nós, a minha campanha tinha aberto o sigilo. E aí o que aconteceu, há hoje uma denúncia em que você, o Juiz te denunciou **e você hoje é réu por calúnia**, pelo crime de calúnia e difamação. Então, você se cuida porque você está dando os primeiros passos pra entrar na questão da ficha limpa (BAND, grifos nossos).

VEJA: "Você precisa ter cuidado para não ter mil caras, está sendo processado por calúnia."

A síntese realizada por VEJA resulta da junção de duas partes do texto e do apagamento do trecho que vem após a primeira. Após o alerta inicial, "Você tem que ter cuidado para não ter mil caras", omite-se um trecho e se substitui "você hoje é réu por calúnia" por "está sendo

processado por calúnia". Embora "ser réu" e "ser processado" tenham sentidos semelhantes, o apagamento é significativo, se considerarmos que a sobreasseveração está entre aspas, indicando que a fala da candidata teria sido exatamente essa. A utilização das aspas é uma manobra específica dessas alterações, que atribuem ao outro a responsabilidade do dizer resultante da síntese do jornal.

3.2. Manobras modificadoras de sentido

3.2.1. Mudança de tom

Há situações em que, para se adequar ao posicionamento dos veículos de informação, procede-se ao apagamento de uma sobreasseveração realizada no calor da indignação, substituindo-a por um relato neutro e objetivo:

DILMA ROUSSEFF: [...] Agora, o que não está certo, por exemplo, é a sua esposa, a dona Mônica Serra, eu vou dizer o que ela falou, ela disse "a Dilma é a favor da morte de criancinhas", é tão absurda a acusação que mostra a característica desse processo, dessa campanha que é uma campanha contra mim e que usa uma coisa que o Brasil não tem, o ódio (BAND).

TERRA: A candidata do PT concluiu seu ataque afirmando que esse tipo de tratamento traz para o Brasil algo que não é da característica do brasileiro.

A fala de Dilma volta-se contra a acusação da esposa de José Serra, num tom de vitimização, o que é confirmado quando a candidata atribui àquele discurso o "ódio", relacionando essa cenografia aos ataques a ela direcionados. A sobreasseveração de TERRA dá à notícia um tom de ataque, que inverte o tom e a cenografia. Enquanto a

sobreasseveração de Dilma acentua que o ódio é uma "coisa que o Brasil não tem", o portal TERRA fala em "algo que não é da característica do brasileiro".

O ódio, na fala de Dilma, supostamente, caracterizaria um estrangeiro, no caso, a chilena Mônica Serra. A cenografia de vítima enfatiza um discurso do tipo incontestável, calcado no estereótipo do brasileiro cordial. Porém, a informação dada pelo portal TERRA altera a fala de Dilma e recenografa esse momento do debate.

3.2.2. Transformação de declaração em interrogação

A transformação de uma frase afirmativa em um questionamento é outra manobra que pode incidir em uma sobreasseveração, como vemos em:

DILMA ROUSSEFF: [...] eu sou contra tratar a questão das mulheres, das duas mulheres que morrem por dia ou um dia sim um dia não, por aborto, como uma questão de polícia. **Entre prender e atender, eu fico com atender** (BAND, grifo nosso).

CARTA CAPITAL: "O que vamos fazer com essas mulheres, atender ou prender?"

A fala da candidata é uma sobreasseveração que afirma sua preferência por atender a prender. O tom de assistencialismo remete a políticas públicas que amparem mulheres que praticaram o aborto. A sobreasseveração, que já beneficia a circulação desse enunciado, é modificada pela CARTA CAPITAL, ao substituir o discurso afirmativo por um interrogativo. Mas, a sobreasseveração não perde sua força. Além do efeito de maior adesão, a pergunta de CARTA CAPITAL conclama o leitor a participar da afirmação da candidata, assumindo a mesma opção dela e

da revista, o que é indiciado na mudança de sujeito. Na versão da revista, Dilma, que havia falado em seu próprio nome, passa a ser um dentre os interlocutores que devem decidir o que fazer, numa manobra que busca a adesão dos eleitores, ao mesmo tempo em que argumenta contra as críticas de Serra sobre o aborto. A mesma manobra de coparticipação do eleitor não se processa no exemplo a seguir:

JOSÉ SERRA: Sabe qual seria o Brasil do PT? O Brasil do orelhão, é o que a Dilma e o que seus amigos teriam feito caso tivessem o governo naquela época, porque ninguém teria celular (BAND).

CARTA CAPITAL: "A era do PT seria a era do orelhão".

BAND: Para o tucano, sem a privatização da telefonia, o Brasil seria ainda o "país do orelhão".

Aqui, a questão que José Serra levanta é respondida por ele próprio. Tanto BAND quanto CARTA CAPITAL produzem sobreasseverações sobre essa fala: "A era do PT seria a era do orelhão" e "o Brasil seria ainda o 'país do orelhão'". Contudo, a força pragmática do exemplo anterior, com o "nós inclusivo", é maior que o que ora ocorre, em que há apenas a mudança no tipo de frase.

3.2.3. Mudança de topicalização

A mudança de topicalização propicia a destacabilidade de um termo, dentro de um enunciado, ao colocar em primeiro plano o que é tido como mais importante:

DILMA ROUSSEFF: é tão absurda a acusação que mostra a característica desse processo, dessa campanha

que é uma campanha contra mim e que usa uma coisa que o Brasil não tem, **o ódio** (BAND).

CARTA CAPITAL: "Isso é ódio, coisa que o Brasil não tem".

Ao topicalizar o "ódio", CARTA CAPITAL enfatiza a interpretação sobre essa não ser uma característica do brasileiro, e altera o tom do discurso, intensificando-o, uma vez que a palavra ódio, por si só, possui uma força expressiva que é diminuída em posição final.

3.2.4. **Transformação de enunciado *destacado* em enunciado *destacável***

Nas notícias *online* analisadas, por vezes, transforma-se em destacável um enunciado destacado. Observemos:

JOSÉ SERRA: Olha é só chegar campanha eleitoral o PT volta sempre com essa história, só que ele é, como se dizia no Chile, como padre Gatica: predica e não pratica (BAND).

TERRA: "O PT predica, mas não pratica", disse.

O provérbio chileno "Padre Gatica: predica e não pratica" equivale ao "Faça o que eu digo e não o que eu faço", do português. Sua atribuição ao partido da adversária produz um efeito de sentido de falsidade, pois implica que a filosofia por ele propalada não seria condizente com as atitudes de seus membros. A substituição de "Padre Gatica" por "PT" transforma um enunciado naturalmente destacado em um enunciado destacável, o que não é dado no discurso-fonte, mas no texto da notícia. Fato semelhante ocorre no exemplo abaixo:

DILMA ROUSSEFF: [...] o professor pra ser valorizado, ele precisa de ganhar bem, e mais, ele precisa de ter formação continuada. Não se pode, também, estabelecer com o professor uma relação de atrito quando o professor pede melhores salários, recebê-los com cassetetes ou interromper o diálogo. O diálogo é fundamental no respeito a essa profissão (GLOBO).

ÉPOCA: Dilma aproveitou para atacar Serra quando ambos foram questionados sobre educação. Como já havia feito em outros debates, lembrou a relação crítica do governo do PSDB com a categoria, e a repressão às greves. **"Não há diálogo ao se receber professor com cassetete"**.

"Não há diálogo ao se receber professor com cassetete" é uma sobreasseveração atribuída à candidata pela revista *ÉPOCA*, em substituição à que fora por ela produzida: "O diálogo é fundamental no respeito a essa profissão". A comparação entre ambas, porém, mostra que o fragmento atribuído à candidata é mais enfático que o produzido por ela.

Considerações finais

Os enunciados em destaque fazem parte do mecanismo de uma sofisticada e complexa maquinaria midiática, que produz e põe em circulação notícias *online*. As seleções e torções efetuadas pelos veículos de informação na construção das notícias evidenciam posicionamentos e cumprem uma necessidade pragmático-discursiva de adequação da enunciação à cenografia construída pela notícia e ao *ethos* do veículo.

Como observamos, as manobras discursivas incidentes na construção da notícia *online* recenografam os

debates político-televisivos. Considerando que o leitor não possui acesso ao texto-fonte, mesmo que os *hiperlinks* o direcionem para os vídeos dos debates, a comparação entre o acontecimento discursivo e a interpretação da sobreasseveração é praticamente impossível.

Referências

ASSIS, A. W. A. **Citações e sobreasseverações**: o funcionamento da retomada de falas em notícias *online*. 2013. 99 f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

BRAGA, D. Prós e Contras: o debate político televisivo como sub-gênero/sub-tipo de interação verbal. **Revista Galega de Filoloxía**, 7: 29-65, A Coruña, 2006.

GHIGLIONE, R.; CHARAUDEAU, P. **A Palavra Confiscada** - Um gênero televisivo: o talk show. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

MAINGUENEAU, D. **Discurso literário**. Tradução de Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Cenas da enunciação**. Tradução de Maria Cecília Peres de Souza-e-Silva et al. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. **Doze conceitos em análise do discurso**. Tradução de Adail Sobral et al. São Paulo: Parábola, 2010.

_____. **Análise de Textos de Comunicação**. Tradução de Maria Cecília Peres de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

_____. *Ethos*, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R. (Org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do *ethos*. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2011-b. p. 69-92.

NOGUEIRA, L. Jornalismo na rede: arquivo, acesso, tempo, estatística e memória. In: FIDALGO, A.; SERRA, P. (Org.). **Informação e comunicação online**. Volume I - Jornalismo *online*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2003. p. 159-169.

Um *não-lugar* para a militância de esquerda e para a resistência

Rejone Valentim Alves
Maria Célia Cortez Passetti

*A gente quer ter voz ativa
No nosso destino mandar
Mas eis que chega a roda viva
E carrega o destino prá lá [...]*
(Roda Viva, Chico Buarque)

Considerações iniciais

A militância de esquerda é um tema de discussão complexa em nossa sociedade moderna – dita democrática e libertária. Se introduzirmos essa discussão em contextos em que a liberdade política e de expressão estavam fragilizadas, essa complexidade fica ainda mais evidente.

As páginas da história brasileira registram o período da Ditadura Militar como um momento turbulento e muito delicado na nossa política. Diante disso, nosso foco é a militância de esquerda e sua prática de resistência, em específico, na construção que o espaço discursivo-cinematográfico lhe concedeu, visto que compreendemos o cinema como um lugar discursivo de interpretação e de representações. A mídia cinematográfica, por vezes, também tomou para si a tarefa de reconstruir o período ditatorial por qual atravessou o país.

Embora o regime militar do Brasil faça parte da nossa história recente, grande parte da população acaba estabelecendo um contato com as nuances dessa época pela tradução e leitura realizada pela grande mídia do cinema.

Nasce dessa realidade, uma inquietação particular: Como são representadas a militância de esquerda e a resistência pelo discurso cinematográfico? Neste capítulo apresentamos uma das respostas encontradas na pesquisa de Alves (2012), que, sob orientação de Passetti, destaca, de um conjunto de filmes sobre a ditadura militar, três funcionamentos discursivos diferentes para essa representação. O gesto de leitura que apresentamos neste capítulo exemplifica o funcionamento de uma espécie de “não-lugar” para a militância de esquerda ao qual o aparato teórico e metodológico de uma análise discursiva materialista de base pecheutiana nos permitiu chegar, mostrando as contradições do regime militar presentificadas na representação feita sobre a conduta da militância e da resistência filtrada e organizada pela especificidade da linguagem cinematográfica, em especial, na explicitação dos modos predominantes de formulação observadas nessa obra fílmica.

1. A imagem em movimento: um paralelo com a teoria do discurso

A prática analítica da materialidade de natureza imagética, fixa ou em movimento, encontra-se em ascensão dentro dos estudos do discurso, um campo de saber de natureza interpretativa, que como tal, não tem como ficar inerte ao surgimento de diferentes lugares sociais atuante no movimento de significação.

Conforme Orlandi (1995), a Análise de Discurso (AD) aceita a multiplicidade da linguagem e o que lhe interessa é justamente as diferentes formas materiais de que essa faz uso. Para esse escopo teórico, o que importa de fato é considerar que todo o processo de formulação do dizer se

dá numa materialidade específica e que essa também é constituinte do sentido. Segundo a autora "[...] a significância não se estabelece na indiferença dos materiais que a constituem, ao contrário, é na prática material significante que os sentidos se atualizam, ganham corpo, significando particularmente". (ORLANDI, 1995, p. 35)

Orlandi (1995) ainda enfatiza que o sentido para significar tem, entre suas condições de produção, a materialidade significante – o que ela denomina de "consistência significativa". Para ela, toda materialidade é dotada de uma consistência. Esse fato condiciona um dado movimento do sentido – que só será imposto pela dinâmica própria de cada linguagem. Dessa forma, existem formulações pontuais de sentido que só se garantiriam pela natureza da materialidade que se expressa. Isso porque, nos termos da autora, cada materialidade significante encerra uma relação subjetiva específica e conseqüentemente acarretará uma determinada produção discursiva. Para a autora, a questão da materialidade da linguagem está diretamente relacionada à incompletude do sujeito e ao deslize do sentido, uma vez que, de acordo com ela: "[...] O múltiplo e o incompleto se articulam materialmente: a falha e a pluralidade se tocam e são função do não fechamento do simbólico [...]". (ORLANDI, 1995, p. 40)

Tratar da materialidade significante fílmica não é tarefa simples. Devido a isso, além de mobilizarmos algumas categorias da Análise de Discurso em diálogo com as especificidades da materialidade fílmica, apresentaremos a referência teórica subsidiada por Lagazzi (2009) e (2010), uma vez que a autora, em seus estudos, debruça-se sobre essa forma material.

Lagazzi (2010) atribui ao discurso uma ligação direta entre a materialidade significante e a história e considera

que a base material do discurso necessariamente não tem que ser verbal. Isso nos permite observar o contato da posição epistemológica da AD com superfícies linguísticas diferenciadas, tais como a visual, ou, como no nosso caso, a audiovisual. Conforme ela, o sentido, enquanto resultante do ato simbólico, dar-se-ia também na correlação do suporte material com a instância histórica. Além disso, a autora nos afirma que o discurso imagético possui uma discursividade marcada pela equivocidade, pela falha e pela contradição que lhe constitui e conduz à deriva dos sentidos, à contradição que atravessa o dizer.

Com o intuito de considerar o imbricamento de diferentes matérias significantes na textualização fílmica, Neckel (2010) desenvolve os conceitos de Tecedura e Tessitura. Por tecedura ela entende ser o: "[...] tecer dos dizeres no discurso, na trama dos sentidos". (NECKEL, 2010, p. 143). Os sentidos são mobilizados e operam pelo interdiscurso no jogo polissêmico. Dado assim, o mover dos sentidos é marcado pela heterogeneidade discursiva e pela contradição. A autora utiliza esse conceito na materialidade significativa da imagem, nos dizendo que: "[...] Tecedura representa a rede de filiações da memória a outras imagens e/ou materialidades, às quais nem sempre temos acesso [...]". (NECKEL, 2010, p. 143). Isso porque, de acordo com ela, tal materialidade é atravessada pelos esquecimentos cunhados por Pêcheux e Fuchs (2010).

Já a tessitura "[...] estaria para a estrutura do dizer (visual/sonoro/gestual/verbal) [...]". (NECKEL, 2010, p. 143). Esse conceito é da ordem da formulação significativa, ou melhor, é a rede material com seus funcionamentos diversos, em sua imbricação da matéria significativa. Opera pelo intradiscurso e, de acordo com a autora, "[...] No caso da imagem (e, no nosso foco de análise, o audiovisual) seria sua

forma de composição/textualização [...]". (NECKEL, 2010, p. 143). A pesquisadora ressalta que cada materialidade significativa apresenta uma tessitura específica.

Neckel (2010), debruçando-se no que postula o mestre Pêcheux (1999) em *O papel da memória*, em específico, na afirmação de que a imagem por ser perpassada pelo discurso é marcada pela opacidade e pela incompletude, nos traz como importante norte, para o nosso percurso analítico, que: "[...] a imagem fílmica tomada enquanto materialidade discursiva não pode ser vista como transparente, detentora de todos os sentidos em si mesma, e sim, precisa ser tomada em sua opacidade, em sua incompletude, em seu jogo polissêmico". (NECKEL, 2010, p. 145). Dito de outro modo: é necessário considerar o funcionamento discursivo que articula imagem – sujeito – história em um processo contínuo de significação.

Ao se considerar a natureza do *corpus* discursivo com o qual trabalharemos, as contribuições de Neckel descritas acima serão fundamentais. Contribuirão também os estudos realizados por Souza (1998) em "Discurso e imagem: perspectivas de análise do não verbal. Interessa-nos, em particular, a noção que cunha de imagem, a saber: status de linguagem e constituinte de um discurso. Além disso, compartilharemos com ela o conceito de policromia – também presente nos trabalhos de Neckel e Lagazzi. Esse é visto como o lugar da heterogeneidade da imagem, de onde se dá as filiações interdiscursivas observadas nos elementos formuladores da linguagem não verbal, os quais, para Souza (1998), seriam: jogos de formas, cores, imagens, luz, sombra, ângulo, câmera. Esses são chamados por ela de "operadores discursivos" e permitem a apreensão da rede complexa de produção de sentidos heterogêneos, isto é, na rede discursivo-ideológica.

2. O não-lugar discursivo: é proibido militar e resistir

O discurso cinematográfico (DC) do filme nos revela um modo de formulação e significação alusivo, os quais a todo o momento demarcam a impossibilidade de visibilidade e afirmação da militância de esquerda e da resistência. Por sua vez, o modo alusivo desse processo discursivo apresenta um entrelaçamento fortíssimo com a questão do futebol. É ela que organiza a narrativa fílmica e, no plano discursivo, mostra-se em uma regularidade bem produtiva para a constituição de determinadas representações sobre a militância e sobre a resistência.

Notamos que a alusão se dá porque, na narrativa fílmica, as condutas de militância são reafirmadas em sua impossibilidade de visibilidade e são discursivizadas nas reações esboçadas pelo personagem Mauro – garoto que fora abandonado pelos pais, militantes de esquerda. Em outros termos, nossa leitura discursiva atesta que os efeitos vindos da ausência de seus pais são constituídos discursivamente de forma alusiva e, sobretudo, é regida pelo funcionamento discursivo da militância de esquerda na ditadura militar e da resistência. Esse processo discursivo nos faz compreender que a discursividade enredada na forma significante desse filme produz efeitos de sentidos que relega à militância de esquerda na ditadura militar e à resistência *um não-lugar*.

Com o objetivo de demonstrar o modo alusivo de discursivizar, iniciaremos com a apresentação do gesto de leitura empreendido em dois quadros construídos em torno da ideia de “férias” que apresentamos a seguir:



Pai: Oh, não esquece, a gente tá de férias. A gente saiu de férias, tá?

QUADRO 1



Mauro: Ítalo, você sabe alguma coisa dos meus pais.

Ítalo: Seus pais tão de férias né, Mauro?

Onde eles tão?



Mauro: Sei, férias!

Mauro: Mas eles vão voltar?

Ítalo: Mauro, tem um monte de gente de férias.

Ítalo: Claro.

QUADRO 2

O Quadro 1 refere-se à despedida dos pais e de Mauro. O pai em tom de recomendação diz ao filho que eles estão de férias. Sua expressão gestual encara o garoto e

também o toca nos ombros como que para enfatizar essa recomendação. Ressaltamos que a expressão facial do pai e da mãe enquadrados pela câmera dá conta de uma situação que se contrasta com a memória discursiva que se tem de “Férias” como um acontecimento feliz. O pai repete duas vezes o vocábulo “Férias”, como que reforçando para o menino não esquecer o motivo da partida. A produção de sentido que evidenciamos, nessa repetição, é que o pai visa garantir a proteção do filho, uma vez que o vocábulo férias se usado pelo garoto o livraria de ser prontamente remetido a uma conduta política subversiva segundo os moldes da ideologia ditatorial. Interligado a essa produção discursiva, destacamos os elementos da materialidade significativa visual: o pai se inclina em direção ao filho, suas mãos estão sobre os ombros do garoto, a mãe encara atentamente o rosto do filho. A disposição dessa materialidade ressoa em conjunto com a materialidade verbal: os pais estão tentando garantir a segurança de seu filho diante de uma conjuntura política de repressão.

No Quadro 2, Mauro e Ítalo estão jogando uma partida de futebol de botão. E Mauro cansado da ausência dos pais, pergunta a Ítalo o que ele sabe. O posicionamento da câmera enquadra Mauro em primeiro plano. Em segundo plano, é focalizada a imagem de Ítalo no espelho. Após a pergunta do garoto, no primeiro frame, Ítalo interrompe imediatamente o jogo de botão e encara Mauro. A expressão facial é de seriedade e esse ato demonstra que se trata de uma situação de alerta. A imagem do sujeito da militância, Ítalo, aparece no espelho. Esse elemento representa o não-lugar, a invisibilidade que constitui os sentidos da militância de esquerda e da resistência nessa obra fílmica.

No terceiro frame, a entonação de que Mauro se utiliza ao expressar “Sei, férias” é irônica, o que sugere que

ele não acredita nessa justificativa para a ausência de seus pais. Em contrapartida, Ítalo afirma que muitas pessoas estão de férias como os pais do garoto. Isso nos possibilita entender por efeitos de sentido uma relação direta às condições de produção do regime militar que impôs a muitas pessoas a necessidade de fugir, de viver na clandestinidade como representam, na narratividade fílmica, Bia e Daniel, pais do menino. O discurso proferido por Ítalo materializa, no curso dos sentidos dispostos na materialidade cinematográfica, a memória discursiva que nos diz que nessa época várias pessoas assumiam uma posição de resistência, a qual exigia, para assegurar sobrevivência dos militantes, uma vida de clandestinidade.

Compreendemos que essa produção de sentido vaza, em especial, na verificação do choque entre os operadores discursivos visuais e os verbais, uma vez que, pelo imaginário coletivo, ninguém expressaria que entraria em férias manifestando uma expressão visual de apreensão. O DC circunscreve os sentidos promovidos pelas heterogêneas formas materiais que constituem a sequência fílmica em análise numa constituição histórica que dão conta de construir discursivamente uma representação da militância de esquerda e da resistência que precisa ser exercida às escondidas, camuflada (em férias), porque está em desvantagem perante o Estado.

Na narrativa fílmica, entretanto, esse saber não é abertamente dito ao garoto. Tanto os pais, como os demais adultos ao seu redor explicam a situação de abandono dos pais (e também a referente a uma prática de militância) como sendo uma situação de férias. Enfatizamos na constituição desse dizer um discurso pontual de censura.

Além disso, compreendemos que a substituição de significações ocorridas na materialidade significante verbal

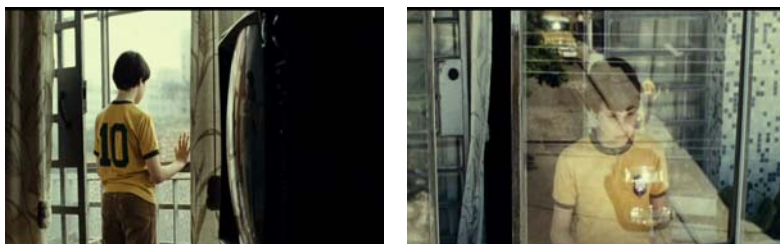
“férias” remete ao processo metafórico tratado por Pêcheux (2010). A partir de processos de substituições parafrásticas, os sentidos deslizam: o vocábulo não muda, contudo o campo de sua significação se amplia e representa a situação de repressão que age sobre as condutas resistentes próprias da formação ideológica que constitui a militância de esquerda na ditadura militar.

O uso desse termo evidencia a força exercida pelo Estado ditatorial. O filme representa, pelo funcionamento discursivo desse vocábulo, a leitura que a Formação Discursiva (FD) da militância realiza sobre o saber da FD ditatorial, uma vez que cada formação discursiva possui uma maneira específica de interpretar o Outro. Nesse caso, de resistir ao que o Outro impõe pela força. Assim, a primeira FD lança mão dessa forma material verbal – conduzida pelas formações imaginárias que lhe dizem como ver/compreender o sujeito da formação discursiva oponente. Nesse processo, a FD da militância seleciona um termo que pode se lido como “neutro”/apolítico pela FD, isto é, um termo desprovido de entonação subversiva e o reconfigura, em seu arcabouço ideológico de resistência, para denotar uma ação própria da luta armada, que é a autodefesa dos sujeitos da militância frente ao poder ditatorial.

Esse curso de produção do dizível nos permite observar que há um processo de silenciamento constituindo os sentidos desse filme já evidenciado no título da obra fílmica. Afirmar que os pais do garoto estão em luta armada e/ou na clandestinidade não é aceito, ou melhor, traz uma série de restrições aos sujeitos. Isso porque os representantes da formação ideológica ditatorial interditam veementemente essa prática. Nesse contexto, enunciar férias é, a nosso ver, explicitar a censura atuante na produção do dizível e também na constituição dos sujeitos. Notamos a contradição vazando

e permitindo que observemos simultaneamente o permitido/o que se pode dizer “livremente”, conforme os parâmetros da FD ditatorial (férias) e o silenciado, que se refere à prática da militância de esquerda.

Para reiterar e demonstrar o entrelaçamento da produção dos sentidos ao futebol no filme *O ano em que meus pais saíram de férias*, observemos a descrição analítica feita no quadro abaixo:



Barulho de porta se abrindo e de agitação popular.

Barulho de rojão e ruídos de pessoas

Hana diz: Vem, Mauro, o jogo já vai começar.

Mauro: Fusca azul, fusca azul, fusca azul!

Hana: Vamos!

QUADRO 3

Na constituição desse quadro, é muito forte o papel da janela, enquanto operador discursivo visual. É por ela que Mauro olha e espera. A repetição de cenas dessa natureza por toda a narrativa fílmica demonstra que o menino sofre pela espera e o ato de ir até a janela e visualizar a rua, o externo, remete à espera desse personagem e, discursivamente, produz o efeito de sentido de que uma criança, um filho sofre a ausência de seus pais, isto é, sofre pela militância e pela resistência exercidas pelos responsáveis de Mauro. Tal efeito se constrói pautado em uma rede interdiscursiva que assinala que criança é ser frágil e precisa de proteção dos pais. Observamos que esse

efeito de sentido o DC ecoa na maneira com que tece e amarra os dizeres na materialidade significativa do quadro de sequências fílmicas em questão.

No frame 1, o menino é retratado, pelo plano americano de costas, olhando para a rua. Suas mãos estão postas sobre a janela como que objetivasse materializar o seu desejo. A ordenação da materialidade visual enfatiza a angústia do garoto e o cansaço pela longa espera. Essa ordenação do visual se soma, se imbrica materialmente à forma significativa verbal, dada pela repetição do garoto, que chama pelo fusca azul, carro que os pais usavam no momento da despedida. Esse processo demarca que seu emocional encontra-se abalado pela ausência. Em contraponto a isso, a materialidade significativa sonora retrata o agito da torcida que aguarda o início de um dos jogos da seleção brasileira. Temos retratadas, nesse quadro, posições-sujeito que aguardam por coisas diferentes: uma espera o retorno dos pais (Mauro) e a outra pelo início de uma partida de futebol (o povo).

A conjugação dessas materialidades traz para o fluxo dos sentidos duas FD(s) conflitantes: a que vem do Estado e apregoa que tudo está sob controle e que o país caminha bem e a da militância que diz justamente o contrário. O agito da população para ver o jogo denota esse aspecto de tranquilidade e felicidade por vezes circunscritas na prática ditatorial e promulgada pela sua FD. Já a repetição do garoto “fusca azul, fusca azul...” e o aspecto visual sobre o qual ele é representado demonstra o contrário. Nessa contradição, nesse jogo de ser e não ser, o DC produz um discurso que dá visibilidade a uma circunstância em que um garoto sofre a falta daqueles que por direito deveriam protegê-lo e tal situação explana os conflitos políticos e ideológicos da Ditadura Militar. Vemos nisso o

aparecimento do modo alusivo de funcionamento discursivo da militância de esquerda e da resistência.

No segundo frame, destacamos a expressão facial do garoto. Sua expressão é cabisbaixa e denota tristeza. O enquadramento da câmera agora se difere do frame anterior, que era de dentro da sala. Agora o menino é visualizado em plano médio e do lado externo da janela. A materialidade significativa retrata conjuntamente duas imagens que se cruzam, se interpenetram. Temos do lado interno, o garoto a olhar para fora. A película de vidro separa Mauro do externo, impossibilitando que ele saia e entre em contato direto com a realidade política, porém isso não impede que o externo refrate em sua vida. E pelo reflexo da janela visualizamos o lado externo, o fora (pessoas andando pela calçada, carros, partes de casas, etc.). É como se a mesma imagem materializasse o verso e o seu inverso.

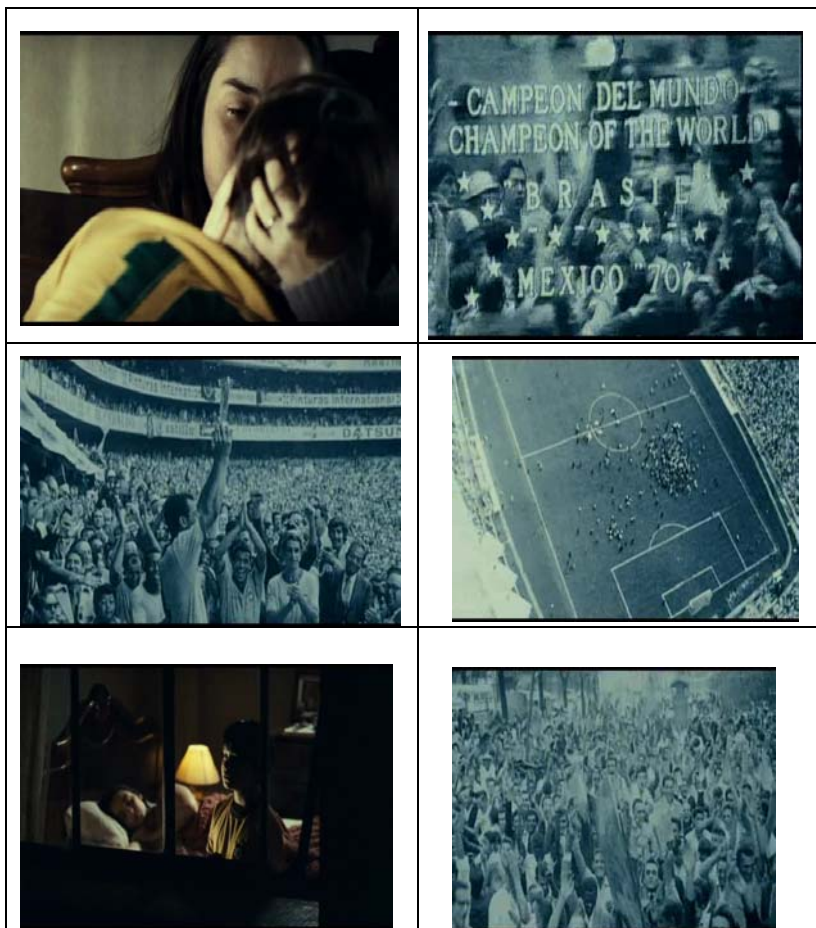
Temos ainda uma descrição visual e sonora que nos remete aos momentos prévios a uma partida de futebol da Copa. Os operadores discursivos que nos permitem atestar essa segunda faceta de sentidos referentes à coletividade, à população são: na ordem do visual, uma pessoa que provavelmente corre para assistir ao jogo, além disso, a rua está praticamente sem movimento. Aliada a isso, temos a materialidade significativa sonora: barulhos de rojão e agito de pessoas. Elementos, pré-construídos de uma memória discursiva que diz que dia de jogo da seleção brasileira é dia de comemoração e tudo para. Consideramos que essa materialidade significativa choca-se, ou melhor, imbrica-se com o que diz a forma material visual expressada pelo garoto triste na janela, o qual espera pelos seus pais que, inclusive, prometeram retornar na copa, entretanto, mais um jogo acontece sem que eles cheguem. Assim, a discursivização alusiva presente nesse quadro revela a

esperança que sente o menino e a negação da possibilidade de volta dos pais de Mauro.

Embora o menino festeje em vários momentos as conquistas do Brasil no campeonato, aparecem, no filme, cenas recorrentes em que ele se entristece com a ausência de seus pais, como explica a descrição do quadro anterior. Conforme, o campeonato se estende mais Mauro sofre, visto que os pais prometeram retornar na copa.

A produção de sentidos, observada por nós, enfatiza que o sofrimento do garoto é regido pelo funcionamento discursivo da militância de esquerda e da resistência constituído, por sua vez, de forma alusiva e entrelaçada à questão do futebol. Esse entrelaçamento instaura um deslocamento metafórico que transpõe os sentidos referentes ao universo futebolístico para um fluxo de sentidos de referência à militância de esquerda e à resistência. Assim posto, apresentamos a prática analítica do Quadro 4.

Observamos que os frames de 2 a 5 apresentam por recorrência visual o universo do campeonato da Copa do Mundo de 1970. É importante dizermos que essas imagens são mostradas no filme logo após Mauro saber que o pai não voltaria mais. A cena, presente no frame 1 desse quadro, que apresenta isso é bem dramática e tem como foco o sofrimento da mãe e do filho com essa situação. Descrevemos o enquadramento da câmera que visualiza a face da mulher em sofrimento. Ela afaga o filho que está em seu colo. A materialidade significativa sonora que acompanha o aspecto visual desse frame é uma música instrumental em conjugação com o choro da mãe. A soma desses operadores discursivos dá a cena um efeito de sentido triste e dramático.



QUADRO 4

Em seguida, são dispostas, no fluxo da história, imagens de comemoração do Brasil na Copa do Mundo. A partir delas, montamos o quadro em análise, o qual, a nosso ver, representam a montagem cinematográfica que organizou a disposição dessas cenas. Podemos descrever esse processo da seguinte forma: primeiramente mostra-se

Mauro e a mãe sofrendo; posteriormente são exibidas cenas da comemoração da Copa; e por último, apresentam-se cenas que retratam o sofrimento do garoto.

Com menção, aos frames da comemoração da Copa do Mundo, explicitamos o aspecto cromático que tece os frames: são eles em preto e branco e representam o mundo real, não ficcional da narrativa, mas que foi introduzido no curso da história fílmica. Em outras palavras, foram inseridas no filme cenas verdadeiras da comemoração dos jogadores no México e dos torcedores no Brasil. O operador discursivo de natureza cromática que tece a narrativa fílmica é colorido e momentaneamente, no curso do contar a história, o espectador se depara com cenas, cuja cor rompe com o aspecto cromático utilizado na narrativa.

Entendemos que a tecnologia à que foi submetida as imagens referentes à comemoração da Copa do Mundo foram feitas em preto e branco. Contudo, é inevitável observar os efeitos de sentidos obtidos pelo choque entre a narrativa ficcional, com sua coloração e luminosidade específicas, e entre a inserção de cenas reais e factuais à Copa. Se na narrativa fílmica, Mauro sofre porque a mãe voltara das “férias” sozinha e sem a companhia do pai – e isso nos remete às condições de produção da ditadura militar e do confronto existente entre a ideologia do Estado Ditatorial e a da militância de esquerda – por outro lado, a inserção de cenas que demonstrem o povo imerso na agitação e alegria causadas pela participação e atuação do Brasil na Copa do Mundo movimentam sentidos que são da ordem da posição-sujeito da população. Pela construção dessa oposição, é como se a prática técnico-cinematográfica acionasse sentidos que nos dizem: enquanto a realidade política é crítica, o povo (por desconhecimento ou por ópio) comemora nas ruas.

A materialidade significativa sonora que complementa a forma-material visual desse frame é a mesma música da cena em que mãe e filhos sofrem pelo fato de o pai não retornar, presente no frame1. Portanto, é o operador discursivo de natureza sonora que constrói entre as cenas uma ideia de continuidade e de relação. O efeito de sentido regular que verificamos, por essa disposição no DC, é que, se as imagens retratam um Brasil feliz, a materialidade sonora nós conduz a uma interpretação contrária a isso. Notamos o trabalho do conceito de composição tratado por Souza (1998).

Em outros termos, as diferentes materialidades significantes acionam entre si a incompletude e falha da outra. Desse modo, a materialidade visual está em composição com a sonora e isso produz por efeitos de sentido uma contradição latente entre a FD ditatorial, representada pela forma material visual, que apregoa que o Brasil está seguro e bem, isto é, o Estado cumpre o seu papel, e a FD da militância, representada pela materialidade sonora, a qual diz que o país sofre pelas mãos da repressão. A partir dessa explicitação percebemos o quanto é, em termos de efeitos de sentidos, produtivo o jogo da contradição para discursivizar que a militância de esquerda denuncia a realidade política do país.

Esse efeito de sentido foi construído pela forma que a montagem foi executada entre as cenas que focam o sofrimento do garoto e as de comemoração da Copa do Mundo. Compreendemos que a montagem além de ser um instrumento específico da linguagem cinematográfica é, sobretudo, vestígios da existência de uma posição sujeito condutora de discursos e configuradora dos sentidos de uma dada forma e não de outra.

No quarto frame destacamos a variação de zoom realizada pela movimentação da câmera sobre a imagem do campo de futebol. A câmera vai gradualmente distanciando-se do campo, numa movimentação de baixo para cima, de perto para longe. Essa variação de zoom repousa na imagem aproximada do garoto na janela, que é representado no quinto frame. Esse recurso nos denota um afastamento do universo futebolístico e de toda essa atmosfera de comemoração, tanto é que o próximo frame demonstra outra configuração, não se trata mais das cenas reais do fim do jogo do Brasil. A câmera distancia-se desse universo e volta-se para a do protagonista Mauro, representada no quinto frame. Essa movimentação entre ambientes diferenciados é realizada na mesma sequência. Concluímos que o processo que rege esse alinhamento de uma materialidade visual que caracteriza alegria diante da conquista da copa à forma material sonora que entoa como efeito de sentido regular tristeza e angústia é movido pelo deslocamento metafórico, o qual permite a transformação dos sentidos.

Destacamos, nesse frame, as bordas do campo em preto e a posição da câmera é como se estivesse do lado externo do quarto. Mauro é representado em plano médio sentado olhando para fora e, em segundo plano, temos a mãe dele deitada na cama. A única luminosidade que percebemos no quadro é a luz do abajur. Reconhecemos que a pouca luminosidade do espaço expressa por sentido regular a ideia de tristeza diante do fato de o pai de Mauro não ter voltado das “férias”.

Embora a materialidade significativa visual mude, a sonora é a mesma dos frames anteriores, isto é, a música presente no primeiro frame se mantém nesse quadro inteiro. Assim, a configuração visual dos frames se diferencia entre

si, entretanto a forma material sonora que os perpassa não se diferencia. A disposição desse operador discursivo, ou melhor dizendo, a tessitura dessa forma material entrelaça a sequência cujo tema seja futebol ao frame que retrata o drama do garoto, ou discursivamente dizendo, às condições de produção da Ditadura Militar. Portanto, a ordenação das cenas conjugadas com a imbricação dessa materialidade, ou melhor, essa disposição, no fluxo do discurso cinematográfico, para nós, parte da posição sujeito de um discurso da ordem do cinematográfico.

No que diz respeito aos aspectos visuais desse frame, descrevemos ainda que Mauro veste uma camiseta da seleção brasileira de futebol. Esse operador visual remeteria à torcida exercida pelo garoto e também pelo povo brasileiro, contudo, sua expressão facial triste contrasta com a alegria manifestada pelo povo nos frames 2, 3, 4 e 5 que compõe esse quadro. Dado assim, estamos diante de uma contradição que advém dos diferentes complexos interdiscursivos que pautam as FD(s) em jogo na formulação dos sentidos. Isso porque temos a confluência de pelo menos três FD(s). A primeira seria a FD ditatorial – produtora de discursos que autorizam e incentivam o Brasil a torcer alegremente, visto que estaríamos numa situação de controle, progresso, etc. A segunda aciona saberes provenientes da posição-sujeito da militância de esquerda e da resistência: o Brasil não está bem, a situação não é de alegria: a expressão de Mauro nos indica isso. E a terceira FD que destacamos é a da ordenação realizada nos sentidos pertencentes aos campos dessas duas FD(s) na forma material cinematográfica.

O DC produz por sentidos que maior que o calor da comemoração da nação pela Copa é o sofrimento enfrentado por Mauro – sujeito que mobiliza sentidos da memória

discursiva referente à infância, tais como: inocência, fragilidade e necessidade de proteção. Atitudes que os pais (por exercerem a militância de esquerda) estão impossibilitados de dar, visto que age sobre eles a coerção da Ditadura Militar. Dar visibilidade a esse efeito de sentido é produzir um discurso de resistência, na contemporaneidade, aos feitos passados desse governo sobre a militância, corporificada, nessa sequência fílmica e também em outros momentos desse filme, pelo sujeito Mauro. Ele não pratica diretamente a militância de esquerda e a resistência, entretanto sofre as conseqüências do fato de os seus pais as praticarem.

Considerações finais

O percurso analítico delineado até aqui nos deixou claro que a discursividade de *O ano em que meus pais saíram de férias* estipula por sentido regular o não-lugar para a militância de esquerda e para a resistência. Tais sentidos relacionam-se ao discurso do futebol, cujo deslizamento produzirá sentidos produtivos com relação à repressão exercida sobre a militância de esquerda, relegando a essa um não-lugar. Nesse sentido, no DC desse filme, Mauro é o sujeito discursivo que sofre os efeitos do não-lugar concedido à militância de esquerda na ditadura militar e à resistência.

Por conseguinte, atestamos que os sentidos produzidos na materialidade significativa fílmica são arrolados de maneira a construir a militância e a resistência em sua impossibilidade de existir e de se constituir como um espaço de legitimidade, isto é, há o efeito de sentido de invisibilidade aos atos de militar e resistir. As cenas analisadas demonstraram o contínuo contraste entre a

tristeza e alegria, entre a espera e a ausência, entre o legítimo e o ilegítimo. Tais contrastes enaltecem a resistência que não pode ser formulada. A discursivização observada nas cenas vai reiterando esse contraste, ou seja, essa resistência que não pode ser formulada tem, no futebol e na rede interdiscursiva que se forma em torno dele, o lugar do que pode ser dito.

Ao considerarmos isso, observamos, em especial, pela descrição dos processos discursivos balizados na exaltação de discursos que caracterizaram a militância de esquerda e a resistência como relacionadas ao mal, à clandestinidade, à subversão, isto é, efeitos de sentidos que construíram a militância de esquerda e a resistência de forma inferiorizada aos membros da FD do Estado.

Nossos estudos apontam também para a constituição de um discurso entrelaçado ao esquecimento e ao silenciamento que marcam os limites dos sentidos referentes ao período histórico da Ditadura Militar. A memória discursiva referente a essa conjuntura política, no decorrer da história do Brasil, foi bombardeada por práticas de silenciamento e de censura, as quais contribuíram para fomentar um processo de apagamento e instaurador de limites ao fluxo de produção de sentidos. Isso, para nós, é representativo de um processo histórico-político silenciador imposto à sociedade e que, em certa medida, apontam para as que levam o povo brasileiro em sua maioria demonstrar um desconhecimento sobre a conjuntura política de ditadura militar atravessada pelo país. Como reflexo desse processo é bastante comum nos depararmos com sentidos atrelados à indiferença e, por sua vez, promotores de uma sensação de distanciamento, como se o Brasil nem tivesse passado por esse período histórico.

Referências

ALVES, R. V. **Em exibição nos cinemas**: a representação discursiva da militância de esquerda e da resistência na ditadura militar. 2012. 158 f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

LAGAZZI, S. Linha de Passe: a materialidade significativa em análise. **RUA** [online] 2010, no. 16. Volume 2 – ISSN 1413-2109. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/pdf/16-2/10-16-2.pdf>> Acesso em: 25 nov. 2011.

_____. A contradição no funcionamento das discursividades contemporâneas. In: **Caderno de resumos do IV SEAD – Seminário de estudos em análise do discurso 1969-2009: Memória e história na/da Análise do Discurso**. Disponível em: <http://www.discurso.ufrgs.br/sead4/prog/s5_Suzy.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2012.

NECKEL, N. R. M. N. **Tessitura e tecedura**: movimentos de compreensão do discurso artístico no audiovisual. 2010. 239 f. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2010.

O ANO em que meus pais saíram de férias. Direção de Cao Hamburger. Estúdio: Gullane Filmes/Caos Produções Cinematográficas/Miravista/Globo Filmes. Distribuição: Buena Vista International, 2006. DVD (110 min).

ORLANDI, E. P. Efeitos do verbal sobre o não-verbal. Campinas, **Rua**, n. 1, p. 35-47, 1995.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma

introdução a obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethânia Sampaio Mariani et al. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010. p. 159-249.

PÊCHEUX, M. A Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução a obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethânia Sampaio Mariani et al. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010. p. 59-158.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, P et. al. **Papel da memória**. Tradução de José Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999. p. 49-57.

SOUZA, T. C. C. Discurso e imagem: perspectivas de análise do não-verbal. In: **Ciberlegenda**, n. 1, 1998. Disponível em: <www.uff.br/mestcii/tania1.htm>. Acesso em: 12 out. 2011.

Efeito Tridimensional, Efeito de Prisma, *Studium e Punctum*: o grafite de Banksy em movimento na cidade a partir da teoria proposta por Michel Pêcheux

Luciana Leão Brasil

“Através das estruturas que lhe são próprias, toda língua está necessariamente em relação com o ‘não está’, o ‘não está mais’, o ‘ainda não está’ e o ‘nunca estará’ da percepção imediata; nela se inscreve assim a eficácia *omni*-histórica da ideologia como tendência incontornável a representar as origens e os fins últimos, o alhures, o além e o invisível” (PÊCHEUX, 1990, p. 8).

Introdução

A teoria da análise de discurso surge na França, no final dos anos 60, tendo Michel Pêcheux (1938-1983) como principal fundador. A teoria proposta por Pêcheux surge enquanto algo que propõe o deslocamento do foco de um hermético formalismo da linguagem. Com os estudos discursivos, a linguagem não é concebida como apenas um sistema de regras formais. A linguagem é pensada em sua prática, atribuindo valor ao trabalho com o simbólico, com o político, como algo movente e instável. O objeto de apreciação de estudo da análise de discurso não é a frase, e foge da apreciação palavra por palavra na interpretação como uma sequência fechada em si mesma. A publicação da **Analyse Automatique du Discours** (PÊCHEUX, 1969), juntamente com a Revista *Langages*, intervém decisivamente para estes estudos, já que para esse

cenário reaparece o sujeito. O sujeito do inconsciente, da linguagem, interpelado pela ideologia. Um sujeito descentrado que é constituído pela linguagem. Essa é a contribuição do materialismo, que inclui a relação da ideologia e o inconsciente, nas teorizações de Michel Pêcheux, e também de Paul Henry e Michel Plon, os demais fundadores da análise de discurso francesa. O que a análise de discurso procura dar visibilidade é para o caráter histórico da linguagem, visto que essa área de estudos linguísticos é de ruptura, implicando assim a necessidade de revisões dentro do próprio fazer da linguística. A análise de discurso de corrente francesa se constitui como uma disciplina de confluência em que se juntam três regiões de conhecimentos, quais sejam: o materialismo histórico, como teoria das formações sociais, inclui-se então a ideologia; a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; e por fim, a teoria do discurso, como determinação histórica dos processos semânticos, considerando, principalmente, que todos esses elementos estão permeados por uma teoria não subjetiva do sujeito de ordem psicanalítica, pois o sujeito é afetado pelo inconsciente. Ao serem abordados na teoria da análise de discurso, tanto história, língua, ideologia, quanto inconsciente deixam de ter o teor de sua origem ganhando novas dimensões e reformulações no fio discursivo. Neste ponto de vista, a análise de discurso jamais seria um instrumento para a mera explicação de textos. Nessa ótica de Pêcheux, o sentido não está claro, óbvio ou transparente, uma vez que é preciso considerar a opacidade (materialidade) aí presente e já que o sujeito não é nem intencional nem detentor do ilusório sentido literal. É a partir dessa não clareza da linguagem, proposta por Michel Pêcheux, que nos debruçaremos para

analisar o grafite enquanto materialidade significativa que “atravessa” a cidade.

1. A cidade

Pensar a cidade não é pensá-la apenas geograficamente, pois esta não funciona somente enquanto *locus* de população, lugar onde coexistem vínculos sociais, econômicos, culturais, políticos e em que sujeitos dividem tradições, normas e estão sujeitos a coerções: livres sim, mas responsáveis. A cidade funciona também como um sítio de significação profícuo em que sentidos são produzidos, formulados e atualizados. Pensada discursivamente, é lugar de confronto entre o simbólico e o político, ou seja, a urbe enquanto imaginário constitutivo dos processos de significação/identificação/individuação do sujeito (ORLANDI, 2004) na sociedade. A cena urbana é território para produzir gestos de leitura e para filiações nas práticas sociais. Trazer uma reflexão em que a cidade é parte integrante das condições de produção do discurso é fazer funcionar um dizer que alia, constitutivamente, sujeito e linguagem. A cidade, o sujeito e a linguagem não funcionam em separado, pelo contrário, são constitutivos, conectados, ou seja, estão irmanados. O território urbano está em contínuo movimento e são diversos os fatores responsáveis: construção civil, especulação imobiliária, aumento crescente da população que mora nas ruas. Enfim, a cidade está plena. A plenitude do urbano não se caracteriza apenas naquilo que é próprio à urbe, seu caráter desenvolvimentista. Os grafites, as pichações, as instalações estão presentes neste *continuum* da cidade, ou seja, a arte de rua, assim como a cidade, caminha progressivamente a par e passo. A área metropolitana também é unidade e dispersão (ORLANDI, 2004) de sujeitos

e, também, de não sujeitos; ou ainda, de “quase” sujeitos, arquitetados pela artimanha de mãos humanas, destinadas a dar visibilidade a algo que constitui uma discursividade ali presente, como, por exemplo: o grafite, objeto desta análise. Partindo da teoria da análise de discurso, analisaremos os efeitos de sentido das obras do grafiteiro Banksy, enquanto recortes discursivos, sequências discursivas para observação e compreensão do funcionamento de uma materialidade significante que circula no espaço da(s) cidade(s).

2. O autor

Segundo informações da enciclopédia digital Wikipédia, Banksy é a alcunha de um grafiteiro que é também, pintor, ativista político e diretor de cinema. Banksy é inglês e sua arte se pauta por técnicas características, como a técnica do estêncil e do *spray*, ou seja, uma arte com especificidade própria. Suas obras podem ser encontradas em diversos locais do mundo, de arranha-céus a pontes, de Londres à Palestina. As obras de Banksy fazem funcionar nos muros e paredes da cidade uma base material para a emergência de discursos. O *site* Wikipédia afirma, ainda, que a arte de Banksy teria surgido da “cena alternativa” de Bristol:

De acordo com o designer gráfico e autor Tristan Manco, Banksy nasceu em 1974 em Bristol (Inglaterra), onde também foi criado. Filho de um técnico de fotocopiadora, começou como açougueiro, mas se envolveu com o graffiti durante o grande boom de aerossol em Bristol, no fim da década de 80. Observadores notaram que seu estilo é muito similar à *Bleck Le Rat*, que começou a trabalhar com estêncil em 1981 em Paris, e à campanha de graffiti feita pela banda

anarco-punk Crass no sistema de tubulação de Londres, no fim da década de 70.

A enciclopédia livre, Wikipédia, afirma, inclusive, que Banksy usa o seu grafismo como resposta àqueles que enquadram o grafite enquanto um trabalho que circula nas bordas do social, à margem da sociedade, enfim um “trabalho” desqualificado sob o ponto de vista estético. Conforme informações de Raphael Ezonne¹, Banksy não costuma revelar o rosto e procura manter-se no anonimato por escolha própria. Inúmeros são os *sites* que confirmam esta tendência reclusa do artista. O grafiteiro tem o “hábito” de ser fotografado sempre de costas ou mascarado, a fim de preservar sua identidade. Muitas são as especulações a respeito desse artista de rua. Proporcional é também o interesse e admiração que suas obras despertam, principalmente na *internet*, em que há uma grande propagação delas. O grafite de Banksy é pano de fundo de um discurso que dá voz à arte de rua. Recentemente, o grafiteiro publicou um livro intitulado **Guerra e Spray** (2012), onde constam várias reproduções do que ele tem realizado no espaço urbano.

As obras de Banksy povoam o espaço urbano, o espaço digital e estão presentes em todas as redes sociais que fazem circular o que vem sendo “dito” de sua grafiteagem. Desta forma é interessante compreender que “nas cidades grandes o movimento da grafiteagem é desencadeador de um movimento de consciência que atravessa toda a população segregada” (ORLANDI, 2004, p. 13). Movimento este que pode ser entendido como um

¹ Responsável pelas postagens do *blog Cherryyouth*. Disponível em: <<http://cherryyouth.wordpress.com/tag/cult/>>. Acesso em: 16 jan. 2013.

possível discurso-resposta desta cultura *underground* (cultura essa relegada à margem, ao que não segue padrões pré-estabelecidos) que tem sua visibilidade garantida no gesto de leitura daquele que passa pelas ruas ou transita no ciberespaço. Neste trabalho, não discutiremos as especificidades do discurso da cidade e do discurso digital, mas os efeitos de sentido sugeridos pelas obras de Banksy.

Gesto de leitura daquele que é interpelado “a caminho de”, “rumo a” e, ao fazer um trajeto qualquer, depara-se com um dos grafites de Banksy, sendo, instantaneamente, convidado a olhar e dizer, num olhar de descoberta, olhar e produzir sentidos que escapam, sentidos fugidios em que a recursividade é da ordem do incessante, da incompletude, da não saturação, como veremos.

3. As obras

As obras de Banksy que investigaremos nesta análise são compostas por sequências discursivas de grafites, bem como um quadro seu intitulado *Flower Power*. As imagens que compõem as sequências discursivas (SDs) foram extraídas do *site* pessoal de Banksy e do livro **Guerra e Spray** (2012), de autoria de Banksy e serão apresentadas quando da respectiva análise. Alguns grafites de Banksy recortados para análise possuem uma legenda: local de produção e data. No entanto há imagens que não constam dados, título ou local de produção.

3.1. A aproximação do *corpus*

A SD1, abaixo localizada, é parte integrante da página de abertura do *site* de Banksy. Num primeiro *click* nos deparamos com a assinatura do autor dos grafites. A

escrita em branco, sobre um fundo escuro, dá a impressão de que escorre das letras que comportam o nome do grafiteiro, uma tinta branca, ainda fresca, que causa um efeito de recém-produzido, de feito recente e de recém-presença do autor.



SD1: *Home Page* do site de Banksy²

Em um segundo *click*, sobre o nome Banksy, é revelada a próxima imagem: um frasco de *spray*, com uma chama “acesa”, causando um efeito de animação a um objeto, como se fosse algo pronto para ser usado e acionado a qualquer instante. A sequência discursiva 1 produz um efeito de produção identitária, uma vez que engendra um nome a um objeto: Banksy, o grafiteiro, a *spray*, o seu instrumento de trabalho.

Ao clicarmos sobre o frasco de *spray*, abre-se uma nova página, um espaço ao surgimento das obras produzidas pelo artista de rua. No canto esquerdo da tela, constam os *links outside, inside, questions* e *shop*. O *link outside* revela as imagens dos grafites produzidos por Banksy nas ruas: muros, arranha-céus, paredes, etc. São suportes de seu discurso na

² Disponível em: <<http://www.banksy.co.uk>>. Acesso em: 16 jan. 2013.

cidade; *inside* revela a produção de Banksy, em uma espécie de atelier em que o artista aparece de costas usando um capuz. Ao clicarmos nesta imagem, vai surgindo uma série de quadros, *click* após *click*. O que se percebe, então, é um efeito de diversidade, de artista plural e eclético entre o público e o privado, o oficial e o não oficial: a arte oficial com a carga que este fato especifica, ou seja, uma obra que porta uma moldura, como uma galeria de arte virtual. O *link questions* consta de um conjunto de questões frequentemente dirigidas à Banksy; e, por fim, o *link shop* que disponibiliza e autoriza para *download* as obras do artista:

You're welcome to download whatever you wish from this site for personal use. However, making your own art or merchandise and passing it off as 'official' or authentic Banksy artwork is bad and very wrong³.

No entanto, Banksy “avisa”, ironicamente, que não se deve fazer mau uso de sua obra ou apropriar-se dela sem menção a sua autoria: liberdade de cópia sim; mas apagamento de autoria, não.

4. Procedimentos de Análise

Diversos são os dispositivos que procuram dar conta da análise de materiais visuais. Para essa análise específica usamos como ponto de ancoragem teórica os estudos realizados por Roland Barthes, a propósito de *studium* e *punctum*, *operator*, *spectrum* e *spectator*, bem como o efeito de prisma elaborado por Eni Orlandi. Apesar dos estudos realizados por Barthes serem relativos à fotografia, julgamos

³ Disponível em: <<http://www.banksy.co.uk/shop/shop21.html>>. Acesso em: 16 jan. 2013.

estes bastante significativos para pensarmos a questão do grafite por se tratar, assim como a fotografia, de uma materialidade visual.



Figura 1: *Love is in the air*

(*Flower Thrower*), de Banksy

Percebemos que a figura produzida por Banksy, utilizando a técnica do estêncil, não revela totalmente o rosto, mas faz menção a seu criador, a ordem do anonimato. Criador e criatura identificam-se em seus fazeres. Este “sujeito”, num ato de ataque ou defesa, reage com ou através das flores, a um possível anúncio de paz a um “propósito” de guerra. Um guerrilheiro urbano para cujo encobrimento parcial da face funciona em duplicidade: protege e não revela o rosto, a identidade, de guerrilheiro a pacificador. Sua resposta e sua arma são o amor.

Os grafites de Banksy instigam o olhar, como se a qualquer momento a pintura fosse realmente realizar o que

⁴ A imagem da Figura 1: *Love is in the air* (*Flower Thrower*) foi retirada do livro **Guerra e Spray**, de Banksy (2012).

sugere, num movimento de câmera lenta, e assim, ganhar vida, numa ação que se descola do muro, da parede para o espaço da cidade.

O mesmo arremessador de flores aparece em outra produção realizada por Banksy. A figura de *Love is in the air* não ganha espaço somente nas ruas (*outside* – sugerindo um efeito de para todos), mas no *site* oficial de Banksy (*inside* – sugerindo um efeito de meu, de pertencimento do artista de rua). Este arremessador é “projetado”, colocado em outro cenário como mostra a figura 2⁵.

A imagem seguinte é uma obra que está presente no *link inside* do *site* de Banksy, figura 2. O *site* de Banksy, no entanto, não faz qualquer referência ao nome da obra ou uma legenda explícita. A caixa de texto do navegador traz a informação (<http://www.banksy.co.uk/indoors/flowerchucker2.html>), talvez indicando um possível nome à imagem. A busca pelos diversos *sites* da *internet* onde circulam os grafites de Banksy, atribuem o nome *Flower Power* à obra, que seria uma adaptação do grafite *Love is in the air* (*Flower Thrower*).

Em um percurso de sentidos, as designações dos nomes da obra de Banksy (*Flower Power/Love is in the air/Flower Thrower*) fazem funcionar aquilo que Indursky (2009, p. 7) chama de “vestígios de uma memória histórica, eles funcionam como um gatilho que pode acionar a memória discursiva para o espectador”.

Podemos dizer que, ao observarmos a pintura de Banksy, fazemos relações com outras imagens vistas em outros lugares. Associamos além das imagens, dizeres que

⁵ A Figura 2: *Flower Power* foi retirada do site de Banksy. Disponível em: <<http://www.banksy.co.uk/indoors/flowerchucker2.html>>. Acesso em: 16 jan. 2013.

também surgem a partir das associações, ou seja, relações parafrásticas.

Assim também, relacionamos a imagem a uma canção produzida durante a ditadura militar brasileira, em uma composição de Geraldo Vandré: *Pra não dizer que não falei de flores*. A canção é uma atitude reativa ao militarismo: “ainda fazem da flor seu mais forte refrão e acreditam nas flores vencendo o canhão.” As imagens que trilham um percurso de sentidos e engatilham memórias “acionam” um movimento na história.

No artigo *O enlace entre o pictórico, o político e o textual*, Indursky (2011, p. 2), apresenta procedimentos de análise do visual a partir da obra **A Câmara Clara**: nota sobre a fotografia, de Roland Barthes. No referido texto, Indursky analisa as definições de *Studium* e *Punctum*, de Barthes:



Figura 2: *Flower Power*, de Banksy

O *studium* inscreve uma foto como testemunho histórico ou político. Já o *punctum* vem quebrar o *studium*. Ele faz parte da cena e de dentro dela atinge o espectador. ‘O *punctum* de uma foto, diz Barthes, é esse acaso que, nela, me punge, (mas também me modifica, me fere)’ (INDURSKY, 2011, p. 2).

Ao pensarmos sobre essas noções, é possível dizer que a obra de Banksy, apresenta características do que Barthes nomeia de *studium*, a partir do momento que a obra é inscrita em um espaço (o virtual) e tempo (o *online*) “precisos”, como um testemunho, através de uma representação, de um momento histórico-político. A partir da obra de Banksy temos uma rede de sentidos sugerida por *Flower Power*.

O nome da obra de Banksy, enquanto *Flower Power*, em uma relação de sentidos, remete a um recorte do discurso político na memória do dizer. *Flower Power* foi um *slogan* utilizado durante os anos 60 e início dos 70 pelo Movimento *Hippie* como símbolo contra a violência, quando da Guerra do Vietnã. Assim, em relação à imagem de Banksy, o *studium* configura-se como um espaço para a reflexão, convocando a pensar a função do grafite e do grafiteiro no espaço urbano. À semelhança do Movimento *Hippie*, o grafite ressoa enquanto reivindicação à liberdade.

O *studium* não acontece somente como a inscrição de uma imagem como testemunho “da história”, mas como uma intervenção feita, pela obra *Flower Power*, principalmente se pensarmos o grafiteiro enquanto figura de resistência a um discurso.

Como exposto, acima, o espaço virtual e o tempo *online* asseguram a possibilidade de pensar a obra *Flower Power* enquanto *studium*, enquanto o histórico que se presentifica através da arte urbana ressignificada no âmbito digital em que a rapidez de sucessão de imagens funciona sempre como algo a ser dito.

No quadro, figura 3⁶, o que está “exposto na pintura” toma espaço no espaço, ao simular um efeito tridimensional, como mostra a sequência discursiva de número 2⁷. Os grafites de Banksy afetam o olhar ao mesmo tempo em que quebram o logicamente estabilizado, os grafites têm um efeito de quebra de sentidos.



Figura 3: Detalhe da obra de Banksy

O grafite rompe com um pré-construído na memória: atirar bombas – atirar flores, ou seja, bater ou atingir alguém com um ramalhete de flores e espalhar o amor no ar num propósito de paz e amor ou não violência: responder com flores.

O movimento de intervenção no espaço é produzido por um recorte que simula o tridimensional, como mostra a figura 3 e, em seguida, a SD2.

⁶ A Figura 3: *Flower Power* foi retirada do site de Banksy. Disponível em: <<http://www.banksy.co.uk/indoors/flowerchucker2.html>>. Acesso em: 16 jan. 2013.

⁷ A sequência discursiva 2: *Flower Power* foi retirada do site de Banksy. Disponível em: <<http://www.banksy.co.uk/indoors/flowerchucker2.html>>. Acesso em: 16 jan. 2013.



SD2: Efeito Tridimensional

Nessa obra vemos, em primeiro plano, três pessoas. Porém, se olharmos mais atentamente, percebemos que a sequência simula o movimento de um corpo, um corpo em movimento. O arremessador de flores ganha vida em conjunto com outros manifestantes, sugerindo um efeito de união pela força. Um movimento que intervém no espaço da pintura, “o trabalho dos sentidos praticando a ligação corpo/espaço/movimento” (ORLANDI, p. 94, 2012).

Percebemos na figura do arremessador de flores, figura 1, um centramento no sujeito, uma vez que este se apresenta descontextualizado, produzindo um efeito de ataque. Há um apagamento do contexto imediato, ou seja, o contexto é silenciado. A figura 2, no entanto, apresenta o arremessador de flores inscrito nas circunstâncias de enunciação, o contexto imediato, e também o contexto sócio-histórico ao “acionar” um gesto de defesa, de resistência. Percebemos que as imagens da SD2, através da definição de *Punctum*, para Barthes, denunciam a posição de Banksy em relação àquilo que é dado a ver, e neste sentido o corpo tem papel importante nessa discursividade. O corpo textualizando o protestar, a performatividade do protesto.

A obra de Banksy, neste entendimento, retoma Pêcheux (2011, p. 35), como “prática política que tem por função transformar as relações sociais, reformulando a demanda social [...] por meio de um discurso” ou nas palavras de Indursky (2011, p. 9), “é o espectador que pode penetrar, acrescentar, desenvolver, expandir o que apenas é iniciado”, em nosso caso, por Banksy. Esse rosto anônimo de Banksy, indecifrável e incógnito, convoca o espectador a “escutar e ver” sua denúncia.

O efeito tridimensional da imagem produz um efeito de vivacidade e ação, do corpo exposto na figura, ao integrar *operator*, *spectrum* e *spectator* no olhar daquele que visualiza a imagem para a produção de sentido, a partir da interlocução de três posições. Para Barthes (2012), em relação aos seus estudos sobre fotografia, o *operator* é o fotógrafo; o *spectrum* é o objeto fotografado e o *spectator* é o espectador da foto. Segundo Barthes (2012, p. 17), “as fotografias são objeto de três práticas ou três intenções ou três emoções: fazer, suportar e olhar”. Podemos remeter o dizer de Barthes ao 3D, para pensarmos a relação entre a produção de sentidos e o grafite, compreendendo as três dimensões que comportam o 3D articuladas, como:

o *operator* (Banksy – grafiteiro) quem produziu o objeto em uma primeira dimensão; o *spectrum* (*Flower Power* – grafite) o que foi produzido em uma segunda dimensão e o *spectator* (o espectador – sujeito que observa, o transeunte que olha o grafite, aquele que navega no *site* de Banksy) enquanto o que produz sentidos, aquele que “aciona” através do *punctum* a terceira dimensão, uma vez que é a profundidade (a inscrição no simbólico), com seu efeito de estereoscópico (aquilo que faz com que a imagem pareça saltar do plano), que possibilita o efeito de emergência do *spectrum* como parte integrante dos espaços virtual e da

cidade com os sentidos que faz despertar naquele que observa.

O efeito tridimensional deixa as imagens “mais reais” dando a ver a possibilidade de inferência que o *spectrum* faz funcionar, o *spectrum* que reclama sentidos. O efeito de emergência que o tridimensional advoga transforma o objeto em sujeito do seu próprio discurso, ou seja, é necessário ir além daquilo que Barthes propõe: fazer, suportar e olhar não bastam, é preciso inferir, interpretar e compreender o que é dado a ver. Voltando ao fato de que o *studium* engendra o histórico em uma obra, *Flower Power*, ao fazer uma menção ao Movimento *Hippie* numa filiação ao discurso político, e, por isso mesmo, encaixa-se no movimento intitulado Contracultura.

Flower Power também se aproxima de outubro de 1967. Nesta ocasião, jovens, em Washington, numa manifestação pacifista contra a Guerra do Vietnã, distribuíram flores aos soldados armados e colocaram flores também no cano de suas armas.

A Contracultura foi um movimento que teve sua origem nos Estados Unidos, na década de 60. Foi uma forma de crítica ao comportamento social e político exigido pelos padrões rígidos da sociedade. Os beatniks foram propulsores desse movimento, sua influência estendeu-se para o Movimento *Hippie*. A cultura *underground* ganhou seu espaço na música através das figuras de Janis Joplin e Jimi Hendrix, sendo simbolizada, também, sob a forma do Festival de *Woodstock*. Influenciou movimentos sócio-políticos como, por exemplo, Maio de 68, na França. Segundo a enciclopédia livre Wikipédia, a Contracultura valorizava: a natureza; a luta pela paz e o fim da repressão; a comunidade, a alimentação natural; a liberdade sexual e amorosa; o anticonsumismo; a valorização da religiosidade

oriental; a crítica a veículos de massa; a forma despojada e livre de expressão artística.

A contracultura tem sua presença marcada através da grafiteagem ao propor o que previa seu começo: encontrar novos espaços de discussão no discurso do cotidiano, como é o caso das ruas, o espaço da cidade, e o espaço digital. Assim, percebe-se o enlace desse movimento no grafite sobre o tripé: flagrantes de um olhar em movimento (ORLANDI, 2004), no cotidiano em que o grafite reage à cidade, em que a cidade não serve apenas de suporte do discurso, mas dá vida ao discurso. A Contracultura aqui, em relação ao grafite, traria o questionamento através dos grafites que tem movimento, que tem um efeito de sentido de crítica, performatividade e mobilização numa intervenção no espaço, desta forma:

É pelo *studium* que o artista faz seu registro histórico, mas é o *punctum* ele que estabelece contato com o espectador, convocando-o a associar-se a sua indignação e, dessa forma, exercer junto com ele e, através dele, um movimento de resistência. E é frente a esse clamor que o espectador não fica indiferente. Esse é o *punctum* que afeta, emociona e fere o espectador. Esse *punctum* funciona como uma janela deixada aberta pelo artista para que o espectador penetre e expanda as ideias imagéticas que já se encontravam na obra, produzindo discursividade (INDURSKY, 2011, p. 07).

Segundo a teoria proposta por Barthes (2012), o *punctum* é da ordem da emoção. Esta é materializada através do contato com o que está sendo visto como mostra a sequência discursiva 3. O que está inscrito nas imagens não tem sua visibilidade “garantida” somente pelo visual, mas pela ideia de movimento que cada grafite carrega. O

“*spectator*” dos grafites entrará em contato com as emoções que essas convocam em relação ao que é visto. É o *punctum* que rompe com a obra de Banksy apenas como uma possível fruição artística. É ele que desregulariza o que está sendo visto meramente como observação de uma pintura forjada por um artista, os grafites ou a obra *Flower Power*. É o *punctum* que ecoa do grafite para o espaço. O *studium* capta o histórico, o *punctum* apela para as discursividades que são produzidas a partir daí na incompletude do visual. São diversos os efeitos que *studium* e *punctum* podem produzir nas materialidades. Por inspiração em Orlandi (2008), retomado por Brasil (2011), elaboramos o quadro abaixo a partir das noções de *studium* e *punctum* a fim de desnaturalizar uma significação já-dada, uma vez que o sentido é sempre em relação a, sujeito a, acarretando um efeito de. A partir do procedimento citado no quadro:

[...] se deduz que há uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo que é a que existe entre o interdiscurso e o intradiscurso ou, em outras palavras, entre a constituição do sentido e sua formulação. Courtine (1984) explicita essa diferença considerando a constituição, o que estamos chamando de interdiscurso, representada como um eixo vertical onde teríamos todos os dizeres já-ditos, e esquecido, em uma estratificação de enunciados que, em seu conjunto representa o dizível. E teríamos o eixo horizontal, o intradiscurso, que seria o eixo da formulação, isto é, aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas (ORLANDI, 2007, p. 32-33).

Barthes	Sujeito a	Efeito de
<i>Studium</i>	Leitura	Historicidade
	Informação	Representação
	Motivação estética	Gostar ou não
<i>Punctum</i>	Exterioridade	Ir além do que é visto
	Visibilidade	Inusitado
	Injunção	Interpretações diversas
	Surpresa	Fazer significar
	Emoção	Filiação ao que é visto

Quadro 1: Noções de *Studium* e *Punctum* de Barthes

Ao relacionar os conceitos de *studium* e *punctum* como “sujeitos a” podemos dar visibilidade a efeitos de sentidos possíveis, pondo em questão aquilo que se produz enquanto evidência ideológica, ou seja, desnaturalizar sentidos. O grafite enquanto *studium* está sujeito à leitura e, portanto, dando a ver um efeito de historicidade estruturante, nos revelando a maneira como a história surge no discurso visual; *studium* sujeito a informação engendra um efeito de representação, não a realidade, mas uma representação da realidade que ali se configura, fruto de uma aproximação gradativa de coisas que se juntam, se fundam e se dissolvem. *Studium* sujeito a motivação estética produz um efeito de aprovação ou desaprovação, de gostar ou não do grafite que é visto.

O grafite enquanto *punctum* abre vazão a pensar o que é exterior ao grafite, daí a importância de serem questionadas as condições de produção que administram sentidos, ou seja, ir além do que é simplesmente visto na imagem, apontando para a recursividade, recortando outras e outras imagens convidadas a fazer significar mais e mais o que é visto apontando para a não saturação, o desdobramento de imagens que se produzem para

compreender outras. O *punctum* sujeito a visibilidade daquele que observa capta o inusitado, a emergência da transposição do objeto para “sujeito” da cidade. Estar “atento” ao *punctum* é sujeitar-se a injunção mostrando que a interpretação é da ordem do diverso. Sujeitar-se ao *punctum* é compreender que o sentido pode ser outro, trazendo a surpresa, o grafite que não desenha apenas, mas produz discurso para que este possa significar. O *punctum* é da ordem da emoção e a emoção traz um efeito de filiação ao discurso, filiação ao que é visto, embarcar na causa que é dada a ver no grafite.

O efeito tridimensional faz com que os grafites ganhem movimento, como mostra a sequência discursiva 3⁸ e encontre significação no espaço como um ponto de ancoragem na urbanidade. A sequência discursiva 3 é composta por dois grafites de Banksy. A primeira imagem da sequência traz a figura de uma empregada impecavelmente vestida. Na legenda no site de Banksy consta: Londres, 2006. A mesma imagem aparece no livro **Guerra e Spray**, 2012. No livro uma legenda sinaliza: 18 minutos, *Chalk Farm*, Londres 2006, indicando a possível área de Londres em que podemos encontrar o grafite e talvez o tempo em que ele foi produzido. Uma empregada parece estar limpando a sujeira da rua da cidade. No entanto o sentido fica em suspenso, uma vez que o pré-construído (esconder a sujeira sob o tapete) desloca-se. A sujeira é colocada no “tapete” que encobre a parede. Esconder a sujeira sob o tapete pode significar mascarar uma realidade acarretando um efeito de sentido de que há

⁸ As imagens da sequência discursiva 3 foram extraídas do site de Banksy. Disponível em: <<http://www.banksy.co.uk/menu.html>>. Acesso em: 16 jan. 2013.

ordem, organização, limpeza. O lado de fora em que está o tapete indica que tudo está aparentemente limpo, mas na possibilidade de suspensão do tapete as sujeiras aparecerão novamente, ou seja, o grafite é o que impede que a sujeira urbana ganhe visibilidade. A parede porta e ao mesmo tempo esconde a sujeira. Que sujeiras seriam estas na limpeza impecável da rua? O grafite de Banksy destoa daquilo que é dito sobre a arte de rua: a degradação das cidades, a desvalorização imobiliária. O grafite da empregada tem um efeito de higienização da – na cidade, de não deterioração estética da cidade, atribui uma “função social”, uma função estética a um elemento inanimado.



SD3: Grafites de Banksy

O segundo grafite da sequência discursiva traz a imagem de um “atleta” praticando na cidade a modalidade salto com vara. O salto com vara é uma modalidade olímpica na qual um atleta procura superar um obstáculo horizontal, colocado a determinada altura, com o auxílio de

uma vara. Na modalidade salto com vara, o atleta é impulsionado para o outro lado, onde seu corpo é aparado por uma superfície de apoio contra um possível acidente.

Na imagem observamos que o grafite, em tons de cinza, por meio de um efeito tridimensional, sugere um efeito de transposição. O grafite do homem, que é desenhado por Banksy, parece “ganhar vida” e desvencilhar-se da parede de concreto, ou seja, “transforma-se” em saltador, com o uso de uma vara, procurando transpor os limites que lhe são impostos: ultrapassar uma cerca de arame farpado para cair em um colchão.

Em relação a esse “saltador”, que o efeito tridimensional faz interagir com a cidade, percebemos um deslizamento de sentido pelo *efeito metafórico* produzido por uma substituição. Segundo Pêcheux (2010), *efeito metafórico* é um *efeito semântico* que se produz numa substituição contextual, o que acontece então é um deslizamento de sentido entre x e y . A distância é constitutiva tanto do sentido que é produzido por x como por y . Como sabemos, em análise de discurso a metáfora não funciona como comparação ou substituição. A metáfora em análise de discurso funciona como transferência que se produz num processo intermitente entre deslizamentos de sentidos:

Como esse efeito é característico das línguas naturais, por oposição aos códigos e às línguas artificiais, podemos considerar que não há sentido sem essa possibilidade de deslize, e, pois, sem interpretação. O que nos leva a colocar a interpretação como constitutiva da própria língua (natural). (ORLANDI, 2007, p. 80)

Em **A Língua Inatingível** (2004), Pêcheux e Gadet elaboram um capítulo chamado A Metáfora Também

Merece Que Se Lute Por Ela. Pêcheux (1988) estabelece que o sentido se dá na relação que ele mantém com outras palavras, outra expressão.

Percebemos na imagem que o efeito tridimensional em relação ao “objetivo do grafite do saltador” é transpor a distância através da altura com o uso da vara, pois é a distância que separa o grafite do espaço urbano.

Percebemos na sequência discursiva 3 um efeito de prisma dos grafites. Em “A Ideologia e o Prisma”, texto que integra a obra **Para Uma Enciclopédia da Cidade** (2003), Eni Orlandi nos convida a pensar o texto não em sua linearidade, mas como um prisma em movimento:

Que o leitor possa ir construindo, fazendo os sentidos evadirem em qualquer ponto ou direção. Formulações divergentes no mesmo espaço de significação. Que não se excluem. Juntam-se ou se dispersam. A seu gosto. (ORLANDI, 2003, p. 25)

Essa compreensão polissêmica estende-se também para o visual. As direções multifocalizadas prendem-se em discursividades anteriores na produção de seus sentidos. Dessa forma, o interdiscurso ativa efeitos de sentido para que o visual seja significado enquanto discurso, onde o visual integra o interdiscurso, mostrando a historicidade do sentido. O visual, a exemplo do verbal, funciona com um caráter fortemente ideológico, como diz Orlandi (idem).

Orlandi (2003) acentua que prismas são diferentes faces triangulando termos com definições que permitem observar a passagem do imaginário ao real (grafite a saltador – parede para espaço). Através dessas faces, sentidos tomam distintas associações.

Assim, o prisma considera um modo de ver e considerar as “coisas”. Mais do que um simples ponto de vista, mas uma posição-sujeito constituída. Daí a possibilidade de, através do efeito prisma, produzir significações a respeito dos grafites de Banksy e identificar sua obra enquanto “instrumento de resistência” que ocupa a cidade.

O efeito prisma em relação às obras de Banksy, em relação àquele que passa e olha, funciona como algo que aciona os mais diversos efeitos: transgressão, resistência, estetização, contestação, ocupação, intervenção, transposição.

Conclusão

Analisar o discurso visual é mobilizar dispositivos teóricos e analíticos que procurem aliar o que é visto ao como é visto e compreender seus mais diversos funcionamentos. Analisar as materialidades significantes que circulam pela cidade é dar vazão a um olhar de descoberta sobre o urbano, sobre a urbanidade. A partir dos dispositivos teóricos *studium*, *punctum* e prisma, entre outros, foi possível compreender os meandros que colocam o grafite enquanto uma arte que desperta os mais diversos efeitos, para a análise de discurso aqui exposta, em relação ao efeito de sentido que uma materialidade suscita, pouco valem os dados. O entendimento, a compreensão da produção de sentidos é que são considerados para efeito de análise. Os efeitos de sentido a partir de *studium* e *punctum* dão visibilidade aos preceitos que uma arte de rua faz circular no âmbito da cidade, bem como da internet em que a visibilidade é uma forma de apropriação de discursos.

Referências

BANKSY. **Banksy**. Disponível em: <www.banksy.co.uk>. Acesso em: 16 jan. 2013.

BANKSY. **Guerra e Spray**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2012.

BARTHES, Roland. **A câmera clara: nota sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

BRASIL, Luciana Leão. **O Interdiscurso no processo de significação em Nhá Chica - A pérola de Baependi**. 2011. 106 f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, 2011.

INDURSKY, Freda. O enlace entre o pictórico, o político e o textual. In: Encontro de Estudos da Linguagem. 15 a 17, 2011, Pouso Alegre. Anais do Enelin 2011. Pouso Alegre, 2011. p. 1-10. Disponível em: www.cienciasdalinguagem.net/enelin. Acesso em: 15 fev. 2013.

ORLANDI, Eni P. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

_____. **Para uma Enciclopédia da Cidade**. Campinas: Pontes, 2003.

_____. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2007.

_____. **Terra à Vista**. Campinas: Pontes, 2008.

_____. **Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia**. Campinas: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel. (Thomas Herbert). Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da Psicologia Social. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Campinas: Pontes, 2011. p. 21-54.

_____. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F; HAK, T. (Orgs.) **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Unicamp, 2010.

_____. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, n.19, p. 7-24, jul./dez. 1990

_____. **Semântica e discurso**. Campinas, Pontes, 1988.

_____. **Analyse Automatique du Discours**. Paris: Dunod, 1969.

PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise. **A língua inatingível**. Campinas: Pontes, 2004.

WIKIPEDIA. **Banksy**. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Banksy>>. Acesso em: 26 fev. 2013.

WIKIPEDIA. **Contracultura**. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Contracultura>>. Acesso em: 26 fev. 2013.

“Defender”: no social e no político

Rogério Luid Modesto

1. Falar às multidões

Em seu texto “Foi ‘propaganda’ mesmo que você disse?”¹, Michel Pêcheux apresenta uma reflexão acerca dos procedimentos históricos que possibilitaram a apropriação da propaganda como um instrumento político. Ressaltando o contexto do aparecimento do termo *guerra ideológica*, Pêcheux pontua o modo pelo qual a burguesia multinacional desenvolve variadas operações midiáticas de massa a fim de instituir uma *contra-propaganda* que vá de encontro à qualquer forma de resistência oposta à política burguesa. É assim que o teórico vai entender a propaganda não mais como um negócio militar – tal como, seguindo os exemplos do próprio Pêcheux, se podia perceber desde Napoleão – mas como uma preocupação de primeiro *status* em um Estado capitalista. E, nesse sentido, sendo um elemento importante, a propaganda tem seus métodos aperfeiçoados, tornando-se “evidentemente, um negócio de *psicologia*.” (PÊCHEUX, 2011, p. 74), já que seu fazer tem a ver com imagens, palavras, sentimentos, ideias, gestos etc.

Decorre daí o fato de que, sendo a propaganda uma questão de (para a) psicologia, ela poderia/deveria atender a fins pedagógicos – o de “revelar a verdade”, por exemplo – e, como tal, far-se-ia necessário saber comunicar, entender o que as pessoas pensam e sentem, atingir o alvo desejado...

¹ Originalmente, “Vous avez bien dit propagande?”, texto de 1979. Aqui, referimo-nos à tradução para o português, publicada em 2011.

em síntese: especializar-se em propaganda, tendo a psicologia como base científica. A figura de Serguei Tchakhotin, microbiologista russo e ativista político que veio a se tornar um dos principais teóricos da psicologia de massa do século vinte, é tomada por Pêcheux como a representação do especialista incompreendido que não cansa de bater a tecla de que só se pode fazer propaganda eficazmente adotando métodos e técnicas que contemplem o terreno psicológico. Após apresentar o percurso empreendido pelo microbiologista para instituir uma voz especializada, Pêcheux esclarece:

Se tracei assim o itinerário de Tchakhotin é porque ele é exemplar em sua obstinação ao mesmo tempo política e científica. É também porque a bio-psicologia da propaganda que ele progressivamente formulou, pretendendo unir Taylor, Pavlov... e Freud, continua a frequentar as preocupações políticas de nosso tempo: a ideia de que o homem é um “animal influenciável” de uma grande plasticidade se impõe como uma *evidência* do século XX, e numerosos são hoje aqueles que, de diversos horizontes, retomariam essas palavras terríveis de Tchakhotin [...] (PÊCHEUX, 2011, p. 77).

Esta *evidência* de nosso tempo a qual postula o homem como um ser que se pode influenciar (sendo a propaganda um forte instrumento para isso) instala-se, para Pêcheux, no seio de uma reflexão teórico-política que se sustenta em basicamente três teses. A primeira diz respeito ao fato de que o homem é movido por pulsões de ordens argumentativas e emocionais. A segunda refere-se a fato de que tais pulsões, uma vez conhecidas pela ciência moderna, podem ser manipuladas. E a terceira, por seu turno, ancora-se no postulado de que, por uma “campanha de

propaganda” que se dá pela manipulação das pulsões acima apresentadas, seria possível decidir o destino de milhões de pessoas (cf. PÊCHEUX, 2011, p. 78-79).

Contrário a este psicologismo, Pêcheux desloca a reflexão sobre a propaganda do campo do debate cognitivo e afetivo, no qual as teses acima apresentadas estão sustentadas, para propor uma história política da propaganda no desenvolvimento do capitalismo. Nesse sentido, partindo do modo como o capitalismo desenvolveu-se por duas vias (a americana e a prussiana²), o teórico mostra que “*as condições de exercício das propagandas políticas*” (PÊCHEUX, 2011, p. 82) formaram-se, entre confluências e contradições, neste duplo espaço de desenvolvimento capitalista e tendo por base estratégias tais como emprestar, tomar a palavra, desviar, virar, desnaturalizar as bases do adversário de classe. O autor ainda mostra que, de um lado, a propaganda liberal burguesa tinha como base de sustentação a Declaração dos Direitos dos Homens e o Sujeito de Direito; e de outro, o movimento operário praticamente ratifica tal juridismo e desenvolve uma propaganda preocupada em educar, instruir, “desalienar”, isto é, fazer acontecer a *tomada de consciência*.

² Segundo Fiori (2006) as vias de desenvolvimento do capitalismo já foram explicadas de diferentes modos, em diferentes contextos históricos, de modo a não se fechar uma definição única especificada. Ao tratar essas duas vias do desenvolvimento capitalista, Pêcheux está se referindo a modo como o produtor torna-se progressivamente comerciante capitalista (via americana) e à transformação lenta do sistema feudal em sistema capitalista (via prussiana). Ainda segundo Pêcheux (2011, p. 82): “a história dos séculos XIX e XX condensa assim admiravelmente esta luta entre as duas vias do capitalismo e recapitula ao mesmo tempo as diversas condições da luta do movimento operário face ao desenvolvimento capitalista”.

A preocupação de Pêcheux é justamente mostrar como, no desenvolvimento e consolidação do capitalismo, por diversos modos, as formas de fazer propaganda do movimento operário e da burguesia, ainda que tenham inicialmente formas e objetivos diferentes (e até antagônicos), vão se remetendo e se confundindo. A questão central é a forma como o assujeitamento ideológico do capitalismo vai se instituindo e construindo determinadas evidências, dentre as quais a do *sujeito individuado* (ORLANDI, 2012), possibilitando a construção de um sujeito bio-psico-social a-histórico, de tal modo que, a propaganda – pelos performativos, interpelação do sujeito por seu próprio narcisismo, universalizações/individualizações que se iam construindo pelo emprego de *todo, cada um e ninguém*, isto é, a “língua de Estado” (PÊCHEUX, 2011, p. 86) que mascara a existência de classes, trabalha evacuando as contradições e instituindo uma prática de silêncio/silenciamento – se tornasse um instrumento político de ordem psicológica facilmente manipulável. Em síntese, Pêcheux mostra que a concepção instrumentalizada da propaganda não se fundamenta no fato de que o homem é “um ser influenciável”: trata-se, antes de qualquer aspecto, de uma questão político-ideológica que diz respeito à forma como se dá a interpelação do sujeito.

2. Os movimentos do movimento em contraponto

No empreendimento do gesto analítico que propomos neste texto, a reflexão feita por Pêcheux é fundamental. A partir dela, nos é possível compreender as tensões, mas também as confluências que se estabelecem nos materiais de análise sobre os quais pretendemos nos debruçar. Em nossa análise, tomamos um recorte do

discurso de um movimento social urbano e um *slogan* de uma propaganda de campanha política para compreender como os sentidos relacionados ao ato de *defender* estão sendo formulados. Este contraponto nos permitiu perceber que, como sugere Pêcheux (2011), a evidência da propaganda – construída tendo por base a difusão da *informação* política, bem como o apagamento das diferenças no que tange ao social – se impõe aos *discursos que se dirigem à “sociedade”*, mesmo que estes sejam de ordens diferentes (opostas, inclusive), justamente porque tais discursos estão sustentados no mesmo pré-construído da cidadania e do sujeito de direito.

Isso posto, tomamos como material analítico os “Objetivos Pontuais do Movimento Desocupa” em contraponto com o *slogan* do prefeito eleito da cidade Salvador, Bahia, Antônio Carlos Magalhães Neto. Compartilhando do mesmo espaço urbano, a questão da *defesa* se apresenta como ponto crucial para ambas discursividades.

O Movimento Desocupa é um movimento social urbano da capital soteropolitana que está constituído, como qualquer outro cuja discursividade represente uma “forma de onipotência no domínio do social” (ORLANDI, 2012, p. 213), a partir da evidência de que pela organização social é possível ser agente de mudança. O movimento em questão se insere no contexto de produção dos movimentos sociais e populares contemporâneos, tais como *Ocupy*, *Anonymous*, dentre outros os quais se valem das redes sociais como instrumentos importantes de comunicação e articulação, e que, por isso, se constituem de forma pulverizada não apresentando, muitas vezes, uma figura centralizadora. Tais características nos permitem dizer que o Movimento

Desocupa pode representar um tipo de *cyber*-ativismo que não se resume ao espaço virtual, mas não o dispensa.

O nome do movimento tem relação com os seus primeiros objetivos. Inicialmente, o movimento intentava duas *desocupações*: uma que diz respeito ao uso de praças públicas da cidade de Salvador por organizações privadas e outra que diz respeito ao desejo de ver o então prefeito, João Henrique de Barradas Carneiro, fora da prefeitura da cidade. Um de seus focos de atuação está centrado no que o movimento denomina democratização dos espaços públicos, pois tal movimento questiona licitações e autorizações que alguns segmentos privados receberam dando-lhes liberdade para utilizar determinados espaços da cidade. Outra de suas causas amplamente defendida³ é a reavaliação da nova Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo Urbano (LOUOS) e do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano focado na Copa do Mundo de 2014 (PDDU da Copa), pois, no caso da LOUOS, considera-se que a nova lei, dentre outros fatores, privilegia o setor hoteleiro em detrimento da preservação de praias e demais pontos turísticos, e, no caso do PDDU da Copa, considera-se que um plano de desenvolvimento urbano não deve ser discutido e aprovado apenas em virtude de um evento.

O sociólogo Boaventura de Sousa Santos se vale dos teóricos Dalton e Kuechler para apresentar uma definição de movimento social: “setor significativo da população que desenvolve e define interesses incompatíveis com a ordem social e política existente e que os persegue por vias não institucionalizadas” (SANTOS, 1994, p. 221). Os movimentos sociais de cunho urbano, de modo mais

³ Disponível em: <<http://movimentodesocupa.wordpress.com/>>. Acesso em: 01 fev. 2012

específico, seriam, também no campo das Ciências Sociais, aqueles que “atuam sobre uma problemática urbana relacionada ao uso do solo, com apropriação e a distribuição da terra urbana e dos equipamentos coletivos” (SANTOS, 2008, p.11), relacionando sua reivindicação ao “direito à cidade e ao exercício da cidadania” (SANTOS, 2008, p. 11) e que têm na noção de “problemas urbanos” (TOPALOV, 1996, p. 23) uma espécie de fundamentação para construir sua mobilização.

O Movimento Desocupa significa a cidade e os próprios sujeitos citadinos a partir do pressuposto de que problemas urbanos existem e do fato de que a sociedade civil precisa estar organizada para reivindicar a resolução desses problemas. Tal movimento social, nesse sentido, inserido nessa discursividade própria dos movimentos sociais, tem a cidade de Salvador como lugar e motivo de luta, imprimindo um caráter de resistência às causas pelas quais se movimenta. Numa abordagem discursiva, é importante questionar o lugar de oposição reservado aos movimentos sociais, tal como na definição sociológica que salienta os “interesses incompatíveis” como característica dos movimentos. Desse modo, perguntamos pela contradição, uma vez que, como nos mostrou Pêcheux (2011) no texto pelo qual começamos nossa reflexão, a luta de classes não é simétrica, embora se apresente como tal.

Se com Pêcheux (1990) aprendemos que “não há ritual sem falha”, com Orlandi (2012) percebemos que o Estado em sua função de articulador simbólico *funciona* pela falha a qual pode ser traduzida como *falta*, e, desse modo:

[...] a segregação como forma de relação e a falha do Estado em sua função de articulador simbólico-político têm possibilitado condições de produção específicas que

produzem, nos furos da ideologia, também formas de resistência que têm sua materialidade, sua historicidade de tal modo que não podemos pensá-las apartadas dessas condições que as produzem. (ORLANDI, 2012, p. 233).

Podemos dizer então que, de certo modo, o lugar do movimento social já está dado na falha da estrutura. A *falha* do Estado que nesse caso é *falta* é o espaço de instituição dos movimentos, ONGs, levantes etc. Em outras palavras, não é o movimento que, de fora (ou no alhures como pontua Lagazzi-Rodrigues (1998)), constrói um lugar de oposição para si: ao contrário, o lugar do movimento, lugar aberto pela falta-falha do Estado, é um lugar previsto – faz-se oposição de onde se espera que a oposição aconteça. Não significa, no entanto, que não haja resistência: significa apenas que ela não acontece de fora do processo.

3. Movimentar e defender!

A partir dessas condições de produção, podemos entrar no nosso primeiro material de análise, correspondente à sequência discursiva (SD) abaixo. Como dissemos, tratam-se dos “Objetivos pontuais do Movimento Desocupa”⁴. O material está disponível no site do movimento e circula na internet como uma forma de apresentação e propaganda do Desocupa. A SD ratifica a evidência da propaganda como informação política, uma vez que se inscreve no que, nos termos de Pêcheux, podemos chamar de “prática militante de luta ideológica” (PÊCHEUX, 2011, p. 74).

⁴ Disponível em: <<http://movimentodesocupa.wordpress.com/como-ajudar/>>. Acesso em: 01 fev. 2012

SD1:

OBJETIVOS PONTUAIS DO MOVIMENTO DESOCUPA:

(1) Mobilizar os diversos setores da sociedade para o **enfrentamento** dos problemas da cidade e proposição de soluções;

(2) **Defesa** dos espaços públicos da cidade, **enfrentando** todas as tentativas de privatização, crimes contra o meio ambiente, etc;

(3) Qualificar o debate sobre a cidade, promovendo Fóruns de discussão sobre temas importantes: mobilidade, habitação, educação, saúde, cultura, meio ambiente, etc;

(4) Pautar, apoiar e cobrar a atuação de órgãos de fiscalização e controle, como o Ministério Público e a Defensoria Pública;

(5) **Defender** os direitos assegurados no Estatuto das Cidades;

(6) **Lutar** contra o subjugo que o poder econômico impõe ao poder político;

Destes “objetivos pontuais”, queremos nos deter nos objetivos (1), (2), (5) e (6). Pela análise destes objetivos, podemos focalizar tanto os sentidos de *defesa/defender* quanto os de *enfretamento* e *luta* os quais, para nós, reescrevem os sentidos de defesa. Todos esses termos, por sua vez, dão indícios do modo pelo qual os movimentos significam a resistência.

De início, é interessante chamar atenção para a forma técnica do texto: trata-se da delimitação de objetivos, fato que remete a uma discursividade administrativa, organizadora, tendo em vista que a formulação de objetivos, em geral, compõe a construção de um projeto ou plano de trabalho. Diante da posição do movimento em se afirmar como não possuidor de uma estrutura fixa hierárquica, cabe-nos perguntar: como foi possível a estruturação de tais objetivos *pontuais*? Ou ainda, como se estabeleceu um fechamento de causas – *qualificar* debate; *apoiar*, *pautar* e *cobrar* órgãos públicos etc. – as quais prescindem de um conhecimento técnico-profissional que pode não abarcar a diferença que se imagina num olhar horizontal das classes ou organizações? Essas questões que parecem por em xeque o discurso de que o movimento prefere uma estrutura horizontalizada em detrimento de uma organização verticalizada apenas evidenciam a contradição que se estabelece entre o enaltecimento de uma imagem idealizada de liberdade⁵ (na qual fazer parte de um movimento representa um gesto de rebeldia, ou que o movimento é um ajuntamento de pessoas críticas que não precisam de uma estrutura que regule sua atuação) e a evidência da *sociedade civil organizada* que se sustenta no pré-construído dos direitos e deveres, da injunção à organização, da valorização

⁵ Nesse aspecto, é interessante chamar atenção para o processo de designificação do sentido de *liberdade*, pontuado por Orlandi (2010). A autora aponta o modo como os sentidos concretos e explosivos de *liberdade* ligados à revolução social e cultural na década de 60 foram violentamente interditados pelas instituições e pelo poder vigente que domesticaram tais sentidos até que *liberdade* tornasse-se algo genérico e sem determinações mais concretas. Este movimento do sentido indicamos a possibilidade do imaginário de *liberdade* remeter concomitantemente tanto a uma ideia de revolução quanto a uma ideia de consenso ou síntese.

das leis, da necessidade da ordem. Em outras palavras, se, por um lado, o movimento afirma se organizar pela demanda ou causa que lhe é apresentada e não por uma hierarquia, por outro, a evidência da organização como necessidade produz a injunção à administração que se revela em formas textuais específicas tais como objetivos pontuais, pautas prévias, entre outras. É assim, então, que a contradição entre uma memória de rebeldia relacionada aos movimentos sociais e o pré-construído da organização – que, neste caso, toma forma num texto que documenta e institui objetivos pontuais – se faz presente sustentando a possibilidade do dizer deste movimento.

Nesse sentido, embora *defesa/defender*, *enfrentamento* e *luta* possam remeter ao imaginário de militância revolucionária e oposição que circula no já-dito sobre os movimentos sociais, tais termos têm seus sentidos determinados também pelo imaginário da organização, da administração política. Outra determinação que se estabelece nos efeitos de sentido dos termos em questão diz respeito à injunção do discurso jurídico. Note-se, nesse contexto, que *defender*, em (5) mais especificamente, diz respeito à preservação de uma peça jurídica: o Estatuto das Cidades. Mais uma vez, remetemo-nos à contradição que se estabelece aí: se *defender* e *lutar* são termos que podem remeter a uma memória específica de enfrentamento, mudança, rebeldia e deslocamento referente aos movimentos sociais, tais termos também remetem à manutenção, preservação, organização jurídico-administrativa, estabilização do já posto da forma-sujeito de direito a qual, por sua vez, também sustenta a posição ou estrutura de poder que o movimento pretende antagonizar.

Não se trata de invalidar o discurso do movimento ou dizer que tal discurso não se sustenta porque é “contraditório”.

Não estamos tratando a contradição como no senso-comum. A contradição em nossa perspectiva discursiva é uma marca das discursividades em qualquer formação social. Assim, o que queremos mostrar é que do mesmo modo que o discurso do Desocupa se sustenta na memória da liberdade-rebeldia dos movimentos sociais, em que há uma espécie de repúdio às formas controladoras e estruturas políticas de poder, ele também está sustentado nos modos de produção do político e do jurídico de nosso tempo. Em outras palavras, uma prática de resistência não acontece de fora da estrutura (de fora do ritual), ao contrário, pois, como sugere Pêcheux (1990): “as ideologias dominadas se formam *sob* a dominação ideológica e *contra* elas, e não em um ‘outro mundo’, anterior, exterior ou independente” (PÊCHEUX, 1990, p. 16).

Contudo, é importante ressaltar que mesmo que a contradição esteja funcionando no discurso do movimento em questão, a evidência que se estabelece é a da *oposição*. E, assim, é importante construir um “contra quem”, neste discurso de defesa, se deve lutar. O Movimento Desocupa, desse modo, não deixa brechas/elipses (que poderiam ser possíveis, já que, normativamente, o verbo defender é um transitivo direto). Assim, tal como podemos retomar nos enunciados do Desocupa, pretende-se defender *os espaços públicos da cidade pelo enfrentamento de todas as tentativas de privatização, crimes contra o meio ambiente, problemas da cidade* etc. Vemos nessas formulações, as condições de produção do movimento Desocupa sendo discursivizadas: a autonomia do sujeito cidadão, a evidência da realidade dos problemas urbanos que sustenta o discurso dos movimentos, o primado do discurso ambiental de tal modo que o que é “não-ambiental” é sintetizado em crime, etc. Marca-se uma posição. Elege-se um “contra quem”. Instaura-se a oposição e o antagonismo.

Dito diferentemente, se é necessário, *defender, lutar, enfrentar* os problemas é, certamente, porque há um perigo iminente, um inimigo contra o qual se deve lutar, fazer oposição. Em (1), (2) e em (6) enuncia-se um enfrentamento dos *problemas da cidade* e de *todas as tentativas de privatização e crimes contra o meio ambiente*, bem como uma luta contra o *subjugado que o poder econômico impõe ao poder político*. Tais SD sinalizam não só para a legitimidade do movimento (e de suas questões), mas também para um silenciamento do Estado. Num primeiro plano, não se busca uma legitimidade para o movimento: já se parte dessa legitimidade como um pré-construído. O movimento, dessa forma, é pertinente e legítimo porque representa a sociedade civil organizada. Trata-se, então, do discurso da cidadania, do cidadão consciente, do *sujeito de direito*, extremamente valorizado na formação social capitalista, de tal modo que os sentidos se apresentam como saturados: não se questiona o porquê de um movimento se colocar como “defensor” da cidade que luta (tem o poder de lutar) contra o capital privado (representado no texto por *privatizações e poder econômico*). Funcionando em paralelo a isto, há um apagamento da função articuladora do Estado o qual, em nossa formação social, teria, de direito, o papel de defensor da coisa pública. O apagamento do Estado funciona respaldado nos imaginários da corrupção e do descaso governamental que são sintomas da falha pontuada por Orlandi (2012).

4. Promessa? Não! Compromisso com o “cidadão”

Se, de um lado *defender* no discurso do movimento social se constrói na evidencia da oposição e, por isso, elege um inimigo contra o qual se luta, no discurso político, há

um apagamento deste personagem a que se faz oposição. A propaganda política em questão não escapa à formatação capitalista que a faz instrumento de interpelação através de formas que individualizam o sujeito (cf. PÊCHEUX, 2011). São por essas considerações que entramos no nosso segundo material de análise, representado na SD2, pelo qual fazemos um contraponto entre os sentidos de *defender* na propaganda do (movimento) social e no (discurso) político. A SD é o slogan político do prefeito eleito da cidade de Salvador, capital baiana, Antônio Carlos Magalhães Neto.

SD2:

É hora de **defender** Salvador!

Tal como pontuamos, ao contrário da discursividade estabelecida no movimento social, há aqui a ausência da especificação do objeto do qual se pretende defender a cidade. Desse modo, algumas perguntas se impõem: é hora de defender Salvador de quê? De quem? Ou: contra quem se luta neste gesto de defesa? Por que se defende a cidade?⁶

De início, trazemos para nossa reflexão as considerações de Orlandi (2007) para quem o silêncio é o real do sentido. Com esta consideração, Orlandi nos chama

⁶ Seguindo esta regularidade de nunca especificar *do que* é preciso defender algo, podemos encontrar no site do agora prefeito de Salvador (www.acmneto.com.br/compromissos/) as seguintes formulações apresentadas como títulos das propostas deste político para os diversos setores da sociedade: “É hora de defender... Uma gestão mais próxima das pessoas/A paz/A mobilidade urbana/A saúde/As finanças públicas/A educação/Os serviços municipais/As ações sociais/O meio ambiente/As mulheres/Os animais/A cultura/O desenvolvimento de toda a cidade”. Disponível em: <www.acmneto.com.br/compromissos/>. Acesso em: 01 nov. 2012

atenção para o fato de que no silêncio há sentido e, dessa forma, o funcionamento discursivo leva em conta o silêncio e seus efeitos. Mesmo que não estejam sendo especificados o *porquê* e o *de que* defender Salvador, o silêncio, em sua filiação no interdiscurso, faz com que este enunciado se torne plenamente preche de sentido. Podemos pensar a elipse aí encontrada como o lugar do possível, da abertura, da não determinação ou da homogeneidade. Em outras palavras, é pela ausência de um objeto/pessoa contra quem se deve lutar que a amplitude da luta é garantida, porque tal luta/defesa se apresenta como ponto de ancoragem para a identificação de qualquer sujeito soteropolitano.

Do mesmo modo que Orlandi (2007) nos ensina que o silêncio é o real do sentido, tal estudiosa também nos mostra que as determinações são recortes do interdiscurso. Assim, apontar o objeto contra o qual se luta, isto é, desfazer a elipse pela afirmação de um “defender Salvador *de...*” significa recortar o interdiscurso, remetendo o dizer a uma (ou várias) formação(ões) discursiva(s). Dito diferentemente, cada preenchimento deste lugar vazio significaria o direcionamento deste discurso a um *efeito-leitor* específico. É o que se pode perceber com as paráfrases:

- É hora de defender Salvador *da especulação imobiliária*;
- É hora de defender Salvador *dos que são contra o setor da construção civil o qual faz crescer a cidade*.
- É hora de defender Salvador *dos maus políticos*;
- É hora de defender Salvador *dos maus cidadãos*;
- É hora de defender Salvador *dos empresários*.

Como dissemos, é por que há aí um silenciamento que a memória pode funcionar para que o leitor desse *slogan* possa atribuir sentido a ele. É, assim, que, tal texto possibilita tanto uma remissão à discursividade do movimento social aqui analisado, quanto, inevitavelmente, à memória da figura de Antônio Carlos Magalhães (o avô) e do conhecido *carlismo*⁷ baiano. No que se refere a essa segunda remissão, o imaginário de uma política que se faz pela pessoalização – isto é, apagamento das determinações políticas pela valorização de figuras que possam representar um símbolo – funciona nesta enunciação de modo que a figura forte do político (ou coronel) que dizia amar a Bahia se emaranha aos sentidos de *defender*. Defender seria não só “melhorar” Salvador, mas, sobretudo, eleger uma figura forte que cuida com mão de ferro “do que é seu”. A própria expressão *é hora* aponta para o retorno ao poder, à restituição de algo perdido, à tomada de decisão/posição etc.

O *slogan* em questão é formulado de uma posição-sujeito que permite a universalização dos sentidos. Além disso, o ato de defender é constituído e apresentado como um compromisso para com um efeito-leitor específico: o cidadão. E tal efeito-leitor também funciona pela universalização. Mais uma vez, o funcionamento da

⁷ O *carlismo* do qual estamos falando não é o mesmo ao que se refere ao movimento político antiliberal da Espanha do século XIX. Estamos nos referindo ao que Dantas Neto (2003, p. 213) chama de “grupo político sob o comando de Antônio Carlos Magalhães” ou, em termos mais precisos, “instituição da política baiana e nacional, parte constitutiva e constituinte de uma situação política que, sem reivindicarse singular, é um arranjo regionalmente peculiar de elementos presentes na política brasileira do último meio século e, ao mesmo tempo, a projeção nacional dessa “síntese” política regional realizada em contexto político autoritário e de fraca polarização ideológica.” (DANTAS NETO, 2003, p. 214).

propaganda pelo apagamento da diferença, tal como aponto Pêcheux (2011), pode ser contemplado nesta SD, uma vez que o alcance do político se dá no plano da homogeneização. Pelas formações imaginárias, percebe-se que o enunciado em questão é formulado de forma a circular amplamente, justamente porque seu leitor imaginado são todos os sujeitos que se identifiquem com a posição do sujeito-cidadão, que valoriza seus direitos e deveres, bem como compreende a *necessidade* de se fazer algo ou, em síntese, querem defender Salvador de algo que represente, de sua posição, um incômodo.

Aliás, há de se ressaltar que ambas as discursividades aqui analisadas têm como efeito-leitor este sujeito-cidadão/consciente, pois, tal como pontuou Pêcheux (2011), foi este o sujeito construído com o desenvolvimento do modo de produção capitalista. A evidência de que *é possível fazer alguma coisa* e que *se deve fazer alguma coisa* está na base da interpelação ideológica e individuação do sujeito (cf. ORLANDI, 2012).

O interessante, nesse sentido, é perceber que estas discursividades se remetem, mesmo que se apresentem com formas e objetivos iniciais diferentes. Se, por um lado, o modo de fazer propaganda dos movimentos sociais deixa de ser exclusivamente “fazer discursos e imprimir folhetos que ninguém lê” (PÊCHEUX, 2011, p. 76), para adentrar no ciberespaço e se assemelhar ainda mais com as *formas* de propaganda e organização política; por outro, os *conteúdos* das propagandas políticas se aproximam daqueles que são tematizados no âmbito dos movimentos sociais. Esse último aspecto pode ser relacionado ao modo como a burguesia se apropriou da forma de fazer do operariado, tal como nos mostra Pêcheux (2011, p. 84):

Fascinados, os burgueses europeus descobriram assim a necessidade urgente de organizar seu próprio “trabalho de massa” e de desenvolver um populismo de tipo novo, virando ao contrário as práticas do movimento operário, em seu próprio terreno, tirando partido das contradições veiculadas por essas práticas.

É nesse sentido que pensamos a relação dos sentidos de defender no (movimento) social e no (discurso) político: uma relação imaginariamente oposta, sobretudo pelo objetivo de o movimento querer instituir uma oposição ao poder político, mas efetivamente imbricada, porque a contradição faz possível o *um-no-outro*.

5. Produzindo efeitos

Louis Althusser pontua o fato de que “o passado sobrevive sob a forma da lembrança do que foi, isto é, da promessa murmurada do seu presente. Daí porque jamais o passado é opaco nem obstáculo. Ele é sempre digestível, porque digerido de antemão” (ALTHUSSER, 1967, p. 101). Por esse pensamento, podemos compreender os retornos de sentidos (mesmo que num tipo de retorno deslocado) que ainda hoje mobilizam as diversas discursividades que circulam em nossa formação social. A ideia esvaziada de liberdade paira como uma nuvem sobre nossas cabeças e podemos dizer que ela sustenta as possibilidades e efeitos de sentido que as formulações de *defender* aqui analisadas demonstram.

Entre o social e o político, os sentidos de *defender* vão se formulando e circulando por contradições e evidências. A indistinção das classes, o apagamento das diferenças e a construção de uma universalização ajudam a construir uma

imagem de homem alienado a quem se deve instruir (ou influenciar). E quando, neste gesto, a propaganda se torna um instrumento que contribui com a produção do esquecimento de que a luta de classes não é simétrica e que as oposições só funcionam imaginariamente, podemos nos juntar a Michel Pêcheux e dizer que “a arte de anestesiá-las resistências, de absorver as revoltas no consenso e fazer abortar as revoluções fez certamente grandes progressos” (PÊCHEUX, 2011, p. 92).

Referências

ALTHUSSER, L. Contradição e sobredeterminação. In: _____. **Análise crítica da teoria marxista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. p. 75-113.

DANTAS NETO, P. F. “Surf” nas ondas do tempo: do carlismo histórico ao carlismo pós-carlista. In: **Caderno CRH**. n 39, Salvador: UFBA, 2003, p. 213-255.

FIORI, J. L. O capitalismo e suas vias de desenvolvimento. 2006. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-antiores/entrevista-o-capitalismo-e-suas-vias-de-des>>. Acesso em: 12 nov. 2012

LAGAZZI-RODRIGUES, S. M. **A discussão do sujeito no movimento do discurso**. 1998. 98 f. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas - Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 1998.

ORLANDI, E. **As formas do silêncio**: nos movimentos dos sentidos. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. Maio de 68: os silêncios da memória. In: ACHARD, P. **O papel da memória**. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2010. p. 59-71.

ORLANDI, E. **Discurso em análise**: sujeito, sentido e ideologia. Campinas: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. In: **Caderno de estudos lingüísticos**, n 19, Campinas: Unicamp, 1990, p. 07-24.

PÊCHEUX, M. Foi “propaganda” mesmo que você disse? In: ORLANDI, E. (Org.). **Análise de discurso**: Michel Pêcheux – textos escolhidos por Eni Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 2011. p. 73-92

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. Porto: Afrontamento, 1994.

SANTOS, R. B. **Movimentos sociais urbanos**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

TOPALOV, C. Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX. In: PECHMAN, R; RIBEIRO, L. (Org.). **Cidade, povo e nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 23-53.

“A farra da câmara visível”: o funcionamento dos corpos urbanos em Território Vermelho

Alessandra Rodrigues S. Brandes

Introdução

Contemporaneamente, o corpo tornou-se objeto de vários estudos, sobretudo no que diz respeito às características biomecânicas e fisiológicas. Encontramos, por exemplo, trabalhos que se ocupam de questões a ele relacionadas e que se referem aos processos de identificação, culturais, fílmicas e literárias.

[...] o corpo não cessa de ser (re)significado ao longo do tempo. Seria, portanto, empobrecedor analisá-lo, tornando-o como algo já pronto e constituído para, em seguida, privilegiar suas representações ou o imaginário da época onde ele está submerso. Torna-se fundamental localizar, primeiramente, as problematizações que tornavam possível uma série de *práticas* e de *representações* corporais. Desse modo, não se trata de realizar uma listagem das maneiras supostamente exóticas de lidar com o corpo em outras épocas, mas sim de tornar questionáveis os gestos e as atitudes que ontem e hoje nos parecem familiares ou não. Pois o corpo é, ele próprio, um processo. Resultado provisório das convergências entre técnica e sociedade, sentimentos e objetos, ele pertence menos à natureza do que à história. O que torna inútil retroceder a um suposto grau zero das civilizações para encontrar um corpo impermeável às marcas da cultura (SANT'ANNA, 2005, p. 12).

A interlocução com estes estudos é de grande valia para nosso trabalho, que também aborda o corpo, mas por outra perspectiva: a da linguagem. O olhar sobre o corpo via perspectiva da linguagem, ou seja, a busca pela compreensão do corpo funcionando¹ como linguagem pelo/no discurso é uma reflexão que pretendemos desenvolver nesse capítulo. A nossa proposta é lançar ao corpo um olhar de análise que busca compreender os processos/funcionamentos do corpo constituído por e na linguagem².

Para tanto, abordaremos o corpo no âmbito da Análise de Discurso de perspectiva materialista, com referência aos trabalhos de M. Pêcheux, principalmente, e seus atravessamentos com os textos de Jean Jacques Courtine, Eni P. Orlandi, Suzy M. Lagazzi e Simone T. Hashiguti, por exemplo. Ou seja, trataremos o corpo a partir de uma concepção que vai além das características biomecânicas e fisiológicas, passando a compreendê-lo também como “material de linguagem, social e simbólico que produz sentidos e é significado em processos complexos de memória que dizem respeito á subjetividade, à história, à sua espacialização” (HASHIGUTI, 2008, p. 02), sobretudo, pela sua especificidade material (nesse sentido, principalmente por sua visibilidade) em sua relação com a história.

Visamos abordar o corpo tomando como material de análise o documentário **Território Vermelho**, de 2004, de Kiko Goifman, o qual relata e registra por meio de seis

¹ “A ideia de funcionamento supõe a relação estrutura/acontecimento (PÊCHEUX, 1988), articulação do que é da ordem da língua e do que deriva de sua historicidade, relação entre o que, em linguagem, é considerado estável com o que é sujeito a equívoco” (ORLANDI, 2001, p. 19).

² É pelo movimento que se dá o funcionamento da linguagem, uma vez que os sentidos se movimentam e são determinados historicamente.

pessoas – munidas com uma câmera na mão – os acontecimentos no momento em que o semáforo de trânsito fica vermelho, em um cruzamento da cidade de São Paulo, indivíduos estes que têm o “farol vermelho” como local de trabalho e, sobretudo, fonte de sobrevivência.

Nosso ponto de partida é a observação desse material com o objetivo de compreender como se dá o funcionamento entre os corpos dos motoristas e dos vendedores/pedintes/artistas de rua que ocupam o espaço no/do momento do “farol vermelho”. Nesse sentido, tomamos o corpo como materialidade³ histórica importante na construção de identificações sociais, como material simbólico cujas formas são efeito e sustentação de diferentes discursos. Consideramos o corpo “como espaço de injunção, materialidade simbólica não-verbal que funciona na interface com o verbal.” (HASHIGUTI, 2008, p. 40).

1. Análise de discurso: uma perspectiva materialista

Para a realização de nosso trabalho, filiamo-nos à Análise de Discurso (doravante AD), datada do século XX com Michel Pêcheux, na França, e posteriormente, desenvolvida por vários pesquisadores no Brasil. Um de seus principais aspectos é o de teorizar e analisar a linguagem, pelo seu *funcionamento* (deslocando-se da posição de outras disciplinas que focam seus estudos na função), bem como pelos processos de significação. A chave desta área não está em investigar *qual é o sentido*, mas *como* ele foi produzido. É exatamente *como* se dá o funcionamento

³ “Quando dizemos materialidade, estamos justamente referindo a forma material, ou seja, a forma encarnada, não abstrata nem empírica, onde não se separa forma e conteúdo: forma linguístico-histórica, significativa” (ORLANDI, 2007, p. 53).

entre os corpos dos motoristas e dos vendedores/pedintes/artistas de rua que ocupam o espaço no/do momento do “farol vermelho” e como essa materialidade é determinada pela ideologia que nos interessa.

A Análise de Discurso é uma disciplina de linguagem, que visa a seu aspecto dinâmico, e para tanto, parte do estudo de seu objeto próprio, o *discurso*. A partir do conceito de discurso, essa disciplina trabalha ainda com os conceitos de sujeito inconsciente e de língua como materialidade simbólica e histórica, no sentido de ter um exterior que lhe é constitutivo. É importante ressaltar que o conceito de discurso não se equipara a noção de fala de Saussure, nem se confunde ao sentido de que a partir da interlocução entre dois falantes tem-se uma mensagem linear, transparente, e transmissão direta de sentidos. O discurso, como efeito de sentidos entre interlocutores, “é a língua na sua relação com a história, atravessada pela ideologia e falada por sujeitos que são posições discursivas, e não indivíduos do cogito.” (HASHIGUTI, 2008, p. 42). A Análise de Discurso, portanto, se pauta na reflexão dos processos de produção de sentido, de relações interpessoais e do próprio sujeito, esse que é constituído na relação linguagem/história e interpelado pela ideologia.

É fundamental ressaltar aqui, que trabalhamos sob uma perspectiva materialista, com materialidades significantes, uma vez que tomamos a constituição do discurso na relação entre língua/sujeito/história e o sentido como um efeito de um trabalho simbólico também afetado pela história.

Trabalhar a significação a partir de uma perspectiva materialista requer que exponhamos a relação significado/significante às condições de produção, a

exponhamos à história, na sua contradição constitutiva. Significa compreender a produção do sentido acontecendo sobre uma base material sempre em condições que determinam essa produção. Portanto, deslocamento e incompletude são constitutivos da perspectiva discursiva materialista. (LAGAZZI, 2007, p. 02).

Para este trabalho chamamos a atenção para as noções e procedimentos discursivos tais como: “entremeio”, “recorte” e “contradição”. A noção de entremeio de Orlandi (2007) é apresentada quando a autora trata da constituição da própria Análise de Discurso que reúne três áreas do conhecimento: a Linguística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise, trabalhando, assim, no entremeio das teorias – sem transpor questões uma a outra – com o objeto que por essência é a mediação entre o homem e a realidade natural e social: o discurso.

O procedimento discursivo de recorte (re)significado por Lagazzi (2007, 2009) – sobretudo no que diz respeito às materialidades não verbais – é, por assim dizer, um gesto analítico que “visa ao funcionamento discursivo na incompletude do texto”, “buscando compreender o estabelecimento de relações significativas entre elementos significantes” (LAGAZZI, 2009, p. 03).

Parto da noção de recorte para assumir que o dispositivo teórico-analítico discursivo apresenta as condições necessárias para a prática analítica de objetos simbólicos constituídos por diferentes materialidades significantes. Esse dispositivo permite ao analista mobilizar, na relação teoria-prática, as diferenças materiais, sem que as especificidades de cada materialidade significativa sejam desconsideradas (LAGAZZI, 2009, p. 03).

A noção de contradição – trabalhada por Pêcheux e Lagazzi – é cara ao nosso trabalho, uma vez que trabalhamos com materialidades significantes – como o corpo – em sua relação verbal não verbal, esta que por essência é contraditória; que trabalha no espaço da incompletude, do não “um”, da impossibilidade de síntese.

Não temos materialidades que se complementam, mas que se relacionam pela contradição, cada uma fazendo trabalhar a incompletude na outra. Ou seja, a imbricação material se dá pela incompletude constitutiva da linguagem, em suas diferentes formas materiais. Na remissão de uma materialidade a outra, a não-saturação funcionando na interpretação permite que novos sentidos sejam reclamados, num movimento de constante demanda (LAGAZZI, 2009, p. 02-03).

A questão da contradição é inerente a Análise de Discurso, ela é o princípio constitutivo das Formações Discursivas⁴, “A contradição funciona, então, no fio do discurso, como o princípio de sua historicidade” (FOUCAULT, 1997, p. 173); e do caráter do sujeito, uma vez que este é marcado pela incompletude e o anseio por ser inteiro.

2. Sentidos do corpo: materialidade simbólica, discursiva e historicamente determinada

Refletindo sobre o corpo humano, analisando, sobretudo a trajetória de seu conceito ao longo dos séculos, é notável a mudança de sentidos dados a este: desde

⁴ “A formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 2007, p. 43).

sagrado a profano; de monstruoso a ideal; como instrumento de luta e política e como marca determinante de origem, gênero e classe social (COURTINE, 2008). Tantos sentidos diferentes justificam-se pelo fato de o corpo estar inscrito por/na linguagem, dado o seu caráter dinâmico e devido ao atravessamento de diversos discursos (religioso, médico/genético, higienista, moral e social, estético) que o fazem ser significado diferentemente ao longo da história.

Além disso, o corpo como produtor de sentidos mantém relação direta não só com a história e a ideologia, mas com o próprio sujeito, por ser seu suporte material, possibilidade biofisiológica de existência orgânica e espaço simbólico. O corpo é o próprio sujeito que se significa através do olhar como gesto de interpretação⁵: podendo ser significado como objeto de cuidado, de beleza, de prazer, de insatisfação e/ou repúdio. O conceito de corpo se constitui assim na relação sujeito/história e interpelado pelas formações ideológicas⁶.

O que está em discussão neste trabalho é o corpo de linguagem, essa materialidade que tem um funcionamento e que é determinado a partir de determinadas *condições de produção*⁷ e que (re)produz normas, valores sociais e estéticos. Para tanto, analisamos o documentário **Território**

⁵ O termo gesto de interpretação na Análise de Discurso tem o caráter histórico do ato interpretativo.

⁶ Tomamos o conceito de formação ideológica entendida como “um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” nem “universais” mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas com as outras” (PÊCHEUX; FUCHS, 2004, p. 163).

⁷ Em sentido amplo, o termo condições de produção, refere-se ao contexto sócio-histórico e ideológico.

Vermelho em dois momentos: primeiro⁸, quanto à significação do “farol vermelho” para as diferentes posições-sujeitos do documentário como um espaço de trabalho e/ou de circulação; e o segundo sobre as relações e o funcionamento entre os corpos dos motoristas e dos vendedores/pedintes/artistas de rua que ocupam o espaço no/do momento do “farol vermelho”.

2.1. Sentidos contraditórios do “farol vermelho”⁹

A estruturação deste documentário é feita a partir do olhar dos vendedores/pedintes/artistas de rua, em um movimento que designamos aqui de “fora” para “dentro”. Consideramos, portanto, o “fora” como sendo o olhar dos vendedores/pedintes/artistas de rua que estão ocupando o espaço do “farol vermelho” como local de trabalho, e o “dentro” o olhar dos motoristas que estão dentro dos carros, parados nos cruzamentos e/ou em congestionamentos ocupando o “farol vermelho” como espaço de circulação.

O questionamento do sentido do “farol vermelho” já se inicia pelo próprio significado da cor vermelha, uma vez que uma rede de sentidos aí se configura: como a paixão, a vitalidade, ao poder, e também remete a sentidos negativos como perigo, medo, raiva, fogo, sangue e agressividade. Enfim, uma cor que remete a possibilidade de contradição. O “farol vermelho” representa a oportunidade de ganhar

⁸ Esta parte foi desenvolvida a partir das discussões sobre o **Território Vermelho** ao longo das aulas de “Seminário Temático em Análise de Discurso”, ministradas pela Profa. Dra. Suzy Lagazzi, e que propiciou/instigou as várias questões e relações a serem estudadas no documentário.

⁹ Essa mesma temática, porém analisada por outro caminho, foi publicada pela Profa. Dra. Suzy Lagazzi, minha orientadora, em Lagazzi (2012).

dinheiro para os vendedores/artistas/pedintes, mas também representa o medo e é um lugar de risco para eles e para os motoristas: “No farol acontece tudo quanto é coisa... Tem que estar sempre atento e ligeiro. Batida assalto, tiroteio, acontece tudo” (Evandro). Atentando-se à fala do Evandro, percebemos o quanto é interessante pensar que a palavra “coisa” deriva, por efeito metafórico, para batida, assalto, tiroteio, dentre outros; ou seja, é da ordem do negativo.

A contradição nesse documentário perpassa não só pelo/o significado da cor vermelha, mas também pelo/o sentido que as posições-sujeitos do mesmo tomam para si quanto ao espaço do “farol vermelho”. Para as posições-sujeito-vendedor/artista/pedinte o “farol vermelho” é um espaço de trabalho, onde eles oferecem os serviços de lavagem do para-brisa do carro (Luis F. Quiniliano); venda de produtos artesanais e flanelas (Genilson A. Ferreira), venda de canetas (Dona Roseta); arrecadação de fundos para instituições de caridade (Evandro S. de Almeida); e no caso dos atores, oferecem serviços culturais e/ou de autopromoção (Alessandro J. Guilherme e Márcio F. Santos).

A tentativa de afirmação daquele espaço como local de trabalho é muito forte no discurso dessa posição-sujeito como, por exemplo: “Eu **trabalho** com pano de prato, com sabão alvejado, essas bolsinhas né. Já comecei **a trabalhar** como autônomo desde os cinco anos né!”; “O que o senhor acha das pessoas que **trabalha** no semáforo?”; “O que a senhora acha do nosso **trabalho** que a gente faz aqui com a bola no farol?”; “No começo desse **trabalho** de rua...”; “Eu **trabalho** assim, digamos que de artista plástico”. Todos os enunciados mencionados acima são marcados pela palavra **trabalho**, o que mostra a necessidade de auto-afirmação da posição-sujeito-trabalhador, prestador de serviços e de cultura para a sociedade. Discurso esse marcado também em enunciados

outros como o de Dona Roseta ao oferecer canetas a um motorista: *“Pode pagar outro dia, quer levá?”*; enunciado este comum na venda de produtos comercializados a prazo. Para Dona Roseta o “farol vermelho” é o espaço do seu comércio. Outro sentido reafirmado naquele espaço é o de fonte de sustento próprio e familiar como, por exemplo, nos enunciados do Luis: *“Sou amasiado e tem seis filhos para cuida.”*; e do Evandro: *“O farol vermelho pra gente é tudo né! A gente cria nossos filhos com o “farol vermelho”.* A palavra “com”, nesse segundo enunciado, produz ainda uma ambiguidade: temos aqui a questão do efeito metonímico, não é o farol que cria, é o dinheiro advindo deste trabalho que dá o sustento.

Enquanto que para os vendedores/artistas/pedintes os *“Faróis vermelhos, faróis que demoram pra ficar verde e congestionamento também é muito bom”* (Alessandro), para a posição-sujeito-motorista o espaço do “farol vermelho” é de impedimento de circulação e de livre trânsito. É a parada obrigatória que o atrapalha e o atrasa. É o lugar do caos. Como observamos na cena em que o vendedor Genilson conversa com alguns motoristas, e pergunta como está o trânsito naquele dia, e um dos condutores responde: *“Como sempre, caótico”* e o seu entendimento, entretanto, é *“Ta ótimo né?”* e o motorista (re)afirma *“Não, caótico!”*. Aqui a língua falha, são os lapsos, a não transparência, a opacidade da língua se fazendo presente.

O “farol vermelho” além de impedimento de circulação, também é um lugar de constrangimento e perturbação para a posição-sujeito-motorista. Este se sente incomodado, e, por vezes, ameaçado, com a aproximação dos vendedores/pedintes/artistas de rua. Como observamos no documentário, na maioria o vidro do carro é fechado com a aproximação dos vendedores/pedintes/artistas de

rua, e raras vezes há interlocução entre os sujeitos naquele espaço, por exemplo, como ocorre na cena em que o Alessandro aproxima-se de um motorista e enuncia: *“Oi! Olha gente ele tá super retraído tadinho, tá constrangido né?”* e não há nenhuma resposta verbal por parte do interlocutor, as falas e a presença do locutor é simplesmente ignorada.

Um conceito da Análise de Discurso importante a ser mobilizado nesse trabalho é o de formações imaginárias (ORLANDI, 2007), uma vez que ao tratar da relação discursiva das imagens entre a posição-sujeito-vendedor/artista/pedinte de rua e a posição-sujeito-motorista percebemos um jogo de antecipação e ajustamento dos dizeres no espaço do “farol vermelho”. Nesse espaço há uma tentativa de comunicação, uma interação entre a posição-sujeito-vendedor/artista/pedinte de rua e a posição-sujeito-motorista, e em meio ao jogo de antecipações destacamos o artista Márcio, que, ao abordar um motorista, o seu primeiro enunciado é: *“Não é um assalto viu!”*, para justificar a sua aproximação e tentativa de não ser ignorado – reação comum entre os motoristas para com os vendedores/artistas/pedintes na rua. Além disso, percebemos o funcionamento de um pré-construído de quem trabalha no semáforo é bandido.

O imaginário do locutor (vendedor/artista/pedinte de rua) e do interlocutor (motorista) do sujeito se projeta diretamente no discurso fazendo intervir um jogo de imagens e conseqüentemente, um “ajuste” nos dizeres no ato enunciativo.

Tudo isso vai contribuir para a constituição das condições em que o discurso se produz e portanto para o seu processo de significação. É bom lembrar: na análise de discurso, não menosprezamos a força que a

imagem tem na constituição do dizer. O imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. Ele é eficaz. Ele não 'brota' do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder (ORLANDI, 2007, p. 42).

Como sujeitos inscritos no simbólico e também espectadores, há uma possibilidade de identificação ou não entre as posições-sujeito que se inscrevem no espaço do "farol vermelho". Para tanto, tal relação de identificação pressupõe reconhecimento das posição-sujeito-motorista e/ou da posição-sujeito-vendedor/pedinte/artista de rua.

Enquanto moradores do espaço urbano, a posição primeira seja talvez a mais próxima, a mais reconhecível para nós, uma vez que nos vemos diante dessa situação como trabalhadores, ou cidadãos indo e vindo de algum lugar, apressados, e, por vezes, somos barrados pelo sinal vermelho e abordados por pessoas entregando panfletos, vendedores e pedintes de rua. Nesse sentido, colocamos em pauta a posição sujeito-vendedor/pedinte/artista de/na rua.

Apesar da possibilidade de venda de mercadorias e/ou serviços na rua – o que é uma boa justificativa para o mundo capitalista – a posição sujeito-vendedor/pedinte/artista de/na rua causa estranhamento, não encontra significação em nossa memória discursiva, não reconhecemos tal posição como posição-sujeito-trabalhador, e nem mesmo a posição sujeito-artista na sociedade. Os modos de circulação de sentidos aqui são outros: da vadiagem, da violência, do desemprego, dentre outros. Como por exemplo, na cena em que o Márcio pergunta a um motorista: "*Costuma ajudar as pessoas nas ruas, nas cidades, nos sinais nos semáforos, vendedores?*"; e a resposta obtida foi:

“Eventualmente, eu não gosto de incentivar muito ISSO não.” O pronome *ISSO* reforçando o sentido de uma prática que não é trabalho, e sim, é algo errado e irregular. Recusamos a posição-sujeito-trabalhador de/na rua reconhecendo e reduzindo apenas a posição-sujeito-pedinte de rua, uma vez que não é possível negá-la, é constitutiva na organização social. Mais uma vez, a contradição de Pêcheux (1990):

de que não há identificação plena e nem saturação nos processos simbólicos, de que os furos no social são produzidos em percursos simbólicos que se realizam em sujeitos, pelo deslize dos significantes na história, pela possibilidade de outros sentidos produzindo outras identificações, em condições de produção outras. Na perspectiva discursiva materialista, aí está o lugar do político na linguagem, como diferença constitutiva que se manifesta nas práticas simbólicas (LAGAZZI, 2007, p. 11).

2.2. O corpo urbano e sua (in)visibilidade social

Agora nosso olhar se desloca do sentido do “farol vermelho” e das posições-sujeito para os corpos destes sujeitos, ou seja, para as relações e o funcionamento entre os corpos dos motoristas e dos vendedores/pedintes/artistas de rua que ocupam o espaço no/do momento do “farol vermelho”, um movimento contraditório, o qual designamos de visibilidade e invisibilidade social em **Território Vermelho**.

No espaço do “farol vermelho” estão presentes as posições sujeitos vendedor/artista/pedinte e motorista, além de posições-sujeitos são corpos urbanos. Corpos estes que têm uma relação de fronteira social bem definida, aqueles que estão “fora” e aqueles que estão “dentro”. Os corpos que estão “fora” não têm função social, são invisíveis e até

mesmo objetificados, bem como os prédios, os veículos, os pontos comerciais, as placas, etc.¹⁰ Já os corpos que estão “dentro” são aqueles com certa função social, aqueles corpos que são, portanto, visíveis para a sociedade.

Os corpos que estão “dentro”, logo, visíveis na sociedade são os motoristas que estão em trânsito, indo e vindo para o trabalho e que são barrados pelo “farol vermelho” o que representa perda de tempo e de dinheiro. Além disso, são abordados pelos corpos que estão “fora”: os vendedores/artistas/pedintes de rua, os corpos invisíveis e sem importância para a sociedade, naturalizados como objetos próprio na/da cidade, e por isso “outros corpos podem passar por ele e dele desviarem, negligenciando-o como aos outros objetos” (HASHIGUTI, 2010, p. 02).

Movimento este perceptível na cena em que o Genilson, ao chegar próximo ao carro enuncia: “*Oi, tudo bem? Um minutinho da sua atenção.*”, - e o vidro do carro continua fechado - e ele insiste: “*Um minutinho... ou... Por favor!*”, e a única resposta que o vendedor recebe é o virar do rosto do motorista. Esse corpo urbano que está “fora”:

é um corpo sem rosto, para o qual se tende a não olhar, a não cruzar olhares para que não seja re-significado como humano, para que a possibilidade de inter-relação não exista. Esse corpo ganha, portanto, nessas condições, nesse espaço, invisibilidade social (HASHIGUTI, 2010, p. 03-04).

No documentário observamos um deslocamento de sentidos e desejos entre os vendedores/artistas/pedintes e os motoristas, um movimento regular de visibilidade e

¹⁰ HASHIGUTI, 2010.

invisibilidade social entre as posições sujeitos na fronteira do “farol vermelho”.

A relação de fronteira, antes bem definida (os que estão “fora” e os que estão “dentro”) é desestabilizada a partir do movimento *A farra da câmera visível*. E assim, se dá a brecha, o equívoco da linguagem, “não há ritual sem falha” (PÊCHEUX, 1990, p. 17).

A farra da câmera visível se dá num movimento de contradição que aproxima e distancia as posições-sujeitos do documentário. A câmera está do outro lado – do lado de “fora” – nas mãos dos vendedores/pedinte/artistas de/na rua os invisíveis na sociedade, que “ganham” certa visibilidade: um processo em que a câmera agora *dança, seduz, é autônoma, é clone, roda, enfim, a câmera muda*.

O “farol vermelho” é o espaço em que os vendedores/artistas/pedintes tentam “ganhar” visibilidade na sociedade e função social de diferentes modos: reafirmando a sua posição de trabalhador: “*Vamo dá uma lavada no pára-brisa hoje?* (Luis) ou “*Vamo leva uma canetinha?*” (Dona Roseta); posição pai de família, posição de artista: “*Gostariam de ajudar hoje o meu espetáculo de teatro amador [...] para arrecadar fundos para os meus projetos culturais*” (Márcio); ou mesmo pedindo ajuda financeira: “*Nenhuma moeda pra dar uma força pra nois?*” (Luis) ou “*Não tem uma moedinha gente, caída no carro para ajudarem?*” (Márcio). Mais do que ganhar visibilidade, os vendedores/artistas/pedintes tentam uma aproximação com motoristas e se fazer ser reconhecido perante a sociedade, por exemplo, quando eles perguntam como está o trânsito; elogiam a roupa destes: “*Olha que linda ela de branco!*” (Márcio); ou quando, por exemplo, Márcio vai até as ruas fantasiado: “*Eu venho de jornalista, de repórter e... eu imito uma, eu faço tipo um clone de uma repórter bem conhecida... e eles me chamam de Ana Paula.*” Outro exemplo é uma das cenas de Luis, quando um

dos motoristas está ouvindo uma música no carro e ele pede para aumentar o volume e, em seguida, enuncia: *“Dá uma aumentadinha pra nois... é nois campeão, é nois!”*. Quem é esse *nois*? O enunciado do Luis indica aproximação, ele se coloca junto ao motorista: somos todos nós que gostamos da música, você e eu somos iguais, estamos juntos.

Enquanto o farol está vermelho, para os vendedores/artistas/pedintes aquele espaço e naquele tempo é a possibilidade destes “serem vistos”, chamar a atenção, e possivelmente, ganhar dinheiro. O “farol vermelho” impede a passagem dos motoristas e os “obriga” a “ver” o que antes estava invisível. Para os motoristas, os que estão “dentro” e são visíveis na sociedade, este mesmo momento é de invisibilidade. Uma tentativa de se esconder, camuflar e passar despercebido. Quando abordados, os motoristas usam do vidro do carro para ignorar. Ou seja, os que se escondem no “farol vermelho” são aqueles de destaque na sociedade, enquanto que aqueles invisíveis para a mesma sociedade são aqueles que ganham visibilidade no “farol vermelho”.

Um jogo de querer ser reconhecido e de se esconder. O vidro do carro, neste contexto, desempenha um papel contraditório. Em sua essência transparente, passa a ser uma espécie de escudo, uma forma de proteção, de esconderijo e camuflagem para os motoristas. O vidro do carro acentua também as diferenças entre as posições sociais. O fato de se esconder por detrás do vidro, além de reafirmar um desejo de invisibilidade, sobretudo marca privilégio social dos motoristas, e escolha do momento de querer ou não e, sobretudo por quem “ser visto”. Apesar da possibilidade de serem “vistos” naquele momento do “farol vermelho”, esse “ver” está submetido à escolha dos motoristas de querer ou não “ver” e fechar o vidro e/ou ignorar, acentuando a

exclusão social e reforçando o lugar que os pedintes ocupam na sociedade.

Mesmo quando o corpo do vendedor/artista/pedinte “ganhar” visibilidade, esta somente se dá porque este corpo incomoda:

são corpos que ganham visibilidade social quando passam a incomodar em sua própria existência, na forma como são significados, quando o sentido que lhes é atribuído é de que não deveriam existir, ou deveriam, somente para habitar a borda da existência (HASHIGUTI, 2010, p. 08).

Considerações finais

Enquanto que o “farol vermelho” para os motoristas remete a sua cor ao perigo, ao errado, ao “não”, para os vendedores/pedintes/artistas representa vida, oportunidade e o desejo do “sim”.

Uma relação de sentidos e desejo de visibilidade/invisibilidade é um funcionamento constitutivo dos corpos em o **Território Vermelho**. A questão da visibilidade/invisibilidade social somente diz respeito à função que o corpo exerce na sociedade e a importância que ele representa para esta, ou seja, é uma questão de contradição. Todo corpo como materialidade biofísica é visível, no entanto, socialmente torna-se invisível pelo que ele representa na/para a sociedade em questão.

Os vendedores/artistas/pedintes de rua apenas são vistos porque causam incômodo e constrangimento aos motoristas no “farol vermelho”.

Naquilo que se mostra como um paradoxo cruel do espaço urbano e como uma contradição material, podemos compreender que, ao mesmo tempo em que o corpo confere visibilidade ao sujeito, ao nível do opticamente apreensível, e por sua especificidade material, ele também o torna invisível, reduzido ao sentido de objeto, se as formas nas quais se apresenta, no espaço em que se apresenta, são diferentes daquelas em que se pode, discursivamente, ser significado e socialmente visível (HASHIGUTI, 2010, p. 04).

Tratar, neste estudo, do corpo no âmbito da Análise de Discurso, uma disciplina que por essência é interpretação, exige um refinamento do olhar quanto ao deslocamento do conceito de corpo empírico e biofísico para um corpo discursivo¹¹, um corpo de linguagem.

Os corpos são historicamente marcados, são afetados e determinados pelos movimentos na história, pelas formações discursivas e pelo olhar que é lançado pelo sujeito – este que é assujeitado, interpelado ideologicamente –, portanto uma materialidade interconstitutiva das posições discursivas.

O corpo agora é observado como condição de produção de formas e sentidos na história.

Para a Análise de Discurso, a consideração do corpo como fato de análise é relevante por tratar de um tema relacionado ao subjetivo, àquilo que funda o sujeito em sua condição simbólica, a uma materialidade que o constitui, que é afetada pela memória discursiva e que

¹¹ Consideramos corpo discursivo porque o corpo em seu sentido biofisiológico se desloca para o corpo de linguagem, no qual é um efeito de sentidos do olhar do outro sobre o corpo. Ele se constitui na relação sujeito/história e interpelado pela ideologia.

também determina sentidos. A leitura do corpo como linguagem possibilita e reafirma o deslocamento do corpo biológico, natural, para o corpo simbólico, cujos sentidos se constituem na e pela história em sua origem ideológica (HASHIGUTI, 2008, p. 98).

Referências

COURTINE, J. J. (Org.). **História do Corpo**: As mutações do olhar. O século XX. Tradução. de E. F. Alves. Petrópolis: Vozes, 2008. Volume 3.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. 5. ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Nunes. Rio de Janeiro: Forense, 1997. p. 173-179.

FUCHS, C. & M. PÊCHEUX. (1975). A propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e Perspectivas. Tradução. Péricles Cunha. In: GADET, F. & HAK, T. (Orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso**. Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

HASHIGUTI, S. Corpo e Espaço Urbano: na beirada da Visibilidade. In: REDLAD - COLÓQUIO DA REDE LATINO AMERICANA DE ANÁLISE DO DISCURSO DA POBREZA, 5, 2010, Campinas. Universidade Estadual de Campinas.

HASHIGUTI, S. **Corpo de memória**. 2008. 63 f. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2008.

LAGAZZI, S. O Recorte e o Entremeio: condições para a Materialidade Significante. In: SEAD - SEMINÁRIO DE ESTUDOS

EM ANÁLISE DO DISCURSO, 3, 2007, Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

LAGAZZI, S. O Recorte Significante na Memória. In: INDUSRKY, F.; FERREIRA, M. L.; MITTIMAN, S. (Org.). **O Discurso na Contemporaneidade: materialidades e fronteiras**. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 67-78.

_____. O discurso em diferentes territórios: o vermelho entre todas as cores. In: MALUF-SOUZA, O; SILVA, V.; ALMEIDA, E.; BISINOTO, S. L. J. (Org.). **Discurso, Sujeito e Memória**. Campinas: Pontes, 2012. p. 83-98.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 7. ed. São Paulo: Pontes, 2007.

_____. **Discurso e Texto**. Campinas: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. In: **Caderno de Estudos Linguísticos**. Campinas, 19, 1990. p. 7-24.

SANT'ANNA, D. B. (Org.). **Políticas do Corpo: elementos para uma história das práticas corporais**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

TERRITÓRIO VERMELHO. Direção e roteiro: Kiko Goifman. Direção de Produção e Produção Executiva: Claudia Priscilla. Fotografia, Montagem e Edição de som: Diego Gozze. Trilha sonora: Dj Patroniq. São Paulo: PALEOTV, 2004 (12min).

A diferença indígena entre memórias e silenciamentos

Guilherme Adorno de Oliveira

Maria Inês Berloff

Marilaine Almeida Santos

Wilma Costa Nery

“o passado sobrevive sob a forma da lembrança do que foi, isto é, da promessa murmurada do seu presente. Daí porque jamais o passado é opaco nem obstáculo. Ele é sempre digestível, porque digerido de antemão”
(ALTHUSSER, 1967, p. 101)

Introdução

Ao assistirmos uma vídeo-reportagem¹ no Youtube sobre os direitos das crianças indígenas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos deparamos com o seguinte enunciado de Enir, uma líder indígena:

“O que tá acontecendo é que nós tamo sendo tratado igual. Aí fica o quê? As nossas crianças tá ficando também sendo tratado igual as outras crianças, sem respeitar as nossas diferenças”.

O enunciado provocou certa estranheza por diferentes motivos. O primeiro deles é em relação ao

¹ Apesar de acessado pelo Youtube, o vídeo é a reprodução de uma reportagem exibida no jornal regional da TV Morena, filial da Rede Globo no Mato Grosso do Sul, no dia 20/04/2012.

conjunto da reportagem. Até o momento da fala apresentada, a narrativa jornalística relata a maneira de os índios se mobilizarem para terem seus direitos incluídos na lei, por vezes formulada na voz midiática como “o índio quer viver como o branco”. É justamente este suposto desejo “ser como o branco” que a líder indígena, Enir, contraria, mostrando indignação ao dizer que os indígenas estão “*sendo tratado igual [...] sem respeitar as nossas diferenças*”. Apresenta-se, deste modo, outro motivo da estranheza: frente às reivindicações de diferentes movimentos sociais, em que se reivindica o “direito à igualdade”, por que uma indígena denunciaria o tratamento igualitário e o desrespeito à diferença?

Ancorados em uma perspectiva discursivo-materialista, a partir dos trabalhos de Michel Pêcheux (2009 [1975]; 2011 [1990]), procuramos tomar a reportagem como material analítico com o objetivo de compreender o funcionamento discursivo da igualdade e da diferença na relação indígena com o discurso jurídico, especificamente no tocante ao ECA. A questão que orienta os procedimentos de análise da reportagem é formulada do seguinte modo: como os discursos sobre o índio e/ou os discursos dos indígenas (não) atravessam os enunciados sobre os direitos da criança indígena no ECA?

O vídeo é explorado na relação com suas condições de produção e pelo modo contraditório como diferentes memórias são mobilizadas para articulação e integração entre os enunciados, em sua sintagmatização relativamente autônoma. No que concerne ao discurso jurídico, trabalhamos com os marxistas Edelman (1976), Naves (2008) e Kashiura Júnior (2009) e os estudos discursivos de Lagazzi (1988; 2010).

1. O indígena formulado pela reafirmação do já-dito branco

Intitulada **Índios lutam para que ECA priorize cultura indígena**, a reportagem faz parte de uma série de reportagens produzidas e veiculadas pela TV Morena (Campo Grande/MS) em razão das comemorações do “Dia do Índio” - 19 de abril. Esta matéria tem como foco o direito da criança indígena, mais exatamente, a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para as crianças indígenas e se inicia com a chamada da apresentadora do jornal, diretamente do estúdio da TV Morena.

“A gente tem falado muito sobre **a questão familiar**, [...] sobre **as crianças**, sobre **a violência contra crianças** [...] e o ECA ainda gera muitos debates. Hoje em Campo Grande, a discussão é sobre **o direito das crianças indígenas**. **Os povos indígenas ainda lutam** para que o ECA também tenha o direito deles como prioridade.”

Observam-se, na fala da apresentadora, os seguintes efeitos parafrásticos: *A gente tem falado muito sobre a questão familiar, sobre as crianças, sobre a violência familiar, sobre violência familiar contra a criança, sobre violência familiar para com a criança indígena.* Por fim, ela menciona a “luta” dos índios para que seus direitos sejam prioridade para a lei, no caso, o Estatuto da Criança e do Adolescente. Os dizeres subentendem violência e luta. São agentes dessa violência, os índios, contra as próprias crianças indígenas e também na luta para terem seus direitos respeitados.

Assim, os sentidos e o estereótipo do índio – formulado pelos não-índios – já têm definidos o índio e sua prática social: seres que vivem e se relacionam

diferentemente, fora do padrão. Para Pêcheux (2009 [1975], p 151) “o ‘pré-construído’ corresponde ao ‘sempre-já-aí’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ esse ‘sentido’ sob a forma da universalidade (o ‘mundo das coisas’)”. A reportagem joga com a evidência da sempre-já existência da violência contra a criança indígena, produzindo a necessidade de um discurso de proteção a essas crianças.

Em seguida, a reportagem continua com cenas de uma aldeia indígena em MS com a fala da repórter.

“É a parcela da população brasileira que mais cresce. No Censo 1991-2000, aumentou em 150% os brasileiros que **se declararam índios**. Foram 440 mil pessoas a mais em menos de uma década. Uma **explosão demográfica** que trouxe demandas sociais – mais casas, água tratada, escolas, trabalho, atendimento de saúde, reservas indígenas.”

O índio surge como um incômodo, um intruso na vida urbana, trazendo conturbação, violência e demandas sociais. O uso da expressão “explosão demográfica” produz um efeito de sentido de “geração espontânea”. No entanto, a explosão demográfica geralmente está associada a avanços tecnológicos ocorridos no século XX, que resultaram na urbanização – termo que denota a redistribuição das populações das zonas rurais para assentamentos urbanos e que implica, para os governos, em uma ação de dotar as áreas recém-urbanizadas com infraestrutura e equipamentos urbanos necessários às novas populações². Temos, portanto,

² WIKIPEDIA. Explosão Demográfica. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Explos%C3%A3o_demogr%C3%A1fica>. Acesso em: 15 mar. 2013.

como resultado do processo de industrialização, o processo de urbanização, que faz com que os indígenas, entre outras populações, migrem para os grandes centros urbanos. A causa “urbanização” produz como efeito de sentido a “explosão demográfica” e os índios se veem “coagidos” a migrarem para a cidade.

Ignoram-se os processos históricos; silenciam-se as razões que fizeram o índio deixar “sua terra” e ir para a cidade. Em seu livro, **As formas do silêncio**, Orlandi (2007) explica que no próprio dizer, há sentidos silenciados, indesejados. A expressão “explosão demográfica” faz referência, então, aos “150% dos brasileiros que se **declararam índios**”, quer dizer, a um número expressivo de índios que, ao chegarem à cidade, passam a se declarar índios, “reconhecem-se”, “designam-se” como índios. Antes, o diferente, o outro no qual não me reconheço, mas sempre estive lá (alhores); agora, o índio passa a ser visto – no momento de sua chegada à cidade –, porém não como cidadão branco, aquele cidadão que vive, mora na cidade e tem seus direitos respeitados. Como menciona o trecho da reportagem, eles querem ser brancos, mas não são brancos³.

“O resultado é uma situação como a gente vê em Dourados, milhares de **índios disputando espaço**. Violência que levou a polícia federal o ano passado a instalar uma delegacia na aldeia. E em diferentes

³ O significante “branco” já produz o efeito de sobreposição do branco frente às outras raças, como a negra, isto é, a presença do negro na cidade é incorporada como a própria presença branca. A contradição fundamental é entre o índio e o nãoíndio, porém, o significante “branco” tem este efeito catalisador de todas as raças justamente por sua posição dominante na discursividade capitalista. Preferimos, por vezes, repetir o “branco” nas paráfrases da análise para reiterar a posição sustentada na reportagem.

aldeias, os problemas se acumulam. **Muitos índios querem viver a vida do branco na cidade**”

Novamente o conflito: são os índios que disputam espaço na cidade, da cidade. Espaço do outro, que na reportagem é apenas denominado como *branco*. Produz um aparente voluntarismo do índio, como se tudo fosse apenas questão de vontade e decisão. Discurso que atravessa a fala da repórter e oculta a situação histórica-política-social de exclusão e apagamento do índio no Brasil, processo que se inicia na colonização do País. Não se explica o porquê da vinda do índio para a cidade, não se fala do histórico da relação do índio com o branco: um histórico de conflitos e opressão.

“Os índios saem das aldeias, vão pras cidades **em busca de uma vida melhor**”.

Encontramos o mesmo dizer em uma carta de sesmarias escrita no período joanino no Brasil⁴. Nela menciona-se parte do Plano de Rendon de colonização indígena, produzido em 1778 a mando do então governador [da capitania] de São Paulo, Antonio Manoel de Melo Castro e Mendonça, quando são propostas iniciativas que promovessem a “civilização dos índios”. Segundo Rendon (1990 [1802], p. 97, grifo nosso), os nativos que não permaneciam em aldeias “vivem mais felizes, têm mais bens, muitos servem nos corpos milicianos e tropas pagas, **muitos querem ser brancos**, e alguns já são havidos por tais”.

No conjunto dos dizeres, “Muitos índios **querem viver a vida do branco** na cidade.”; “Os índios [...] vão pras

⁴ Conferir Leite (2008) e Rendon (1990 [1802]).

idades **em busca de uma vida melhor**,[...]”, “[...]os nativos [...]querem ser brancos, [...]”, o deslizamento metafórico aponta para uma formulação como “Os índios **querem ser brancos** porque **a vida do branco é melhor**”. Segundo Orlandi (2008) a medida-padrão adotada é a do branco. Os dizeres de ontem se repetem hoje. Os sentidos permanecem, constituindo a memória do processo de colonização no Brasil. Para Mariani (2004, p. 23), a noção de colonização, trabalhada discursivamente, “remete à coexistência de povo com histórias e línguas distintas, em um dado momento histórico em que se supõe o uso de força com relação ao diferente, não realizado sem tensão e confrontos. Constituindo-se, portanto, dois sentidos – o do colonizado e do colonizador”. Relações de poder onde o opressor, no intuito de dominar e controlar o oprimido, desqualifica-o, o reduza igual, de modo a assujeitá-lo e dar conta das contradições e das diferenças nas relações sociais. Naturaliza-se sempre uma falta a ser preenchida pelo sujeito colonizado. “É como uma evidência dessa precariedade e dessa deficiência que ambos serão ouvidos e descritos, ou seja, interpretados” (MARIANI, 2004, p. 59).

Ferreira (2000, p. 46-47), em **O índio Umutina no discurso do contato**: silenciamento e resistência, explica que há um funcionamento de comparação entre o índio e o não-índio - o modelo. Nesse funcionamento discursivo constituem-se o sujeito índio, e também, a imagem que o não índio faz do índio. Desse modo, a designação “índios” pode funcionar por um lado, significando o “índio” real do presente (aldeia Umutina) marcado pelo contato (considerado igual) e por outro, o “índio” imaginário (construído pelo discurso pedagógico como diferente). Essa memória da relação de contato com o indígena também é formulada na reportagem.

“Os índios saem das aldeias, vão pras cidades em busca de uma vida melhor, **têm contato com a tradição urbana** e começa **aí** um **conflito cultural**.”

O dêitico **aí** instaura na narrativa midiática um espaço/tempo inaugural: **aí** define o momento em que começa o conflito cultural, instala-se na temporalidade um antes e um depois; espacialmente, o **aí** define o lugar, a cidade, como espaço do conflito, onde, segundo a fala da jornalista, a cultura urbana encontra a cultura indígena causando o conflito. O determinante “cultural” delimita o tipo de conflito possível, negando, novamente, a historicidade dos conflitos que permeiam a relação entre brancos e índios no Brasil.

Na tomada seguinte, a repórter aponta para o muro da casa onde se vê uma pintura indígena (terena):

“No muro, uma pintura terrena, exatamente como é feita nas cerâmicas pelas índias. Mas essa é **a única referência que nessa casa mora uma família de índios**. A arquitetura é **igual a qualquer outra** construção nas cidades brasileiras [...] Do outro lado da rua, um memorial **imitando uma oca**”.

Assim é o funcionamento da comparação que “embora explicita uma relação de equivalência (“A arquitetura é igual a qualquer outra construção das cidades brasileiras”) produz como efeito de sentido uma aproximação defeituosa do índio ao modelo do branco, “não parecem índios, já se adaptaram a nossos costumes” (FERREIRA, 2000, p. 47). Como então explicar o dizer seguinte da jornalista: “memorial que imita a oca”? Por que imita? Imitar: reproduzir, arremedar, falsificar. Ao enunciar o dêitico **aí**, põe-se em questão a autenticidade do índio: se

ele imita, não é índio – não aquele índio do imaginário, que se constitui pelas formações discursivas do Descobrimento. Sendo assim, os índios que estão na cidade são um espectro dos índios verdadeiros, assim como a oca não é mais uma casa indígena, pois não há mais indígenas na cidade. Ela é um simulacro da oca, “a imagem sem semelhança” (ORLANDI, 2008, p. 25). O próprio indígena é significado como um simulacro, porque não há coincidência de sua imagem real com o imaginário do não índio, isto é, nos dizeres de Orlandi (2008, p. 91), “ou se tem o índio dito “puro”, isolado, ou ele é julgado “aviltado”. É assim que se fixa, a priori, o sentido do contato e seus resultados [...] Um homem aviltado e uma língua pobre: eis aí o produto da retórica da opressão que se transforma em predição”.

Questionam-se os direitos indígenas, a necessidade da aplicação do ECA às crianças indígenas, porque as crianças que vivem na cidade não são mais “tão” indígenas. No processo de incorporação do índio à sociedade do outro, do não-índio, interfere-se no processo de constituição do sujeito, produzindo um efeito de desqualificação do índio por ele próprio. Esse tipo de discurso também silencia fortemente o índio, pois é “um discurso que parte da imagem do índio constituída pela posição sujeito delimitada à formação discursiva da colonização” (FERREIRA, 2000, p. 58).

Lagazzi (2010, p. 75) afirma que a ordem urbana busca continuamente administrar as diferenças constitutivas das relações sociais: “há um esforço de contenção dos litígios que atravessam o espaço urbano, através de políticas públicas que tentam produzir o consenso”. O cerne dos problemas sociais é significado como a presença do índio na cidade: o diferente no meio da sociedade urbana causa um conflito supostamente cultural e traz à tona a dificuldade de lidar com a diferença dentro das normas de direitos e

deveres do imaginário jurídico. “Normas e regras tidas como lógicas e necessárias para organizar as relações entre as pessoas não deixando perceber que essas relações já se encontram organizadas em outro lugar, ou seja, no modo de produção” (LAGAZZI, 1988, p. 41).

Os sentidos que circulam no imaginário social sobre o índio remetem ao conflito, à luta, à violência, ao diferente no qual não nos vemos. “São discursos sobre as línguas [indígenas e os sujeitos que as falam] que vão construindo uma imagem vinculada a uma ideologia eurocêntrica sobre a selvageria dos povos indígenas” (MARIANI, 2004, p. 60). É sob a égide da disputa de sentidos que se estabelece como conflito fundamental a civilização versus a selvageria, conflito do qual se derivam os demais conflitos: índios versus não índios; costumes indígenas versus as leis da civilização; a disputa pela terra, todos abarcados pela expressão “conflito cultural”. A diferença é transformada em desigualdade, que se transforma em uma justificativa pertinente para a segregação e exclusão.

2. Socorro, somos diferentes!

Como dissemos, ao enunciar o “aí”, a repórter remete ao conflito fundamental entre índio e não-índio, materializado na reportagem como um “conflito cultural”, marcado por uma temporalidade e uma espacialidade específica: o momento em que o índio chega à cidade e que, supostamente, o conflito começa. Nessas formulações midiáticas estão silenciados e naturalizados os sentidos do contato entre índios e os demais grupos – os europeus, na época do descobrimento, a sociedade urbana atual –, a história política-econômica-ideológica desse contato.

Seguindo a narrativa da reportagem, a jornalista entrevista a indígena Enir, momento em que aparece o enunciado apresentado no início deste capítulo:

“Garantir o direito da criança é muito bom. Eu acho que isso é muito bom pra nossa sociedade, incluindo as crianças indígenas, só que ele desautorizou os pais. Se você vai, é, falar com autoridade, eles dizem assim: não pode fazer isso, porque hoje eu tenho uma lei que me protege”.

[...]

“Eles teriam que ouvir as lideranças, achar uma solução para tá inserindo as crianças indígenas, nesse contexto do ECA, mas sempre mostrando as nossas diferenças. O que tá acontecendo é que nós tamo sendo tratado igual. Aí fica o quê? As nossas crianças tá ficando também sendo tratado igual as outras crianças, sem respeitar as nossas diferenças”.

O enunciado *“O que tá acontecendo é que nós tamo sendo tratado igual. Aí fica o quê? As nossas crianças tá ficando também sendo tratado igual as outras crianças, sem respeitar as nossas diferenças”* produz um estranhamento em relação ao restante da reportagem. Enir não só fala da diferença, como denuncia o desrespeito por ela, em um funcionamento distinto da fala do procurador Paulo César Garrido, outro entrevistado da reportagem:

“Nenhum tipo de prática pode atentar aos direitos humanos fundamentais. Eu acho que o grande limite é esse. Havendo um atentado à vida, à saúde, nas questões mais essenciais, aí a lei deve proteger a criança, independentemente de sua etnia”.

Para o procurador, “nenhum tipo de prática pode atentar aos direitos humanos fundamentais [...] independentemente de sua etnia.” Enquanto Enir reclama pelo reconhecimento e respeito da diferença, o procurador pragmatiza a etnia como comportando práticas que ferem os direitos humanos. Enir fala em diferença, o procurador em etnia. Ainda assim, Enir diz: “Garantir o direito da criança é muito bom”. Não seria esta fala uma reafirmação do direito tal qual o procurador proclama? A indígena continua o enunciado: “Eu acho que isso é muito bom pra nossa sociedade, incluindo as crianças indígenas, **só que** ele desautorizou os pais.” Um pouco depois ela afirma que “Eles teriam que ouvir as lideranças, achar uma solução para tá inserindo as crianças indígenas, nesse contexto do ECA, **mas** sempre mostrando as nossas diferenças.”

Chamamos a atenção para o “só que” e o “mas” nos dois enunciados, a partir de seu funcionamento como diretivos de uma argumentação, tal como propõe Pêcheux (2011 [1990]) ao retomar o semanticista Oswald Ducrot e se apropriando desta contribuição para a Análise de Discurso. Pêcheux (2011 [1990]) reconhece a autonomia relativa da língua, abrindo o trabalho para as sequências discursivas autônomas em sua heterogeneidade, isto é, enunciados de um texto com funcionamentos discursivos próprios, a partir de sua relação intrínseca com o discurso-outro e o Outro, a memória discursiva. Não se exclui certa autonomia da língua, nem nega a discursividade histórica que a constitui. A contribuição de Ducrot aponta para procedimentos de análise linguística (dos conectores, por exemplo). A partir da proposta de Pêcheux (2011), entendemos “só que” e “mas” como outros direcionamentos do dizer. O que importa para a Análise de Discurso é entender este direcionamento como efeitos interdiscursivos na forma de

pré-construído e discurso transversal, ou seja, como já-ditos, anteriores e exteriores, que sustentam o dizer.

Enir diz que “o direito é bom pra nossa sociedade, incluindo as crianças indígenas, só que desautorizou os pais”, desautorizou os pais indígenas, desautorizou a diferença indígena. O pronome na primeira pessoa do plural “**nossa**” e com a glosa imediatamente seguinte “**incluindo as crianças indígenas**” joga com o equívoco da referência para **sociedade**. Uma indígena fala **nossa sociedade** ao mesmo tempo em que há uma necessidade de **incluir as crianças indígenas**, isto é, pressupõe-se uma exclusão no sentido primeiro de sociedade, antes de enunciar a inclusão: não é evidente que indígenas façam parte da sociedade *a priori*. Em relação ao conjunto da fala de Enir, de outros materiais e, considerando as condições de produção, podemos falar em uma família parafrástica entre *pais, pais indígenas e diferença indígena*.

Em outro vídeo⁵, Enir conta que a ocupação do terreno se deu em 1995 para se tornar a primeira aldeia urbana do Brasil.

“Quando [...] eu encontrei essa área, conheci essa área, até então, eu seria totalmente contra que o índio viesse pra cidade, mas que permanecesse nas aldeias pra luta da terra, pela conquista dos seus direitos, mas, em 92, eu vi que não era isso... que já tinha muitas famílias vivendo em precárias condições de vida, pagando aluguel, morando em favela, e aí a gente começou a procurar, né, uma forma de realizar esse sonho. E foi aí que surgiu a ideia de fazer o Marçal de Souza”.

⁵ YOUTUBE. Programa Bairro Sustentável no Bairro Marçal de Souza. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=oSZvTF5PIzA>>. Acesso em: 10 out. 2012.

Ela descreve os conflitos com os quais se deparou desde 1992. Muitos indígenas já tinham ido para a cidade e não encontravam meios adequados de subsistência. Por este motivo, com um grupo da antiga aldeia, a indígena iniciou a busca de um lugar com moradia fixa para os sujeitos dispersos em outras cidades. Assumindo posição de liderança, reconhecida na reportagem como tal, Enir participou das negociações em diferentes instâncias para atingir o objetivo de construir a aldeia urbana, chegando a ser a primeira cacique mulher, leita no Estado de Mato Grosso, em 2008, quando já estavam instaladas 135 famílias na Aldeia Marçal de Souza.

Em relação aos direitos da criança indígena, Enir afirma:

“Eles [os legisladores] teriam que ouvir as lideranças, achar uma solução para tá inserindo as crianças indígenas, nesse contexto do ECA, mas sempre mostrando as nossas diferenças”.

O **mas** muda a orientação argumentativa para reiterar novamente a diferença indígena, uma posição distinta do direito comentado logo depois pelo procurador Paulo César Garrido.

A teoria crítica do direito, de linha marxista, preconizada pelo jurista russo Eugeni Pachukanis, entende as relações sociais como estabelecidas prévia e independentemente das normas jurídicas, resultado da dinâmica social e não do ordenamento jurídico (NAVES, 2008; KASHIURA JUNIOR, 2009). A teoria marxista afasta-se da concepção de que o direito consiste na ciência do dever-ser, isto é, uma noção de norma como expressão das relações já consolidadas no plano social, político e econômico.

Para Naves (2008), principal estudioso brasileiro de Pachukanis, a norma jurídica consiste em um instrumento para manutenção do estado de coisas valorizado pelo sistema de produção capitalista. O que a política não consegue administrar ou controlar é transferido para o ordenamento jurídico. O direito permite a desigualdade onde não haja obstáculo ao pleno desenvolvimento do capitalismo. “A existência da forma jurídica depende do surgimento de uma esfera de circulação que só o modo de produção capitalista pode constituir”, afirma Naves (2008, p.77).

A igualdade jurídica, que considera os sujeitos de direito formalmente iguais, desconsidera as diferenças reais. Cria-se uma aparência de igualdade e equivalência nas relações de troca de mercadorias, existente no plano formal, e propicia-se a administração de tais relações de modo a preservar os interesses do capital, conformando-as a padrões tidos como justos pela ideologia burguesa. “Desde que o processo do valor de troca é o mesmo processo da liberdade e da igualdade, desde que os indivíduos são apenas ‘equivalentes vivos’, o processo do valor de troca torna-se o processo do sujeito e o processo do sujeito, o processo do valor de troca”, explica o marxista Edelman (1976, p. 135) ao mostrar o modo como a circulação da mercadoria funciona silenciosamente no momento em que toda produção aparece como produção de um sujeito.

Todos os sujeitos são colocados num mesmo patamar, sendo reconhecidos como semelhantes e independentes entre si, de tal modo que a sujeição do indivíduo à exploração do capitalista é tida como ato proveniente de sua vontade própria, mesmo que afastada a equivalência entre a força de trabalho despendida e a sua contraprestação. Vale dizer que, mesmo sendo o trabalho comprado por preço muito inferior ao valor que acrescenta

à mercadoria, a venda do trabalho aparece como acordo estabelecido entre partes livres, iguais e independentes, com vontades equivalentes, materializada no contrato (NAVES, 2008; KASHIURA JUNIOR, 2009).

“A circulação abole as diferenças: todo o sujeito de direito é igual a qualquer sujeito de direito. Se um contrata é porque o outro quis contratar. A causa última do contrato é a própria vontade de contratar” (EDELMAN, 1976, p. 149). Ao considerar que determinado pacto ou contrato foi firmado voluntariamente pelo sujeito de direito, por sua livre manifestação de vontade, apagam-se as desigualdades materiais e reais existentes. Não cabem discussões a respeito da moralidade ou da justiça de acordos, argumentos que poderiam ser utilizados para justificar a quebra de contrato, fundamento funcional do capital na medida em que é o contrato da circulação da mercadoria (trabalho, bens, sujeitos).

O procurador Paulo César Garrido, ao mencionar que *“nenhum tipo de prática pode atentar aos direitos humanos fundamentais”* materializa a discursividade do universalismo dos direitos humanos (ORLANDI, 2012), os quais, sob tal concepção, são extensíveis a todas as pessoas genericamente, sem considerar as suas peculiaridades, justamente, suas diferenças. Referindo ainda que o **grande limite é esse** - os direitos humanos fundamentais -, o procurador reforça o silenciamento da diferença e sustenta sua afirmação com base no pré-construído dos direitos humanos. Adota os direitos humanos fundamentais como justificativa para uma igualdade jurídica abstrata e formal. A legislação de referência reconhece os valores, as tradições, os usos e os costumes indígenas, menciona o propósito de preservar a sua cultura, porém, impõe a sua sujeição à aplicação das leis do País, nos mesmos termos em que se aplicam aos demais brasileiros.

O procurador Paulo, ao defender a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente a todos os seus destinatários, independentemente de sua etnia, ou seja, impondo tratamento igual, unívoco, desconsidera as singularidades das crianças e adolescentes que se desenvolvam em um ambiente diferente como o indígena. As normas jurídicas silenciam o índio, tornando-o inexistente na consciência nacional. A abordagem da questão indígena nesses discursos normativos funciona, ao menos, como indício do apagamento das diferenças ao dispor sobre tratamento igualitário entre índios e os demais grupos que compõem a população nacional.

O “*mas*” de Enir marca a recusa da igualdade jurídica e evidencia uma posição de luta pela diferença. De outra posição, o procurador enuncia “*questões fundamentais independente de etnia*”. Fundamentais para quem? Uma das máximas do direito é “tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades” (NERY JUNIOR, 2000, p. 43). Uma desigualdade que aparece como o meio para atingir a igualdade formal como fim. A igualdade jurídica “quer reconheça ou não certas diferenças, só pode ser uma igualdade abstrata. [...] os homens devem ser iguais, num sentido muito determinado, para que uma determinada ordem social, a capitalista, possa reproduzir-se” (KASHIURA JUNIOR, 2009, p. 238). Enir não enuncia a igualdade como fim. A diferença é enunciada, no direito, como desigualdade, **diferença impeditiva** de um ideal. Muito distinto é o funcionamento da diferença em Enir, que enuncia uma diferença como fim, eterna, ou seja, uma **diferença constitutiva**.

Conclusão: o incontido indígena

Destacamos, no decorrer do capítulo, dois recortes que apontam para as diferentes memórias (silenciadas) na narrativa midiática sobre os direitos da criança indígena quanto ao ECA. Com a pergunta guia *Como os discursos sobre o índio e/ou os discursos dos indígenas (não) atravessam os enunciados sobre os direitos da criança indígena no ECA?*, percorremos o material em busca de traços significantes para a compreensão deste funcionamento discursivo.

No primeiro recorte, visamos especificamente os efeitos de sentido de conflito, formulado na reportagem como conflito cultural. Compreendemos como os dizeres se perpetuam na memória discursiva constituindo o imaginário do indígena no Brasil. Memória que persiste desde o momento do Descobrimento, e, ainda hoje, desqualificam o sujeito indígena, seu falar, costumes e saberes. Ao enunciar “*ai começa o conflito cultural*”, a mídia reafirma o consenso restringindo as diferenças constitutivas do sujeito indígena a um viés cultural. Apaga o histórico dos conflitos entre brancos e índios; entre a sociedade urbana e os índios, silenciam outros conflitos, entre eles, a disputa pela terra. Esses processos de comparação com o branco e incorporação ao modo de viver do branco, constituem o sujeito indígena como aquele que quer ser branco. As políticas de consenso no urbano tentam transformar o índio num igual, recusando sua diferença.

No segundo recorte, analisamos os conectores “*só que*” e “*mas*” na fala da indígena Enir, confrontando com o enunciado do procurador Paulo César Garrido. A mudança da orientação argumentativa pelo “*só que*” e do “*mas*” não nega apenas o enunciado imediatamente anterior. Nega o pré-construído de que direito é bom para toda e qualquer

sociedade. Nega o direito constituído pela equivalência formal entre sujeitos.

Em um primeiro momento, a reportagem enuncia de uma posição que silencia a história indígena, mas, em uma quebra da narrativa, a posição de Enir irrompe como/pela diferença. Ainda que a reportagem signifique a fala de Enir como uma busca de **priorização do direito indígena**, porque sua fala já vem *digerida de antemão* (para retomar a epígrafe de Althusser), a formulação de Enir desliza sob o efeito da unidade contraditória de um **direito à diferença**, incabível em suas consequências para o **direito à igualdade**.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Análise crítica da teoria marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

EDELMAN, Bernard. **O direito captado pela fotografia: elementos para uma teoria marxista do direito**. Coimbra: Centelha, 1976.

FERREIRA, Lucimar Luisa. **O índio Umutina no discurso do contato: silenciamento e resistência**. 2000. 106 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2000.

KASHIURA JUNIOR, Celso Naoto. **Crítica da Igualdade Jurídica: contribuição ao pensamento jurídico marxista**. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

LAGAZZI, Suzy. **O desafio de dizer não**. Campinas: Pontes, 1988.

_____. O confronto político urbano administrado na instância jurídica. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Discurso e políticas públicas urbanas**: a fabricação do consenso. Campinas: Editora RG, 2010. p. 75-83.

LEITE, Rosângela Ferreira. A política Joanina para Ocupação do Sertão, Guarapuava - 1880 - 1821. **Revista de História USP**, 2008, n. 159, p. 172.

MARIANI, Bethania. **Colonização linguística**: línguas, política e religião. Campinas: Pontes, 2004.

NAVES, Márcio Bilharinho Naves. **Marxismo e direito**: um estudo sobre Pachukanis. São Paulo: Boitempo, 2008.

NERY JUNIOR, Nelson. **Princípios do Processo Civil na Constituição Federal**. São Paulo: RT, 2000

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **Terra à vista**: discurso do confronto: velho e novo mundo. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

_____. **Discurso em análise**: sujeito, sentido e ideologia. 2 ed. Campinas: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

_____. Língua e memória: projeto de pesquisa. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Campinas: Pontes, 2011. p. 141-150.

RENDON, José Arouche de Toledo. Plano que se Propõem o Melhoramento da Sorte dos Índios, Reduzindo-se a Freguesias as

sua Aldeias, e Extinguindo-se Este Nome, e Esta Antiga Separação em que Tem Vivido a Mais de Dois Séculos. **Documentos Interessantes para a História dos Costumes de São Paulo (DIHCSP)**. São Paulo: Editora da Unesp, 1990. p. 91-110.

YOUTUBE. **Índios lutam para que ECA priorize cultura indígena**. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=Bso-_hM8UCQ>. Acesso em: 20 set. 2012.

Delimitações, inversões, deslocamentos em torno do Anexo 3[♦]

Suzy Lagazzi

[...] averiguar o que, não tendo nenhuma importância, deu vida, lugar e ocasião à importância que passou a ter o que dizemos ser importante. (SARAMAGO, 2011, p. 118)

1. Do simbólico no social

Dois textos que me arrebatam e aos quais insistentemente volto. Objetos de muitas aulas e cursos, referências quase obrigatórias em minhas discussões e análises discursivas. Textos nos quais a filiação materialista fez sentido de maneira irreversível em meu percurso. Para os menos iniciados na leitura de Michel Pêcheux e que podem ter estranhado o título deste artigo, falo de *Delimitações, Inversões, Deslocamentos* (PÊCHEUX, 1990) e de *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação* (PÊCHEUX, 1988), o famoso Anexo 3. Textos que para mim se enlaçam em pontos de extremo refinamento teórico na trajetória de Pêcheux.

Retomar esse dois textos é insistir na compreensão do sujeito na Análise do Discurso, em seus processos de identificação.

[♦] Agradeço a Guilherme Adorno de Oliveira as inquietações que muito motivaram este trabalho. Também a Fábio Ramos Barbosa Filho, que em sua discordância muito contribuiu.

Não posso deixar de chamar a atenção para as duas epígrafes que abrem o texto *Delimitações*: uma de Marx e Engels, recortada do **Manifesto do Partido Comunista**, que fala do "constante abalo de todo o sistema social", e outra de Benveniste, recortada de **Problemas de Linguística Geral I**, que fala do "poder fundador da linguagem". Duas epígrafes fortes e que, juntas, impactam e não deixam dúvida sobre a importância da relação entre a linguagem e o social para Michel Pêcheux:

"Esta desordem contínua da produção, este constante abalo de todo o sistema social, esta agitação e esta insegurança perpétuas distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Todas as relações sociais, tradicionais e cristalizadas com seu cortejo de concepções e idéias antigas e veneráveis se dissolvem; as que vêm substituí-las envelhecem antes de terem podido se ossificar". (Marx, Engels. **Manifesto do Partido Comunista**) (PÊCHEUX, 1990, p. 7).

"O homem sentiu sempre - e os poetas frequentemente cantaram, - o poder fundador da linguagem, que instaura uma realidade imaginária, anima as coisas inertes, faz ver o que ainda não é, traz de volta o que desapareceu". (Benveniste. **Problemas de Linguística Geral I**) (PÊCHEUX, 1990, p. 7).

E embalada nesse poder da linguagem, quero me referir à belíssima afirmação que encontramos em *Delimitações*: "a linguagem especifica a existência do simbólico para o animal humano" (PÊCHEUX, 1990, p. 8). Todos os alunos que passaram por minhas aulas sabem que um trabalho de final de semestre que eu preze tem que trazer a afirmação de que "somos sujeitos de linguagem", decorrência

consequente da formulação acima e que potencializa todas as discussões entre sujeito e linguagem, principalmente a discussão sobre os processos de identificação do sujeito, que muito me interessa. Especificar que a identificação é um processo simbólico, que nos identificamos em relações significantes, isso é muito consequente para a discussão a que quero dar lugar neste texto.

Ressalto a ligação da afirmação acima, do simbólico como especificidade do sujeito, a outras também presentes em Delimitações, igualmente importantes do meu ponto de vista teórico e que tocam o social em suas possibilidades de mudança: a afirmação de que "na questão histórica das revoluções o real vem se afrontar com o imaginário", de que "as revoluções concernem ao contato do visível, do existente e do presente com o invisível, o alhures, o não-realizado, o impossível, as diferentes modalidades de ausência" (idem). Contato entre o que está e o que pode vir a estar. A mudança como algo sempre possível no social, materializando-se em novos laços. Falar do social é falar de relações entre sujeitos de linguagem. Pensar "o invisível, o alhures, o não-realizado, o impossível, as diferentes modalidades de ausência" no social é ter que se haver com sujeitos de linguagem, ter que se haver com a linguagem! Daí a consequência trazida por Pêcheux de que falar das revoluções é falar da linguagem: "a existência do invisível e da ausência está estruturalmente inscrita nas formas linguísticas da negação, do hipotético, das diferentes modalidades que expressam um "desejo" [...]" (idem). O social, espaço também do invisível, do alhures, do não-realizado, do impossível, das diferentes modalidades de ausência, do que pode vir a ser de outro modo, é espaço de linguagem, do movimento de sujeitos na linguagem, do movimento de sujeitos de linguagem.

O alhures me toca por sua forte presença em minha tese de doutorado¹, mobilizada que estava eu pelo jogo entre "o alhures realizado e o realizado alhures". Esse jogo retorna e neste texto me permite pensar o "alhures realizado" como potencializando o social pela linguagem, por sentidos que se disponham como novos pontos de ancoragem para diferentes processos de identificação. Marco aqui a possibilidade do social na diferença de sentidos que o constitui. Potencialização simbólica do social num "processo sem Sujeito nem Fim(s)", para citar Althusser (1978, p. 66).

Voltando a Pêcheux em *Delimitações*, ressalto que, para ele, discorrer sobre as revoluções e as mudanças que elas significaram, é não poder passar ao lado da língua. O autor afirma que a revolução burguesa "é também uma revolução linguística" (idem, p. 9), e que "para tornar-se cidadãos, os sujeitos deviam, portanto, se libertar dos particularismos históricos", particularismos dos quais faz parte a língua materna: "a 'questão linguística' chega politicamente à ordem do dia, e desemboca na alfabetização, no aprendizado e na utilização legal da língua nacional" (idem, p. 10). Nessa mudança estrutural na forma das lutas ideológicas, continua o autor, passamos a ter "não mais o choque de dois mundos, separados pela barreira das línguas, mas um confronto estratégico em um só mundo, no terreno de uma só língua, tendencialmente Una e Indivisível, como a República" (idem, p. 11).

Essa língua una e indivisível nos interessa, não apenas enquanto língua de uma nação, mas na unidade de sentidos que vai coagindo as relações sociais num imaginário de evidências e verdades que seriam comum a

¹ LAGAZZI-RODRIGUES (1998).

todos as pessoas dotadas de bom senso! Esse represamento do social numa unidade imaginária, nas palavras de Pêcheux (1990) "estratégia da diferença sob a unidade formal", e que segundo o autor "culmina no discurso do Direito", barra a possibilidade de circulação da diferença: "a maneira política de negar a política no interior da língua" (idem). Formulação esta tantas vezes retomada, e não sem razão, dada sua agudeza no jogo com os sentidos! E essa agudeza proclama a imobilização do social pela negação da política no interior da língua!

Considerando, conforme Pêcheux (1990), que a mudança do mundo feudal para o mundo burguês inscreveu no modo de identificação do sujeito em sua forma capitalista, definido como um sujeito-de-direito, o reconhecimento no espaço da unidade simbólica imaginária, buscar a compreensão do modo pelo qual nessa unidade rachaduras se abrem, se faz um objetivo pungente para todos aqueles que reconhecem que não são as intenções e as estratégias dos homens que determinam a história, que os limites do possível são herdados do passado. Assim, se não se trata de voluntarismo do sujeito, como o "furo" se faz possível no social?

2. Uma incursão por Althusser

Faço aqui um corte que julgo esclarecedor para falar do reconhecimento no processo da identificação do sujeito. No jogo parafrástico entre "identificar-se a" e "reconhecer-se em", jogo no qual em minha compreensão 'filiação' e 'adesão' fazem parte de famílias parafrásticas distintas, situo a visibilidade da ancoragem inconsciente do sujeito.

Louis Althusser, em seu texto Freud e Lacan (1984), retoma Lacan para pontuar o que considera ser a grande

contribuição e descoberta do autor e que diz respeito ao fato de que na passagem da existência biológica à existência humana, é sob a lei da linguagem que se fixa e se dá toda a ordem humana. Althusser fala dos dois grandes momentos dessa passagem. O primeiro, "o momento da relação dual", em que a criança vive com a mãe "essa relação dual no modo do fascínio imaginário do ego, sendo ela [a criança] [...] todos *os outros* da identificação narcísica primária, sem jamais poder tomar, face ao outro ou a si mesma, a distância objetivante do terceiro" (ALTHUSSER, 1984, p. 64). O segundo momento, o "do Édipo",

no qual surge uma estrutura ternária no fundo da estrutura dual, quando o terceiro (o pai) se imiscui, como um intruso, na satisfação imaginária do fascínio dual, perturba a sua economia, quebra os seus fascínios, e introduz a criança nisso a que Lacan chama a Ordem Simbólica, a da linguagem objetivante, que lhe permitirá dizer finalmente: eu, tu, ele ou ela, que permitirá, pois, ao serzinho situar-se como criança humana num mundo de terceiros adultos. (ALTHUSSER, 1984, p. 65).

O primeiro momento, sintetiza Althusser, é o momento do imaginário e o segundo momento é o do simbólico, sendo que há um esclarecimento capital feito por Lacan: os "dois momento são dominados e marcados por uma única Lei, *a do Simbólico* [...] sob a própria forma da Ordem do significante, ou seja, sob a forma de uma Ordem formalmente idêntica à ordem da linguagem" (idem, p. 65).

Com um pouco mais de subsídios agora, voltamos à afirmação de que somos sujeitos de linguagem, sujeitos à ordem do significante. Althusser ressalta que o discurso do Outro, do grande Terceiro que vem permitir a objetivação

nas relações de linguagem, é o discurso do inconsciente, "condição absoluta de qualquer discurso" (idem, p. 67).

Finalizando seu texto, Althusser retoma Freud para ressaltar "que o sujeito humano é descentrado, constituído por uma estrutura que também tem um 'centro' apenas no desconhecimento imaginário do 'eu', ou seja, nas formações ideológicas em que ele se 'reconhece'" (idem, p. 71). E (in)conclui falando da necessidade de melhor compreensão dessa *estrutura do desconhecimento* que tanto interessa "a qualquer pesquisa sobre a ideologia" (idem).

3. Desdobramentos no desconhecimento

Quero chamar a atenção sobre o processo do reconhecimento, que se dá no desconhecimento. Desconhecimento imaginário que habita o "eu" em seu efeito de unidade, em suas certezas e na evidência dos sentidos. Desconhecimento da alteridade constitutiva do sujeito e dos sentidos. Desconhecimento de que o familiar e o estranho se entrelaçam nos efeitos metafórico e metonímico. Desconhecimento na linguagem do irrealizado da linguagem. Desconhecimento do discurso do inconsciente e de suas razões intangíveis: "só há causa daquilo que falha".

O entrelaçamento do familiar e do estranho nos efeitos metafórico e metonímico. O desconhecimento do discurso do inconsciente e de suas razões intangíveis. Formulações que me capturam e sobre as quais me debruço.

Ainda em Freud e Lacan, lemos com Althusser (1984, p. 63) que "Freud já dissera que tudo dependia da linguagem" e que Lacan, ao precisar este ponto, afirma que "o discurso do inconsciente é estruturado como uma linguagem". Na sequência, Althusser retoma o deslocamento e a condensação, propostos por Freud para

explicar as "leis" do sonho, chegando à correlação feita por Lacan destes com as figuras linguísticas da metonímia (combinação) e da metáfora (seleção), formuladas por Jakobson como sendo os dois eixos da linguagem.

Localizando o deslocamento e a condensação nas dimensões da cadeia significante, Lacan vai propor que "a condensação é uma metáfora" e que o "deslocamento é uma metonímia". A metáfora "diz para o sujeito o sentido recalcado do seu objeto". Na metonímia "se marca que é o desejo, desejo de outra coisa que falta sempre" (DUCROT; TODOROV, 1982, p. 416).

Porque o que implica estas duas fórmulas é que não chega, para fazer um tropo, pôr uma palavra no lugar de outra em virtude dos seus significados respectivos. A metáfora, muito mais precisamente, é o *aparecimento numa cadeia significante dada de um significante vindo de uma outra cadeia*, tendo este significante ultrapassado a barra ("resistente") do algoritmo para perturbar, com a sua "disrupção", o significado da primeira cadeia, onde produz um efeito de não-sentido: testemunhando que é "antes do sujeito" que surge o sentido. Quanto à metonímia, remete menos de um termo para outro, do que marca a *função essencial da falta no interior da cadeia significante*: a conexão dos significantes que permitem operar "a transferência" daquilo que não deixa de faltar num discurso, ou seja, um prazer definitivo." (DUCROT; TODOROV, 1982, p. 417)

No recorte acima, metáfora e metonímia são definidas em função da cadeia significante, a metáfora nos fazendo pensar a alteridade na relação com a cadeia significante, e a metonímia afirmando a falta como constitutiva dela. A partir desses dois pontos, quero me

atrever um pouco nessas relações. Parece-me consequente pensar que a irrupção, numa cadeia significativa dada, de um significativo vindo de uma outra cadeia, que é o que define a metáfora, só é possível porque a falta constitui a cadeia significativa, que é o que caracteriza a metonímia. Na contraparte, é porque o recalque é constitutivo do sentido que a falta é função essencial no interior da cadeia significativa. Tomando a cadeia significativa como a estrutura de base para a realização da linguagem, metáfora e metonímia estarão sempre juntas, em determinação mútua, e se isso procede, seleção e combinação, condensação e deslocamento, recalque e falta são processos sempre em concomitância na realização da linguagem. Arrisco-me a dizer que é no cruzamento desses processos que a linguagem se produz.

Filiando-me à máxima materialista de que o sentido nunca se cola ao real, compreendo que esse hiato entre sentido e real é a falta que constitui a cadeia significativa, produzindo no sujeito a injunção a sempre dizer de outro modo, sempre reformular. Nas palavras de Orlandi (1996) é a injunção do sujeito ao simbólico.

Metáfora e metonímia definindo o jogo da linguagem como um jogo significativo. Metáfora e metonímia estruturando o discurso do inconsciente. O jogo significativo estruturando o discurso do inconsciente. Sentido recalçado e desejo do que sempre falta são as definições de Lacan para a metáfora e a metonímia, o que me leva a pensar o significativo no movimento do irrealizado. O familiar e o estranho se entrelaçando no jogo (do) significativo. Volto ainda a Althusser, em Freud e Lacan, ao ponto em que ele fala da correlação entre o deslocamento e a condensação em Freud com a metonímia e a metáfora em Jakobson:

daí resulta que o lapso, o ato falho, a piada e o sintoma se tornavam, como os elementos do próprio sonho: *Significantes*, inscritos na cadeia de um discurso inconsciente, dublando em silêncio, ou seja, em voz ensurdecadora, no desconhecimento do "recalcamento", a cadeia do discurso verbal do sujeito humano. Com isso, éramos introduzidos ao paradoxo [...] de um discurso duplo e uno, inconsciente e verbal, só tendo como campo duplo um campo único sem nenhum além a não ser em si mesmo: o campo da "cadeia significante". (ALTHUSSER, 1984, p. 63)

Althusser vai chegar ao redobramento e à defasagem característicos tanto do discurso do inconsciente quanto do discurso verbal do sujeito, para pôr abaixo todas as interpretações filosófico-idealistas do inconsciente.

Volto a estes pontos que me ajudam a insistir sobre o processo da identificação na sua relação simbólico-ideológica. Falar de reconhecimento no (des)conhecimento é falar de ideologia e de inconsciente, do que se faz causa evidente a partir do que falha. Volto ao lapso, ao ato falho, ao sintoma, para melhor compreender o (des)conhecimento nas possibilidades de reconhecimento e novas identificações significantes que oferece ao sujeito.

E com essa volta chego ao Anexo 3, quando Pêcheux também trará o lapso e o ato falho, ao lado do sonho e do chiste, para falar da relação entre ideologia e inconsciente no processo de interpelação do sujeito.

4. Retomando a retificação

O Anexo 3 é um texto em que Pêcheux toca em pontos nevrálgicos de maneira extremamente consequente. Para mim um texto de encontros a partir de mexidas que

não poupam a teoria, justamente levando as exigências teóricas ao encontro de suas filiações epistemológicas.

No Anexo 3, Pêcheux (1988) se propõe ao início de uma retificação. Ao final da segunda página, lemos:

Gostaria de apresentar aqui para os leitores um esboço fragmentário dessa tentativa de ajustamento^{nota} lançando mão de um ponto preciso, ao qual me restringirei. Na conclusão do texto redigido em 1975, encontramos a seguinte formulação resumida:

A forma-sujeito do discurso, na qual coexistem, indissociavelmente, interpelação, identificação e produção de sentido, realiza o non-sense da produção do sujeito como causa de si sob a forma da evidência primeira. (PÊCHEUX, 1988, p. 294-295)

Uma formulação muito retomada por todos os que se aventuraram na reflexão de Pêcheux, esta sobre a 'forma-sujeito'. Incluo-me nesse 'todos', lembrando as muitas aulas e minicursos em que me empenhei sobre esta formulação. Mas neste momento é para a ^{nota} por mim negritada na citação acima, que primeiro chamo a atenção. Considero-a de fundamental importância, e justamente por ser uma nota, no caso a de número 18 e inclusive não negritada, pode perfeitamente ser desconsiderada na leitura. Pelo sim da possível desconsideração e também pela possibilidade de uma leitura menos atenta, retomo parcialmente a nota:

Esse trabalho de retificação implica outros, sobre a noção de ideologia dominada, e também sobre o termo "desidentificação", que achei bom propor em 1975. Estou mantendo aqui apenas a questão da disjunção entre sujeito e ego na problemática da interpelação ideológica, em relação com a questão do sentido, portanto, com a

questão da linguagem e especialmente a da metáfora. Esse estudo teria sido literalmente impossível - e isso não é uma frase de efeito - sem a contribuição de vários trabalhos recentes, sobretudo os de E. Roudinesco [...]; P. Henry [...]; J.-C. Milner [...]; F. Roustang [...]; [...] M. Plon [...] J.L. Houdebine [...] Enfim, o texto inédito de Althusser (1976), que acompanha a apresentação de seu artigo de 1970 'Ideologie et Appareils Idéologiques d'États' para o público alemão [...] é evidentemente muito precioso neste trabalho, que tem realmente em seu "very beginning" justamente esse artigo de 1970. (PÊCHEUX, 1988, p. 306)

Talvez minhas incursões sobre o tema da resistência, que me acompanham desde a graduação, tenham me levado a querer compreender melhor o incômodo de Pêcheux no que diz respeito ao conceito de ideologia dominada e ao termo "desidentificação".

O retorno ao texto Delimitações é providencial na retomada da discussão sobre ideologias dominadas. Foco a recusa de Pêcheux em pensá-las como "germes reprimidos e abafados pela ideologia dominante" (PÊCHEUX, 1990, p. 16). O autor afirma que "toda dominação ideológica é antes de tudo uma dominação interna, quer dizer, uma dominação que se exerce primeiramente na organização interna das próprias ideologias dominadas" (idem), ressaltando a necessidade de reconhecer que "as ideologias dominadas se formam *sob* a dominação ideológica e *contra* elas, e não em um "outro mundo", anterior, exterior ou independente". (idem). E em nota (essas magníficas notas!) acrescenta: "Por consequência, sustentamos aqui que *as ideologias dominadas existem*, e não são o puro reflexo da ideologia dominante. Por outro lado, o *plural* manifesta que elas não constituem tampouco o seu inverso simétrico." (idem, p. 23)

Pêcheux toca aqui na eficácia da dominação! E nos faz olhar para esta questão sensibilizado pela amarração da linguagem à interpelação ideológica dos indivíduos em sujeitos, retomando de Althusser a compreensão de que as práticas ideológicas são reguladas por *rituais* e que todo ritual falha. Portanto, muito mais que compreender estratégias de coação entre dominadores e dominados, trata-se de compreender os pontos de resistência, os pontos em que os rituais se quebram em lapsos e atos falhos, diz Pêcheux (1990, p. 17). A dominação é uma questão de linguagem: é necessário "começar a se despedir do sentido que reproduz o discurso da dominação, de modo que o irrealizado advenha formando sentido do interior do sem-sentido" (idem). Recorte tantas vezes repetido e nem por isso menos consequente! Pensar a quebra no ritual como uma questão simbólica, como uma transgressão na fronteira do sentido, é um ganho inestimável para a compreensão dos processos de identificação do sujeito:

[...] o frágil questionamento de uma ordem, a partir da qual o lapso pode tornar-se discurso de rebelião, o ato falho, de motim e de insurreição: o momento imprevisível em que uma série heterogênea de efeitos individuais entra em ressonância e produz um *acontecimento histórico*, rompendo o círculo da repetição. (PÊCHEUX, 1990, p. 17).

Novamente a afirmação de que somos sujeitos de linguagem levada às suas consequências! Rebelar-se, insurgir-se, revoltar-se, não em gestos voluntaristas, mas na imprevisibilidade de um efeito de ressonância que toma a dimensão de um acontecimento histórico, ecoando e

produzindo um novo sentido para o sujeito. A brecha na identificação pensada na relação com a cadeia significante.

Hora e vez do termo "desidentificação"? Para chegarmos a ele, ainda algumas retomadas me parecem importantes. Como aponta o próprio Pêcheux (1988) no Anexo 3, não é por acaso que a formulação da tese da produção do sujeito como causa de si sob a forma da evidência primeira produziu ruído, já que ela tocou no ponto-limite da reflexão marxista, que "ameaçava enclausurar a política do proletariado" seja no "dilema do quietismo" ou do "salto voluntarista" do sujeito (idem, p. 295). Como escapar ao determinismo do sujeito? Como tornar consequente o que Althusser havia enunciado já em seu trabalho Freud e Lacan, sobre uma "relação teórica do marxismo com certos conceitos psicanalíticos (sobre termos como sujeito, ego, inconsciente/consciente, imaginário, identificação...)" (ALTHUSSER, 1984, p. 296)? Como responder ao que Althusser também havia feito escutar sobre a possibilidade de cegar e ensurdecer que as evidências e as injunções da Ideologia dominante têm (idem)? Como dar consequência à questão provocadora formulada pelos inimigos de Althusser a partir do assujeitamento do indivíduo, e que apontava os homens como não mais do que "suportes"? (idem, p. 297)

Ao se colocar entre os que "tiveram a fraqueza de levar a sério essa questão provocadora, a despeito das intenções malevolentes dos que a colocavam" (idem), Pêcheux relata seu empenho em desenvolver em **Les Vérités de La Palice**² a noção de luta ideológica de classes

² Traduzido como **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio (PÊCHEUX, 1988).

tendo como base o artigo de Althusser *Aparelhos Ideológicos de Estado*:

[...] fui mais longe investigando de que modo, no absurdo círculo de evidência constituído pela interpelação, "o sujeito é produzido" como historicamente capaz - sob certas condições essencialmente ligadas à aparição da teoria marxista-leninista - de se voltar contra causas que o determinam, porque ele as apreende teórica e praticamente: de bom ou mau grado, cheguei, assim, no fim de *Les Vérités de La Palice* a delinear o fantasma de um estranho sujeito materialista que efetua a "apropriação subjetiva da política do proletariado". E, apesar de todas as precauções teóricas de que eu me cercava (em particular com a noção de "desidentificação" cuja discussão retomarei em outra parte), cheguei finalmente a um paradoxal sujeito da prática política do proletariado cuja simetria tendencial com o sujeito da prática burguesa não era questionada! (PÊCHEUX, 1988, p. 298)

Pêcheux (1988) reconhece ter se apoiado em uma "*exterioridade radical da teoria marxista-leninista*" e afirma ter chegado à "possibilidade de uma espécie de *pedagogia da ruptura das identificações imaginárias em que o sujeito se encontra*, logo a possibilidade de uma "interpelação às avessas" atuando na prática política do proletariado" (p. 298-299).

Em seu modo implacável de conduzir a autocrítica, Pêcheux não deixa dúvidas quanto ao que significa ser materialista, expondo, ponto a ponto, seus deslizes idealistas na relação com o marxismo e com a psicanálise: "levar demasiadamente a sério a ilusão de um ego-sujeito-

pleno em que nada falha, eis precisamente algo que falha em *Les Vérités de La Palice*" (idem, p. 300).

5. Hora e vez do termo "desidentificação"!

Na parte 3 do capítulo IV de **Les Vérités de La Palice**, Pêcheux (1988) retoma a expressão 'práticas discursivas' localizando-a na relação com as formações discursivas, para ressaltar que o sujeito é "*colocado como autor de e responsável por seus atos (por suas 'condutas' e por suas 'palavras')*" em cada prática em que se inscreve", sendo que essas práticas se constituem no "complexo das formações ideológicas (e, em particular, das formações discursivas)" em que o indivíduo é interpelado em "sujeito-responsável" (p. 214). Pêcheux acrescenta, com base em P. Henry, que "a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso", supõe necessariamente um "desdobramento" entre o "sujeito da enunciação" e o "sujeito universal" ou "sujeito da ciência" (idem), e que "esse desdobramento pode assumir diferentes modalidades" (p. 215). De maneira bastante resumida, retomo aqui o que Pêcheux (1988) denomina "a primeira modalidade" e que "consiste numa superposição entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal" e a "segunda modalidade", que "caracteriza o discurso do "mau sujeito", discurso no qual o sujeito da enunciação "se volta" contra o sujeito universal" (idem). A essas duas modalidades Pêcheux vai chamar "identificação" e "contra-identificação", especificando que se trata do que P. Henry (1974) caracterizou sob a forma do par "acobertamento-rejeição", e que deve ser diferenciado do processo que este autor chamou de "integração":

[...] se há ideologias proletárias constituídas, então, em última instância, o que as diferencia das ideologias da classe dominante em uma formação social dominada pelo modo de produção capitalista são os conhecimentos que elas integram pela reprodução dos efeitos de significação, na medida em que as ideologias da outra classe rejeitam ou acobertam esses conhecimentos." (PÊCHEUX, 1988, p. 216)

Pêcheux continua:

Essa integração designa, de fato, o caráter historicamente novo da prática ideológica do proletariado, que consiste, diremos por nossa conta, em trabalhar de maneira explícita e consequente *sobre* a forma-sujeito. Mas isso significa, também, apontar a existência capital de uma "terceira modalidade" subjetiva e discursiva, paradoxalmente, caracterizada pelo fato de que ela integra o efeito das ciências e da prática política do proletariado sobre a forma-sujeito, efeito que toma a forma de uma *desidentificação*, isto é, de uma tomada de posição não-subjetiva [...] Na realidade, o funcionamento dessa "terceira modalidade" constitui um trabalho (transformação-deslocamento) da forma-sujeito e não sua pura e simples *anulação*. Em outros termos, esse efeito de desidentificação se realiza paradoxalmente por um processo subjetivo de apropriação dos conceitos científicos e de identificação com as organizações políticas "de tipo novo". A ideologia - "eterna" enquanto categoria, isto é, enquanto processo de interpelação dos indivíduos em sujeitos - não desaparece; ao contrário, funciona de certo modo *às avessas*, isto é, *sobre e contra si mesma*, através do "desarranjo-rearranjo" do complexo das formações ideológicas (e das formações discursivas que se encontram intrincadas nesse complexo)." (PÊCHEUX, 1988, p. 217-218)

Fiz questão de localizar exatamente o termo "desidentificação" em **Les Vérités de La Palice**, ao lado dos termos "identificação" e "contra-identificação", para que seja possível ao leitor me acompanhar na necessidade incontornável de descolamento do termo "identificação" de suas contrapartes "contra-identificação" e "desidentificação". No que diz respeito à contra-identificação, é importante que não deixemos de prestar atenção que o investimento de Pêcheux se faz focado no sujeito da enunciação para especificar "modalidades discursivas do funcionamento subjetivo" (p. 216)! E quanto à desidentificação, sua definição como uma "tomada de posição não-subjetiva" na "prática política do proletariado" em que "a ideologia funciona às avessas" não deixa dúvida de que ela é o ponto sobre o qual a retificação implacável de Pêcheux incide quando afirma ter chegado à "possibilidade de uma espécie de *pedagogia da ruptura das identificações imaginárias em que o sujeito se encontra*, logo a possibilidade de uma 'interpelação às avessas' atuando na prática política do proletariado" (PÊCHEUX, 1988, p. 298-299), como já realçado pouco acima.

Ler sobre o processo de identificação em Delimitações, em Freud e Lacan e no Anexo 3 nos impede de reduzirmos esse processo a "uma modalidade discursiva do funcionamento subjetivo" e muito menos levarmos a sério a ilusão de um ego-sujeito-pleno em que nada falha. Delimitações, Freud e Lacan e o Anexo 3 nos permitem o ganho de compreender o reconhecimento constitutivo do processo de identificação sendo presidido pelo (des)conhecimento, e mais, o processo de identificação como um processo simbólico, um trabalho metafórico/metonímico na cadeia significativa, justamente porque "o fato de que o *non-sens* do inconsciente, em que a interpelação encontra onde se agarrar, nunca é inteiramente recoberto nem

obstruído pela evidência do sujeito-centro-sentido que é seu produto" (PÊCHEUX, 1988, p. 300). Com essa citação volto ao Anexo 3, justamente em tempo de me agarrar ao aforismo Lacaniano "só há causa daquilo que falha". Esse aforismo, que segue a afirmação de Pêcheux de que "o *non-sens* inconsciente não pára de voltar no sujeito e no sentido que nele pretende se instalar", nos diz que "a causa que determina o sujeito exatamente onde o efeito de interpelação o captura", se "'manifesta' incessantemente e sob mil formas (o lapso, o ato falho, etc.) no próprio sujeito" (idem).

Neste ponto Anexo 3 e Delimitações se unem, chegando à questão da resistência pela falha no ritual simbólico.

Em Delimitações lemos que as resistências estão em

não entender ou entender errado; não "escutar" as ordens; não repetir as litânicas ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras... (PÊCHEUX, 1990, p. 17).

No Anexo 3 Pêcheux nos fala da

origem não-detectável da resistência e da revolta: formas de aparição fugidias de alguma coisa "de uma outra ordem", vitórias ínfimas que, no tempo de um relâmpago, colocam em xeque a ideologia dominante tirando partido de seu desequilíbrio." (PÊCHEUX, 1988, p. 301)

Não é por acaso que nestes dois textos Pêcheux tenha chegado à resistência como um trabalho simbólico. A temática das revoluções pensada para além do voluntarismo, entrelaçada à "fraqueza de levar a sério" o fato de que os homens são sujeitos empenhados na fascinante tarefa de suportar o simbólico, deu a Pêcheux o mote de compreender o sujeito na sua possibilidade de produzir "furos no social": pela resistência, tomada naquilo que nos especifica como animais humanos! Somos sujeitos à linguagem na história. Pêcheux é consequente com a concepção materialista de sujeito, que sempre o manteve brigando por Althusser, sem nunca abrir mão dessa filiação. Não é por acaso que estes dois textos me arrebatam. Não é por acaso que este meu percurso de leitura tenha se estruturado sobre o processo de identificação do sujeito e chegado à resistência d/n/os sentidos. Não é por acaso que tenho insistido, em minhas análises, em falar da resistência como um trabalho simbólico! Somos sujeitos de linguagem, com todas as consequências que daí derivam...

Referências

ALTHUSSER, L. **Freud e Lacan. Marx e Freud.** Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. **Posições I.** Rio de Janeiro: Graal, 1978.

DUCROT, O.; TODOROV, T. **Dicionário das Ciências da Linguagem.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1982.

HENRY, P. **De l'énoncé au discours: présupposition et processus discursifs.** Ronéo C.N.R.S.-E.P.H.E., 1974.

LAGAZZI-RODRIGUES, S. M. **A discussão do sujeito no movimento do discurso**. 1998. 98 f.. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas - Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 1998.

ORLANDI, E. **Interpretação**. Petrópolis: Vozes, 1996.

PÊCHEUX, M. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: _____. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988. p. 293-307.

PÊCHEUX, M. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. In: **Caderno de Estudos Linguísticos**. Campinas, (19): 7-24, jul./dez. 1990.

SARAMAGO, J. **História do cerco de Lisboa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

O funcionamento discursivo do porta-voz na literatura de cordel¹

Fernanda Moraes D' Olivo

Introdução

As reflexões contempladas neste capítulo fazem parte da dissertação de mestrado intitulada **O social no cordel: uma análise discursiva**. Um dos meus questionamentos nessa pesquisa é sobre como se dá o funcionamento do porta-voz na literatura de cordel. Esta questão foi formulada a partir de observações feitas em estudos sobre o cordel que naturalizavam o cordelista como sendo o porta-voz do povo. Meyer (1980) e Souza (2007) consideram o poeta de cordel como a voz do povo, a voz dos oprimidos, aquele que fala no lugar dos seus e em nome destes, assim como uma parte do público² da literatura de cordel e o próprio cordelista. Essa denominação já é estanque. Além disso, considerar o poeta de cordel como o porta-voz do povo representaria o senso comum naturalizado. Precisamos, assim, suspender essa naturalização para compreendermos o funcionamento discursivo do cordel.

E para esta compreensão é relevante conhecer um pouco sobre as condições de produção do cordel, no que

¹ Trabalho de mestrado desenvolvido sob orientação da Profa. Dra. Suzy Lagazzi, na Unicamp, defendido em 2010 e financiado pela FAPESP.

² Como foi visto nos sites <www.brasilcultura.com.br/literatura/poesia-do-sertao> e <www.almanaquebrasil.com.br/ilustresbrasil/brasileiros/poeta-passaro-poeta-cidadao>. Acesso em 20 mar. 2010.

concerne, principalmente, ao cordelista, o autor, e ao público desta literatura.

1. O cordel, o poeta e o seu público: breve panorama

A Literatura de cordel é típica do nordeste brasileiro, onde surgiu. É constituída por versos que contam as mais variadas histórias, desde as fantásticas, com reis e rainhas, até fatos do cotidiano. Assim, no que concerne à temática, segundo pesquisadores, esta era e ainda é ampla e variada, geralmente dirigida a um público adulto. Os poetas falavam e ainda falam em seus versos sobre política, religião, estórias fantásticas, contos, lendas, biografias de personalidades. Podemos observar, dessa forma, que a temática do cordel é heterogênea e não segue nenhum padrão, diferentemente da sua estrutura fixa, usada para a memorização dos versos e preservação da oralidade (MAXADO, 1980; CURRAN, 1991; ABREU, 1999).

Para o cordel, é relevante a preservação da oralidade por meio da forma escrita, porque ele se sustenta na tradição oral. Houaiss (1983), no prefácio para o livro **Cordel, do encantamento às histórias de luta** de Maria José Fialo Londres, diz que:

Nessa síntese – menos descritiva que indagativa – há que ressaltar o convívio perdurante da literatura oral com a literatura de cordel, a partir do advento desta. Esta se baseia na primeira, mas nem por isso a primeira, oral, deixa de subsistir, já que o cordel desde sempre aspira ser ‘ouvido’, constituindo a forma impressa um meio de expansão da oralidade (HOUAISS, 1983, p. 15).

A recitação, desse modo, é um fator fundamental no cordel. A estrutura com rimas e métricas bem marcadas configura uma rítmica que é importante no momento da declamação dos folhetos pelos poetas. Essa estrutura fixa marca a relação com o oral no cordel. Os folhetos, geralmente, são organizados em versos de sete sílabas métricas com estrofes de seis ou sete versos, com um esquema de rima estabilizado, conforme o exemplo abaixo:

O sujeito preguiçoso (A)
Depois que aprende a roubar (B)
Não tem jeito que dê jeito (C)
Nunca mais quer trabalhar (B)
E se o cabra for estudado (D)
Ninguém pode segurar. (B)

O Brasil já conheceu (A)
Um tal de P.C. Farias (B)
Que desde cedo, na escola (C)
Promete que enricaria (B)
Que, quando fosse um doutor (D)
Muitos milhões roubaria. (B)

(Trecho extraído do cordel **O dia em que P.C. Farias infernizou o inferno**)

A estrutura padrão colabora para a memorização dos folhetos:

Saber, por exemplo, que o segundo, quarto e sexto versos terminarão com um mesmo som permite prever minimamente o que será dito e auxilia a recordação de uma história já conhecida. A regularidade fornece marcas, 'pistas', sobre o caminho que a composição

seguirá, não só com quem a apresenta, mas também para quem a ouve (ABREU, 1999, p. 88).

A partir de Abreu (1999), podemos afirmar que os indivíduos que se reúnem em volta do recitador para ouvir os poemas são contagiados pelo movimento de repetição de estrutura(s) padrão(ões) dos folhetos e, nesse sentido, queremos ressaltar o ritmo. Se o cordel fugir da estrutura já esperada, haverá dificuldade em guardá-lo na memória. Assim, é possível dizer que há um espaço já estabelecido para o trabalho dos cordelistas com o significante.

Estes versos eram e ainda são contados/cantados, na maioria das vezes, por poetas de origem nordestina. Antigamente, os cordéis se concentravam na região nordestina, mas, com o movimento migratório, regiões como o centro-oeste (principalmente Brasília) e o sudeste (principalmente as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo) tiveram contato com essa literatura popular.

Sobre os poetas de cordel, pudemos observar, por meio da consulta às biografias³, que os primeiros autores não tiveram uma educação formal e trabalhavam em profissões não valorizadas socialmente, tendo os versos como uma segunda fonte de renda. Para muitos, o folheto era a única forma de algumas informações chegarem para o seu público.

Este, segundo as considerações dos pesquisadores de cordel em relação ao público tradicional do folheto nordestino, era constituído por pessoas que habitavam o meio rural, não tinham nenhuma ou quase nenhuma

³ Como foi visto em: <www.casaruibarbosa.gov.br/cordel/lista_poeta.html>. Acesso em: 22 mai. 2009; e <<http://www.flogao.com.br/arievaldocordel/foto/101/92626509>>. Acesso em: 24 mai. 2009.

educação formal e, assim como os cordelistas, não exerciam, geralmente, profissões de prestígio. Segundo Curran (1991), tais semelhanças entre o público e os poetas populares permitiam que os textos tivessem o mesmo ponto de vista dos seus interlocutores.

A partir da década de 70, houve uma mudança, ocasionada principalmente, pela migração nordestina, conforme disse anteriormente. Os poetas de cordel mais atuais, segundo pesquisas biográficas, possuem uma educação formal, como Franklin Maxado, que se formou em direito e jornalismo. Muitos moram nos grandes centros urbanos, diferentemente dos cordelistas da tradição, que habitavam o meio rural. Consideramos que há aí uma diferença regional significativa na formulação dos dizeres dos cordéis produzidos a partir da década de 70, pois a maioria deles começou a ser produzida no meio urbano. Curran (1991, p. 575) diz que “encontrava-se já nos anos 70 e 80 um poeta de cordel mais facilmente na zona norte do Rio de Janeiro ou na Praça da República em São Paulo do que no sertão do nordeste”, o que permitia uma circulação mais ampla do folheto, agora não mais restrita ao nordeste.

Curran (1991) afirma ainda que os autores de cordel dessa nova geração, assim como os poetas da tradição, também trabalham como pedreiros, marceneiros para sobreviver e escrevem e vendem os folhetos apenas nas horas vagas. Porém, tendo como base entrevistas e leituras de blogs de cordelistas, sabemos que há alguns poetas que trabalham na divulgação do cordel, como Franklin Maxado, pesquisador e cordelista; Gonçalo Ferreira da Silva, presidente da Academia Brasileira de Literatura de Cordel e Manuel Monteiro, Arievaldo Viana e Klevisom Viana, que levam os folhetos para as escolas.

Em relação ao público, também houve mudanças. Os sertanejos nordestinos, interlocutores tradicionais, ainda apreciam os folhetos, mas houve, a partir da década de 70, a inserção de um novo público constituído por “intelectuais, artistas de vários meios de expressão, estudantes de classe média, e turistas com uma curiosidade pelo folclore brasileiro” (CURRAN, 1991, p. 572). O poeta, segundo este mesmo autor, escreve sobre temas que interessam aos seus ouvintes/leitores, para a comercialização dos cordéis. Nesse sentido, ele agora também verseja sobre temas que chamam a atenção de turistas, intelectuais e de pessoas mais abastadas economicamente⁴.

Por meio desse breve panorama, pudemos ver mudanças significativas em relação às condições de produção no decorrer da história do cordel, as quais precisamos levar em consideração para compreender o funcionamento discursivo da figura do porta-voz na literatura de cordel.

2. A figura discursiva do porta-voz na Análise de Discurso

Para este trabalho, o conceito de porta-voz configurado por Pêcheux, em seu artigo *Delimitações, inversões e deslocamentos* (1990), é o fio condutor da teoria para as análises do *corpus*. Conforme disse na introdução, o poeta de cordel é considerado pelo próprio público e por inúmeros pesquisadores como aquele que fala do lugar dos seus e em nome destes. Essa relação entre cordelista e porta-

⁴ A escrita que visa ao interesse do público não é um fenômeno que aparece apenas nos cordéis. Vemos também em revistas como a *Super Interessante*, *Pequenas Empresas & Grandes Negócios*, jornais como a *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*, uma escrita que busca atender ao interesse do seu público alvo.

voz já está naturalizada, tanto pelo público quanto pelos estudiosos da literatura de cordel, que confere ao cordelista tal papel social.

Suspendemos essa denominação já estabilizada e deslocamos a figura de porta-voz para a perspectiva discursiva, na qual Pêcheux (1990, p. 17) afirma que:

[...]ao mesmo tempo ator visível e testemunha ocular do acontecimento: o efeito que ele exerce falando “em nome de...” é antes de tudo um efeito visual, que determina esta conversão do olhar pela qual o invisível do acontecimento se deixa enfim ser visto: o porta-voz se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob o seu olhar. Dupla visibilidade (ele fala diante dos seus e parlamenta com o adversário) que o coloca em posição de negociador potencial, no centro visível de um “nós” em formação e também em contato imediato com o adversário exterior.

Baseando-me neste excerto, é possível dizer que o porta-voz é definido como “ator visível” e “testemunha ocular do acontecimento”, ou seja, ele é a figura que fala algo em nome de alguém para outro alguém. Essa teorização discursiva do porta-voz foi feita por Pêcheux em um contexto político revolucionário, no qual o autor discute os deslizos e deslocamentos de sentidos produzidos em discursos que circulavam em acontecimentos como a Revolução Francesa, a Revolução Socialista e as revoluções do século XX. O porta-voz, aí, é considerado como o representante do seu povo, como aquele que se expõe ao poder no momento de reivindicar algo, de questionar uma ordem, rompendo, desse modo, o círculo do poder dominante. Esse rompimento abre espaço para a subversão

à ordem, o que constitui o porta-voz como uma figura revolucionária:

É através destas quebras de rituais, destas transgressões de fronteiras: o frágil questionamento de uma ordem, a partir da qual o lapso pode tornar-se discurso de rebelião, o ato falho, de motim e de insurreição: o momento imprevisível em que uma série heterogênea de efeitos individuais entra em ressonância e produz um 'acontecimento histórico', rompendo o círculo de repetição. (PÊCHEUX, 1990, p. 17).

A enunciação dos dizeres do povo pelo porta-voz se configura como uma representação imaginária. E. B. Conein (apud Pêcheux, 1990, p. 18) afirma que:

O que nunca é introduzido no enunciado do porta-voz é aquilo que o povo diz ou disse. O discurso relatado é estranho ao discurso do porta-voz. A representação do povo como locutor (discurso relatado) está ausente, e a possibilidade de que o povo ocupe um lugar de orador está excluída, pois anularia a função do porta-voz.

O discurso do porta-voz se forma, portanto, por meio de um confronto constante com a memória do dizer popular e a sua reformulação. Desse modo, o que não há no discurso do porta-voz é a voz do povo. Silencia-se esta voz, dando espaço apenas para a voz daquele que assumi o papel de porta-voz.

Zoppi-Fontana (1997, p. 22), no seu trabalho sobre discurso e representação política, faz uma reflexão dessa figura falando em nome do povo em um contexto político. A autora diz que o porta-voz é uma figura contraditória, pois a representação dos enunciados do povo pelo porta-voz se dá

por meio de “processos políticos de identificação e diferenciação”. A partir desses processos, Zoppi-Fontana (idem, p. 22) define tal figura “no espaço semântico do diferente” por processos discursivos que o diferenciam e o destacam do grupo ao qual ele representa.

Tendo como base estas considerações teóricas, analisarei alguns recortes do *corpus* discursivo do meu trabalho de mestrado, tendo em mente sempre a questão de quem diz em nome de quem e como isso é dito por meio dos versos do cordel.

3. O funcionamento do porta-voz nos cordéis

Conforme vimos no item anterior, a figura do porta-voz é caracterizada na Análise de Discurso pela subversão à ordem, pela representação dos interesses daqueles por quem o porta-voz fala, por reivindicar em nome dos seus e por romper o círculo da repetição (PÊCHEUX, 1990). Em contrapartida, pudemos ver, por meio de nossas pesquisas sobre Literatura de Cordel, que a Teoria Literária, em relação aos folhetos nordestinos, considera o porta-voz como a voz que representa o interesse ou transmite a opinião do povo.

No início do trabalho de mestrado, realizamos a leitura de inúmeros folhetos para a constituição do *corpus*. Durante esse percurso, deparei-me com diversas marcas que, inicialmente, me levaram a considerar o poeta como o porta-voz do povo. Veremos, no entanto, ao analisar estas marcas, que um outro funcionamento se produz. Nos recortes abaixo observaremos esse movimento:

Trecho do cordel *A natureza e o homem*

[...]

***Precisamos com clareza
e visão objetiva
a favor da Natureza
preservando-lhe a riqueza
livre da poluição
Coibir a devastação
Cultivar a fauna e flora
Mostrar que o problema agora
Pertence a **noossa nação*****
[...]

Trecho do cordel *Meninos de Rua e a chacina da Candelária*

[...]

***Ao permitir um governo
Paralelo no Estado
O **noosso** governador
Ficou desmoralizado
Perdendo de dez a zero
Para o crime organizado.***
[...]
***Hoje **vivemos** o momento
Nunca visto no passado:
O errado virou certo,
O certo virou errado
E o Brasil em um mar de lama
Infelizmente jogado.***
[...]

Trecho do cordel *O valor da reforma agrária e a missão da terra*

[...]

***Senhores **vou** escrever
Uma **coisa** necessária
Que até aqui tem sido
Coisa extraordinária***

*O povo todo analisa
Que nosso Brasil precisa
De uma reforma agrária
[...]*

*Exmo, senhor
Da república presidente
De nome Fernando Henrique
Ficamos muito contente
Do senhor ter sido eleito
Por vosso brio e respeito
Não se esqueça da gente.*

*Esperamos que a reforma
Agrária vai começar
Porque ela está de rosca
Vai ela desenroscar
Sem ter sangue e sem ter guerra
Os nossos irmãos sem terra
Vão ter onde trabalhar
[...]*

**Trecho do cordel *Lula, de metalúrgico a presidente: o operário
que virou presidente***

*[...]
O Brasil está passando
Por uma grande mudança
Derrotou a burguesia
Que tirou nossa bonança
O **povo** perdeu o medo
Votou com mais confiança.*

*Graças a Deus, o **povo**
Despertou para um novo dia
Usando a força do voto
Com sua soberania
No processo democrático
Derrota a aristocracia.*

[...]

*Agora é a vez do **povo**
Dar o seu grito de guerra
Com lula na presidência
O **povo** serrou o Serra
Foi uma questão de honra
Em respeito a nossa terra.*

[...]

Nos dois primeiros folhetos apresentados acima há a presença de um ‘*nós*’ marcado nos verbos como ‘*precisamos*’, ‘*vivemos*’ e no pronome possessivo ‘*nosso*’ – ‘*nosso governador*’, ‘*nossa nação*’. Em um primeiro momento essas marcas foram consideradas como um indício de que o cordelista é o porta-voz do povo, porém, isso não se sustentou frente às análises, pois foi possível observar uma naturalização deste *nós*, o que me fez perguntar: Quem é esse *nós* que é falado nos folhetos e representado pelo cordelista? Diremos que é um ‘*nós*’ configurado pelo senso comum acerca das opiniões sobre a preservação da natureza, sobre a violência urbana, por exemplo, que naturaliza os dizeres do cordel como sendo do povo.

Assim como perguntamos quem é esse *nós* que circula nos cordéis, também perguntamos quem é o *povo* presente nos dois últimos folhetos apresentados acima. A palavra ‘*povo*’ ocupa a função sintática de sujeito de ação dos verbos ‘*analisa*’ e ‘*precisa*’, e de predicados como ‘*perdeu o medo*’, ‘*despertou para um novo dia*’, ‘*dar o seu grito de guerra*’, ‘*serrou o Serra*’, o que também produz um efeito que pode ser interpretado como o poeta que fala em nome do povo. Mas quem é esse povo? Quem é o povo que espera a reforma agrária? Quem é o povo que perdeu o medo de votar, que deu seu grito de guerra e que *serrou o Serra*? Será que é todo o

povo? Não podemos afirmar que a voz desses folhetos seja a do povo, pois ela se configura como a voz de alguns, ou a voz do próprio cordelista, que, enuncia o seu dizer e apaga o dizer daquele que representa. A palavra povo, assim como os verbos e os pronomes na primeira pessoa do plural, produz o efeito de que o cordelista é o porta-voz de todo o povo, por significar este, em seus versos, como sendo uno, homogêneo. Lembramos aqui a afirmação de Pêcheux (1975) da equívocidade da língua, que faz da palavra *povo*, por exemplo, um conjunto imaginariamente unificado, mas constitutivamente diferente.

Além dos verbos e pronomes na primeira pessoa do plural e da palavra povo, a presença de discursos considerados como clichês também funciona na naturalização da voz do povo como sendo homogênea, o que denominaremos “efeito de porta-voz”. Dizer que o nordestino vem para o sudeste em busca de trabalho e de melhores condições de vida, que o preconceito, o racismo é uma mancha na humanidade, que as drogas prejudicam o indivíduo e o levam para a criminalidade, que na época da Ditadura havia a tortura é repetir o que a voz da sociedade dominante diz sobre esses assuntos e não o que é dito por todos, pelo público do cordel. Desse modo, não é porque o cordel tem origem popular que os seus dizeres serão representativos dos dizeres do povo.

A estereotipia também funciona na naturalização da voz do povo no cordel, na produção do efeito de porta-voz. Os estereótipos são uma representação imaginária já estabilizada na sociedade de um grupo, porém não é o ‘povo’ que configura esses estereótipos, como pudemos compreender nas análises dos folhetos sobre a corrupção na política. O cordel, na verdade, reitera os estereótipos formulados pelo que é apresentado pela mídia sobre a

política, como os casos de corrupção, o mensalão, por exemplo. Nesse sentido, não é o povo quem conceitua o político como corrupto, como ladrão, mas esta conceituação, por meio do funcionamento ideológico, já está cristalizada na sociedade, o que produz um efeito que naturaliza a voz do povo na formulação do estereótipo.

A palavra povo, o *nós*, os discursos clichês e a estereotipia, portanto, não são marcas da voz do povo sendo representadas nos discursos dos cordéis, mas sim marcas que naturalizam o sentido de povo como sendo uma unidade, produzindo o efeito de porta-voz.

Mas o cordelista fala em nome de quem? Ao longo da minha pesquisa de mestrado, trabalhei com folhetos que apresentavam temáticas que tratavam sobre temas do social, como migração nordestina, política, corrupção, violência urbana, meio ambiente, métodos anticepcionais. Por meio da análise desse *corpus*, pude compreender através de enunciados como '*É necessário salvar a natureza*'; '*É necessário preservar a natureza*' '*É necessário coibir a poluição*'; '*Cabe ao Brasil tomar medidas duras em prol do meio ambiente pelas gerações futuras*'⁵; '*Não há arma/ nem preparo/ para os policiais,/A negligência é gerada/ pelas falhas sociais// (...)// A polícia até que tenta/ mas tá desaparelhada// A polícia desarmada/ Não combate o que é ruim// (...) // um soldado estressado*'⁶ que são dizeres que fazem parte de um discurso já cristalizado pela mídia – como é possível ver em programas jornalísticos como o *Globo Repórter* e *Brasil Urgente*, por exemplo. As discursividades presentes nos cordéis sobre a preservação da natureza e sobre a violência urbana e os trabalho dos policiais são constituídas por afirmações que configuram clichês, o que os torna parte

⁵ Trechos extraídos do cordel *A natureza e o homem*.

⁶ Trechos extraídos do cordel *A violência na literatura de cordel*.

do senso comum e sustentado pela memória que há sobre o meio ambiente, sobre a violência urbana, sobre o papel da polícia em nossa sociedade.

Esses folhetos apresentados aqui, assim como o conjunto do meu *corpus* de mestrado, repetem uma voz social que circula pela mídia, voz que se sobrepõe às outras e, por meio da sua repetição, conforme já dissemos, produz um efeito de naturalização, de consenso em relação aos discursos que circulam no social, significando esses dizeres como sendo senso comum. Nesse sentido, é possível compreender que o cordel recorta discursos que circulam na sociedade, configurando-se como um espaço em que há a sobredeterminação de uma voz social. Em nossas análises, pudemos ver que essa voz é aquela que divulga a necessidade da preservação da natureza, que aponta o problema da violência urbana e a sua relação com uma polícia mal preparada. Discursos estes que são apresentados apenas por uma voz social, apagando outras dentre tantas que há na sociedade.

Desse modo, o cordel não fala em nome ou do lugar do povo, mas sim reitera, para seu público, discursos que circulam por vozes da sociedade dominante, atravessadas pelos dizeres da mídia, que legitimam certos valores sociais. Portanto, o que não há nos cordéis que constituem o *corpus* deste trabalho é a voz do povo, mas sim um movimento de reiteração dos dizeres que já estão cristalizados em nossa sociedade.

Podemos, então, considerar o poeta de cordel como sendo o porta-voz de vozes da sociedade dominantes? Se levarmos em conta o conceito de porta-voz como sendo aquele que representa os interesses e/ou as opiniões de algum grupo, é possível pensar que o cordelista representa para os seus interlocutores os discursos e as relações já

estabilizadas pela sociedade dominante. Se voltarmos para a definição discursiva de porta-voz, compreendemos que o poeta não ocupa essa posição pelo fato de que ele, ao invés de romper o círculo da repetição de um poder, o reitera, não se configurando, desse modo, como uma figura revolucionária. Ou seja, o poeta de cordel não pode ser conceituado, segundo a teoria discursiva, como porta-voz, pois, no cordel, essa relação se dá como um efeito. Um efeito da naturalização da voz do povo no social.

Considerações finais

Por meio das análises dos folhetos apresentados neste capítulo, pudemos compreender que a denominação do poeta como sendo a voz do povo, a voz dos oprimidos é, na verdade, um efeito produzido pela naturalização dessa voz. Os dizeres que circulam nos versos de cordel nos fazem ouvir reiterações de discursos já cristalizados pela mídia, por exemplo. E tais dizeres estabilizados produzem um efeito de que todos apresentam a mesma opinião, seja sobre a política, seja sobre a violência, seja sobre o meio ambiente, migração nordestina, relações familiares, reforma agrária, entre outros discursos analisados na minha pesquisa de mestrado. Esse é o movimento da homegeinização e de naturalização da voz do povo e do próprio povo, pois, por meio de nossas análises, foi possível tecer perguntas como: Quem é o povo que se diz representado no cordel? Quem são esse 'todos' presente em vários dizeres dos folhetos?

Tal efeito de unidade que produz a naturalização da voz do povo, produz também o efeito de que o poeta de cordel é o porta-voz do povo e nesse movimento somos pegos pelo funcionamento da ideologia e equivocidade dos sentidos. Coloca-se o povo como sendo uma unidade,

silenciando as suas diferenças, as suas vontades, os seus desejos. No cordel, esse silenciamento da voz do povo se dá pelo efeito de porta-voz.

Referências

ABREU, M. **Histórias de cordéis e folhetos**. Campinas: Mercado das Letras, 1999.

CURRAN, M. J. "A Literatura de Cordel: Antes e Agora". In: **Hispania**, vol. 74, no. 3, Special Issue Devoted to Luso-Brazilian Language, Literature and Culture, p. 570-576, 1991.

HOUAISS, Antônio. Prefácio. In: LONDRES, Maria José Fialo. **Cordel: do encantamento às histórias de luta**. São Paulo: Editora Duas Cidades, 1983.

MAXADO, Franklin. **O que é literatura de cordel**. Rio de Janeiro: Editora Codrecri, 1980.

MEYER, M. **Autores de cordel**. São Paulo: Abril Educação, 1980.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora Unicamp, 1975.

_____. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas, (19): 7-24, jul./dez. 1990.

SOUZA, M. M. **O grito do oprimido no cordel: uma escola de resistência à Ditadura Militar**. 2007. 283 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

ZOPPI-FONTANA, M. G. **Cidadãos modernos**: discurso e representação política. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

Sites consultados:

www.casaruibarbosa.gov.br/cordel/lista_poeta.html. Acesso em: 22 mai. 2009.

<http://www.flogao.com.br/arievaldocordel/foto/101/92626509>. Acesso em: 24 mai. 2009.

